RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

Sumário

Lista de Gráficos **2**

Lista de Tabelas **3**

Lista de Figuras **4**

Apresentação **7**

Departamento de Operações de Assistência Social - DOAS **8**

1. Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica 12

2. Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Média Complexidade - População Adulta em Situação de Rua 33

3. Coordenadoria Setorial De Proteção Social Especial De Média Complexidade - CREAS 47

4. Coordenadoria Setorial de Alta Complexidade- Criança e Adolescente 102

5. Coordenadoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade POP RUA/IDOSO e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências 112

Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social (DGDS) **124**

1. Coordenadoria Setorial Administrativa (CSAD) 125

2. Coordenadoria de Apoio aos Equipamentos Sociais (CSAES) 126

3. Coordenadoria Setorial Financeira e Contábil (CSFC) 127

4. Coordenadoria Setorial de Gestão de Pessoas (CSGP) 128

5. Coordenadoria Setorial Orçamentária (CSO) 133

6. Setor Administrativo da Casa dos Conselhos 134

7. Setor de Apoio aos Conselhos Tutelares 134

Vigilância Socioassistencial **136**

1. Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) 137

2. Coordenadoria Setorial de Gestão de Convênios 140

3. Sistematização das Informações e Apoio às Coordenadorias 146

4. Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social 150

Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional **169**

1. NutrirCampinas 170

2. Projeto Viva-Leite 174

3. Alimentação e Nutrição 180

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa Etária 37
Gráfico 2 - Escolaridade 38
Gráfico 3 - Sexo 38
Gráfico 4 - Estado Civil 39
Gráfico 5 - Documentação 39
Gráfico 6 - Categorização 40
Gráfico 7 - Caracterização 41
Gráfico 8 - Egresso do Sistema Prisional 41
Gráfico 9 - Tipo de Atendimento 42
Gráfico 10 - Atendimento 42
Gráfico 11 - Atendimento por Intervalo 43
Gráfico 12 - Cadastro Único 43
Gráfico 13 – Ocupação/Profissão 44
Gráfico 14 - Tempo de Rua 44
Gráfico 15 - Situação de Moradia 45
Gráfico 16 - Referenciamento 46
Gráfico 17 - Resultados obtidos 46
Gráfico 18 - Dados Centro POP 47
Gráfico 19 - Distribuição dos profissionais da SMCAIS, conforme local de trabalho 131
Gráfico 20 - Distribuição dos profissionais da SMCAIS, conforme grau de instrução 132
Gráfico 21 - Distribuição dos profissionais da SMCAIS, conforme cargo de nível superior 132
Gráfico 22 - Distribuição dos profissionais da SMCAIS, conforme cargo de nível médio ... 132
Gráfico 23 - Distribuição dos profissionais da SMCAIS, conforme vínculo empregatício ... 133
Gráfico 24 - ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016 – SMCAIS. Fonte: Sistema PDC/IMA, 18/02/2016 142
Gráfico 25 - ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016 – SMCAIS. Fonte: Sistema PDC/IMA, 18/02/2016 143
Gráfico 26 - Evolução Cadastro Único 2016 151
Gráfico 27 - Movimentação Cadastro Único 2016 151
Gráfico 28 - Transferências Famílias do Cadastro Único 152
Gráfico 29 - Migração - Pessoas para outros Cadastros 152
Gráfico 30 - Cadastro novo para alguns Programas Usuários 153
Gráfico 31 - Cadastro Único X Programa Bolsa Família 154
Gráfico 32 - Evolução Programa Bolsa Família 2016 155
Gráfico 33 - Novas Famílias 155
Gráfico 34 - Renda Mensal Programa Bolsa Família 155
Gráfico 35 - Condicionalidades PBF 156

Gráfico 36 - Renda Cidadã 165

Gráfico 37 - Ação Jovem 165

Gráfico 38 - Total de pessoas que passaram por treinamento 166

Gráfico 39 - Treinamento SIGM - Tipo de Serviço 167

Gráfico 40 - Distribuição da programação de atendimento de vale alimentação do programa NUTRIRCAMPINAS, 2016 171

Gráfico 41 - Distribuição dos vales alimentação às famílias do NUTRIRCAMPINAS Maio-Dezembro de 2016 172

Gráfico 42 - Distribuição da quantidade de litros de leite entregues às crianças Programa Viva-leite, Campinas 2016 175

Gráfico 43 - Distribuição dos valores da litragem de leite do Programa Viva-leite, Campinas, 2016. 175

Gráfico 44 - Distribuição da quantidade de crianças beneficiadas pelo Programa Viva-leite, Campinas 2016. 175

Gráfico 45 - Distribuição das atividades desenvolvidas pelo DSAN junto ao programa Viva-leite, Campinas, 2016. 176

Gráfico 46 - Distribuição das atividades desenvolvidas pelo DSAN junto ao programa Viva-leite comparativo 2015-2016, Campinas, 2015. 176

Gráfico 47 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE 176

Gráfico 48 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE segundo estado nutricional (A/I), Março de 2016 177

Gráfico 49 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE 177

Gráfico 50 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE segundo estado nutricional (A/I), Julho de 2016 177

Gráfico 51 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE segundo estado nutricional (P/I), novembro de 2016 178

Gráfico 52 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE segundo estado nutricional (A/I), novembro de 2016 178

Gráfico 53 - Distribuição do acompanhamento nutricional das crianças VIVA-LEITE segundo relação Peso/Idade, Campinas 2016 178

Gráfico 54 - Distribuição do acompanhamento nutricional das crianças do VIVA-LEITE segundo relação Altura/Idade, Campinas 2016 179

Gráfico 55 - Distribuição da porcentagem dos usuários da Residência Inclusiva Renascer segundo o estado nutricional 1º semestre Campinas 2016 181

Gráfico 56 - Distribuição da porcentagem dos usuários do Abrigo CMPCA segundo o estado nutricional 1º semestre Campinas 2016 182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados quantitativos de 2016 14

Tabela 2 - Dados de Atendimento de 2016 (2). 15

Tabela 3 - Número de Famílias Acompanhadas pelo CRAS/PAIF 2016 22

Tabela 4 - Famílias Atendidas em 2016 23

Tabela 5 - Situação Prioritária 30

Tabela 6 - Equipes Técnicas 33
Tabela 7 - Casos atendidos por origem 119
Tabela 8 - Número de casos referenciados em 2016 120
Tabela 9 - Tipo de deficiência por número de usuário 120
Tabela 10 - Número de usuários inseridos por atividades 121
Tabela 11 - Orçamento autorizado 2016 134
Tabela 12 - Estatísticas 135
Tabela 13 - Quantidade de unidades que responderam o Censo SUAS 2015 e 2016. Fonte: Censo SUAS, 2015, 2016 147
Tabela 14 - Quadro das entregas oficiais do cartão NUTRIRCAMPINAS com a presença do Prefeito Jonas Donizette, Junho 2016 172
Tabela 15 - Classificação IMC Adulto. Fonte: OMS, 1997. 180
Tabela 16 - Classificação IMC Idoso. Fonte: LIPSCHITZ, 1994. 180
Tabela 17 - Pontos de corte de IMC por idade para crianças. Fonte: WHO (2007) e CDC (2000) 181
Tabela 18 - Pontos de corte de IMC por idade para adolescentes. Fonte: WHO (2007) e CDC (2000) 181

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gestão Integrativa 130
Figura 2 - Formação Conselheiros Tutelares 130
Figura 3 - Formação dos agentes de ação social dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos 130
Figura 4 - Conselho Tutelar Região Norte 135
Figura 5 - Capacitação Prestação de Contas 146
Figura 6 - Mapa de Serviços 148
Figura 7 - II Seminário da Vigilância Socioassistencial 148
Figura 8 - Unidade Móvel Cadastro Único (1) 157
Figura 9 - Unidade Móvel Cadastro Único (2) 158
Figura 10 - Unidade Móvel Cadastro Único (3) 158
Figura 11 - Unidade Móvel Cadastro Único (4) 159
Figura 12 - Postos em movimento (1) 160
Figura 13 - TREINAMENTO PARA REALIZAÇÃO DA AÇÃO DE CADASTRAMENTO DOS IMIGRANTES (1) 161
Figura 14 - Postos em movimento (2) 161
Figura 15 - TREINAMENTO PARA REALIZAÇÃO DA AÇÃO DE CADASTRAMENTO DOS IMIGRANTES (2) 162
Figura 16 - TREINAMENTO PARA REALIZAÇÃO DA AÇÃO DE CADASTRAMENTO DOS IMIGRANTES (3) 163
Figura 17 - Van do Cadastro Único 163

Figura 18 - Cadastro 163
Figura 19 - Cadastro (2) 164
Figura 20 - Cadastro (3) 164
Figura 21 - Vale alimentação 171
Figura 22 - Modelo do convite ás famílias do NUTRIRCAMPINAS para o lançamento oficial 173
Figura 23 - Prefeito Jonas Donizette e demais autoridades na entrega oficial do cartão ... 173
Figura 24 - Usuária de posse do cartão NUTRIRCAMPINAS 173

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão é um instrumento destinado à demonstração da execução dos serviços socioassistenciais prestados no âmbito municipal. O Relatório de Gestão 2016 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar - SMASA apresenta as principais ações e resultados alcançados durante o exercício de 2016 e revela os avanços e/ou obstáculos que dificultaram a execução das ações. As análises são parametrizadas pelo Plano Municipal de Assistência Social – PMAS (2014-2017) e pela realidade do município e do país, que impactaram na Política de Assistência Social.

Como nos anos anteriores, o processo de elaboração do Relatório buscou garantir a participação dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços. Sendo assim, os departamentos, por seus respectivos diretores foram responsáveis pela compilação dos relatórios das coordenadorias atinentes à sua área.

O cenário de crise política e financeira vivenciado pelo Brasil, possui rebatimentos nas finanças e nos investimentos públicos, principalmente nos municípios. Na Assistência Social, os impactos se relacionam com diminuição na capacidade de ampliação de serviços socioassistenciais, que requerem, sobretudo, aumento de recurso orçamentário na área, construção de unidades públicas e realização de novos concursos públicos para composição das equipes de referência destas unidades.

Ainda assim, a administração municipal no ano de 2016 manteve seus esforços na ampliação do orçamento e, especialmente, na qualificação dos serviços socioassistenciais. A SMASA reafirma seu compromisso na defesa e na consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e na qualificação das ações nas áreas da Segurança Alimentar.

JANETE APARECIDA GIORGETTI VALENTE

Secretária de Assistência Social e Segurança Alimentar

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - DOAS

O Departamento de Operações da Assistência Social (DOAS) é responsável pela gestão e operacionalização dos serviços socioassistenciais. Sua estrutura organizacional observa a hierarquização e os níveis de complexidade operados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) definidos em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) – de Média Complexidade e de Alta Complexidade, as quais, por meio das Coordenadorias Setoriais e Distritais coordenam a execução dos serviços.

No ano de 2016 o esforço empreendido pelo Departamento foi o de avançar no fortalecimento da gestão compartilhada dando continuidade aos processos coletivos de trabalhos internos em curso desde o ano de 2014, os quais se tornaram atividades fixas desta Direção: Grupo de Trabalho (GT) Interproteções, GT de reordenamento dos SCFV (agora denominado de GT Ampliado), reuniões semanais com colegiado de coordenadorias setoriais e distritais, reuniões mensais com Chefias de Setor de CRAS, CREAS, Centros POP, Alta Complexidade de Crianças e Adolescentes, Alta Complexidade de Adulto, POP Rua e Idoso, além da reunião mensal com a rede executora de Média Complexidade.

Importante destacar, que as ações vinculadas à diretoria do DOAS envolvem a coordenação de recursos humanos e dos processos em equipes, planejamento e desenvolvimento de educação permanente, monitoramento, avaliação, registro de informações, articulação com a rede socioassistencial, conselhos municipais, políticas setoriais, Sistema de Garantia de Direitos (SGD), Sistema de Justiça, dentre outras relações institucionais afetas à execução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município.

O ano de 2016, além do já sentido rebatimento das transformações na conjuntura econômica internacional, foi marcado pelo agravamento da crise institucional, ética, legal, política e econômica do país, e pela assunção de um governo de orientação conservadora a qual ameaça significativamente o gasto social, comprometendo o atendimento das demandas sociais da grande maioria da população, que depende essencialmente das políticas públicas inclusivas para assegurar direitos sociais desenhados na Constituição de 1988.

A redução da atividade econômica do país impactou nos municípios, os quais registraram quedas em suas receitas, agravamento da situação fiscal e a consequente diminuição nos investimentos públicos.

Diante desse cenário, algumas metas apontadas no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2014-2017) não foram efetivadas. No entanto, mesmo com forte controle nos gastos públicos foi possível executar grande parte do orçamento previsto. Os avanços registrados na estrutura organizacional e no planejamento da Secretaria como um todo colaboraram significativamente na aquisição de equipamentos, insumos e materiais e também para o elevado número de atividades desenvolvidas pelos serviços socioassistenciais do município, como será possível observar mais adiante na descrição particularizada de cada uma das Coordenadorias Setoriais que compõem este DOAS.

Destacam-se avanços na Proteção Social Básica na organização dos processos de trabalho desenvolvidos nos CRAS, ao emprego de metodologias e ações coletivas, ao fortalecimento dos processos de gestão territorial, os quais se desenham conforme se consolidam as interlocuções, articulações e ações em rede em cada um dos territórios. Sem dúvida, os espaços de diálogos trazidos pelos Grupos de Trabalho Interproteções e Reordenamento dos SCFV contribuíram sobremaneira nessa direção.

No que se refere aos Distritos de Assistência Social (DAS) confirma-se a assertiva inicial deste DOAS em distingui-los do trabalho social realizado nos CRAS. Tal decisão trouxe identidade interna e externa aos Distritos, fortalecendo a direção e a organização dessa importante oferta socioassistencial do município.

Em relação aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), maior rede de serviços socioassistenciais do município, a proximidade trazida pelo GT Ampliado de Reordenamento e a formação dessa extensa rede, a qual abrangeu 324 trabalhadores propiciou

o conhecimento da realidade cotidiana dos serviços, estimulou o planejamento de ações conjuntas, fortaleceu a convivência da rede e de seu trabalho articulado, abrindo caminhos para alicerçar a gestão territorial. Destaca-se aqui a importância da Fundação FEAC que como entidade de assessoramento possibilitou esse processo de educação permanente, fundamental para a consolidação dessa rede.

Avanços significativos também se destacam na estruturação dos espaços físicos e na aquisição de equipamentos, insumos e materiais para os DAS, CRAS e SCFV Vila Formosa, entre eles: materiais para oficinas; equipamentos eletroeletrônicos básicos; estabelecimento de processos de conservação predial, realizados pelo DGDS, com várias unidades contempladas no período; constituição de processos anuais de planejamento, previsão e controle de materiais e insumos pela CSPSB, junto aos serviços.

Assinalam-se também passos importantes dados pelos CRAS em direção ao desenvolvimento de ações coletivas com impactos positivos no trabalho social com as famílias e com a comunidade.

São grandes e permanentes os desafios que se colocam para a Proteção Básica. Dentre eles, a identificação de novas metodologias de trabalho que possibilitem a ampliação da participação social dos usuários nos serviços, a constituição de Comitês Locais de Gestão e em processos decisórios do próprio SUAS, tais como as Conferências Municipais. Além disso, a articulação entre serviços e benefícios socioassistenciais e a inclusão, especialmente dos beneficiários do BPC, embora constituam público prioritário dos CRAS, ainda não se concretizaram efetivamente.

Na Proteção Especial de Média Complexidade, o lugar atribuído ao CREAS no SUAS e o desafio metodológico continuam a impactar fortemente a rede e a apreensão dos trabalhadores no desenvolvimento de suas ações.

A complexidade em atender diferentes segmentos sociais e tipos de violência por uma mesma equipe; o atendimento da vítima e do agressor na mesma unidade; a necessidade de aprimorar o acompanhamento familiar, a referência e contrarreferência nos encaminhamentos; as confusões de papéis e sobreposições de responsabilidades com o Sistema de Justiça, que confunde o papel protetivo do PAEFI com o de responsabilização do Sistema de Justiça; as dificuldades na construção e efetivação de fluxos e protocolos de atendimento junto às demais políticas sociais e aos órgãos de defesa de direitos, o esforço em conciliar a atenção direta às vítimas de violência e suas famílias à responsabilidade por construir e implementar uma ação intersetorial no enfrentamento e na prevenção de toda e qualquer forma de violência aos diversos segmentos sociais, impõem-se como desafios a provocar gestores e trabalhadores diante da atribuição superdimensionada estabelecida para os CREAS no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em relação ao público atendido, assinala-se que o segmento predominante é o de crianças e adolescentes e os tipos de violência prevalentes referem-se à negligência, abandono, violência física e violência sexual. As demais violações continuam a aparecer em menor número. O principal demandante dessa atenção especializada é o Sistema de Garantia de Direitos e o Sistema de Justiça. Cabe destacar o também expressivo número de pessoas idosas e o agravamento da complexidade das situações de violações, exigindo-se leitura integral e qualificada para o factual encaminhamento de suas demandas.

Em busca da inovação metodológica, importantes avanços se registram na superação do modelo de “dupla psicossocial” como referência para as famílias. A ultrapassagem de tal modelo se pauta pelo reconhecimento da concepção multicausal e psicossocial das situações de violações de direitos, sem, no entanto, condicionar as ações, ao modelo de dupla psicossocial. Sem dúvida, esse passo possibilitou maior resolutividade e agilidade nas ações.

Diante de tamanha exigência para a intervenção especializada, a rede executora de serviços de média complexidade foi contemplada com diversos processos de formação, para os quais parceiro fundamental foi o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), por meio de destinação de recursos financeiros do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

As novas exigências trazidas pelo Marco Regulatório da Sociedade Civil (MROSC) impuseram ao gestor municipal da assistência social a decisão de tornar o PAEFI um serviço de execução exclusiva do poder público, superando a prestação indireta historicamente ofertada pelas organizações da sociedade civil no município. Para garantir a continuidade dos atendimentos, o novo serviço municipal denominado Serviço Especializado de Proteção Social às Famílias – SESF iniciará suas ações a partir do mês de março de 2017.

Necessário sublinhar aqui a relação do SUAS com o Sistema de Justiça e com o Sistema de Garantia de Direitos, principais demandantes dos serviços vinculados aos CREAS. Na esteira de delimitar a função protetiva da rede socioassistencial, distanciando-a de atribuições como investigação e produção de elementos técnicos para subsidiarem as decisões das autoridades judiciárias, esforços permanentes são empreendidos no diálogo com os referidos Sistemas, sobretudo quanto ao modo de funcionamento da rede socioassistencial bem como sobre os prazos exíguos dados para o devido cumprimento das requisições.

Já na Proteção Social Especial de Média Complexidade- POP Rua, a compreensão do fenômeno das pessoas em situação de rua permanece desafiando os trabalhadores a revisitar constantemente as estratégias de trabalho adotadas, bem como os resultados obtidos, além da necessidade de readequação nos processos de trabalho de maneira a atender cada vez qualificadamente essa complexa demanda.

Pessoas em situação de rua constituem-se em público dos mais estigmatizados, despertando forte rejeição por parte da grande maioria da população. Problema social que afeta milhares de pessoas em todo o mundo, sua negação como parte constitutiva da sociedade se manifesta em práticas discriminatórias, indiferença social e aversão ao diferente e desigual. Não raro se verifica o desejo de “exterminar”, “higienizar” ou “limpar as ruas” e, frequentemente, se exige solução imediata e até mesmo drástica para um fenômeno multidimensional e altamente complexo.

É nesse cenário que se insere a rede de serviços socioassistenciais do município, a qual exaustivamente esforça-se para tornar conhecido o perfil, as características e a atenção pública intersetorial destinada a essa população.

Em relação à caracterização desse público, a análise dos dados aponta para a predominância de pessoas do sexo masculino, solteiras, faixa etária de 25 a 39 anos, ensino fundamental incompleto, sem ocupação, maioria pertencente ao grupo de migrantes/ itinerantes, alcoolistas e usuários de substâncias psicoativas, 36,29% egressos do sistema prisional, e com permanência de até seis meses em situação de rua.

Importante destacar a fundamental parceria com a política de saúde, a qual, embora necessite de permanentes avanços, cabe destacar o serviço de Consultório na Rua e as ações conjuntas com a rede de CAPS, considerando-se o grande número de pessoas em situação de rua que se encontram acometidas por situações de sofrimento mental.

Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade Criança e Adolescente a atenção requerida pelas crianças e adolescentes, especialmente àquelas que se encontram com sofrimentos psíquicos graves têm mobilizado e pautado a agenda dessa rede de serviços. Tal questão expõe, sobremaneira, os avanços ainda necessários em relação às responsabilidades interinstitucionais, o trabalho intersetorial, a articulação e integração em rede.

Cabe aqui ressaltar o princípio da incompletude institucional, o qual fundamenta a atuação integrada e em rede. Ao iluminar a atribuição de cada um dos integrantes, tal princípio aponta que se requisita à assistência social e às demais políticas setoriais a inclusão em serviços, complementarmente à atuação de outro integrante da rede. No entanto, a integração das políticas setoriais entre si e entre o SGD e o Judiciário ainda não alcançou força suficiente para promover a proteção integral de crianças e adolescentes. Ou seja, se por um lado as políticas de assistência social, saúde, educação, segurança pública, esporte, cultura e lazer, dentre outras, são requisitadas a formar uma rede articulada de proteção que insira a criança e o adolescente no atendimento de suas demandas, por outro lado do SGD e do Sistema de Justiça pleiteia-se o cumprimento de suas atribuições no sentido da efetiva construção da rede de proteção social, especialmente no que tange à responsabilização de cada um dos atores, bem como das crianças e adolescentes.

Outro aspecto relevante dessa rede tem sido a busca por evidenciar outras práticas possíveis para as crianças e adolescentes de serviços de acolhimento atendidos nos CAPSi, na perspectiva

da formação de uma rede institucional onde os atores sejam co-responsáveis, combinando uma série de intervenções complexas em torno de seus usuários.

Por fim, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade Adulto, POP Rua e Idoso enfrenta diferentes desafios.

No que se refere à população em situação de rua, em 2016 foram contabilizados 36.516 pernoites ofertadas pelo Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM). Como serviço estruturante da rede socioassistencial de atenção às pessoas em situação de rua, o SAMIM funciona ininterruptamente 24h, ofertando acolhida, alimentação, higiene e vestuário, predominantemente para migrantes e itinerantes. Com estratégias metodológicas oferecidas a partir de reuniões coletivas, atendimentos individuais, articulações em rede, referenciamentos a serviços socioassistenciais e a outras políticas setoriais, recâmbios para as cidades de origem, o SAMIM apresenta grande fluxo diário de atendimento de situações complexas, necessitando de aumento de sua equipe de RH.

Além das 130 vagas diárias do SAMIM, os serviços de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua ofertam mais 110 vagas, perfazendo um total de 240 vagas. As pessoas em situação de rua que alcançam condições físicas e psíquicas de superar a vivência nas ruas iniciam um longo processo de saída das ruas. As metodologias que fortalecem os vínculos comunitários ganham destaque ao trazer possibilidades em projetar novas perspectivas de vida. Nessa direção, os serviços de acolhimento institucional e o Projeto Parceiros da Cidade- Mão Amiga vem se mostrando potentes no sentido de transformar a realidade dos sujeitos que conseguem esse patamar de autonomia.

Já em relação às pessoas idosas, o processo de envelhecimento rápido e intenso vivenciado no país exige ações integradas para o atendimento às necessidades dessa população. No que se refere aos serviços de acolhimento institucional para idosos, além da demanda demográfica crescente, a cultura imediatista e de institucionalização presentes nas práticas profissionais também pressionam a requisição por esses serviços, os quais devem ser compreendidos como última alternativa face ao princípio da convivência familiar e comunitária do Sistema Único de Assistência Social. Outras possibilidades ao acolhimento esbarram nas ofertas ainda insuficientes, das mais diversas políticas setoriais, tais como, a de saúde, educação, esporte, cultura, lazer, transporte, dentre outras, e também nas fragilidades dos vínculos familiares e comunitários das pessoas idosas, as quais não raramente são encontradas em condições sub-humanas de moradia, de cuidados e em situações de violência.

No que se refere ao acolhimento de pessoas com deficiência, o serviço de Residência Inclusiva se encontra em fase final de reordenamento. Dois novos serviços deverão somar a oferta no município e ao mesmo tempo responder as demandas de jovens com 18 anos que ainda se encontram nos serviços de acolhimentos para crianças e adolescentes. O desafio aqui persiste em traduzir a especificidade do seu público destinatário. Não se trata de um serviço direcionado a todas as pessoas com deficiência, mas sim àquelas historicamente marginalizadas, marcadas pelo predomínio de relações e condições de existência extremamente desiguais. Tal concepção e recorte trazidos pela política de assistência social fazem com que, sistematicamente o serviço sofra pressões para o acolhimento de indivíduos com outras características. Ao extrapolar o perfil definido para a Residência Inclusiva, tal pressão expõe a falta de outros serviços de outras políticas setoriais para o atendimento das diversas e complexas demandas que atingem indivíduos em diferentes condições de deficiência.

Finalmente, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências vem assegurando aos seus usuários cartão-alimentação, colchões, cobertores e acolhimento imediato e em condições dignas e de segurança, sempre que se identificam perdas e danos principalmente em decorrência das chuvas. Outra atividade importante desse serviço se refere ao acompanhamento das ações de reintegração de posse. Esforço permanente se faz no sentido de garantir que as atribuições dos profissionais da assistência social não sejam confundidas com as do agente da autoridade, quer judiciária quer policial. Nesse sentido, entende-se que nas ações de reintegração de posse a política de assistência social tem como atribuição colocar à disposição daqueles que necessitarem os serviços e benefícios socioassistenciais.

Como é possível observar, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), definitivamente consolidado no Ordenamento Jurídico, por meio da Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011 se coloca como importante elemento de promoção de direitos de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, favorecendo a visibilidade das violações, sua redução, ou

até mesmo reversão, mediante ações preventivas e de recomposição de direitos de modo articulado, em rede e de forma intersetorial com demais políticas públicas e órgãos de defesa, os quais trabalham com os mesmos públicos e as mesmas situações de vulnerabilidade.

No entanto, em tempos de política de austeridade, enuncia-se a regressão de direitos! Desta forma, o SUAS, assim como o SUS e outros sistemas públicos, ao não receberem investimentos progressivos necessários para o seu crescimento estarão fortemente ameaçados e sujeitos à precarização de seus serviços.

Silvia Jeni Luiz Pereira de Brito

Diretora do Departamento de Operações de Assistência Social- DOAS

1. COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica (CSPSB) é responsável pela gestão e execução dos serviços socioassistenciais desenvolvidos no âmbito dessa proteção e se organiza pelas unidades públicas estatais de referência compostas de forma hierárquica, pelos cinco Distritos de Assistência Social (DAS) e pelos atuais 12 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os 104 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) complementam as ofertas socioassistenciais desta Proteção.

Para desenvolver o presente processo de avaliação dos serviços vinculados à Proteção Social Básica foi considerado o desenvolvimento do planejamento estratégico, as metas indicadas para o ano de 2016 e as estabelecidas no PMAS 2014-2017.

O método do planejamento estratégico é uma importante ferramenta de gestão, a qual foi instituída desde 2014, junto ao grupo de gestores da PSB (Coordenadoras dos DAS e Chefias de Setor dos CRAS), considerando-se que decidir antecipadamente “quais caminhos seguir e quais esforços empregar para chegar aonde se quer” é condição primordial para não cair no imediatismo do dia a dia, armadilha freqüente em nossa realidade.

Nesse processo buscou-se de forma coletiva declarar desafios e construir ações da Proteção Social Básica (PSB), dentro das possibilidades de atuação das equipes técnicas e dos limites institucionais. Assim, foram declarados 6 desafios, a saber:

Desafio 1: Fortalecer a identidade da PSB no pressuposto da prevenção;

Desafio 2: Articular os serviços da PSB;

Desafio 3: Articular os serviços da PSB com os serviços da Proteção Social Especial (PSE);

Desafio 4: Articular ações da política de assistência social com as demais políticas sociais do território;

Desafio 5: Construir metodologias de trabalho na perspectiva da participação popular;

Desafio 6: Garantir interface estreita da PSB com a área de Vigilância Socioassistencial;

É importante ressaltar que o planejamento, como estratégia e ferramenta de gestão, é um processo contínuo que deve dialogar com as requisições da dimensão macro da proteção básica, como também com as adversidades das equipes dos serviços. Planejar não deve ser mera declaração de intenção, e sim um processo permanente e dinâmico com sentido ético e político, portanto, em permanente diálogo com a realidade.

Nesse sentido, os desafios postos para a macrodimensão da Proteção Social Básica encontram-se conectados com cada serviço, tendo nos CRAS e DAS a centralidade da prevenção e dialogam com todos os processos de gestão do âmbito central, tais como o GT Interproteções (articulação PSB e PSE) e o GT Ampliado de Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (GT Ampliado), traduzindo-se em ações e articulações territorializadas na perspectiva da construção da gestão territorial, pautada e conduzida pelos DAS, CRAS e esta Coordenadoria Setorial.

O planejamento estratégico, no decorrer de 2016, também possibilitou aprofundar a identidade e unidade das equipes de trabalho nos CRAS e DAS, sendo esse um dos desafios do reordenamento da Proteção Social Básica. Além disso, fortaleceu as reuniões sistemáticas com os gestores "da básica" através da consolidação de um espaço de formação, pautado na construção coletiva do conhecimento, respeitando os saberes e especificidades dos territórios.

Destacamos, ainda, a efetivação do uso do SIGM como ferramenta de gestão para sistematização dos dados de atendimentos nas unidades de CRAS e um avanço significativo no uso, que provavelmente se consolidará no primeiro semestre de 2017, nas unidades de DAS.

Outro aspecto relevante é o estreitamento da interface da PSB com a área da Vigilância Socioassistencial (VS), o qual tem, sob vários aspectos, oportunizado o acesso às informações e oferecido subsídios às reflexões acerca das ações preventivas necessárias a serem desenvolvidas nos territórios, seja através do (a):

- Relatório de Informação Social (RIS), mapa da rede de serviços e relatórios dos Programas de Transferência de Renda (PTR), recursos que dão embasamento e concretude para discussões sobre território e diagnósticos;
- Roda de Diálogos proposta pela área de VS direcionadas às equipes dos DAS e CRAS, juntamente com os entrevistadores sociais e supervisores do Cadastro Único, e à equipe dos PTR, com o objetivo de criar espaços que possibilitem maior conhecimento do trabalho específico das equipes, facilitem as relações interpessoais e a apropriação de conhecimentos para a qualificação e a humanização do atendimento ao público usuário dos serviços;
- Estabelecimento de reuniões sistemáticas entre os gestores distritais e a equipe da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC), visando o estreitamento das relações e a construção de processos de trabalho das unidades gestoras territoriais da PSB com o monitoramento e a articulação no território;
- Condução conjunta do processo de inserção trimestral das informações coletadas na rede de SCFV junto ao Sistema de Informações dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC);
- Assessoria da área da VS na construção e acompanhamento do planejamento estratégico da CSPSB;
- Construção dos processos de utilização do SIGM junto às equipes de DAS e CRAS.

Consideramos, também, os avanços significativos na estruturação dos espaços físicos e na aquisição de equipamentos, insumos e materiais para os DAS, CRAS e SCFV Vila Formosa, entre eles: materiais para oficinas; equipamentos eletroeletrônicos básicos; estabelecimento de processos de conservação predial, realizado pelo DGDS, com várias unidades contempladas no período; constituição de processos anuais de planejamento, previsão e controle de materiais e insumos pela CSPSB, junto aos serviços.

Ainda com objetivo de atender a demanda de RH e o fortalecimento das ações dos DAS e CRAS, no período, foram convocados do concurso público 03 agentes de ação social para compor as equipes dos CRAS Bandeiras, Vila Réggio e Espaço Esperança; 01 psicólogo para compor a equipe do CRAS São Luís; 01 profissional do cargo de especialista em relações sociais para compor a gestão territorial dos SCFV, e a reposição de 05 agentes administrativos no DAS Sudoeste, nos CRAS Bandeiras, Recanto Anhumas, São Luís e na CSPSB.

Na esteira do fortalecimento da PSB foram oferecidas as seguintes formações :

- Lideranças e Engajamentos de Equipes (EGDS e o Instituto ASTA);
- Vínculos e Convivências – os diversos interesses e sociabilidades para a cidadania infanto-juvenil (Núcleo Paulus Formação);
- Saberes e Identidade – (Form)Ação do Educador Social (GEPPES – Grupo de Estudos e Práticas Permanente em Educação Social);
- Convivência no SUAS

Destaca-se também a participação de profissionais das equipes em seminários/formações/capacitações realizados por outras áreas: curso Substâncias Psicoativas – diferentes tipos de drogas; Seminário Internacional de Combate a Dependência Química; Formação Territórios das Cidades e Jovens – cultura, saúde e políticas públicas; III Seminário de Medida Socioeducativa; Seminário "Violação de direitos da população em situação de rua" e o II Seminário da Vigilância Socioassistencial.

Ainda que sejam necessárias outras formações para atender a demanda da PSB, no que diz respeito ao trabalho de capacitação das equipes e, considerando-se o cenário administrativo e financeiro bastante adverso no ano de 2016, consideramos que estes processos foram fundamentais para o avanço da reorganização dos serviços.

Com relação ao reordenamento do SCFV, houve um grande avanço nas discussões do GT Ampliado, a respeito do público prioritário e da construção do fluxo a partir dos territórios dos CRAS, que reverberaram para os territórios e equipes, na perspectiva da gestão territorial, e que poderão ser observadas na descrição das ações adiante.

Portanto, podemos afirmar que o caminho percorrido e os avanços constatados foram satisfatórios, especialmente diante de um cenário de incertezas que se desenha em âmbito nacional, ameaçando fortemente a garantia dos direitos socioassistenciais.

DISTRITOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (DAS)

Em 2016, o Grupo de Trabalho dos DAS (GT de DAS), através de reuniões mensais com toda equipe técnica e coordenação dos cinco Distritos de Assistência Social avançou de forma satisfatória com as discussões iniciadas em novembro de 2014 e sucedidas em 2015, de modo a evidenciar as ações dos DAS, através dos eixos: Gestão da Macrorregião, que envolve o conhecimento e articulação do território; e Atendimento à população fora do território de CRAS.

Na gestão da macrorregião, reafirmou-se que o Distrito de Assistência Social é uma estrutura descentralizada da política de assistência social do município de Campinas, com função técnica, operacional, administrativa e de gestão; é responsável por gerenciar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da PSB do SUAS nas cinco macrorregiões do município, a saber: Leste, Noroeste, Norte, Sudoeste e Sul.

Sendo assim, e considerando-se a análise das equipes técnicas, bem como o Relatório de Informações Sociais (RIS) de 2014 e 2015 avançou-se no diagnóstico territorial no campo das características das regiões, especialmente acerca do território, da população a ele pertencente e da rede de serviços.

Tabela 1 - Dados quantitativos de 2016

Dados Quantitativos de 2016						
DAS		**LESTE**	**NOROESTE**	**NORTE**	**SUDOESTE**	**SUL**
No. Bairros de Abrangência	Região	264	75	184	184	270
	DAS	235	55	162	146	244
No. Habitantes	Região	248.939	133.086	212.342	253.061	316.671
	DAS	208.939	73.086	172.342	193.061	276.671

Fonte Nº de Habitantes por região: Fundação IBGE 2015 / RIS 2015.

Base de cálculo para N° de Habitantes no território de DAS: Subtrai-se 20.000 habitantes (5.000 famílias) por CRAS do Total de habitantes da região.

Como podemos observar, a extensão territorial dos Distritos se configura como desafio quando pensamos em gestão territorial e articulação com a rede socioassistencial e intersetorial. Em razão disso, abordaremos este assunto em um tópico específico, considerando também o papel do CRAS nesse processo.

No que se refere ao eixo Atendimento, torna-se importante destacar que para realizar o atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos moradores em territórios localizados fora da área de abrangência dos CRAS, os DAS contam com equipes técnicas da Proteção Social Básica.

Fundamentado no olhar da equipe para identificar as áreas de vulnerabilidade e risco social, bem como e, de modo especial, as potencialidades do território onde atuam, em 2015 caracterizou-se o perfil dos usuários e o atendimento à elevada demanda advinda de notificações.

De maneira complementar, em 2016, as equipes técnicas especificaram os tipos de demandas buscadas pelos usuários nos atendimentos dos DAS, referentes a outros setores, como: saúde, educação, habitação e sistema de garantia de direitos (SGD). Com relação ao trabalho social com as famílias atendidas nos DAS, por procura espontânea ou referenciada, o mesmo se caracteriza por:

- Acolhida e escuta individual;
- Levantamento de prontuário, atualização de informações e/ou elaboração de prontuário;
- Busca de informações com a rede socioassistencial e intersetorial;
- Utilização dos Sistemas (SIGM, SISNOV) para busca e registro do atendimento;
- Identificação da demanda e orientações;
- Reconhecimento das necessidades, direitos e desdobramentos necessários;
- Referenciamento para rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas;
- Agendamento para Cadastro Único;
- Visitas domiciliares;
- Ações pontuais realizadas de forma coletiva, conforme especificidade de cada território.

É importante destacar que a articulação com a rede está intrinsecamente vinculada ao atendimento dos DAS, quando da identificação dos serviços de referência da família; levantamento de informações junto à rede; encaminhamentos, referenciamento e contrarreferenciamento; definição de competências e atribuições dos serviços para as intervenções; planejamento e discussão das ações com parceiros da rede de atendimento à família; participação em reuniões intersetoriais.

Os atendimentos realizados desdobram-se, muitas vezes, em novas intervenções, dependendo das características, das particularidades familiares, da sua rede de apoio ou da rede de serviços do território. Quando isso acontece, realizam-se atendimentos diferenciados dos demais, que podem se estender por um período maior. Assim sendo e conforme direção estabelecida pela direção do DOAS desde o ano de 2014, o trabalho social desenvolvido nos DAS apresenta características distintas dos CRAS.

O quadro a seguir retrata, quantitativamente, os atendimentos dos DAS no ano de 2016:

Tabela 2 - Dados de Atendimento de 2016 (2).

Dados de Atendimento de 2016						
DAS		**LESTE**	**NOROESTE**	**NORTE**	**SUDOESTE**	**SUL**
No. De Famílias Atendidas		882	820	649	992	1.505
No. De Atendimentos Realizados		1.192	1.571	821	1.601	2.194
No. De Notificações 2016 (156; SGD; Defesa Civil; Demandas Espontâneas; demais políticas)	Região	204	80	102	172	391
	DAS	136	71	72	86	249

Base de cálculo para o número de notificações: a partir da entrada do documento no DAS.

Observa-se que o DAS Sul apresenta o maior e mais elevado número de atendimentos entre os DAS do município. Compreende-se que essa situação se caracteriza por diversos fatores, dentre eles:

- Número de bairros abrangido pelo DAS Sul, quase o dobro dos demais;
- Dimensão geográfica da região;

- Prevalência da população de baixa renda, especialmente de famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda;
- Aumento da população idosa no território.

Com relação ao registro técnico referente aos atendimentos realizados em 2016, trabalhou-se no processo de utilização do SIGM como ferramenta principal para registros dos atendimentos e coleta de informações pelas equipes dos DAS.

Os cinco distritos ressaltaram de forma positiva a participação dos representantes da equipe dos DAS na Comissão do SIGM e a aproximação junto à área de Vigilância Socioassistencial, os quais proporcionaram avanços importantes na construção de instrumentais para os registros de informações e no alinhamento do referencial de conceitos. Ademais, possibilitou-se a sistematização dos dados, maior visibilidade e qualificação dos atendimentos realizados pelas equipes, além de ter colaborado para um melhor conhecimento e diagnóstico da região.

O exercício freqüente de consulta às ferramentas, a correta operacionalização dos sistemas de registros e sistematização dos dados são elementos importantes que auxiliam na construção do diagnóstico territorial. Embora tenhamos observado importantes avanços, ainda se faz necessária a utilização sistemática do SIGM por todos os profissionais que compõe as equipes técnicas dos DAS.

Nesse processo, os serviços também se organizaram para o atendimento simultâneo junto à equipe do Cadastro Único, procedimento que qualificou o acolhimento das famílias e indivíduos e favoreceu um maior número de inclusões, reduzindo o número de famílias sem cadastro. A realização do cadastro em domicílio também possibilitou maior inclusão das famílias no Cadastro Único.

Entretanto, as equipes ainda observam que a maioria dos usuários atendidos nos distritos não possui cadastro, pois muitos vêm ao serviço para uma demanda pontual e não retornam para sua efetivação ou por falta de documento. Portanto, a sensibilização da população atendida pontualmente à adesão ainda se mostra um desafio.

Para 2017, os profissionais apontam a necessidade de avançar no registro no SIGM simultaneamente ao atendimento e na extração dos relatórios informativos para monitoramento dos registros, além de aprofundar o conhecimento do sistema para a efetiva exploração de todas as funcionalidades disponibilizadas pelo mesmo. Com relação à interface com a equipe do Cadastro Único, indica-se a consolidação de reuniões sistemáticas entre as equipes, visto que tem se mostrado um instrumento importante para avaliação das ações e integração entre os profissionais.

Outro aspecto analisado nos encontros refere-se aos procedimentos para inclusão em serviços, programas e benefícios, nos quais consideram-se o perfil da família em relação aos critérios dos programas, sua autonomia em querer ou não os acessar e a disponibilidade de vagas. Neste sentido, realiza-se a análise de critérios; orientação e avaliação de documentos; preenchimento de formulários de cadastro; agendamento e encaminhamento para o Cadastro Único e INSS/BPC; e atendimentos decorrentes da inclusão como, por exemplo, para complementação de documentação, informação e intervenção.

Referente ao fluxo de contrarreferenciamento, conforme diálogos permanentes entre a direção do DOAS, o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia de Direitos o mesmo se encontra estabelecido com o Conselho Tutelar, 156, Disque Direitos Humanos (DDH) e Protocolos. O fluxo entre as proteções, rede socioassistencial e saúde encontra-se em processo de fortalecimento por meio do GT Interproteções, GT SCFV e GT Saúde Assistência, respectivamente.

Segundo análise das equipes dos DAS e desta Coordenadoria, o GT de DAS foi uma ação estratégica que impactou no primeiro desafio do planejamento estratégico, uma vez que suas atividades resultaram no:

- Fortalecimento da identidade do DAS,
- Reconhecimento enquanto referência de atendimento à população fora do território de CRAS,
- Fortalecimento e integração das equipes técnicas (unidade da ação e do atendimento),
- Qualificação do atendimento com a apropriação e utilização dos sistemas de informação.

Cabe destaque ao reconhecimento do GT de DAS como um espaço que, apesar de buscar unidade para as ações, reconhece e respeita as particularidades e os diferentes fazeres das regiões, possibilitando troca de experiências.

Partindo dessa constatação, no processo conclusivo do trabalho, o grupo propôs a continuidade do GT com indicação de novos temas de discussão, sendo eles:

- Avançar na utilização do SIGM para desburocratização do trabalho através do registro online;
- Aprofundar a integração com a rede socioassistencial e intersetorial em um território tão ampliado (gestão territorial);
- Garantir espaço para troca de experiências e debate sobre temas pertinentes ao cotidiano do serviço.

Indicou-se ainda a ampliação das equipes técnicas do DAS, com ao menos 1 psicólogo nas regiões que ainda não contam com este profissional.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Em 2016, por meio das reuniões mensais sistemáticas entre a Coordenadoria Setorial da Proteção Social Básica, Coordenadoras de DAS e Chefias de Setor de CRAS, deu-se continuidade ao processo de reordenamento das ações dos CRAS visando avançar no sentido do fortalecimento da gestão e qualificação das ações.

Desse modo, o processo de construção da gestão da PSB, aqui em específico aos CRAS, vem se desenvolvendo de forma continuada, pautada nos seguintes princípios: 1)fortalecimento do papel de gestor local; 2) qualificação das discussões dos processos de trabalho e ações realizadas pelas equipes; 3) conhecimento do território e reconhecimento do público prioritário; 4) planejamento e análise das ações adotadas; 5) gestão territorial, no âmbito das relações entre as proteções Básica e Especial e com os SCFV; 6) constituição de mecanismos de participação dos usuários no processo de avaliação das ações dos serviços, este último exige ainda um prazo mais estendido.

Segundo avaliação do grupo, as reuniões se tornaram um espaço formativo, de aprendizado e produções; complementar à prática diária dos serviços; de confiança e de diálogo, que reconhece e respeita os diferentes fazeres das regiões, possibilitando troca de experiências, integração e formação em serviço. Como resultado, as chefias apontam o alinhamento de conceitos e direcionamento em torno da política; a construção de uma linguagem comum, respeitando as especificidades (unidade entre os CRAS); a construção da identidade do grupo e o amadurecimento das chefias enquanto gestores.

Conforme relatado, o planejamento estratégico constitui ferramenta principal para construir a unidade de ação entre os serviços, considerando suas especificidades. Assim, as reuniões se organizam em dois momentos distintos, porém extremamente imbricados: encontros de discussão de temas, processos de trabalho e monitoramento do planejamento.

Nesse sentido, foram 08 encontros destinados às discussões de temas apontados no decorrer do processo, análise dos dados de atendimento e a constituição de processos de trabalho e planejamento. Especificamente, foram elencadas e discutidas com os gestores as seguintes pautas:

- Ressignificação das oficinas no PAIF e o papel do agente de ação social;
- Plano de Atendimento Familiar (PAF);
- Elaboração das atribuições das instâncias de coordenação de DAS, de CRAS e agente de ação social;
- Análise dos dados de atendimento, pacto de aprimoramento e índice de vulnerabilidade territorial;
- Censo SUAS;
- Comissão de análise – edital de chamamento 2017 – SCFV e Gestão Territorial.

De maneira complementar, realizou-se 04 encontros para o monitoramento e avaliação do planejamento, que permitiu ao grupo trocar experiências, perceber os avanços e entraves, reiterar os desafios ou declarar novos, visto que o objetivo do planejamento não é ser burocrático ou fiscalizatório, mas sim um processo que visa guiar as ações dos serviços a partir da reflexão sobre a realidade e condições dos mesmos.

Destacamos que para cada momento de monitoramento precedeu uma avaliação das equipes de trabalho que subsidiou as chefias nas discussões. Nesse sentido, percebe-se que houve um avanço significativo dos gestores no que diz respeito à compreensão da metodologia e

aplicabilidade do planejamento, que repercutiu positivamente nas equipes, através da reorganização dos processos de trabalho e avaliação mais realista do impacto das ações no território.

No processo de avaliação do planejamento estratégico, o grupo ponderou acerca das ações propostas pelos serviços, de modo que avanços consideráveis foram identificados nos desafios:

1 – Fortalecer a identidade da PSB no pressuposto da prevenção;

2 – Articular os serviços da PSB no território;

3 – Articular os serviços da PSB com os serviços da PSE;

4 – Articular ações da política de assistência social com as demais políticas sociais do território;

5 – Construir metodologias de trabalho na perspectiva da participação popular

6 – Garantir interface estreita da PSB com a área de Vigilância Socioassistencial.

A avaliação das ações que impactaram estes desafios poderá ser identificada nos tópicos seguintes.

A respeito do desafio 5 – Construir metodologias de trabalho na perspectiva da participação popular – admite-se que ainda é um caminho a ser fortalecido. O grupo reiterou o desafio, pois reconhece seu impacto positivo no trabalho social com as famílias e no qual, os CRAS também têm um papel fundamental a ser cumprido junto às comunidades do território no que diz respeito à busca da dinamização das relações, promoção da comunicação, a mobilização social e o protagonismo da comunidade, de forma que possam interferir e influenciar na construção da vida pública do território.

Os CRAS realizam o trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias (PAIF), o qual consiste em trabalho de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida de seus integrantes. Além disso, prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

O trabalho social com famílias no âmbito do PAIF define-se pelo “conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consangüíneos, afetivos e/ou de solidariedade”. (Caderno de Orientações do PAIF – Vol. 2)

Nesse sentido, o trabalho requer o reconhecimento de que as famílias e seus integrantes devem ser protagonistas de suas histórias e que a realidade socioeconômica e a vivência cultural compreendem o modo como os sujeitos se relacionam, as violências produzidas e as vulnerabilidades como resultados.

As ações que compõe o PAIF se constituem em um dispositivo cujo principal objetivo é promover a prevenção. Através da acolhida, das oficinas com famílias e de ações comunitárias, busca-se (re)construir as histórias individuais e coletivas, estimular a convivência entre familiares e outros residentes do território, a fim de se ativar vínculos familiares e comunitários que sejam protetivos e estimular a mobilização e a participação social.

A mudança de paradigma proposta pelo SUAS, principalmente para a Proteção Social Básica, tensiona a reflexão dos gestores e trabalhadores sobre a concepção das oficinas e atividades propostas pelos CRAS. Se antes a compreensão da Assistência Social era enunciada pela caridade, que para sua manutenção necessitava manter o outro na condição de subalternidade, no campo da proteção e dos direitos sociais essa concepção assume outro sentido. Para isso, indivíduos, famílias e comunidades precisam reconhecer as dinâmicas e as relações de poder que os sujeitam e os tornam vulneráveis às situações de violência e de desigualdade.

As oficinas e os grupos precisam superar o tecnicismo e funcionar como disparadores dessas reflexões, mediando à construção de estratégias para o enfrentamento das desigualdades. A partir dessa concepção, considera-se que o empoderamento de usuários e famílias não se constitui como processo disciplinar, passível de ser ensinado, mas resultado do reconhecimento do outro enquanto sujeito moral da ação .

O reordenamento dos serviços, iniciado em 2013, inaugurou nos CRAS um processo de revisão metodológica das atividades ofertadas. A direção do DOAS e coordenadoria da PSB articularam e promoveram espaços para o seu desenvolvimento, por meio de reuniões com as coordenadorias distritais e chefias de setor de CRAS, Grupos de Trabalho (GT), capacitações, encontros, dentre outras ações.

Neste sentido, os CRAS têm ofertado atividades que visam discutir desde conflitos familiares, a políticas públicas, questões de gênero, ciclos de vida, garantia de direitos e benefícios socioassistenciais, através dos grupos temáticos e/ou por meio de recursos lúdicos que facilitam a abordagem de temas relevantes às famílias e à comunidade, que, muitas vezes, não seriam possibilitados apenas com o recurso da fala. Geralmente, são conduzidas por profissionais de ensino superior (psicóloga/o ou assistente social) e de nível médio (agentes de ação social) da equipe dos CRAS e, em algumas situações específicas, por serviços ou projetos contratados.

Ainda que o emprego dessa metodologia seja recente nos CRAS do município e encontre dificuldades para sua realização, como a formação tradicional de alguns profissionais, insuficiência alguns materiais e a própria dificuldade de deslocamento de alguns usuários (insuficiência de auxílio transporte, distância, pavimentação precária e situações de vulnerabilidade relacional), consideramos que o processo tem se desenvolvido no sentido da consolidação desta prática. A seguir, destacam-se as ações coletivas realizadas com as famílias/usuários pelos CRAS e em parceria com a rede do território:

- CRAS Bandeiras: Grupo de orientação sobre o Cadastro Único e a PNAS desenvolvido nos acolhimentos; Grupo de acolhida às crianças das famílias atendidas no acolhimento; Grupo de convivência, de caráter continuado, com os moradores do condomínio Vilas de Taubaté; Grupo de convivência, de caráter continuado, com idosos sobre envelhecimento ativo; Grupo de convivência com adolescentes; Ações em parceria com o Centro de Saúde.
- CRAS Campo Belo: Grupos temáticos “Políticas Públicas” e “Cantando a Vida”; Oficina com jovens: violência contra a mulher e orientações para o mercado de trabalho; Oficinas socioeducativas com crianças e adolescentes; Oficina de artesanato com mulheres; Grupo de pais e responsáveis; Ação regional do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças de Adolescentes (18 de maio) em parceria com CREAS, CMDCA, FEAC, rede socioassistencial e centros de saúde do território; Ação local do Dia da Consciência Negra (20 de novembro) com a participação do Conselho Tutelar da região Noroeste; Oficina contratada de capoeira e coral.
- CRAS Recanto Anhumas: Oficina intergeracional de variedades artesanais e bordado; Passeio à Holambra/Exploflora; Oficinas de informática em parceria com Programa Juventude Conectada; Baile para os idosos em conjunto com líderes da comunidade; Oficina de dança circular aberto à comunidade; Ações coletivas em parceria com a rede socioassistencial: cortejo nas ruas do bairro do território visando conscientizar a população sobre o dia 18 de maio - “Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças de Adolescentes”, Tarde da Alegria, Encontro de jovens e Encontro de famílias.
- CRAS Flamboyant: participação na ação regional do dia 18 de maio; Passeio à Expoflora com os grupos de convivência; Grupo de orientação sobre o Cadastro Único; Grupo de convivência com enfoque em famílias beneficiárias de BPC; participação na Ação comunitária “Natal sem Zika” no mês de dezembro com as famílias do bairro Novo Flamboyant em conjunto com a rede socioassistencial, Educação, Saúde e Transforma Campinas; Grupo de coral em parceria com SCFV Seta Guaraçaí.
- CRAS Florence: Abordagem coletiva com famílias do acolhimento sobre informações dos serviços e benefícios oferecidos pelo CRAS; Grupo intergeracional (12 a 76 anos de idade); Grupo Família Viva, o qual participou do Coletivo Jovem; Oficinas de informática e cidadania em parceria com o SCFV Casa Santana e Programa Juventude Conectada; Ação coletiva com as famílias participantes do Programa Viva Leite no bairro Sirius em parceria com o Departamento de Segurança Alimentar; Rodas de Conversa com a Saúde e Esporte; Ação com Imigrantes Haitianos em parceria com a Cidadania, área de Vigilância Socioassistencial e Grupo de Apoio aos Imigrantes; Ações desenvolvidas junto a Rede Novas Atitudes.com (intersetorial); Oficina de Jiu-jitsu com o CRAMI; Oficina temática em parceria com o CEDAP; Roda de Conversa com a população em parceria com a defensoria pública.
- CRAS Satélite Íris: Grupo com famílias beneficiárias do Programa Viva Leite no território do bairro São Judas e no bairro Uruguai, este último em parceria com a Cultura e 3M; Oficina de capoeira em conjunto com o CRAMI; Oficinas das Artes; Oficina de costura – moda afro em

parceria com a Cultura; Rede Novas Atitudes.com (intersetorial); PTR na rede; Ação comunitária aos sábados com SCFV PROGEN e Educação.

- CRAS São Luís: Grupo "Curtir, Comentar, Compartilhar" com adolescentes; Ação no Dia da Mulher e realização da Oficina de boneca Abaomi no centro de saúde; Ação na Semana da Juventude; Ação no Dia da Consciência Negra; Ações em parceria com promotoras legais populares, CAPS AD, centro de saúde, CEDAP, Conselho Tutelar e escolas do território.
- CRAS Nelson Mandela: Oficina de mangá e Oficina da beleza no espaço do CRAS e descentralizada no bairro Jd. Nossa Sra. Aparecida; Ação coletiva “Vamos cuidar do meio ambiente” em parceria com a rede socioassistencial, centro de saúde e Secretaria do Verde; Ação Coletiva de Combate a Violência contra Mulher; Ação Coletiva de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças de Adolescentes; Segundo Sarau Cultural do DIC City; Rodas de conversa em parceria com o Projeto Guri.
- CRAS Novo Tempo: Ação Coletiva Outubro Rosa e Novembro Azul; Roda de Conversa “Mulheres unidas pelo direito a uma vida sem violência e defesa do bem viver” em parceria com a Casa Laudelina; e Sabadania em parceria com a rede do território.
- CRAS Campos Elíseos: Oficinas de pintura em tecido com adultos e crianças; Oficina de bordado com adultos e crianças; Oficina de informática em parceria com o Programa Juventude Conectada; Projeto Ecosbio em parceria com a Secretaria de Trabalho e Renda; Oficina de Sexualidade com adolescentes em parceria com o centro de saúde.
- CRAS Vila Réggio: Ação comunitária no bairro 7 de setembro, Rosalia IV, São Miguel do Piauí e São Luís para divulgação do CRAS; Oficinas de convivência (estratégia: crochê, pintura em tecido); Eventos temáticos: passeio à Holambra/Expoflora, Dia da Consciência Negra na Fazenda Roseira, Sexualidade da pessoa com deficiência na Fundação Síndrome de Down; Grupos/oficina de artesanato na comunidade e criação em mídias; Feira de Economia Solidária como fomento à geração de renda em conjunto com a Secretaria de Trabalho e Renda; Oficina de convivência sobre plantas aromáticas/condimentares com contribuição do Departamento de Segurança Alimentar e CATI; Passeata referente ao 18 de Maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças de Adolescentes) com a rede intersetorial; Oficina temática com o Teatro Maria Monteiro.
- CRAS Espaço Esperança: Grupos de convivência intergeracionais e inclusivos; Vivências coletivas com os usuários, dentro e fora do território, através da participação em passeios à Holambra/Expoflora, exposição “Sebastião Salgado”, Fazenda Roseira, ExpoMusic e debates; Caminhada da Paz (Cultura da Paz); Mobilização da comunidade sobre direitos e cidadania através da Rede Abraço; Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças de Adolescentes; Dia da Mulher sob o tema: não a Violência.

Considerando as especificidades de cada equipe e território, podemos observar que, de modo geral, houve um investimento dos CRAS na realização de ações coletivas pela equipe de trabalho e em parcerias com a rede intersetorial, com resultados positivos que impactam o trabalho social com as famílias e a comunidade, a saber:

- Ampliação do número de famílias atendidas, a partir da realização dos grupos do acolhimento e acompanhamento coletivo;
- Aumento da participação de famílias nos grupos a partir da busca ativa;
- Ampliação do conhecimento e da autonomia das famílias do território;
- Fortalecimento dos vínculos a partir das trocas culturais e de vivência entre pessoas;
- Reconhecimento do CRAS e sua importância no território pelos usuários atendidos pelo serviço;
- Aumento da participação crítica e protagonismo dos adolescentes e jovens;
- Aumento da participação social dos usuários dos grupos de convivência;
- Aprofundamento do debate sobre temas específicos relacionados aos direitos sociais, que fogem do âmbito paliativo;
- Desligamento de famílias em acompanhamento por superação da situação de vulnerabilidade;
- Maior aproximação de idosos com o CRAS, tanto na frequência em oficinas quanto na participação dos eventos coletivos (CRAS Recanto Anhumas);
- Acesso ao serviço pela população residente em bairros mais distantes através da descentralização de ações (CRAS Bandeiras, Florence, Nelson Mandela, Satélite, São Luís, Vila Réggio).

Apesar dos avanços descritos acima, ressalta-se como desafio encontrado na execução das ações coletivas: a dificuldade de encontrar outros espaços no território para realização de atividades descentralizadas; a carência de materiais gráficos para divulgação dos serviços e suas

ações; a infraestrutura do território que impede o acesso dos usuários à unidade do CRAS Campo Belo; a estrutura física dos CRAS Campo Belo e Flamboyant.

Sobretudo, as equipes apontam que a participação dos usuários no planejamento das ações do território ainda é tímida, tanto pela não superação da condição de subalternidade dos usuários, quanto pelo pouco acúmulo de metodologias que estimulem a participação popular. Observa-se que mesmo onde há iniciativa, como no Fórum da Região Norte, ainda permanece uma cultura de não mobilização.

Considerando-se que a participação no SUAS é uma diretriz, mas é também a metodologia e resultado esperado da atenção em serviços reiterou-se o desafio 5 do Planejamento Estratégico – Construir metodologias de trabalho na perspectiva da participação popular.

Ademais, com vistas à construção das ofertas do CRAS na lógica das ações continuadas e da potencialização das ações coletivas, deu-se continuidade à construção dos parâmetros para atuação dos agentes de ação social no CRAS a partir das normativas do MDS, editais da PMC, proposta de trabalho dos CRAS e realidade vivenciada. Neste processo, observou-se que a maioria dos agentes já desenvolve as atribuições propostas e, dessa forma, reafirmou-se seu papel no desenvolvimento das ações ofertadas à população no território.

Nesta perspectiva, visando fortalecer o papel dos agentes de ação social e qualificar as ações dos CRAS, ampliando as estratégias de trabalho do PAIF, durante o ano de 2016, os agentes de ação social participaram de diversas capacitações, conforme apontadas no início desse texto. De maneira geral, os profissionais avaliaram positivamente as formações, no que diz respeito à melhoria na compreensão do papel e a perspectiva do trabalho nos CRAS; maior integração entre os profissionais da equipe; o impacto significativo na execução das ações; e as relações com os usuários e os fins propostos. Com destaque para a formação “Convivência no SUAS”, que em muito corroborou com o processo de ressignificação das oficinas, no contexto do trabalho da PSB.

Com relação às ações para o atendimento do público prioritário nos CRAS, com vistas ao cumprimento do Pacto de Aprimoramento do SUAS, todos os CRAS apresentaram atividades específicas para os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), por meio da:

- Realização de grupos de orientação e reflexão com as famílias em descumprimento das condicionalidades;
- Encontros de orientações para as novas famílias inseridas no programa;
- Desenvolvimento de ações descentralizadas nos territórios de CRAS (Condomínio Vilas de Taubaté – CRAS Bandeiras, bairro DIC I – CRAS Nelson Mandela, bairro Jd. Uruguai, Jd. São Judas e Satélite Íris III – CRAS Satélite Íris);
- Inclusão das famílias, quando necessário, no acompanhamento e nos grupos de convivência/oficinas ofertadas pelo CRAS;
- Referenciamento para a PSE quando necessário.

A partir das reuniões do grupo de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, as equipes identificaram como principal desafio a dificuldade no diálogo com outras políticas, em especial com a Educação, no que tange a compreensão dos códigos de descumprimento informados pela escola, referentes à freqüência escolar dos alunos. Como estratégia, o CRAS Nelson Mandela, em conjunto com a coordenadoria de PTR e coordenação pelo PBF da Educação, realizou uma reunião com as escolas do território para esclarecimento de dúvidas e conceitos utilizados para sinalizar os motivos de ausências escolares. Tal ação foi avaliada positivamente, de modo que poderá ser ampliada em 2017 para os territórios que considerarem necessário.

As equipes também avaliaram a necessidade de trabalhar questões que ultrapassem a temática do descumprimento das condicionalidades, uma vez que se trata de um espaço com público numeroso e diversificado em suas demandas; de priorizar atendimento às famílias beneficiárias do PBF com efeito de advertência e bloqueio do benefício, visando o viés da prevenção; de realizar grupos de cunho informativo e reflexivo sobre objetivos, critérios e compromissos previstos (população e Estado) na normativa do PBF, focado nas novas famílias beneficiárias, com o objetivo de reduzir o número de famílias em descumprimento; de descentralizar os grupos para garantir um maior acesso da população do território; e de aproximação com as escolas, visando à qualificação do acompanhamento dos beneficiários do PBF.

Para o atendimento ao público do BPC, as ações dos CRAS se deram através do mapeamento junto à rede socioassistencial para identificação de beneficiários; referenciamento do público beneficiário para grupo de convivência com idosos e grupos de BPC dos CRAS; busca ativa; entrevistas domiciliares; atendimentos individuais; monitoramento de processos de solicitação de BPC e articulação com INSS para qualificação dos atendimentos; aplicação de questionários para compreensão e elaboração do perfil do público beneficiário (CRAS Vila Réggio); e realização de Oficina de Educação Financeira com idosos e beneficiários do BPC (CRAS Recanto Anhumas, Espaço Esperança, Campos Elíseos, Satélite Íris e Vila Réggio).

Avançou-se timidamente na inclusão do público beneficiário do BPC no acompanhamento pelo PAIF, desse modo, ainda se constitui como desafio para os CRAS o mapeamento deste público e a consolidação de sua participação nas ofertas dos CRAS, especialmente, nos grupos e oficinas. Outro aspecto se refere às ações de busca ativa, que, como método estratégico de efetivação do acesso e potencializador das ações de caráter preventivo também necessita de ampliação.

Outrossim, os serviços apontam que a organização da agenda dos entrevistadores do Cadastro Único, reservado para demanda espontânea do CRAS (acolhimento), a inserção da equipe do cadastro nas reuniões dos CRAS e a realização de grupos de orientação e reflexão a partir das condicionalidades do PBF em conjunto, contribuíram significativamente no atendimento do público prioritário, qualificaram o acolhimento das famílias e indivíduos e aumentaram a resolutividade de demandas.

Em relação ao Pacto de Aprimoramento do SUAS, cabe destacar que em Campinas, metrópole de mais de um milhão de habitantes, as ofertas socioassistenciais de Proteção Social Básica são realizadas pelos cinco DAS, 12 CRAS e 104 SCFV. No entanto, o PAIF é executado exclusivamente pelos CRAS. Desta forma, apresenta-se o seguinte cenário:

- Dos 14.825 beneficiários do BPC, 5.049 encontra-se em território de cobertura de CRAS. Desses, 180 famílias foram acompanhadas, atingindo-se um índice de 3,57%.
- Das 528 famílias beneficiárias do PBF em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, 281 encontra-se em território de cobertura de CRAS. Dessas, 70 famílias foram acompanhadas, atingindo-se o índice de 24,91%.

Como podemos observar e considerando as especificidades do município, avançamos em direção ao cumprimento das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS.

Outro aspecto a ser considerado é o acompanhamento familiar. Os dados a seguir demonstram mês a mês o número de famílias acompanhadas pelos CRAS, conforme informado mensalmente ao MDS através do Relatório Mensal de Atendimento (RMA):

Tabela 3 - Número de Famílias Acompanhadas pelo CRAS/PAIF 2016

Número de Famílias Acompanhadas pelo CRAS / PAIF (2016)													
REGIÃO	**CRAS**	**jan/16**	**fev/16**	**mar/16**	**abr/16**	**mai/16**	**jun/16**	**jul/16**	**ago/16**	**set/16**	**out/16**	**nov/16**	**dez/16**
Leste	Flamboyant	71	71	72	71	73	74	77	81	81	85	84	88
	Recanto Anhumas	106	98	105	107	109	106	104	96	103	102	95	97
Noroeste	Florence	56	57	58	58	61	61	60	64	62	61	63	66
	São Luís	97	98	97	92	90	86	85	89	89	91	91	92
	Satélite Iris	150	153	156	152	162	158	161	193	203	214	212	232
Norte	Espaço Esperança	113	104	112	103	101	101	101	62	59	59	56	57
	Vila Réggio	132	135	138	139	133	131	108	84	82	82	79	79
Sudoeste	Campos Elíseos	105	85	68	68	80	78	86	95	76	80	81	82
	Nelson Mandela	177	178	177	182	175	161	156	146	145	97	108	111
	Novo Tempo	198	198	198	199	199	199	199	203	201	204	204	199
Sul	Bandeiras	152	156	161	163	166	168	167	178	178	178	174	176
	Campo Belo	139	129	130	133	131	132	132	140	139	137	132	132
TOTAL		**1.496**	**1.462**	**1.472**	**1.467**	**1.480**	**1.455**	**1.436**	**1.431**	**1.418**	**1.390**	**1.379**	**1.411**

Por fim, conforme indicado no Caderno de Orientações Técnicas – Centro de Referência de Assistência Social (MDS, 2009), o número de famílias que vivem no território constitui parâmetro para a capacidade de atendimento do CRAS. Assim sendo, os CRAS com 5.000 famílias

referenciadas apresentam capacidade de atendimento anual estimada em 1.000 famílias. A tabela abaixo demonstra quantas famílias foram atendidas por CRAS no ano de 2016:

Tabela 4 - Famílias Atendidas em 2016

Famílias atendidas em 2016		
Região	**CRAS**	**Total**
Leste	Flamboyant	1.123
	Recanto Anhumas	1.416
Noroeste	Florence	1.495
	São Luís	1.234
	Satélite Iris	2.610
Norte	Espaço Esperança	1.955
	Vila Réggio	2.080
Sudoeste	Campos Elíseos	1.170
	Nelson Mandela	1.381
	Novo Tempo	2.150
Sul	Bandeiras	1.851
	Campo Belo	2.020
TOTAL		**20.485**

Como podemos notar, todos os CRAS atingiram a meta anual estipulada pelo MDS confirmando, dessa forma, que os CRAS vêm atingindo seus objetivos nos territórios de alta vulnerabilidade social.

GESTÃO TERRITORIAL

A Gestão Territorial nas cinco macrorregiões é conduzida pelas coordenadorias distritais e estão mais consolidadas. Nos microterritórios de CRAS é mais recente e encontra-se em processo de construção com o apoio do distrito. Além disso, considerando a gestão territorial como atribuição dos CRAS e mote transversal aos seis desafios, em 2016, conforme proposto pelo planejamento estratégico e em continuidade aos processos iniciados em 2015, as ações desenvolvidas neste âmbito buscaram impactá-los, conforme será descrito adiante.

Com a proposta de mobilizar os diversos parceiros da rede, com vistas ao diagnóstico de cada microterritório (identificação das potencialidades e fragilidades) e ao desenvolvimento de ações conjuntas mais efetivas, as reuniões intersetoriais são imprescindíveis e foram mantidas em 2016 nas cinco regiões administrativas do município. Em cada uma delas percebeu-se dinâmicas e desenhos próprios, bem como diversidade na execução de ações, na perspectiva da prevenção e fortalecimento das potencialidades do território.

Embora no território se consiga mobilizar pequenos grupos e serviços, observa-se que a participação nos espaços intersetoriais fica a critério de pessoas e há alta rotatividade dos profissionais das outras políticas, sendo importante a pactuação entre as políticas setoriais para garantir a construção de processos de trabalho.

Por este ângulo, o CRAS Espaço Esperança, CRAS Florence e o futuro CRAS São Domingos estão inseridos em um contexto singular, visto que estão alocados em local público que tem como proposta o uso e a gestão do espaço compartilhado entre diferentes secretarias, tais como Cultura, Esporte e Assistência Social e a comunidade, por meio de um Grupo Gestor. Sendo assim, conduzir esses processos têm se tornado um desafio para as equipes de trabalho dos CRAS e para a PSB, haja vista a necessidade de construir mediações para o desenvolvimento de ações intersetoriais e específicas de cada unidade.

Para além das intersetoriais, alguns territórios instituíram espaços de discussão de casos para o estudo conjunto da situação de famílias usuárias dos serviços do território, visando atender integralmente a família, delineando ações integradas de enfrentamento às situações de vulnerabilidade e risco de acordo com as demandas apresentadas. Estes espaços contaram com a presença de representantes das proteções básica e especial de média complexidade, centros de saúde e, em alguns territórios, escolas e conselho tutelar.

Em contrapartida, o DAS Leste avaliou que não foi possível efetivar a parceria e concretizar a proposta estabelecida nas reuniões entre Assistência e Saúde, para discussões acerca do atendimento conjunto nos casos de maior complexidade, devido à alta demanda e atenção dos profissionais da saúde nas ações contra dengue, chicungunya e zika. Assim, a articulação se limitou ao Comitê Regional de Arboviroses para o desenvolvimento de ações conjuntas no combate e eliminação dos focos de criadouros do mosquito Aedes Aegypti, por meio de mutirões de limpeza e discussões nos serviços sobre a importância no combate a essa endemia.

Por outro lado, os DAS Sul e Norte apontaram que outras articulações diretamente com os Distritos de Saúde foram desenvolvidas ao longo do ano, com reflexos positivos no referenciamento e condução dos processos de atendimento dos casos, inclusive com a participação sistemática de representantes técnicos dos CREAS nas reuniões da região Sul, tornando os fluxos mais ágeis e qualificando o referenciamento para acompanhamento nos serviços da PSE Média Complexidade.

Embora se tenha avançado na articulação com a saúde, as outras políticas participam mais timidamente dos espaços intersetoriais, assim, constata-se ainda como desafio a consolidação dessa interface, por meio do fortalecimento da representação das outras políticas sociais nesses grupos, garantindo, desta forma, maior consolidação das ações no território.

Neste sentido, o CRAS Satélite Íris tem se destacado na articulação com outras políticas através da execução do Projeto Novas Atitudes.com, o qual conta com a participação de 10 serviços entre as Secretarias de Assistência Social, Educação, Cultura, além da comunidade. Em 2016, a rede promoveu 4 formações para os profissionais/educadores que atuam no território visando a aproximação com os temas a serem trabalhados nas ações preventivas como oficinas, sessões de cinema, palestras, rodas de conversa, além de mobilização comunitária como o Cortejo 18 de maio e Consciência Negra.

Considerando as características dos territórios dos DAS e CRAS, em consonância com os desafios do planejamento, confirma-se a importância de fortalecer a intersetorialidade e a articulação com as demais políticas, para que o atendimento às famílias e a construção de estratégias para a realização da gestão territorial junto à rede socioassistencial sejam mais efetivas.

Nesta perspectiva, o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) teve continuidade durante o ano de 2016, mantendo o formato dos encontros do GT no âmbito central e nas macrorregiões. Assim, foram encaminhadas para os territórios as discussões e reflexões sobre o público prioritário, organização dos processos de trabalho e fluxos de referenciamento e contrarreferenciamento.

De acordo com a avaliação das regiões, o GT SCFV propiciou o compartilhamento de conhecimento, troca de experiências entre os serviços e uma melhor compreensão de papéis dos profissionais que compõe a rede; promoveu maior aproximação entre os serviços socioassistenciais dos territórios; fortaleceu a articulação entre os serviços da Proteção Social Básica; e, consequentemente, impactou no segundo desafio do planejamento estratégico – Articular os serviços da PSB. Destaca-se, ainda, o enriquecimento da discussão com a participação e contribuição de atores da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, o que também corroborou o terceiro desafio – Articular os serviços da PSB com os serviços da PSE.

Ademais, o GT SCFV viabilizou o início do processo de gestão territorial nos territórios de CRAS, a partir da operacionalização das ações propostas no GT SCFV Ampliado. Com isso, foram iniciadas as discussões nos microterritórios de CRAS para realização de um diagnóstico inicial sobre o público atendido nos SCFV e sua vinculação com os CRAS / PAIF e os CREAS / PAEFI, agregando, também, em sua leitura a localização espacial desses serviços para entender as demandas, as potencialidades e as fragilidades do atendimento e do território.

Neste sentido, como primeiro passo para reconhecer o CRAS enquanto gestor das políticas executadas no território, os CRAS Vila Réggio, Espaço Esperança, Satélite Íris e Florence instituíram reuniões sistemáticas com a rede socioassistencial do microterritório; o CRAS Flamboyant realizou visitas aos SCFV do microterritório em conjunto com a CSAC para aproximação, alinhamento dos atendimentos e sensibilização para o desenvolvimento de ações no território; o CRAS São Luís realizou reuniões pontuais com a rede para discussão de casos e fluxos; o CRAS Florence, a partir da reunião sistemática com SCFV e discussões de casos, realizou atendimentos domiciliares em conjunto; o CRAS Satélite Íris realizou um planejamento em conjunto das ações com famílias atendidas pelo CRAS e SCFV através da Rede Novas Atitudes.com, Rede Territorial Satélite e Rede Rosina.

Os 12 CRAS destacam o avanço nas discussões acerca dos conceitos, metodologia e público prioritário; a aproximação e fortalecimento do diálogo entre os SCFV e o CRAS; a maior interlocução entre os serviços; e o reconhecimento e apropriação do território de atuação.

A rede socioassistencial é heterogênea e os territórios encontram-se em momentos distintos no que diz respeito ao processo de gestão territorial, diferenciando-se de acordo com a história e a característica de cada um. Diante disso, o grande desafio pauta-se na organização do fluxo de referenciamento e contrarreferenciamento e execução de ações protetivas, de forma integrada e territorializada.

Além disso, dada às especificidades dos DAS, sua extensão territorial, quantidade de serviços executados pela rede conveniada e atual composição da equipe para atendimento das demandas, exige-se a elaboração de um fluxo diferente do microterritório de CRAS. Outrossim, sob responsabilidade do DAS Sul, o SCFV Vila Formosa, único serviço de execução direta, permanece em funcionamento e em processo de reordenamento, sendo o equipamento de assistência social de referência no território por realizar a articulação intersetorial, promover ações em parceria com o Programa Juventude Conectada, Universidade e escola de Valinhos, Cultura e Esporte, bem como realizar orientações sobre os serviços, programas e benefícios socioassistenciais à população do território.

Todas as regiões apontaram dificuldades com relação à representatividade dos serviços nas reuniões dos GT's Ampliado e Regional devido à rotatividade de profissionais das Organizações da Sociedade Civil (OSC's) ou pela pouca apreensão da proposta do espaço. Frente a isso, com o intuito de incluir toda a rede do território no processo de discussão acerca do reordenamento do SCFV e efetivar a gestão territorial, as coordenações distritais realizaram algumas visitas e contatos com as coordenações das OSC's, porém, ao encerrar o ano, ainda se observou algumas ausências.

Para 2017, indica-se a (o):

- Continuidade das reuniões mensais regionais com a inclusão dos agentes de ação social (CRAS e SCFV Vila Formosa) e educadores (OSC's), com vistas a avançar nas discussões/reflexões acerca do processo de reordenamento, principalmente quanto às situações prioritárias e efetivação dos fluxos de referenciamento e contrarreferenciamento. Esse indicativo também foi reiterado nos grupos da formação "Convivência no SUAS";
- Fortalecimento da articulação estabelecida no decorrer de 2016 entre os serviços da rede, as proteções básica e especial e a área de Vigilância Socioassistencial/CSAC;
- Criação de estratégias de participação de toda a rede do território;
- Planejamento das atividades com a rede a fim de garantirmos discussões condizentes com as expectativas;
- Continuidade ou instituição de reuniões sistemáticas junto às OSC's do microterritório de CRAS, com intuito de avançar no processo de gestão de territorial.

Outro processo que respondeu ao terceiro desafio do planejamento estratégico, que se deu no âmbito central e desdobrou para as macrorregiões, refere-se ao GT Interproteções. Através de reuniões sistemáticas no território entre representantes dos serviços de execução direta da PSB e PSE, buscou-se qualificar a articulação entre as diferentes proteções.

A região Norte, Sudoeste e Leste avaliaram que as reuniões estiveram esvaziadas em alguns momentos devido, principalmente, à dificuldade de estabelecer uma agenda sistemática entre os participantes, e que o processo ocorreu de forma morosa, através da (re)apresentação dos

serviços e discussões dos entraves do fluxo de atendimento, que haviam sido consensuadas no GT central.

Embora de forma ainda inicial, identificou-se resultados positivos com a instituição de algumas ações entre as proteções, tal como a troca de informações (listagens) entre os serviços e a organização preliminar de um fluxo de referência e contrarreferência nos territórios de DAS e CRAS, considerando as realidades e suas especificidades.

Os serviços apontaram maior resolutividade e integração entre as proteções no atendimento das demandas apresentadas nas discussões dos casos de maior complexidade; o reconhecimento das famílias residentes no território de CRAS que são atendidas pela rede; e o início da elaboração do plano de atendimento da família em conjunto.

Os territórios encontram-se em momentos distintos de acordo com a história e a característica de cada um, especialmente as regiões Sul e Noroeste por já contarem com os CREAS territorializados. Com isso, observa-se maior presença dos CREAS nas ações de articulação em rede e trabalhos coletivos, tal como o atendimento domiciliar em conjunto CRAS e CREAS para futura elaboração do plano de atendimento compartilhado realizado no território do CRAS Florence e o atendimento coletivo às crianças, adolescentes e famílias em conjunto pelo CRAS Satélite Íris e CRAMI, através da capoeira como estratégia de grupalização.

Cabe destacar que a participação da PSE Média Complexidade tem se ampliado para as reuniões territoriais com a rede socioassistencial e intersetorial, para além do GT Interproteções, inclusive, na região Noroeste e Sul, a rede socioassistencial de média complexidade tem composto os espaços e discussões.

Outrossim, a discussão de casos foi fundamental para a problematização do fluxo e um melhor conhecimento por parte dos representantes acerca dos serviços oferecidos, rede conveniada e territórios de abrangência. Inclusive, nas regiões Sul e Sudoeste evidenciou-se o aumento no número de solicitações de atendimento de idosos que apresentam maior complexidade e a insuficiência de serviços das diferentes políticas para atendimento desta demanda.

Mesmo reconhecendo a melhoria da articulação entre as proteções sociais- básica e especial, ainda temos muito que avançar no que se refere ao alinhamento do trabalho que cabe a cada proteção e suas intersecções como, por exemplo, o atendimento às famílias beneficiárias do PBF, em descumprimento das condicionalidades, que estão em acompanhamento pela PSE Média Complexidade.

Para 2017, as reuniões regionais serão mantidas com o propósito de:

- Enfrentar o desafio de fortalecer o grupo com a participação sistemática de todas as proteções;
- Incluir toda a rede socioassistencial da PSB e PSE neste GT;
- Estreitar o diálogo com as equipes do SESF (Serviço Especializado de Proteção Social à Família);
- Aprimorar e dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido em parceria com as proteções na perspectiva de construção de fluxos operacionais de trabalho para que haja maior integração dos planos de atendimento às famílias atendidas no DAS, CRAS e CREAS;
- Fomentar discussões sobre o Protocolo de Gestão Integrada para reflexão sobre os processos de trabalho entre os serviços da PSB e PSE;
- Reduzir a discussão de demandas pontuais e qualificar os espaços coletivos existentes.

Para um diagnóstico qualificado das vulnerabilidades socioterritoriais para a Gestão Territorial, é essencial a interface estreita com a área da Vigilância Socioassistencial para produção e sistematização das informações das regiões e dos microterritórios, de modo a evidenciar as particularidades e compreender os movimentos e dinâmicas para além dos limites geográficos administrativos.

Embora permaneça o desafio de avançar na construção de indicadores territorializados, considerando as singularidades, de forma a se aproximarem das necessidades da população, os serviços destacam o RIS, o mapa da rede de serviços, os dados dos beneficiários dos PTR, o Censo do IBGE, dentre outros, que oferecem subsídios às reflexões acerca das ações preventivas necessárias a serem desenvolvidas nos territórios.

Nesta perspectiva, os DAS e CRAS indicam a continuidade ou criação de grupos de trabalho (GT's) junto à rede intersetorial e socioassistencial, visando o aprimoramento do diagnóstico territorial, bem como a necessidade de aperfeiçoar os relatórios gerenciais do SIGM que permita o cruzamento de informações entre os serviços.

De maneira geral, tanto quando nos referimos ao GT interproteções, quanto ao processo de reordenamento dos SCFV, ou aos espaços intersetoriais, observa-se que nem todos os serviços e OSC's participam regularmente das discussões, o que compromete a definição de encaminhamentos para o território e fragiliza sua resolutividade frente às questões discutidas nestes espaços.

Todavia, progredimos na perspectiva do fortalecimento das articulações nos territórios, tanto com a rede socioassistencial, quanto entre as proteções, resultando na identificação das fragilidades do território e otimização das suas potencialidades, permitindo caminhar no exercício da prevenção e da Gestão Territorial.

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)

De acordo com o Conselho Nacional de Assistência Social, através da Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, em seu Capítulo 1, Art. 2, que "dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV" e dá outras providências, "o SCFV é um serviço de Proteção Social Básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o

Desta forma, desde o ano de 2014 o município vem realizando diversas ações para garantir o reordenamento dessa rede, através de um trabalho coletivo o qual congrega desde os profissionais dos SCFV à gestão pública, considerando a história das Organizações da Sociedade Civil (OSC) no município e a cultura da população na forma de utilizar estes serviços.

Grupo de Trabalho sobre SCFV Ampliado e Regionais

O Grupo de Trabalho Ampliado para o reordenamento da rede de SCFV do município (GT SCFV Ampliado), que ocorre desde agosto de 2014, foi criado pela necessidade da integração dos serviços que compõe a Proteção Social Básica (DAS, CRAS e SCFV), maior rede de serviços da assistência social do município, distribuídas nas cinco regiões administrativas. O objetivo principal deste GT é construir coletivamente metas, estratégias e ações visando o reordenamento dos SCFV, conforme pactuado entre o município e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2013, o que resulta em uma mudança paradigmática na oferta destes serviços. Isso significa, entre outras metas, buscar:

- Destinar e atender 50% das metas conveniadas o público prioritário, especialmente relacionado à Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, conforme preconizado pelo SUAS;
- Qualificar os conceitos descritos nas normativas sobre as 11 situações prioritárias, até o final de 2016;
- Rever a metodologia de atendimento, com base nos princípios de convivência e de fortalecimento de vínculos sociais e comunitários;
- Organizar o fluxo de referência e contrarreferência, principalmente, entre os SCFV, CRAS, DAS e CREAS.

Os GT's SCFV Regionais, sob condução das coordenadorias distritais, enquanto extensão do GT SCFV Ampliado, se constituíram a partir de reuniões e articulações territoriais que já ocorriam e foram ressignificadas na proposta do reordenamento, como estratégias para uma gestão democrática, participativa e descentralizada. Através dessa proposta, as discussões para a viabilização do reordenamento são realizadas coletivamente nos territórios, junto às OSC's que executam os SCFV, através dos GT's Regionais e do GT Ampliado, de forma transversal e complementar.

Durante o ano de 2016, as principais metas trabalhadas foram: a formação "Convivência no SUAS"; a reflexão conceitual e metodológica acerca do público prioritário, que deve compreender

pelo menos 50% dos usuários dos SCFV; e a definição do fluxo de referência e contrarreferência para os SCFV.

Todas as ações desencadeadas pelo GT Ampliado favoreceram a qualificação dos serviços e demonstraram o propósito comum entre os participantes de um trabalho potente e transformador nos territórios. Além disso, o GT construiu um caminho em conjunto de busca, formações e, acima de tudo, propositivo.

Por considerarmos que a oferta integrada de serviços não é espontânea, mas depende da elaboração de fluxos, de metodologias, do investimento dos diferentes profissionais que compõe a rede, os espaços dos GT's Ampliado, Regionais e de outros que ocorrem nos microterritórios são conquistas dos trabalhadores do SUAS de Campinas e precisam ser preservados, pois se tratam de espaços coletivos de gestão. Para sua manutenção são necessários o comprometimento e a reivindicação de todos os que fazem parte desse processo.

Formação "Convivência no SUAS"

A formação "Convivência no SUAS" teve início no final de 2015 e seguiu durante todo o ano de 2016, passando por todas as regiões da cidade (Leste, Noroeste, Norte, Sudoeste e Sul). Cada região contou com turmas de, em média, 30 profissionais participantes, entre agentes de ação social e educadores e técnicos dos SCFV, CRAS e DAS. As turmas tiveram quatro encontros de 8h, totalizando 32 horas de formação.

Ao final do processo de formação em cada região, ocorreram os encontros de compartilhamento, com a finalidade de socializar as reflexões e saberes produzidos no processo. Estes encontros foram abertos a todos os profissionais da rede socioassistencial do município, configurando-se num processo de educação continuada.

Ao todo, foram oferecidas 10 turmas de formação e cinco encontros de compartilhamento entre dezembro de 2015 e dezembro de 2016, capacitando diretamente 324 profissionais.

Esta foi a maior formação já oferecida aos SCFV, em termos de estrutura, abrangência e número de participantes, viabilizada pela parceria entre a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS) e Fundação FEAC. Junto à equipe responsável pela formação e a FEAC, as coordenadoras de DAS foram fundamentais para sua operacionalização, participando ativamente desde a organização dos encontros até o acompanhamento das turmas.

Durante e após o processo de formação, os participantes avaliaram positivamente ambos os momentos, ou seja, tanto as turmas de formação, quanto os encontros de compartilhamento.

Através de uma metodologia vivencial, a equipe responsável pela formação conduziu o processo possibilitando a constante troca de experiências; conhecimento da realidade de outros serviços; planejamento de ações em conjunto, experimentando a convivência e fortalecendo a rede. Os participantes manifestaram o sentimento de motivação e o desejo de colocar em prática o que aprenderam, além do fortalecimento do trabalho em rede.

Outro grande diferencial desta formação foi o protagonismo atribuído aos agentes de ação social e educadores. Historicamente o investimento em formação privilegia profissionais denominados técnicos, com ensino superior. Neste caso, houve uma inversão desta lógica ao considerar que os profissionais que atuam na ponta e estão numa relação estreita e sistemática com os usuários são os que mais demandam instrumentalização. A importância da participação direta dos agentes de ação social e educadores refletiu em um sentimento de reconhecimento, de estarem integrados às equipes e mais confiantes para se fazerem ouvidos, de acordo com o relato dos participantes.

Estudo e discussão sobre o Público Prioritário

No início de 2016, a partir do GT SCFV Ampliado, os profissionais apontaram a necessidade de discussões conceituais e metodológicas sobre as 11 situações apresentadas como público prioritário, dada a complexidade dos temas e em decorrência da exigência do MDS de que este público corresponda a, pelo menos, 50% do público total atendido nos SCFV.

Os profissionais, na ocasião, apontaram dificuldades na vinculação deste público às ações dos serviços, principalmente os adolescentes. Além disso, as situações prioritárias, atreladas a outras

políticas públicas, demandam uma atuação intersetorial, em rede, que precisava ser problematizada para a invenção de novas estratégias, como, por exemplo, os que estão "fora da escola ou em defasagem escolar", em que se compreende a Educação como parceira fundamental no processo interventivo.

Entendendo que este ponto gerava muitos questionamentos, a SMCAIS por meio do DOAS articulou um encontro com a Prof.as Dr.as Abigail Torres e Stela Ferreira, ocasião em que se iniciaram as reflexões sobre o tema.

Posteriormente, através do GT Ampliado, distribuíram-se as situações entre as cinco regiões, de forma que cada uma debatesse duas situações por mês nos GT's Regionais. Mês a mês, cada região fornecia os registros de suas discussões para a próxima região que seguiria com as duas situações prioritárias. Todo o processo foi acompanhado pela CSPSB, tanto na participação destas discussões, quanto na operacionalização do compartilhamento destes registros.

O processo de discussão nos territórios durou até outubro, quando todas as regiões haviam discutido todas as 11 situações prioritárias e realizado registros destas discussões. Nos dois meses seguintes, a diretoria do DOAS e a CSPSB realizaram a compilação do material e a interlocução com referências teóricas sobre os temas, a fim de se constituir um texto único e oficial, que foi legitimado pelo coletivo do GT Ampliado na penúltima reunião do ano, em novembro.

O processo de estudo e discussão das 11 situações prioritárias resultou em compartilhamentos, reflexões e aprendizagens, além do registro do conhecimento coletivo produzido. A finalização deste trabalho está prevista com a elaboração de um caderno que será divulgado por meio digital, no sentido de compartilhar o conhecimento produzido e para consultas em situação de dúvidas sobre o tema. A edição deste caderno está em avaliação.

Discussão sobre a concepção do Fluxo de referenciamento aos SCFV

Em paralelo ao processo de discussão do público prioritário, iniciou-se a discussão sobre o fluxo de referenciamento e contrarreferenciamento aos SCFV, inicialmente a partir do território de abrangência dos CRAS, considerando a especificidade de cada um.

Através dos GT's Ampliado e Regionais, os territórios construíram e apresentaram um mapeamento identificando visualmente os serviços, as principais potencialidades e dificuldades vivenciadas no cotidiano, além do fluxo de referenciamento e contrarreferenciamento utilizado pela rede dos territórios de CRAS, incluindo os CREAS como "serviço referenciador", assim como o levantamento das famílias atendidas pelos CRAS/PAIF, CREAS/PAEFI e pelas OSC/SCFV. Em seguida, procederam no cruzamento desses dados, identificando usuários e famílias em atendimento comum aos serviços.

Esse processo, conduzido pela diretoria do DOAS e a CSPSB, disparou a reflexão e problematização acerca do fluxo de referência e contrarreferência. Por isso, durante o ano de 2016, o trabalho focou o aprimoramento do conceito deste fluxo.

A discussão sobre o fluxo de referenciamento, a partir do mapeamento dos microterritórios e do cruzamento de dados, possibilitou, dentre outras:

- A qualificação das ações interproteções, fomentando a articulação do serviço ofertado;
- O reconhecimento das famílias e usuários atendidos pela rede socioassistencial;
- O reconhecimento e apropriação do território em que atuam;
- Estimular a referência do CRAS nos processos de gestão territorial;
- A aproximação com os princípios do SUAS, dentre eles, a complementariedade das ações dos SCFV.

Houve reflexões sobre a tradição de funcionamento individual dos serviços, que, fragmentados, são pouco efetivos nas demandas de seus usuários. Esta tradição comporta a atuação com base no familismo, em que a família se torna a única responsável pela superação de suas dificuldades. Com isso, pudemos sensibilizar a articulação entre os serviços, a fim de promover a responsabilização compartilhada pelo cuidado, compreendendo que o estabelecimento de vínculos das famílias e usuários com uma rede articulada promove relações de certezas, ou seja, favorece a proteção da família que sentirá que tem "com o que" e "com quem" contar.

Por fim, foi possível concluir a concepção do fluxo de referenciamento e contrarreferenciamento aos SCFV. A operação, ou seja, os instrumentais necessários para a materialização desse fluxo será objeto de trabalho no próximo ano.

Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC)

O SISC é uma ferramenta de gestão do SCFV desenvolvida pelo MDS e operada em conjunto com os municípios, por meio do qual é realizado o acompanhamento e monitoramento dos serviços executados, assim como a apuração dos atendimentos realizados, para fins de cálculo do cofinanciamento federal. A CSPSB, em conjunto com a área da Vigilância Socioassistencial, conduz o processo trimestral de inserção das informações coletadas junto à rede de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Atualmente o Município recebe cofinanciamento federal referente a 2.160 metas, das quais 1.080 constituem-se por "público prioritário". Em dezembro de 2016, dos 4.770 usuários inseridos no SISC, 2.405 encontravam-se em situação prioritária, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 5 - Situação Prioritária

Situação Prioritária – TODAS AS IDADES	Quantidade
I. Em situação de isolamento	66
II. Trabalho infantil	15
III. Vivência de violência e ou negligência	**1.887**
IV. Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos	45
V. Em situação de acolhimento	14
VI. Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto	7
VII. Egressos de medidas socioeducativas	3
VIII. Situação de abuso e/ ou exploração sexual	16
IX. Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	181
X. Crianças e adolescentes em situação de rua	110
XI. Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência	69
Público prioritário	**2.405**
Não está em situação prioritária	2.365
TOTAL	**4.770**

Fonte: Relatórios estatísticos das situações prioritárias (SISC – dezembro 2016)

Como é possível observar, a presença de usuários com vivência de violência e ou negligência é expressiva exigindo, cada vez mais, qualificação dessa importante oferta socioassistencial.

Em 2016, através do GT Ampliado, buscou-se fortalecer a interface entre Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, no que tange o referenciamento do público prioritário, conforme descrito acima.

Comissão de Proteção Básica do CMDCA

A CSPSB participou da comissão de Proteção Básica do CMDCA, a fim de acompanhar as discussões e pela proximidade do tema com os SCFV. Durante o ano de 2016, a comissão esteve em processo de reorganização interna, redefinindo objetivos, metas e ações que se desdobrarão no ano de 2017.

Compreendemos que a rede dos SCFV é heterogênea e algumas OSC's estão mais adiantadas no processo de reordenamento, variando de acordo com a história, a característica de cada uma, sua inserção territorial e a efetiva participação nos espaços de gestão coletiva, como os GT's. Por isso, o grande desafio do SUAS de Campinas é buscar a articulação entre os diferentes serviços que compõem o território, sendo importante o reconhecimento, o fortalecimento da rede e a valorização dos profissionais e serviços, bem como a apreensão do conceito de convivência e fortalecimento de vínculos para que os objetivos das atividades, oficinas e outras intervenções, também, sejam revistos.

Além disso, a diferença da abrangência de território sob responsabilidade de CRAS e de DAS exige que sejam pensados fluxos diferentes.

Com relação a 2017, propõe-se avançar no processo de reordenamento dos SCFV, de acordo com as diretrizes do MDS; discutir a instrumentalização do fluxo de referência e contrarreferência para os SCFV, nos territórios de CRAS; consolidar o uso do SIGM pelas OSC's; iniciar uma discussão sobre o fluxo dos SCFV em territórios de DAS; e a divulgação do caderno/glossário sobre as situações prioritárias discutidas pela rede durante o ano de 2016.

DESAFIOS AVALIADOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- Participação de representantes dos diferentes serviços nos espaços interproteções, intersetoriais e da rede socioassistencial, sendo importante o reconhecimento;
- Compreensão da rede de SCFV acerca do papel do CRAS na gestão territorial em relação ao papel de monitoramento da CSAC;
- Articulação com os serviços da PSE, a fim de se discutir casos, realizar inclusões no PAEFI, elaborar ações conjuntas e definir fluxos;
- Aumento da procura por serviços socioassistenciais em decorrência do agravo da situação econômica do país. Consideramos que é importante manter esse item, pois é um indicativo dos territórios e aponta para a redução dos PTR.
- Insuficiência de benefícios emergenciais, como auxílio-transporte e cartão-alimentação emergencial, para atendimento da demanda dos usuários;
- Atender o atual perfil da demanda X critérios estabelecidos pelo Programa Nutrir;
- Atender as demandas dos usuários que extrapolam a Política de Assistência Social;
- Morosidade nos processos de compra, gerando falta de materiais para atividades coletivas;
- Estrutura física dos CRAS Campo Belo, Flamboyant e Satélite Íris;
- Equipe de referência incompleta nos CRAS Campos Elíseos, Novo Tempo e Florence;
- Gestão dos espaços compartilhados (CEUs);
- Insuficiência de transporte para realização de busca ativa e ações descentralizadas;
- Realização da gestão que envolve o serviço e o posto descentralizado do Cadastro Único com a Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social;
- Inconstância na conexão do SIGM impactando os registros e os relatórios de informações de atendimento;
- Pouca utilização do SIGM pelos diferentes serviços, comprometendo a fidedignidade dos relatórios, com impacto no diagnóstico territorial;
- Percentual significativo de famílias atendidas pelos DAS sem Cadastro Único;
- Insuficiência de capacitações para o uso dos sistemas de informações e notificações: SISNOV e SICON;
- Diálogo com outras políticas, em especial com a Educação, no que tange a compreensão dos códigos de descumprimento de condicionalidades do PBF;
- Heterogeneidade das OSC, que variam de acordo com a história e a característica de cada uma;
- Apreensão do conceito de convivência e fortalecimento de vínculos, para que os objetivos das atividades, oficinas e outras intervenções sejam constantemente revisitados;
- A diferença da abrangência de território sob responsabilidade de CRAS e de DAS exige que sejam pensados fluxos diferentes.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Avanço nas discussões acerca dos conceitos, metodologia e público prioritário, a partir da participação nos GT's de reordenamento dos SCFV;
- Fortalecimento da articulação e diálogo entre os serviços da PSB nos territórios, facilitando as discussões de casos, atendimento do público prioritário e elaboração de planos de atendimentos integrados;
- Avanço nas discussões e melhoria do fluxo de referenciamento e contrarrefenciamento de usuários e famílias atendidas pela PSB;

- Maior interlocução entre coordenadoras distritais e chefias de setor de CRAS com a área de Vigilância Socioassistencial, especialmente com a equipe da CSAC no território;
- Sensibilização dos serviços quanto à importância do uso do SIGM e do SISNOV;
- Avanço na articulação com a Saúde;
- Ampliação da participação da PSE Média Complexidade nas reuniões territoriais com a rede socioassistencial e intersetorial, para além do GT Interproteções, nas regiões com os CREAS territorializados;
- Fortalecimento dos vínculos entre a comunidade e os serviços da PSB;
- Maior participação de usuários e famílias nas atividades dos CRAS;
- Acesso ao serviço pela população residente em bairros mais distantes por meio da descentralização de ações;
- Ampliação do número de famílias atendidas, a partir da realização dos grupos do acolhimento e acompanhamento coletivo;
- Implantação do posto de atendimento do Cadastro Único no CRAS Campos Elíseos e Bandeiras;
- Melhoria do atendimento ao usuário com a ampliação do espaço físico do CRAS Bandeiras;
- Melhoria do atendimento ao usuário e aumento do número de famílias cadastradas com a integração entre as equipes do Cadastro Único e DAS / CRAS;
- Efetivação do uso do SIGM nos CRAS e DAS, facilitando a organização do serviço, o planejamento e a gestão territorial, além de tornar o armazenamento das informações mais segura;
- Avanço no diagnóstico do território a partir dos dados sistematizados pela área de VS;
- Maior conhecimento dos profissionais e serviços acerca do território em que atuam;
- Realização da Formação “Convivência no SUAS” para toda a rede conveniada dos SCFV, além de profissionais dos CRAS e DAS, totalizando 324 profissionais capacitados diretamente;
- Reflexão conceitual e metodológica acerca do público prioritário com toda a rede da PSB, através dos GT’s Ampliado e Regionais, gerando um caderno/glossário a ser divulgado;
- Definição da concepção do fluxo de referência e contrarreferência para os SCFV.

METAS PARA 2017

- Ampliação de RH nos DAS
- Reposição de profissionais nos CRAS e DAS;
- Implantação de 1 nova unidade de CRAS (São Domingos);
- Contratação de supervisão / formação para as equipes de DAS e CRAS na perspectiva do trabalho social com famílias;
- Inclusão de toda a rede da PSB nos GT’s Interproteções regionais;
- Avançar no atendimento de famílias beneficiárias do BPC e PBF em descumprimento de condicionalidades;
- Mobilizar a participação da população para as pré-conferências e Conferência Municipal de Assistência Social;
- Construir metodologias na perspectiva do trabalho social e participação popular;
- Fortalecer as Chefias de Setor de CRAS e Coordenações de DAS no campo da gestão;
- Fortalecer a gestão territorial na perspectiva das relações interproteções, intersetoriais e rede socioassistencial e aprimoramento do diagnóstico do território;
- Avançar nos processos de mapeamento e diagnóstico territorial em interface com a área de Vigilância Socioassistencial;
- Articular com a área da VS e PSE Média Complexidade a capacitação das equipes para o uso dos sistemas de informações e notificações SICON e SISNOV, respectivamente;
- Continuar o processo de reordenamento dos SCFV, principalmente no avançar da discussão do fluxo de referência e contrarreferência, considerando as especificidades do território de CRAS e DAS, e no fortalecer dos GT’s que ocorrem nos microterritórios de CRAS;
- Consolidar o uso do SIGM para os DAS e SCFV;
- Divulgar o Glossário sobre as situações prioritárias discutidas pela rede socioassistencial durante o ano de 2016;
- Confeccionar material de divulgação dos CRAS e DAS.

2. COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA

A Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Média Complexidade População Adulta em Situação de Rua é composta pelos seguintes Serviços: Serviço de Abordagem Social (SOS Rua), Centro Pop Sares I, Centro Pop Sares II, Casa da Cidadania, Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT).

Segundo as autoras Bezerra, Vieira e Rosa existem pelo menos três modos de permanência das pessoas na rua: as que **ficam** na rua, as que **estão** na rua e as que **são** da rua.

As que **ficam** na rua são pessoas que, por conta de uma situação circunstancial econômica, saem de sua casa em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes em outra cidade e acabam dormindo nas ruas, albergues ou rodoviárias.

As que **estão** na rua são pessoas que não consideram a rua um local tão ameaçador e, por conta disso, passam a residir e a estabelecer relações com outras pessoas que vivem na ou da rua, construindo parcerias que as auxiliam a sobreviver social e financeiramente, a exemplo dos catadores de material reciclável, guardadores de carros e trabalhadores da construção civil.

As pessoas que **são** da rua são as que residem já há certo tempo na rua e, em razão deste tempo de permanência, acabam sofrendo um processo de descaracterização pelas condições que a vida na rua impõe, tais como uso de drogas lícitas e ilícitas, alimentação deficitária, falta de rotina com horários preestabelecidos, exposição a vulnerabilidades, doenças e violências.

A nomenclatura utilizada pelos serviços socioassistenciais que atendem a população em situação de rua no município, parte da mesma concepção elaborada pelas citadas autoras. Entretanto, ao se considerar a singularidade, história e o momento atual de cada sujeito, a rede socioassistencial optou pela seguinte classificação: morador de rua, morador de mocó, munícipe, ex- morador de rua, migrante, morador de pensão e abrigado (acolhido). Cada uma dessas pessoas tem características peculiares e, portanto, exigem e necessitam de abordagens e serviços que as englobem e considerem suas especificidades.

Semanalmente, ocorre reunião de cogestão com todos os serviços socioassistenciais de média e alta complexidades, incluindo serviços executados diretamente pelo poder público municipal e serviços prestados pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Nesse espaço são discutidos os fluxos, os impasses do trabalho em rede e os casos para referenciamento nas unidades de acolhimento institucional, quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

A metodologia participativa utilizada nas reuniões de cogestão proporciona processos de aprendizado, discussão e troca de experiências, maior compreensão do fenômeno, estimulando as equipes a revisitar constantemente as estratégias de trabalho adotadas, os resultados obtidos e/ou a necessidade de readequação nos processos de trabalho de maneira a melhor atender a demanda que se apresenta.

Descreve-se a seguir os serviços socioassistenciais que compõem esta Coordenadoria

SERVIÇO ESPECILIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA- CENTRO POP

Os Centros POP Sares I e II constituem-se em duas Unidades Públicas Estatais, com equipes técnicas compostas por servidores públicos concursados, conforme se demonstra a seguir:

Tabela 6 - Equipes Técnicas

Centro Pop Sares I	Centro Pop Sares II
1 Chefe de Setor (Psicóloga)	1 Chefe de Setor (Assistente Social)

3 Assistentes Sociais	6 Assistentes Sociais
2 Educadores de Arte e Movimento	8 Agentes de Ação Social
1 Psicólogo	2 Psicólogos
2 Agentes de Ação Social	2 Agentes Administrativos
1 Agente Administrativo	2 Apoios Operacionais
TOTAL- 10	TOTAL- 21

As Unidades Públicas estatais do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP - Sares I e II localizam-se na região central do Município, onde há maior concentração das pessoas em situação de rua. Constituem-se em espaço de referência à população usuária. A Unidade I se encontra em fase de qualificação. Em 2015 e 2016 efetuou-se a busca de novo imóvel para locação, infelizmente ainda não concretizada.

No que tange as equipes de trabalho observa-se que a Unidade I no correr de 2016 teve sua equipe ampliada de forma a atender as necessidades, restando ainda complementar a equipe de agentes de ação social e motorista, o que se planeja efetivar de forma concomitante a mudança de espaço físico. Com relação à Unidade II, esta possui equipes técnica e administrativa completas e condições de acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Em 2016 como a Unidade I passou a contar com funcionário administrativo em sua sede, os relatórios estatísticos passaram a serem emitidos separadamente por unidade a partir do mês de julho.

Os Centros POP têm como objetivo geral: constituir espaço de referência, encontro, socialização, acompanhamento social, visando à construção de novos projetos e trajetórias de vida, bem como a construção de saída das ruas.

O Serviço Especializado ofertado pelas Unidades I e II é realizado por meio das seguintes estratégias metodológicas:

Centro POP Sares I

- Acolhimento;
- Escuta qualificada;
- Busca ativa;
- Atendimento individual: pontuais, processuais e acompanhamentos;
- Visita Domiciliar;
- Encaminhamentos para rede socioassistencial e demais políticas setoriais.

Esta unidade oferta atendimento técnico para a população em situação de rua. Dentre as pessoas atendidas compreendem as que chegaram recentemente no Município e aquelas que estão há vários dias, meses ou até mesmo anos. A Unidade continua em processo final de reordenamento, faltando à complementação da equipe, agentes de ação social e de limpeza, bem como a locação de um novo espaço físico. Ambas providências já se encontram em andamento e devem ser efetivadas no decorrer do ano de 2017.

Centro POP Sares II

- Acolhida e escuta qualificada;
- Grupo de acolhida diário;
- Grupo de Garagem
- Atendimentos individuais: pontuais, processuais e acompanhamentos;
- Atendimentos grupais: Cidadania, Cine Amante das Artes, Café com Prosa, Coral, Inglês, Mulheres.
- Visita Domiciliares;
- Atividades coletivas: assembleias, jogos, confraternização mensal;
- Oficinas: Artesanato, Criação de Mídias e Memorial.
- Parcerias: Jardinagem- SANASA /APAE; COMEC Jardinagem, Lambe-lambe

- Encaminhamentos e ou referenciamentos para a rede socioassistencial e demais políticas setoriais.

A Unidade II também oferta atendimento técnico para a população em situação de rua. Dentre as pessoas atendidas compreendem as que chegaram recentemente ao Município, as que estão há vários dias, meses ou até mesmo anos, bem como espaço para a convivência, higienização pessoal, café da manhã e da tarde, além de contar com um Posto do Cadastro Único (que atende os Serviços da Rede Pop Rua) e um Telecentro (Juventude Conectada).

As citadas oficinas foram realizadas por meio de contratação ou parcerias: Artesanato, Criação de Mídias e Memorial foram contratadas por processo de licitação e se encerraram em fevereiro de 2016. No decorrer do ano estabeleceram-se outras parcerias com a Secretaria de Saúde, Trabalho e Renda, SANASA/APAE, COMEC e Obra Social São João Bosco. Tais atendimentos e atividades possibilitaram o fortalecimento da autoestima e identidade, o desenvolvimento de sociabilidade e o fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares, que oportunizam a (re)construção de novos projetos de vida com as pessoas usuárias do serviço, na perspectiva de viabilizar o processo de saída das ruas, buscando a interface com as demais políticas setoriais.

Dando continuidade ao processo de aperfeiçoamento de metodologias e estratégias de atendimento e intervenção junto a população em situação de rua atendida nos Centros POP I e II, assim como viabilizar espaço de reflexão sobre o trabalho já desenvolvido, o Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) viabilizou a contratação de Capacitação Externa, a qual desenvolveu um processo de formação a partir de proposta construída pela Coordenadoria Setorial de Proteção Social de Media Complexidade de População em Situação de Rua Adulta, Chefias do Centro Pop I e II e Coordenadoria Setorial de Proteção Social de Alta Complexidade de População em Situação de Rua. A metodologia adotada contemplou a formação co-participativa ou “formação em serviço” permitindo reflexão sobre as ações desenvolvidas no cotidiano de trabalho.

Considera-se como avanço no ano de 2016:

- Centro POP Sares II - estabelecimento de parcerias:

    1. Secretaria de Saúde – com uma agente de consultório odontológico, com grupo de prevenção e técnicas de escovação, bem como fornecimento de escovas e pastas.
    2. Organização da Sociedade Civil - COMEC – através da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida desenvolveram-se duas oficinas: uma de jardins suspensos e outra de artes: grafite e lambe-lambe.
    3. Organização da Sociedade Civil – Obra São João Bosco – parceria na divulgação de cursos, aproximação com os usuários, convite para conhecer a entidade. Estas ações foram acompanhadas por uma técnica do Centro POP Sares II e após a inserção em cursos.
    4. SANASA e APAE com oficina de Jardim Plano, com manutenção periódica.
    5. Voluntárias com oficina de Poesia Raikai, que se transformou em material para o Lambe-lambe.
    6. Dupla de Cantores – que apresentam periodicamente nas confraternizações com o quadro “Canta uma para mim”.

- Centro POP Sares II - I curso de informática ofertado pelo Programa Juventude Conectada.
- Fortalecimento do processo de cogestão dos serviços que compõem a rede de Média e Alta Complexidade POP Rua.
- Reunião semanal com a rede socioassistencial que compõem os serviços de Média e Alta Complexidades.
- Reuniões para discussões de casos nos Centros Pop Sares I e II, possibilitando a construção conjunta da metodologia de trabalho.
- No Centro POP Sares II o envolvimento dos usuários nas atividades, cuidado com o espaço, utilização do bagageiro, relações mais respeitosas com os funcionários e entre eles, organização da atividade Cine Livre, trazendo filmes e fazendo a escolha entre eles de forma democrática.
- No Centro POP Sares II - apropriação dos usuários pela sala multi uso com atividade aberta e livre de pintura em papel, tela, desenho, poesias, frases nas lousas instaladas.
- Na Unidade II - designação de 32 armários individuais para guarda de pertences, permitindo a permanência dos mesmos nos respectivos armários, após a saída diária do usuário do

serviço, sendo administrados pelos técnicos com contratos e o fornecimento de cadeados pelos usuários.
- Aprimoramento na organização das atividades do Centro POP Sares II, com planejamento das ações e definição de funcionários responsáveis, viabilizando escalas organizacionais: técnicos, agentes de ação social e limpeza.
- Contratação de Lavanderia para o Centro POP Sares II, facilitando a logística do serviço.
- Melhoria na relação e maior agilidade nas consultas junto a Defensoria Pública,via e-mail, telefone e pessoalmente, contribuindo significativamente nos atendimentos.
- Aumento de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único, sendo 318 casos novos e 103 atualizações.
- Início do Projeto Parceiros da Cidade: “Mão Amiga”, com desenvolvimento do Curso de Jardinagem, formando 15 pessoas em situação de rua, sendo que a maioria foi atendida pelo Centro Pop Sares I e II e referenciados ao Acolhimento Institucional.
- Ampliação da equipe do Centro Pop Sares I: uma Psicóloga, uma Assistente Social, dois Agentes de Ação Social, um Agente Administrativo.
- Maior número de pessoas atendidas e intensificação no processo de acompanhamento dos casos, a partir da reestruturação da equipe da Unidade I.
- Com a nomeação de um Agente Administrativo, para Unidade I, possibilitou-se a reorganização do setor administrativo: sistematização de dados, almoxarifado, arquivo morto (prontuários).
- Centro POP Sares I organizou a primeira confraternização com os usuários, com jogos, elaboração de cartões e presentes. O Museu de Imagem e Som (MIS) cedeu uma sala, possibilitando a Confraternização de Natal.
- Realização do I Sarau no Centro POP Sares II.

SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL DE ADULTOS - SOS RUA

O Serviço de Abordagem - SOS Rua é executado pela Organização da Sociedade Civil-Associação Cornélia M.E.V.H Vlieg, também responsável pelo Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT).

O Serviço de Abordagem Social - SOS Rua atende as cinco regiões administrativas do município, a saber: norte, sul leste, sudoeste e noroeste. Cada uma dessas regiões conta com uma equipe de referência, a qual é responsável por abordar e atender as pessoas em situação de rua. A equipe trabalha principalmente pautada na construção do vínculo, na articulação e no encaminhamento para a rede territorial. Atua principalmente, nos locais com maior concentração de pessoas, instrumentaliza grupos operativos com a população de rua no local onde habitam, podendo ocorrer em praças, entroncamentos, pontes e outros. Auxilia também na confecção da segunda via da documentação civil.

NÚCLEO DE OFICINAS DE TRABALHO (NOT)

O Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT) oferta quatorze oficinas: Ladrilho Hidráulico, Culinária e Nutrição, Projeto Parceria, Velas, Vitral Artesanal, Papel, Mosaico, Marcenaria, Serralheria,Costura, Eventos, Agrícola. Todas para pessoas que estão em processo de inserção social, retomam, por meio das Oficinas, hábitos da vida cotidiana e do trabalho, como horários, regras e gestão financeira.

CASA DA CIDADANIA

A Casa da Cidadania é um espaço coordenado pela Organização da Sociedade Civil Associação Beneficente Semear. Compõe a rede de proteção especial de média complexidade para a população de rua. Assim como o NOT, constitui-se em serviço complementar, essenciais para a convivência e a inserção produtiva no mercado de trabalho.

A Casa da Cidadania coordenada pela Associação Semear e com gestão pública desta Coordenadoria, foi reinaugurada em novo endereço, em um prédio reformado e adaptado, o qual

comporta mais de 300 pessoas. Atualmente atende em média 120 pessoas por dia. Oferta alimentação, espaço para higienização e convivência.

A alimentação é concedida por 16 grupos de voluntários das mais diversas religiões. Muitos destes grupos ofertavam alimentação nas ruas. Com a ampliação do novo espaço e a convite do gestor municipal, esses grupos passaram a ofertar alimento dentro do citado espaço, em condições dignas e humanas. Este equipamento funciona em horário complementar ao Centro POP, ou seja, das 16h às 22h.

ATIVIDADES REALIZADAS

No decorrer do ano de 2016, as duas Unidades de Centro POP atenderam 2.375 pessoas diferentes, totalizando 12.055 atendimentos.

Para melhor compreensão do trabalho desenvolvido e sua complexidade, pensou-se em traçar o perfil das pessoas atendidas por meio das seguintes variáveis:

- Faixa etária
- Escolaridade
- Sexo
- Estado civil,
- Documentação
- Categorização
- Caracterização
- Egresso
- Tipo de atendimento
- Atendimentos
- Atendimento por intervalo
- Cadastro Único
- Tempo de rua
- Ocupação/profissão
- Situação de moradia
- Referenciamento
- Resultado
- Acolhida geral Centro POP II.

A partir dessas varáveis, se apresenta os dados abaixo:

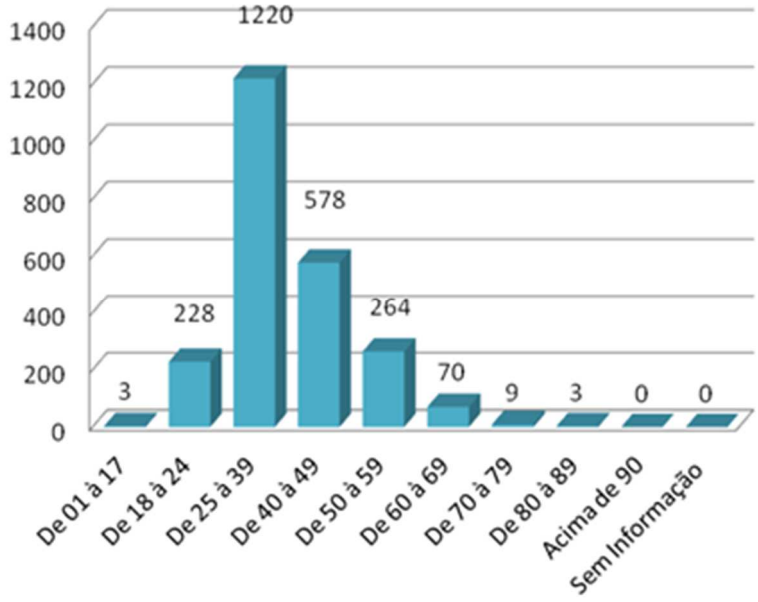


Gráfico 1 - Faixa Etária

Na análise da faixa etária das pessoas atendidas verifica-se a predominância de 25 a 39 anos, com 1220 pessoas, seguida de 40 a 49 anos com 578 pessoas e destaca que na faixa etária de 80 a 89 anos, identifica-se 03 pessoas em situação de rua.

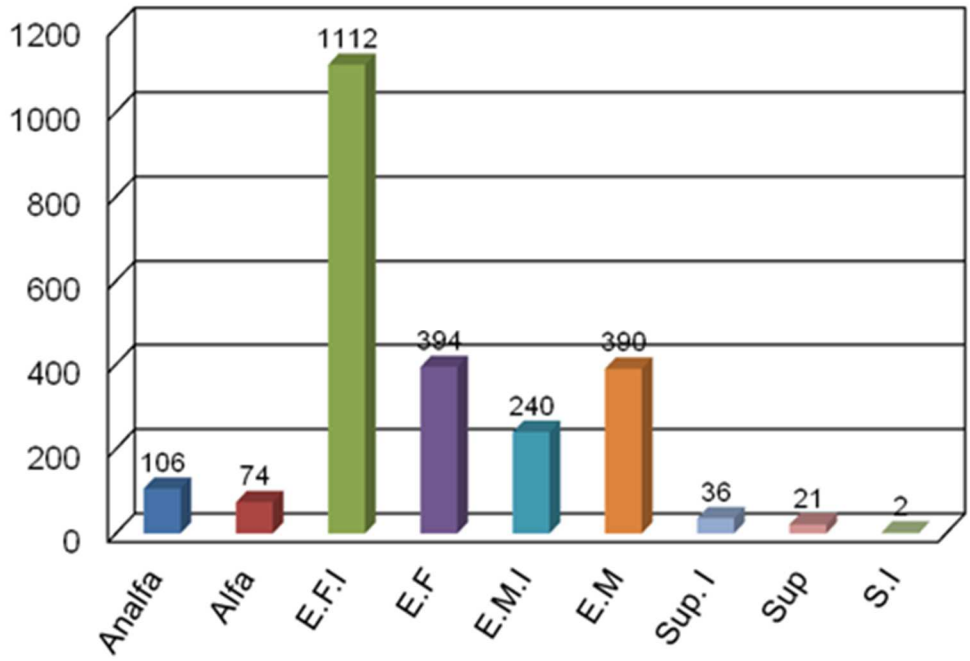


Gráfico 2 - Escolaridade

Quanto à escolaridade verifica-se que 1112 pessoas têm ensino fundamental incompleto, seguidos de 394 pessoas com ensino fundamental e 390 pessoas com ensino médio e destaca-se o atendimento a 21 pessoas com ensino superior completo, número muito superior ao identificado no ano anterior.

Quando analisamos faixa etária x escolaridade observa-se que a baixa escolaridade, a maior concentração do público atendido numa faixa etária extremamente jovem, assim como a falta de qualificação para o trabalho dificultam o acesso e/ou retorno ao mercado formal de trabalho. Destaca-se que a maioria das pessoas atendidas encontra-se em idade produtiva.

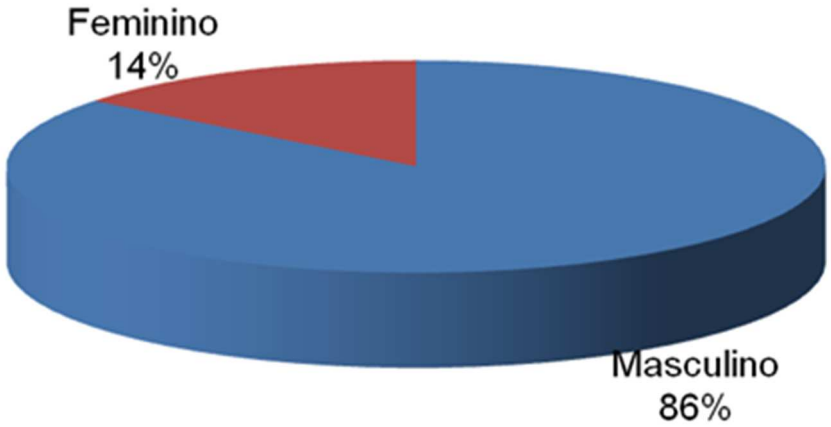


Gráfico 3 - Sexo

Como se observa a predominância entre as pessoas atendidas é do sexo masculino com 86% do total, enquanto 14% são do sexo feminino. Ressalta-se que houve uma redução do número de mulheres atendidas que em 2015 foi de 15,5 %.

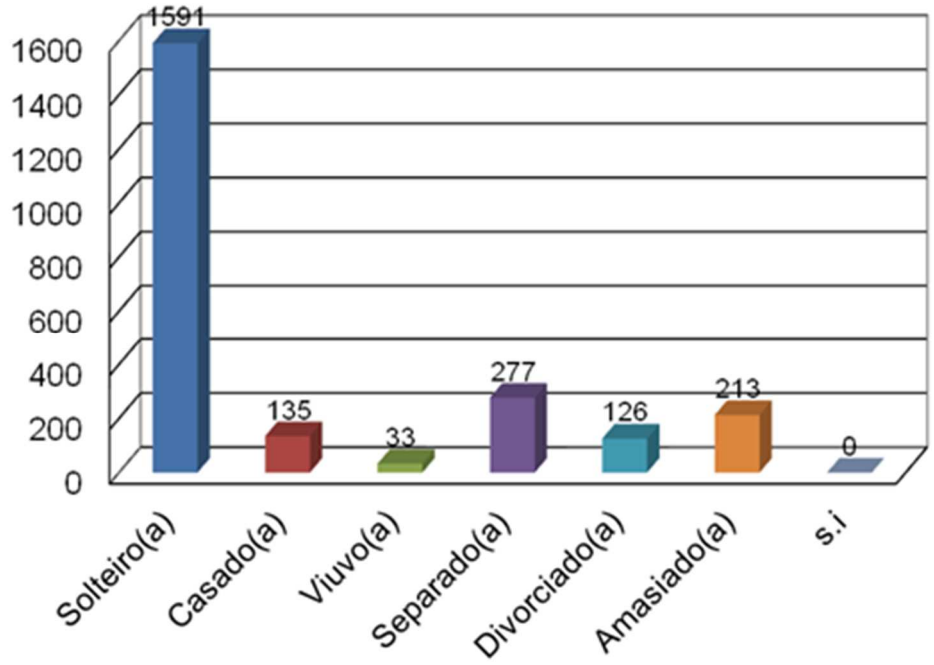


Gráfico 4 - Estado Civil

Quanto ao estado civil é clara a predominância de solteiros com 1591 pessoas, seguidos de 277 separados, sendo menor numero de viúvos com 33 pessoas.

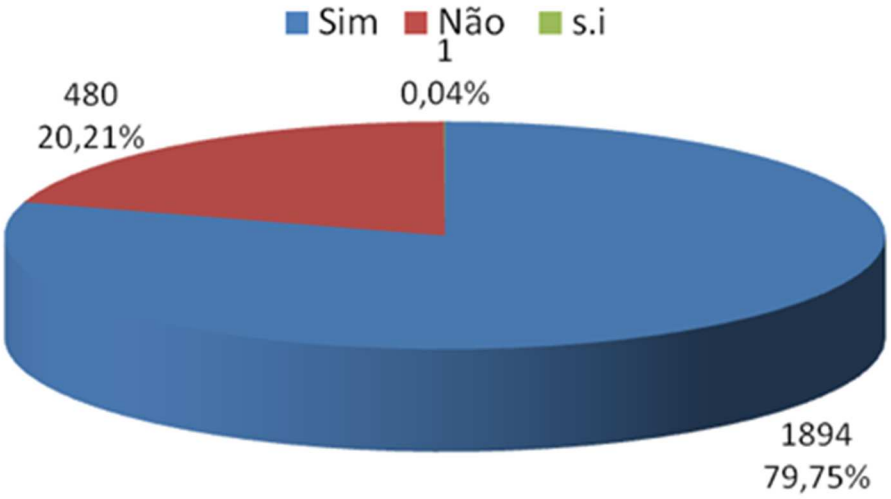


Gráfico 5 - Documentação

Nos atendimentos há predominância de pessoas com documentação, um total de 1894, que corresponde a 79,75%, enquanto que 20,21% não apresentam documentos.

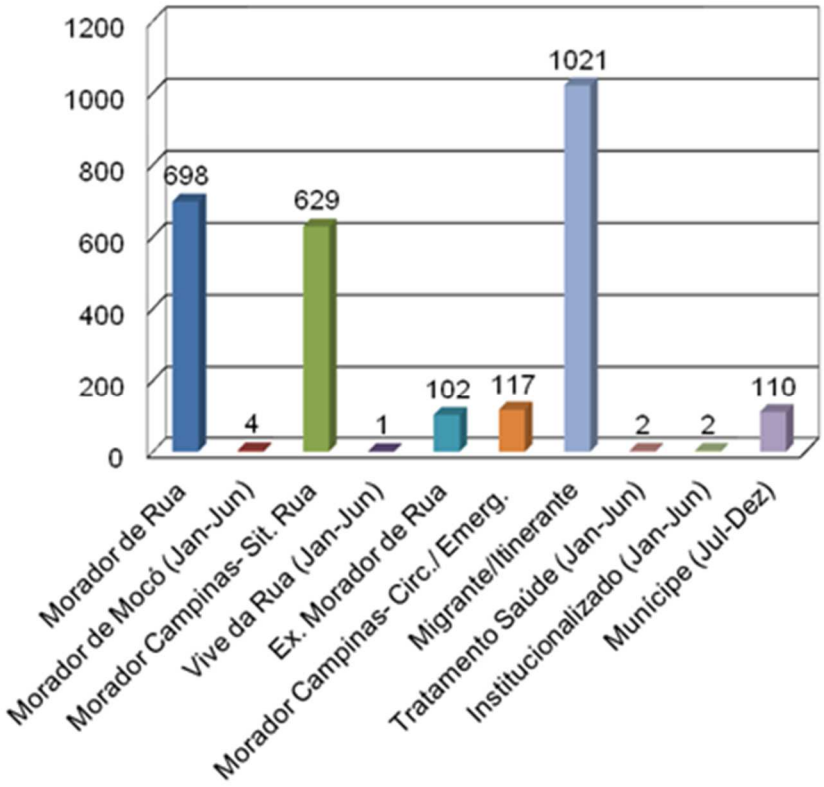


Gráfico 6 - Categorização

Verifica-se que houve predominância no atendimento de pessoas migrantes/ itinerantes - 1021, ou seja, pessoas que embora utilizem os recursos do município, não se fixam nele. Seguidos de 698 moradores de rua e 629 moradores de Campinas em situação de rua.

Ressalta-se que os dados apresentados e analisados referem-se a pessoas em situação de rua. Para facilitar a compreensão dos profissionais no atendimento, construiu-se uma categorização do público atendido, conforme os dados do gráfico acima. Destaca-se que o instrumental utilizado no registro das atividades foi revisto, portanto alguns dados foram tabulados semestralmente por terem sidos retirados ou acrescentados no instrumental. Enquanto que outros dados se apresentam de forma anual.

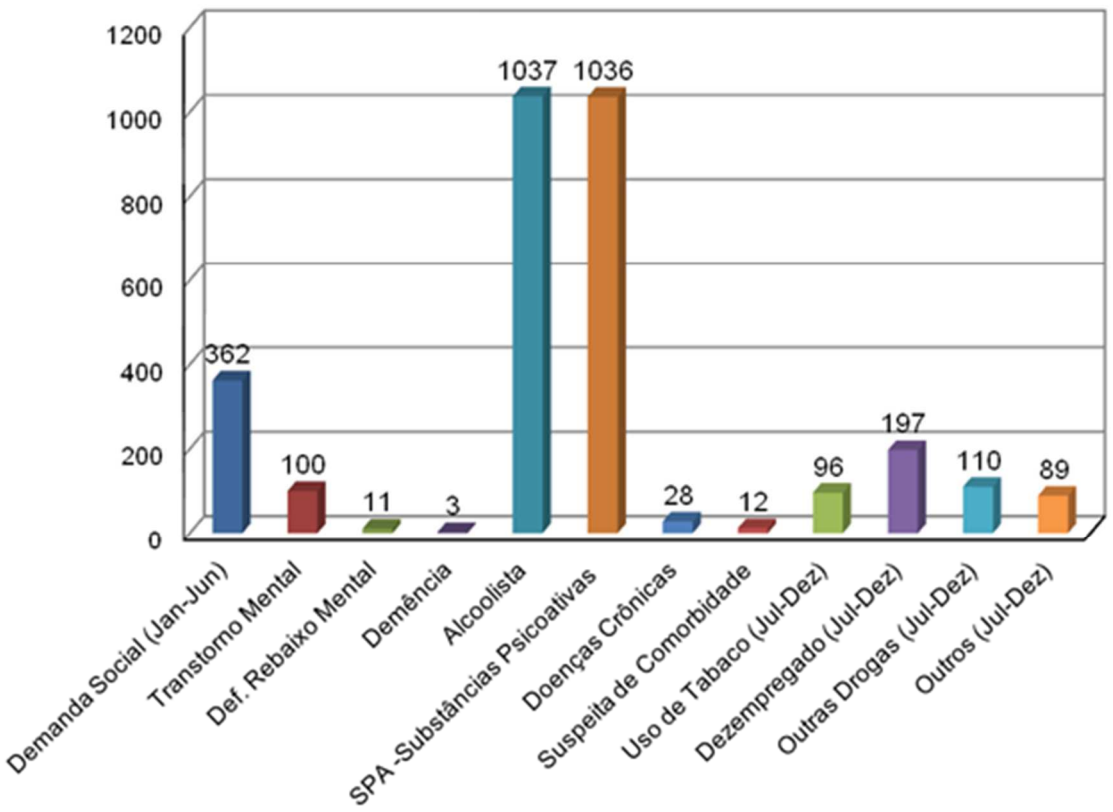


Gráfico 7 - Caracterização

Entre as pessoas atendidas verifica-se que 1037 são alcoolistas e 1036 são usuárias de substâncias psicoativas. Ao observar o total de pessoas atendidas pode-se verificar a presença de usuários de álcool e substancias psicoativas concomitantemente.

Quanto à caracterização alguns dados foram retirados ou acrescentados ao instrumental de registro no final do primeiro semestre de 2016 e outros se mantiveram.

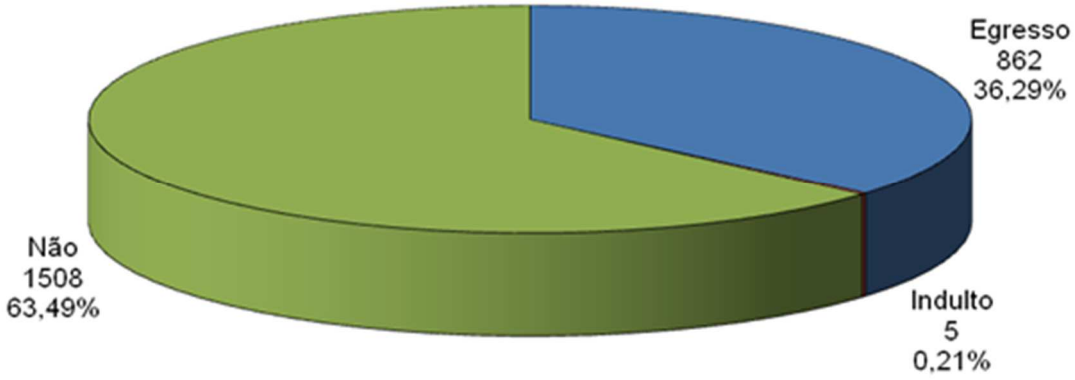


Gráfico 8 - Egresso do Sistema Prisional

Observa-se que do total de 2375 pessoas atendidas 1508, ou seja, 63,49% não apresentam passagem pelo sistema prisional, enquanto que 862 pessoas, 36,29% do total são egressas, enquanto que 05 pessoas, 0,21% estavam em indulto.

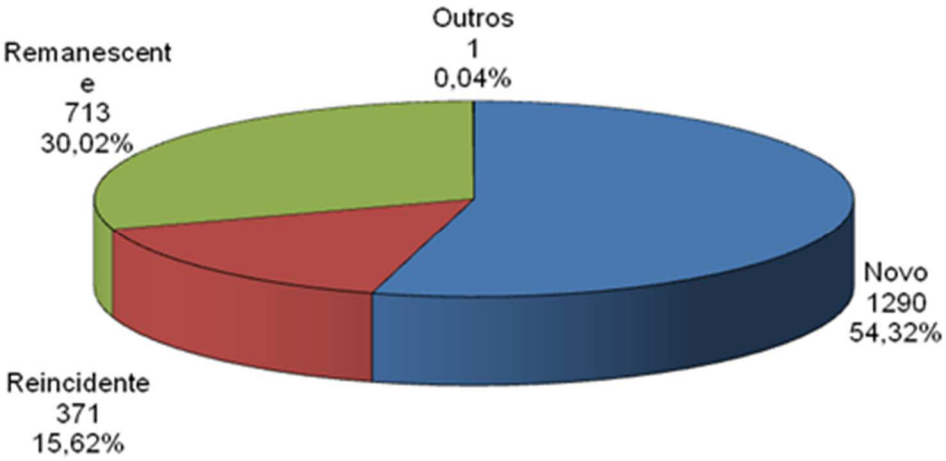


Gráfico 9 - Tipo de Atendimento

Verifica-se a predominância de atendimentos novos com 1290 pessoas (54,32%), seguidos de remanescentes no serviço de 713 pessoas (30,02%), enquanto que 371 (15,62%) são reincidentes.

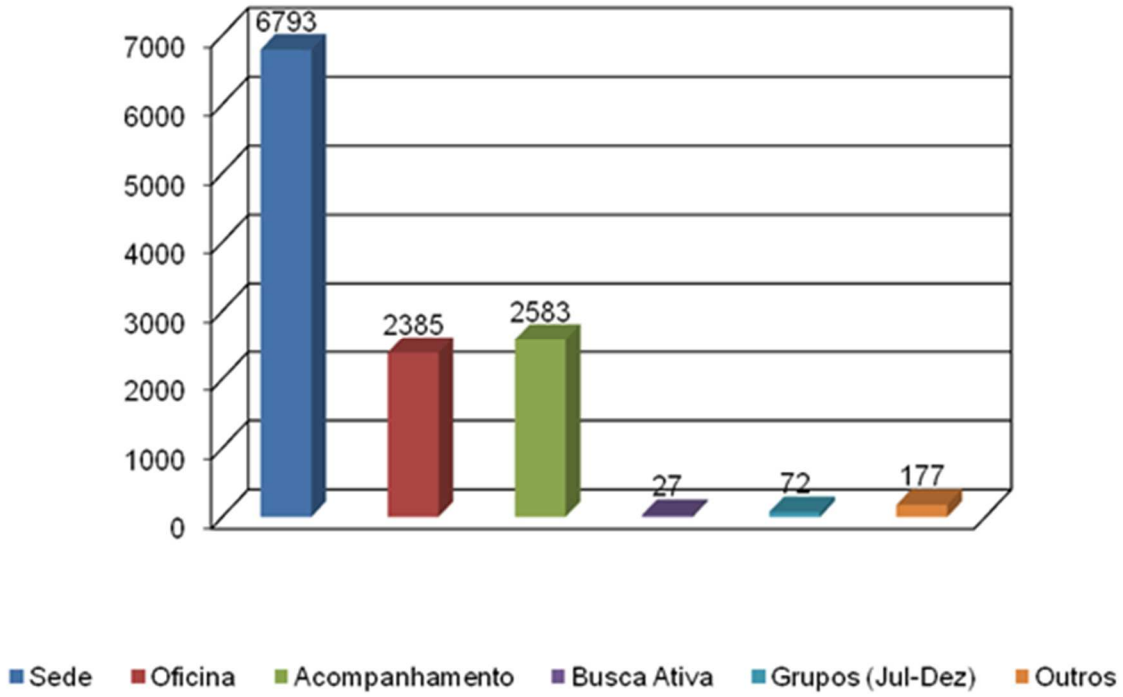


Gráfico 10 - Atendimento

Quanto ao atendimento verifica-se a predominância de 6793 atendimentos na sede para questões pontuais ou recorrentes, mas que não se encontram em processo de acompanhamento, seguidos de 2.583 atendimentos de acompanhamentos, e 2385 atendimentos de oficinas.

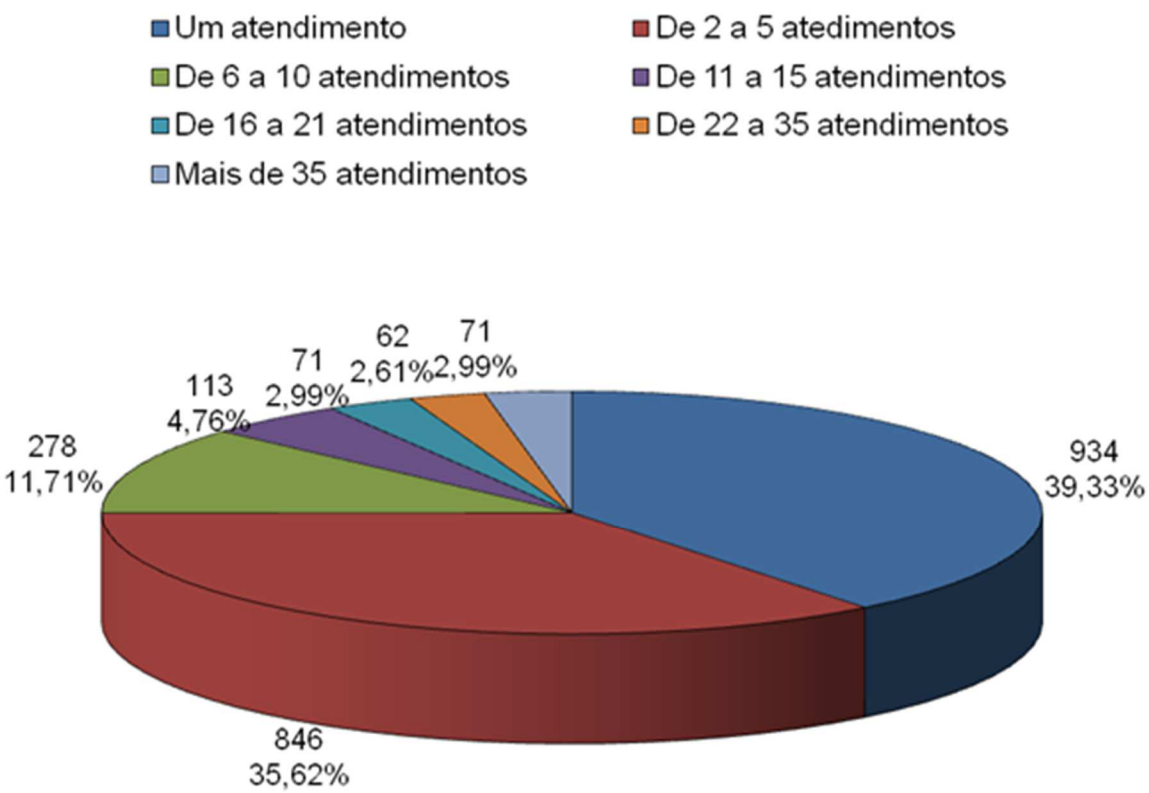


Gráfico 11 - Atendimento por Intervalo

Observa-se que 934 pessoas tiveram um único atendimento, 846 pessoas de 2 a 5 atendimentos, seguidos 278 pessoas com 6 a 10 atendimentos e 71 pessoas tiveram mais de 35 atendimentos (acompanhamento).

O número elevado nos dois primeiros itens pode ser um indicativo de pessoas que não dão continuidade no atendimento por serem migrantes/itinerante. Mas também é necessário considerar que no cotidiano do trabalho identificam-se muitos usuários do serviço que passam por atendimento com equipe técnica para terem acesso ao serviço, mas não expressam desejo em estabelecer um processo de acompanhamento ou mesmo de reflexão e resignificação de suas trajetórias.

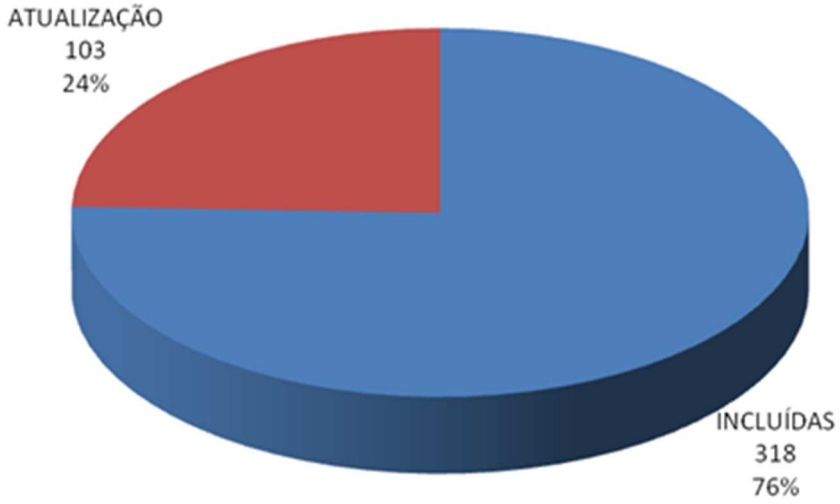


Gráfico 12 - Cadastro Único

Verifica-se que 318 pessoas foram incluídas no Cadastro Único, tendo sido atualizados 103 Cadastros.

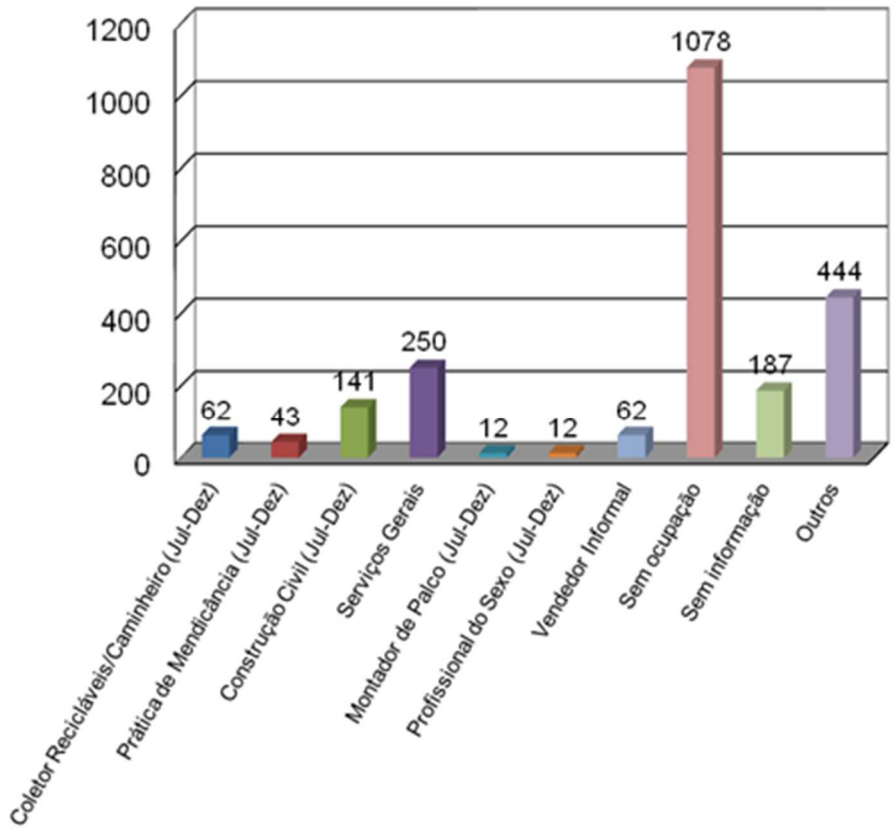


Gráfico 13 – Ocupação/Profissão

Quando se analisa a ocupação/profissão, verifica-se 1078 pessoas sem ocupação e no campo de “outros” que são ocupações diversas que não apresentam um número significativo, 444 pessoas.

Já 250 pessoas indicam como ocupação serviços gerais, seguidos de 141 pessoas que atuam na construção civil.

Cabe observar que alguns dados foram retirados ou acrescentados ao instrumental utilizado para registro dos dados no final do primeiro semestre de 2016, e outros se mantiveram.

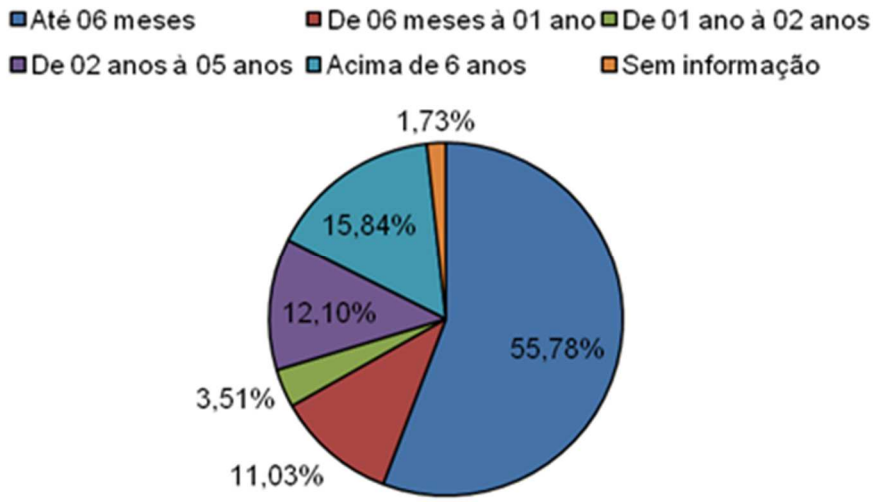


Gráfico 14 - Tempo de Rua

Quando se analisa o tempo de rua das pessoas atendidas verifica-se predominância de até seis meses em situação de rua com 1324 pessoas (55,78%), sendo que 376 pessoas (15,84%) estão nas ruas há mais de seis anos.

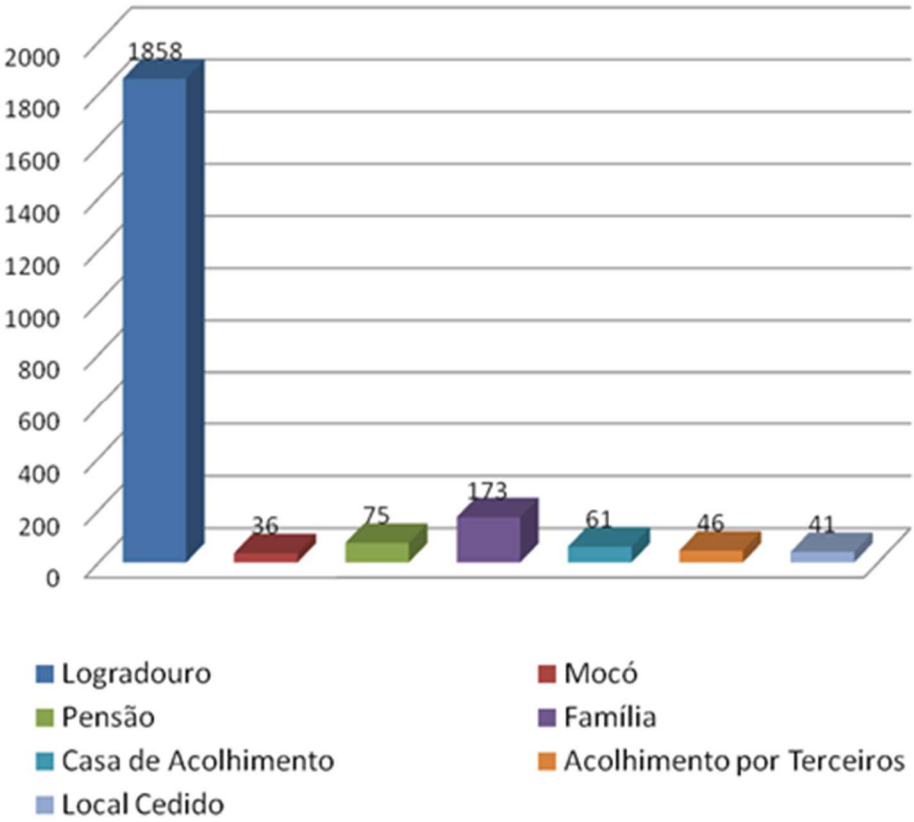


Gráfico 15 - Situação de Moradia

Constata-se a predominância de pessoas nos logradouros com um total de 1858, seguidas de 173 que retornaram para família, 75 moradores de pensão ou acessaram moradia em pensão, 61 pessoas foram atendidas, mesmo estando em acolhimento institucional, 41 pessoas moram em locais cedidos (posto de gasolina, estacionamento, casa de conhecidos).

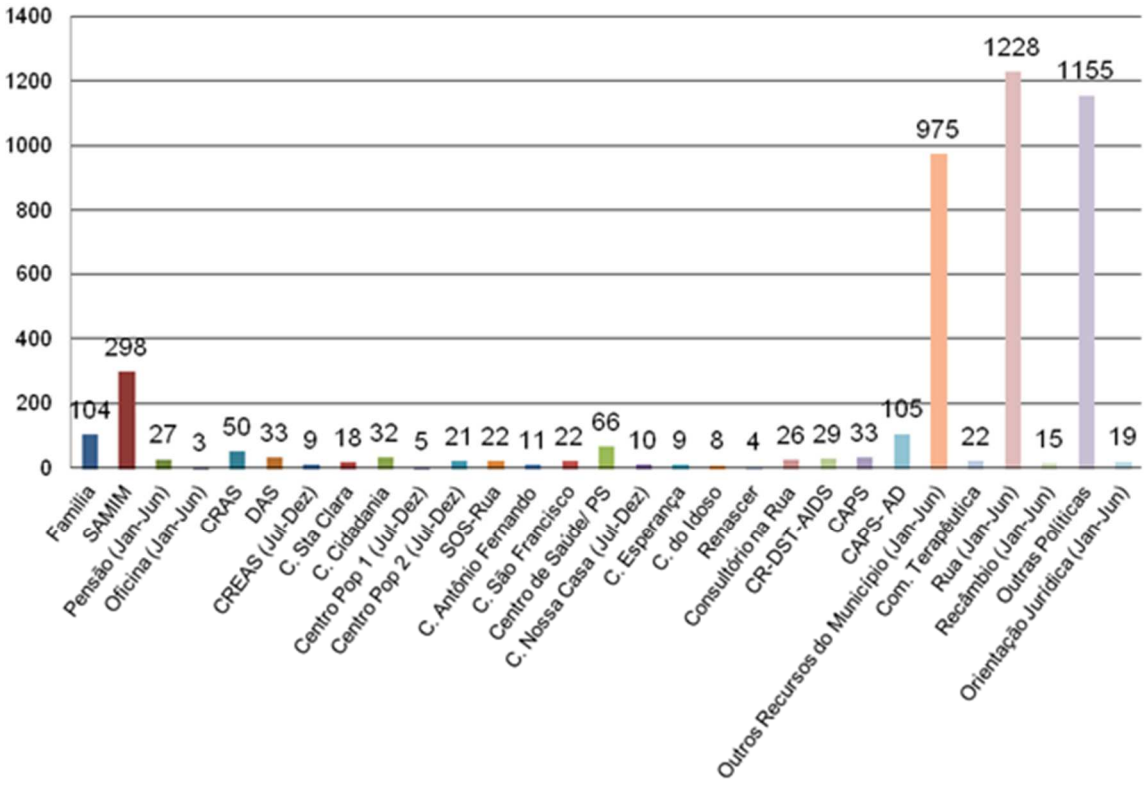


Gráfico 16 - Referenciamento

Dada a complexidade do público atendido o seu referenciamento ocorre de forma diferenciada, na qual nem sempre as pessoas atendidas nos serviços optam por serem referenciadas para locais mais protegidos que as ruas. Observa-se que 1228 pessoas permaneceram nas ruas mesmo sendo atendidas nos serviços, enquanto que 1155 pessoas foram referenciadas para serviços de outras políticas, 975 pessoas a outros recursos do município e 298 pessoas foram para o SAMIM, mantendo o atendimento nos Centros POP.

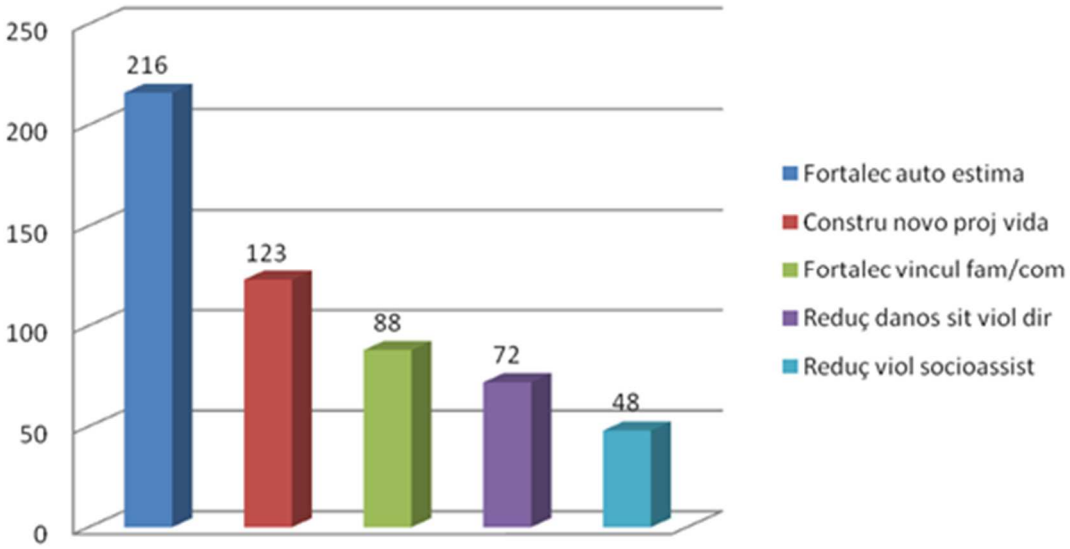


Gráfico 17 - Resultados obtidos

Na análise dos resultados obtidos pelos Centros POP pode-se destacar que, frente ao contexto de rua, 216 pessoas fortaleceram sua autoestima, 123 construíram novos projetos de vida, 88 pessoas apresentaram fortalecimento dos vínculos familiares.

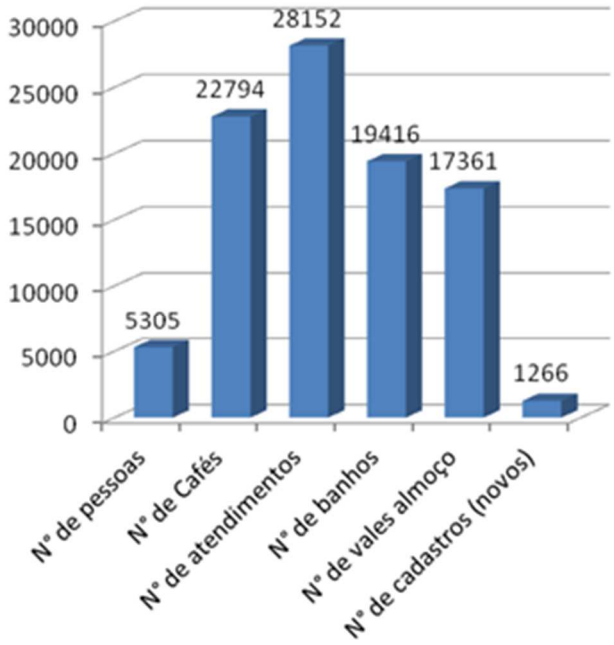


Gráfico 18 - Dados Centro POP

Os dados acima descritos são do número de pessoas que passaram pelo Centro POP Sares II e de alguns dispositivos diariamente ofertados frente ao número de pessoas. Em 2016 um total de 5305 pessoas procurou espontaneamente o Centro POP, ou seja, uma média de 443 pessoas diferentes por mês, o que gerou 28.152 atendimentos. Dentre as ofertas do Centro POP foram disponibilizadas: 22.794 cafés/lanches, 19.416 banhos e 17.361 vales almoço. Ressalta-se que 1.266 pessoas são oriundas de cadastros novos.

Em análise do último gráfico os números expressam a amplitude do serviço desenvolvido e o tamanho da exigência posta para a equipe de profissionais cotidianamente repensarem práticas, metodologias e estratégias utilizadas. Também é possível observar que quando se fala em pessoas em situação de rua se refere aos elevados números de pessoas atendidas e benefícios ofertados (alimentação, higienização, inserção em cadastros que dão acesso a outros programas, dentre outros). Tal complexidade revela a alta exigência dos profissionais com relação à formação técnica e perfil, uma vez que não se trata apenas de contar com formação técnica, mas com profissionais que conseguem ter alto grau de tolerância a situações cotidianas de estresse, pois atende-se pessoas que trazem em sua história de vida inúmeras situações de violação de direitos, vivenciam a violência em todos os seus aspectos nas ruas, apresentam uso abusivo de álcool e/ou substancias psicoativas, apresentam passagem pelo sistema prisional, vivenciam o estigma e o preconceito pela condição de rua em que se encontram e, com tudo isso, ainda são ou estão acometidas por situações de sofrimento mental.

3. COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS

A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social por ameaça ou violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e que demandam intervenções especializadas. Está organizada em unidades públicas, especialmente nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) nos quais se desenvolvem os

programas e serviços que têm como objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, bem como o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Na perspectiva de equacionar os desafios postos para a média complexidade, diferentes espaços de discussão foram constituídos com os diversos níveis de gestão, equipes técnicas e profissionais externos. Como produto desses processos, registra-se salto significativo na elaboração do diagnóstico e indicadores territoriais com relação às violações de direitos, em articulação com a área de Vigilância Socioassistencial e as demais políticas setoriais. Merece destaque o novo lugar institucional dos CREAS nos territórios e sua interface com os serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, além de novas e diversificadas ofertas de trabalho social com famílias, fluxos de atendimentos mais qualificados e ágeis, formações continuadas sobre temas relacionados à violação de direitos, trabalho social com famílias e territorialidade, incluindo de forma permanente o monitoramento das ações realizadas, supervisão e aprofundamento do debate metodológico.

Buscando-se reduzir ações individuais e particularizadas por meio da implantação de novos paradigmas de intervenção, a partir de possibilidades distintas para o conjunto de demandas de violação de direitos, investiu-se na construção de diagnóstico, definição de indicadores e na identificação das demandas de articulação entre as instâncias legais, intersecretarias e de controle social. Como parte desse processo, sistematizou-se dados em relação as maiores prevalências de violências, bem como dos principais serviços referenciadores, principais motivos de desligamento das famílias, perfil e tipologia dos atendidos, o que poderá ser visto no decorrer desse relatório, a partir das especificidades de cada serviço/programa e conforme o que se segue:

Órgão responsável pelo maior número de encaminhamentos aos serviços	• DAS, CRAS, Centro de Saúde, Rede Socioassistencia • Conselhos Tutelares
Segmento que mais motivou a inclusão no serviço	• Criança e Adolescente (PAEFI, MSE, Abordagem Social e PETI) • Idoso (PAEFI) • Idoso de 71 a 80 anos - para o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - No Domicílio do Usuário; • Adulto Jovem de 25 a 39 anos - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro-Dia de Referência

	• Negligência e abandono

Incidência das Violações de Direitos PAEFI	• Violência Física
Incidência das Violações de Direitos para o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - No Domicílio do Usuário	• Negligência e abandono • Violência Psicológica
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro-Dia de Referência	• Negligência e abandono • Violência Psicológica

Com relação às ofertas socioassistenciais dos CREAS se faz necessário avançar na instalação de mais uma unidade pública de CREAS, conforme previsto no PMAS 2014- 2017.

Reafirma-se aqui mais uma vez que a descentralização dos CREAS Sul e Noroeste possibilitou, a cada ano, nova configuração para os serviços especializados de média complexidade. Sem dúvida, além da fundamental proximidade de acesso para os indivíduos e famílias e da ampliação do número de atendimentos, instituir referência do serviço no território favorece a identidade dos processos de trabalhos internos e externos aos CREAS, levando-se em conta a amplitude das relações que lá se estabelecem as quais, consequentemente, fortalecem o trabalho articulado, intersetorial e em rede.

Tal processo vem sendo importante para a sistematização das ações, especialmente no que diz respeito à organização das ofertas para além do atendimento particularizado e sistemático atribuído ao PAEFI (Programa de atendimento Especializado a famílias e Indivíduos), mas também, e de forma especial, para o fortalecimento da relação entre CRAS e CREAS, agregando maior clareza quanto aos limites e potencialidades de suas ações e maior aproximação e integração das equipes.

Na perspectiva de organizar e qualificar os processos de trabalho, importantes avanços se registram em torno da metodologia de trabalho social com famílias construída e da maior apropriação dos critérios e indicadores para a inclusão de situações caracterizadas por ameaça de violação de direitos. Nesse processo, identificaram-se profissionais de referência nos CREAS para o acolhimento e intervenção de todas as demandas referenciadas de violação de direitos (mendicância, vivência de rua, trabalho infantil, medidas socioeducativas, dentre outras), de forma territorializada, fortalecendo-se assim, a relação dos CREAS com as demais unidades executoras, a ampliação das ofertas de atendimento e a diminuição do tempo de espera entre o referenciamento da demanda e a inclusão na rede de proteção.

Ainda na perspectiva de qualificar os processos de trabalho, esforços foram investidos na elaboração de um modelo de Plano Individual e Familiar de Atendimento - PIFA, compatível aos parâmetros metodológicos estabelecidos. Tal processo demanda investimento profissional nas equipes técnicas tendo em vista a apropriação dessa importante ferramenta de trabalho, a qual certamente fortalecerá as ações planejadas e qualificadas, em detrimento de ações imediatistas.

Ações de fortalecimento da intersetorialidade e territorialidade, estimuladas pelo Grupo de Trabalho Interproteções, bem como as formações realizadas as quais integraram atores das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, dentre outras, contribuíram para a aproximação, construção de diálogo, de protocolos e fluxos de atendimento entre as proteções básica e especial.

Durante o ano de 2016, a Proteção Social Especial de Média Complexidade participou mais ativamente do processo de Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), tanto do GT ampliado quanto dos encontros regionais.

Os dados apresentados apontam para a necessidade de ampliar as estratégias de identificação, qualificação e intervenção em relação às violações de direitos, para além das ações do PAEFI, na perspectiva de um trabalho desenvolvido na intersetorialidade.

Aos dados apontam também, para a necessidade de fortalecer o papel dos coordenadores da rede de atendimento na sua função de gestão, desafio este, fortalecido a partir da formação de gestores desencadeada pela direção do DOAS ao longo do ano de 2016.

A seguir, demonstram-se as principais ações, avanços, desafios e metas relacionados a cada serviço/programa da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

CREAS LESTE, NORTE E SUDOESTE

O CREAS LESTE se constitui em uma unidade pública estatal de referência para as regiões Leste, Norte e Sudoeste que operacionaliza a gestão da rede socioassistencial executora de serviços de média complexidade, com preponderância de serviços PAEFI. A gestão de Medidas Socioeducativas (MSE) e PETI passou por importante reordenamento, efetivando-se, desde o ano de 2015 por meio das 3 unidades de CREAS e Coordenação Central.

Equipe Técnica do CREAS Leste, Norte, Sudoeste:

QUADRO - RH	
CHEFIA TECNICA (ASSISTENTE SOCIAL)	01
ASSISTENTE SOCIAL	04
ASSESSORA TÉCNICA	01
EDUCADORA SOCIAL	01
AGENTE ADMINISTRATIVO	01
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	01
AGENTE OPERACIONAL	01
PORTEIRO	01
AUXILIARES DE LIMPEZA	01
MOTORISTA	01
TOTAL	**13**

METAS 2016 POR SERVIÇOS:

PAEFI LESTE	150
PAEFI SUDOESTE	450
PAEFI NORTE	240
TOTAL	**840**

AÇÕES, PARTICIPAÇÕES E ATIVIDADES REALIZADAS EM 2016:

GT INTERPROTEÇÕES:

A participação no GT Interproteções permitiu maior integração entre as proteções básica e especial, fluindo melhor a comunicação, avançando na construção de parâmetros para referenciamento e contrarreferenciamento, fluxos e procedimentos.

INTERSETORIAIS:

Participação nas intersetoriais Leste, Norte e Sudoeste com o objetivo de aprimorar a gestão e qualificar a oferta de serviços, alinhando ações e fluxos.

VISITAS INSTITUCIONAIS

Foram realizadas visitas institucionais junto à Vigilância Socioassistencial/ CSAC compondo o processo de monitoramento e avaliação das Organizações da Sociedade Civil.

GT SCFV:

Participação no GT de SCFV ampliado e também nos encontros regionais permitindo aproximação das proteções básica e especial maior visibilidade das ações nos territórios, além de conjugar ações com os diferentes serviços juntos às famílias.

ARTICULAÇÕES INTERINSTICIONAIS

Realizadas reuniões de rede com o Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça - Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselhos Tutelares.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO:

Os momentos formativos possibilitaram importantes ganhos teóricos, além de maior instrumentalidade para o trabalho social com famílias. O tema “Territorialidade” foi abordado durante 3 meses pelo antropólogo Paulo Malvasi, dimensionando o olhar para melhor compreensão das subjetividades do cotidiano do fazer profissional. A capacitação das professoras doutoras Maria do Rosário Gomes e Vânia Nery visou fortalecer a gestão e os processos internos de trabalho. Tal capacitação foi aberta a todos os coordenadores (as) das OSCs, coordenação e Chefias de Setor dos CREAS.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS:

- Dia Nacional do enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Dia Nacional do enfrentamento ao Trabalho Infantil;
- Lançamento do Boletim SISNOV na Região SO, Leste e Norte;
- Seminário de Violência Doméstica promovido pela Comissão de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes;
- Capacitação do grupo de Educadores Sociais;

REDE SOCIOASSISTENCIAL E PÚBLICO ATENDIDO POR REGIÃO

PAEFI LESTE

A rede socioassistencial executora do PAEFI na região Leste é composta três Organizações da Sociedade Civil, perfazendo um total de 150 famílias em atendimento.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	QUANTITATIVO DE METAS MENSAIS
ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PARÓQUIA DO CORAÇÃO JESUS	30
CRAMI - CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA	90
SOS AÇÃO MULHER E FAMILIA	30
TOTAL	150

REDE (DAS, CRAS,CS,Rede socioassistencial)	21
CONSELHO TUTELAR	16
MP	5
TRANSFERÊNCIA REGIÕES	2
VIJ	0

Fonte: Dados Registros CREAS jan a dez /16

O segmento com a maior incidência nas violações de direitos encaminhadas ao CREAS / PAEFI Leste, segue conforme quadro abaixo:

CRIANÇAS E ADOLESCENTES	84%
IDOSOS	11,33%
MULHERES	3,33%
PCD	1,33%

Fonte: CSAC/CIPS totalizador jan a set/16

Em relação à violação de direitos o tipo de violência prevalente refere-se à negligência/abandono (56); violência física (45), violência sexual (30) e violência psicológica (15). As demais violações referentes ao trabalho infantil (01) e violência patrimonial (03) apareceram em menor número. (Fonte: CSAC/CIPS-2016)

Observamos ainda, a necessidade de ações conjuntas com outros serviços da política de assistência social, fazendo-se necessárias articulações conjuntas para a elaboração do plano de acompanhamento familiar. Apesar de em alguns serviços estas parcerias já estarem mais bem estabelecidas, ainda se identificam desafios na compreensão do trabalho social com famílias, e na competência de cada serviço.

Ressaltamos que para o alcance dos objetivos do Serviço PAEFI Leste e para a garantia de direitos, há necessidade em algumas famílias do acompanhamento ser efetivado pelas demais políticas setoriais, conforme demonstra quadro a seguir (dados de setembro de 2016):

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**QUANTITATIVO DE METAS MENSAIS**
CENTRO COMUNITÁRIO DO JARDIM SANTA LÚCIA - CCJSL	120
SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA- SETA	330
TOTAL	**450**

Órgãos responsáveis pelos encaminhamentos:

CONSELHO TUTELAR	44%
REDE SERVIÇOS (DAS,CRAS,CS,REDE SOCIO ASSISTENCIAL)	32%
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	9%

TRANSFERÊNCIA DE REGIAO	9%
MINISTÉRIO PÚBLICO	5%
(dados são Registros do CREAS jan/dez)	

Segmento que motivou o acolhimento (Dados CSAC –jan/out)

Crianças e adolescentes	90%
Idosos	6%
Gênero	2%
PCD	0

O segmento predominante nos serviços da região Sudoeste é o de criança e adolescente, com 90% dos casos atendidos.

Motivos da Inclusão

Negligência	30%
Física	30%
Múltiplas violências (sexual+psicol+fis+negl)	24%
Sexual	15%
Violência contra idosos	1%

Registros do CREAS – jan a dez e CSAC jan/out

Em relação à violação de direitos, os tipos de violência prevalentes referem-se à negligência/abandono (30%); violência física (30%), violência sexual (24%). As demais violações apareceram em menor número (16%). (Fonte: CSAC/CIPS-2016)

Famílias em Acompanhamento inseridas nos serviços conforme segue:

SCFV	59,7¨%
ALTA COMPLEXIDADE	15%
PAIF	7,7%
MSE LA	7,27%
MSE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	6,53%
MSE PSC	2,4%
SERVIÇO DOMICILIAR IDOSO E PCD	1,33%
CENTRO DIA PCD	0

Motivos do Desligamento

Transferência de Região	38%
Ressignificação do contexto familiar	27%
Transferência de cidade	8%
Não confirmação violação de direitos	6%
Não Adesão	5%
Falecimento do idoso	2%
Família não localizada	2%
Acolhimento do idoso	2%

Dados registro CREAS - jan a dez/CIPS CSAC

PAEFI NORTE

A rede socioassistencial executora do PAEFI na região Norte é composta cinco Organizações da Sociedade Civil, perfazendo um total de 240 famílias atendidas.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**QUANTITATIVO DE METAS MENSAIS**
AÇÃO FORTE	30
ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	30
CENTRO PROMOCIONAL TIA ILEIDE-CPTI	60
DIREITO DE SER	60
SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA- SETA	60
TOTAL	**240**

Órgãos responsáveis pelos encaminhamentos:

REDE (DAS, CRAS,CS,Rede socioassistencial)	20
CONSELHO TUTELAR	18
REORDENAMENTO DE ENTIDADES (*) CRAMI/AÇÃOFORTE	14
TRANSFERENCIA REGIÕES	13
VIJ	1
MP	1

Fonte: Dados Registros CREAS jan /dez

Motivo de inclusão

Negligência ou abandono	54%
Violência Física	22%
Abuso/violência sexual	11%
Violência psicológica	8%
Trajetória de rua	2,5%
Violência patrimonial/exploração financeira	2,5%

PAEFI NORTE – PORCENTAGEM DE FAMILIAS EM ACOMPANHAMENTO E INSERIDAS EM OUTROS SERVIÇOS:

SCFV	44,62%
PAIF	40,56%
ALTA COMPLEXIDADE	6,9%
MSE PRIVAÇÃO LIBERDADE	4,06%
CENTRO DIA / PCD	1,50%
MSE LA	1,3%
SERVIÇO DOMICILIAR IDOSO E PDC	0,55%
MSE PSC	04%

Fonte:CSAC/CIPS - jan a set/2016

SEGMENTO QUE MOTIVOU A INCLUSÃO NO PAEFI

Criança e adolescente	79%
Pessoa Idosa	20%
Gênero	1%
PCD	0
LGBT	0

Fonte: Dados CSAC 2016

MOTIVO DO DESLIGAMENTO

Ressignificação do contexto familiar	40%
Mudança de município/Estado	20%
Atingiu o limite de atuação da Assistência Social	15%
Falecimento	9%
Transferência de Região/Remanejamento PAEFI	7%
Não confirmação da violação de direitos	3%
Família recusou o atendimento	2%
Outros	1%

Fonte: CSAC/CIPS jan a out/2016

CREAS NOROESTE

A unidade do CREAS Noroeste, desde sua implantação em 2014, vem buscando qualificar o acesso ao serviço pelos usuários, assim como aprimorar as relações entre os serviços vinculados à Proteção Social Especial de Média Complexidade, a rede socioassistencial e outras políticas setoriais presentes na região.

Em 2016, o CREAS Noroeste iniciou com um técnico de referência e com a rede socioassistencial, a gestão de mais dois serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Medidas Socioeducativas (MSE) e Abordagem Social, se constituindo, desta forma, como um pólo de atenção, acompanhamento e articulação em relação às violações de direitos do território, atendendo ao preconizado no Plano Municipal de Assistência Social de Campinas (PMAS 2014-2017).

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI viabilizou o atendimento mensal de 480 famílias em situação de risco social e pessoal por violação de direitos, por meio de uma equipe de servidores públicos e também em parceria com três Organizações da Sociedade Civil (OSC) impactando significativamente na diminuição da demanda reprimida.

A execução direta do Serviço de MSE realizada por duas organizações sociais tem, através das discussões dos casos, dos encaminhamentos para inclusões nos demais serviços do CREAS, propiciado maior aproximação e articulação entre os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, especialmente PAEFI e MSE, superando a sobreposição de ações e favorecendo especialmente a família atendida.

Em 2016 o CREAS Noroeste passou a contar com um técnico de referência para efetivar ações na região noroeste articuladas com esta gestão, com o Serviço de Abordagem Social e com a rede socioassistencial possibilitando maior aproximação deste Serviço com os demais serviços ofertados pelo CREAS e pela Proteção Básica, trazendo maior agilidade na inclusão das famílias em situação de rua , através de discussões de casos e da articulação da rede na região.

Equipe Técnica do CREAS Noroeste

QUADRO - RH	
CHEFIA TECNICA (PSICÓLOGA)	01
ASSISTENTE SOCIAL	05
PSICÓLOGO	04
AGENTE ADMINISTRATIVO	01
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	02
AGENTE OPERACIONAL	01
PORTEIRO	01
AUXILIAR DE LIMPEZA	01
MOTORISTA	01
TOTAL	**17**

METAS DA REGIÃO NOROESTE

CREAS NOROESTE	90
REDE EXECUTORA	390
TOTAL DA REGIÃO	**480**

A rede socioassistencial executora do PAEFI na região Noroeste é composta três Organizações da Sociedade Civil, perfazendo um total de 390 famílias em atendimento

Organização da Sociedade Civil	**Composição da Equipe**	**Metas de atendimento familiar em 2016**
CEDAP	3 Assistentes Sociais 3 Psicólogos 2 Educadores Sociais 1 Coordenadora Técnica	90
CRAMI	6 Assistentes Sociais 6 Psicólogos 4 Educadores Sociais 2 Coordenadoras Técnicas	180
PROGEN	4 Assistentes Sociais 4 Psicólogos 2 Educador Social 1 Coordenadora Técnica	120
TOTAL	**38**	**390**

O segmento predominante nos serviços da região Noroeste é o de criança e adolescente.

Em relação à violação de direitos os tipos de violência prevalentes referem-se à negligência/abandono; violência física, violência sexual. As demais violações apareceram em menor número, conforme dados da CSAC/CIPS-2016.

SERVIÇO PAEFI

Segmento que motivou a inclusão:

	Total de janeiro a setembro
Criança e adolescente	3083
Pessoa idosa	267
Gênero	85
Pessoa com deficiência	72
LGBT	0

Motivos pelo qual a família foi inserida no serviço:

	Total de janeiro a setembro
Violência física	983
Violência psicológica	383
Exploração sexual	198
Abuso/violência sexual	659
Negligência/abandono	**1453**
Trabalho infantil	92
Trajetória de rua	49
Tráfico de pessoas	0
Discriminação por orientação sexual	0

Discriminação por raça/etnia	0
Violência patrimonial/exploração financeira	28

Motivos de desligamento das famílias

	Total de famílias de janeiro a setembro de 2016
Ressignificação do contexto familiar	29
Atingiu o limite da atuação da assistência social	5
Remanejamento de PAEFI	24
Outro serviço (exceto PAEFI) assumiu a referência da família	1
Mudança de município/estado	10
Família não localizada	2
Falecimento	4
Família recusou o atendimento do serviço	2
Não confirmação da violação de direitos	2
Outros	0

	Total de famílias de janeiro a novembro de 2016
PAIF	121
SCFV	837
MSE PSC	17
MSE LA	27
SERVIÇO DOMICILIAR IDOSO E PCD	11
CENTRO DIA PCD	0
MSE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	49
ALTA COMPLEXIDADE	120

AÇÕES REALIZADAS:

- Adoção da metodologia de Trabalho Social com Famílias, a partir do documento construído em conjunto com a Profa. Drª Regina Mioto.
- Continuidade no desenvolvimento das atividades realizadas pelos Agentes de Ação Social de forma integrada às equipes do CREAS: Visitas domiciliares, atendimentos individuais, grupais; na comunidade e emergenciais; bem como atividades de sistematização das informações e alimentação de banco de dados dos atendimentos.
- Participação por território de CRAS / DAS nas intersetoriais, no GT Interproteções, GT SCFV, e reuniões com outras Políticas Públicas (Saúde mental e Educação) da região noroeste; bem como participação de Comissões nos Conselhos Municipais CMDCA (VDCCA e MSE), CMAS e Rede Mulher.
- Participação nas discussões de situações familiares com atores do Sistema de Garantia de Direitos, de acordo com a demanda da família e necessárias para garantia de direitos;

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- MARÇO: Dia da Mulher – 08/03: Atividades em parceria com o CRAS São Luís e
- Cinema no CRAS Florence - Novas Atitudes.
- MAIO: Atividades do dia 18 de maio:
- Parceria entre CREAS NO + Novas atitudes no território (CRAS Florence e Satélite Íris) e Atividade na Praça Central de Campinas (CMDCA);
- JUNHO: Festa Junina com as Famílias no CREAS NO;
- SETEMBRO: Oferta de Oficinas às famílias do CREAS NO (Artesanato, Meio ambiente, Incentivo à profissionalização e dança do ventre);
- NOVEMBRO: Consciência Negra – 20/11 e
- DEZEMBRO: Confraternização com famílias no CREAS NO– 14/12;
- *Fotos em anexo

- Oferta de oficinas as famílias em atendimento
- Participação nos processos formativos de educação permanente;
- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- SEI, SIGM e SISNOV;
- Álcool e Drogas; e
- Gestão
- Impactos das Violências nas Famílias;
- Líderes empreendedores;
- Liderança.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

- Atendimento de 90% da demanda de famílias em situações de violência / violação de direitos referenciados ao PAEFI, perfazendo total de 480 famílias.
- Adoção de novas metodologias de intervenção com as famílias, principalmente no que se refere aos encaminhamentos de adolescentes, mulheres e idosos para rede de serviços;
- Estreitamento das relações entre as equipes do CREAS Noroeste com as equipes da Proteção Social Básica, PSE – Alta Complexidade, Saúde Mental e Educação fortalecendo a articulação em rede, os espaços para discussão de situações familiares e construção de estratégias de atendimento para além da equipe do CREAS, principalmente no que se refere a situações familiares mais complexas.
- Maior integração entre equipe CREAS,
- Estratégias mais exitosas na vinculação das famílias com os profissionais.
- Satisfação dos usuários nos eventos realizados.
- Alinhamento dos conceitos e práticas de atendimento no município.
- Contribuir para o alinhamento metodológico, favorecendo a compreensão dos dados atualizados sobre as Situações de Violência e Violação de Direitos em atendimento pelo CREAS Noroeste por territórios de CRAS e DAS.
- Melhor compreensão das situações familiares e dos critérios de inclusão nos serviços ofertados no CREAS pela rede de serviços socioassistencial e de saúde ;
- Maior agilidade nas inclusões e/ou na devolutiva dos casos sem perfil para atendimento nos serviços do CREAS;
- Fortalecimento da equipe com relação aos conceitos e práticas pertinentes aos temas abordados e aos atendimentos das famílias.
- Maior aproximação da rede executora com a equipe do CREAS.
- Maior articulação do CREAS com o Cadastro Único, através da equipe volante;
- Atendimento de famílias em situação de Trabalho Infantil

DESAFIOS:

- Garantir a utilização do SIGM como Sistema do Único de informação
- Participar da operacionalização do atendimento aos adolescentes e suas famílias em cumprimento de MSE, conforme Protocolo Intersetorial;
- Alinhamento das intervenções
- Ampliar estratégias de ações mais coletivas para abordar, acolher e atender as famílias.
- Efetivar o PIFA,
- Avançar na territorialização do atendimento
- Dar continuidade aos processos e educação permanente
- Ampliar a participação do CREAS nos espaços intersetoriais
- Fortalecer a relação com o Conselho Tutela
- Necessidade de ampliar o olhar dos educadores e agentes de ação social no que se refere a conceitos e práticas pertinentes ao SUAS, especialmente aquela ligada à Proteção Social Especial de Média Complexidade.
- Fomentar a intersetorialidade;

METAS 2017

- Buscar o alinhamento conceitual e metodológico na intervenção social
- Efetivar a construção de ações coletivas para o atendimento às famílias do PAEFI público
- Efetivar a construção do PIFA para as famílias.

- Aprimorar a estrutura física, de equipamentos, materiais e acessibilidade com ampliação de salas de atendimento,
- Integrar cada vez mais o educador social e agente de ação social com a equipe do PAEFI e outras demandas de CREAS: concepções, ações conjuntas de acordo com as normativas em vigor.
- Fortalecer a identidade do CREAS Noroeste no território através da execução dos serviços previstos com qualidade, com a participação das equipes públicas e/ou privadas nos diversos espaços seja na discussão de situações familiares, na participação das intersetoriais e/ou nos conselhos de direitos;
- Garantir a entrega dos dados por parte de todas às equipes envolvidas no processo e dentro dos prazos estabelecidos.
- Garantir a oferta de pelo menos uma oficina para as famílias em atendimento pelo CREAS Noroeste
- Planejar ações mais coletivas para abordar, acolher e atender às famílias que estão aguardando inclusão nos serviços ofertados pelo CREAS.
- Garantir a oferta de capacitações pertinentes aos atendimentos da média complexidade.
- Garantir a oferta de supervisão técnica para equipe do CREAS.
- Garantir a presença de um técnico de referência na operacionalização do Plano Municipal de Atendimento socioeducativo ao adolescente em cumprimento de MSE.
- Dar continuidade às ações de planejamento e organização dos atendimentos na região noroeste em parceria com a rede executora.

ANEXOS

- I**tem 6**: Realização de eventos com objetivo de fortalecer vínculos e integrar as famílias em atendimento pelo PAEFI com equipe, sendo:
- **MARÇO:** Dia da Mulher – 08/03: Atividades em parceria com o CRAS São Luís e Cinema no CRAS Florence - Novas Atitudes.
- **MAIO:** Atividades do 18 de maio: Parceria entre CREAS NO + Novas atitudes no território (CRAS Florence e Satélite Íris) e Atividade na
- Praça Central de Campinas (CMDCA);
- **JUNHO:** Festa Junina com as Famílias no CREAS NO;
- **JULHO:** 02/07 – Formação: convivência e Fortalecimento de vínculo
- **SETEMBRO:** Oferta de Oficinas às famílias do CREAS NO (Artesanato, Meio ambiente, Incentivo à profissionalização e dança do ventre);
- **NOVEMBRO**: Consciência Negra – 20/11 e
- **DEZEMBRO:** Confraternização com famílias no CREAS NO– 14/12;
- **08/03 – Dia da Mulher**

18 de MAIO – Combate ao Abuso Sexual de Cças e adolescentes, na PRAÇA Rui Barbosa.

18 de MAIO – Combate ao Abuso Sexual de Cças e adolescentes, caminhada na região noroeste, parceria CRAS Satélite Iris.

02/07 – Formação: Convivência e Fortalecimento de vínculos

15/07- Festa Julina

21/09 – Apresentação de Oficinas

20/11 – Consciência Negra

CREAS SUL

Segundo o Relatório de Informações Sociais (RIS) do município de Campinas do ano de 2015, elaborado pela Vigilância socioassistencial, a região sul se localiza no entorno da área central, é a mais populosa de Campinas, com 316.671 habitantes em uma área de 120 km² de extensão.

Número de habitantes por região	
Leste	248.939
Noroeste	133.086
Norte	212.342
Sudoeste	253.061
Sul	**316.671**

Também é a região com maior número de casos de violência notificados no Sistema de Notificações de Violências do município (SISNOV), conforme o que se segue:

Número de notificações de violência de acordo com a faixa etária da vítima:

Faixa etária	**Número de notificações**
0 a 5 anos	74
6 a 14 anos	**162**

15 a 17 anos	58
18 a 29 anos	61
30 a 59 anos	83
60 ou mais	42

FONTE: CSAC- 2016

O maior número de notificações de violência ocorre na faixa etária de 6 a 14 anos, o que explica a grande demanda de famílias para atendimento no CREAS Sul

Número de notificações por tipo de violência por região:

Região	Abandono	Fatal	Financeira	Física	Moral	Negligência	Outros	Psicológica	sexual	Tentativa de suicídio/ suicídio	Trabalho Infantil	Tráfico de seres humanos	Total
CRAS Bandeiras	0	0	1	**21**	0	**27**	2	5	13	15	1	0	85
CRAS Campo Belo	0	0	0	**32**	0	**33**	5	4	28	12	6	0	120
DAS Sul	3	1	4	**78**	1	**77**	9	12	47	29	16	1	278
Total	3	1	5	**131**	1	**137**	16	21	88	56	23	1	483

Estes dados coincidem com os números levantados pelo CREAS Sul no que diz respeito aos motivos para inclusão da família no acompanhamento do PAEFI.

Mesmo que se considere que a assistência social é uma política que se direciona para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e não para a totalidade das demandas da população, avalia-se como necessário o avanço nas ofertas públicas de todas as políticas setoriais para esta região do município, levando-se em conta o elevado número

populacional e a grande extensão da região. A tabela abaixo demonstra a presença de serviços de acordo com as políticas de saúde, educação, lazer e cultura e assistência social.

Unidades públicas por região	SÁUDE	REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	LAZER E CULTURA	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Leste	25	30	38	23	11
Sul	**36**	**40**	**41**	**10**	**51**
Norte	24	43	39	22	6
Sudoeste	22	38	46	5	6
Noroeste	24	18	40	4	5

FONTE: CSAC- 2016

As unidades públicas da Assistência Social da região sul são: CRAS Bandeiras, CRAS Campo Belo, DAS Sul, CREAS Sul, SCFV Vila Formosa e Abrigo Estela. Além destas unidades, conta ainda com 20 entidades parceiras que executam Serviços da Proteção Básica, 15 da Proteção Social Especial de Média Complexidade e 10 da Proteção Social de Alta Complexidade.

O CREAS Sul, inaugurado em julho de 2014 se constitui local de referência no território na oferta de trabalho especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Os Serviços ofertados no CREAS Sul são: PAEFI (Serviço Especializado de Atendimento a Famílias e Indivíduos), MSE (Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade- PSC) e o Serviço Especializado em Abordagem Social para Criança e Adolescente. O Serviço PAEFI é executado por profissionais do CREAS e pela rede socioassistencial parceira. Os Serviços de MSE e Abordagem Social são executados exclusivamente pela rede, conforme mostra o quadro abaixo:

SERVIÇO	METAS OFERTA ESTATAL	METAS OFERTA PRIVADA	ENTIDADES PARCEIRAS	TOTAL
PAEFI	**120**	**330**	• **AFASCOM** • **PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS** • **SETA**	**450**
MSE LA	**0**		• **COMEC** • **SETA**	
MSE PSC	**0**		• **COMEC**	

ABORDAGEM DE RUA CRIANÇA E ADOLESCENTE	**0**		• **MVM – Movimento Vida Melhor**	

A rede socioassistencial executora na região Sul é composta cinco Organizações Sociedade Civil, perfazendo um total de 450 famílias em atendimento.

A equipe do CREAS Sul teve nova ampliação do quadro de recursos humanos no ano de 2016 com mais uma psicóloga e três estagiários das áreas de Serviço Social, Psicologia e Administração de Empresas. Além dessa ampliação ocorreram mudanças na metodologia de trabalho, a qual superou o modelo de dupla psicossocial como referência para as famílias, possibilitando maior resolutividade e agilidade nas ações.

Os elementos que subsidiaram a mudança no modelo pré-estabelecido, está pautado na autonomia e atribuições dos profissionais dos CREAS (psicólogos e Assistentes Sociais) no desempenho de suas funções, tendo por referência o Guia de Orientações Técnicas. Neste modelo valoriza-se a compreensão multicausal e psicossocial nas situações de violações de direitos, sem, no entanto, condicionar as ações, ao modelo de dupla psicossocial.

Além disso, uma assistente social foi redirecionada do Serviço PAEFI para atender exclusivamente a demanda do PETI, espontânea e reprimida. Tais mudanças foram realizadas com objetivo de melhorar o atendimento prestado.

QUADRO DE RH	
CHEFIA DE SETOR (PSICÓLOGA)	01
ASSISTENTE SOCIAL	05
PSICÓLOGA	05
AGENTE ADMINISTRATIVO	01
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	01
AGENTE OPERACIONAL	01
VIGILÂNCIA	02
AUXILIAR DE LIMPEZA	01
MOTORISTA	01
ESTAGIÁRIO	03
TOTAL	**21**

Em relação ao Serviço PAEFI, segue abaixo o número de famílias em acompanhamento, de acordo com a região de moradia conforme levantamento feito no mês de agosto de 2016.

TERRITÓRIO DE ORIGEM DAS FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO DO PAEFI	TOTAL DE FAMÍLIAS	PRINCIPAIS BAIRROS
DAS SUL	221	• PARANAPANEMA • ITATIAIA • SÃO FERNANDO • SANTA EUDOXIA • VILA GEORGINA
CRAS CAMPO BELO	110	• CAMPO BELO • CIDADE SINGER • ITAGUAÇU • SÃO DOMINGOS • JD MARISA
CRAS BANDEIRAS	102	• OZIEL • MONTE CRISTO • JD. LAGO II • SÃO JOSÉ

SERVIÇO PAEFI

Número total de famílias em acompanhamento e a movimentação delas no período:

	Total janeiro a novembro de 2016	Média mensal
Número de famílias incluídas por mês	333	30
Número de famílias desligadas por mês	240	21

Número de famílias em acompanhamento por mês	8786	798

Órgãos responsáveis pelos encaminhamentos:

ÓRGÃO OU SERVIÇO DEMANDANTE	TOTAL DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO
CONSELHO TUTELAR	**66**
VIJ	11
MP	8
DELEGACIA	0
DEFENSORIA PÚBLICA	2
CREAS OUTRO MUNICÍPIO	0
MSE	7
SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL – CRIANÇA E ADOLESCENTE	5
PSB (CRAS/DAS)	**16**
SCFV	6
ALTA COMPLEXIDADE	4
SERVIÇO DE CUIDADORES IDOSOS E PCD **SAÚDE**	1 **17**
EDUCAÇÃO	2

FUNDAÇÃO CASA	0
DEMANDA ESPONTÂNEA	1
ADACAMP	2
TOTAL	150

Segmento que motivou a inclusão:

	Total de janeiro a novembro	Média mensal
Criança e adolescente	7437	676
Pessoa idosa	944	85
Gênero	215	19
Pessoa com deficiência	172	15
LGBT	11	1

Motivos pelos quais a família foi inserida no serviço:

	Total de janeiro a novembro	Média mensal
Violência física	2287	207
Violência psicológica	1104	100
Exploração sexual	224	20
Abuso/violência sexual	1848	168
Negligência/abandono	3783	343

Trabalho infantil	357	32
Trajetória de rua	88	8
Tráfico de pessoas	0	0
Discriminação por orientação sexual	28	2
Discriminação por raça/etnia	2	0,18
Violência patrimonial/exploração financeira	133	12

Os dados apresentados acima coincidem com os dados de notificações de violências do SISNOV 2015.

Motivos de desligamento das famílias

	Total de famílias de janeiro a novembro de 2016	Média mensal
Ressignificação do contexto familiar	88	8
Atingiu o limite da atuação da assistência social	16	1,4
Remanejamento de PAEFI	71	6
Outro serviço (exceto PAEFI) assumiu a referência da família	9	0,8
Mudança de município/estado	37	3
Família não localizada	8	0,7
Falecimento	12	1

Família recusou o atendimento do serviço	7	0,6
Não confirmação da violação de direitos	7	0,6
Outros	17	1,5
TOTAL	272	23,6

Ano de inclusão das famílias no serviço:

	Total de famílias de janeiro a novembro de 2016 (em acompanhamento por ano de inclusão)	Média mensal
2016	1808	164
2015	1881	171
2014	1551	141
2013	1093	99
2012	825	75
2011	621	56
2010 ou antes	894	81

O segmento predominante nos serviços da região Sul é o de criança e adolescente.

Em relação à violação de direitos os tipos de violência prevalentes referem-se à negligência/abandono; violência física, violência sexual. As demais violações apareceram em menor número, conforme dados da CSAC/CIPS-2016.

Número de famílias inseridas em outros serviços:

	Total de famílias de janeiro a novembro de 2016	Média mensal
PAIF	229	20
SCFV	1810	164
MSE PSC	67	6
MSE LA	226	20
SERVIÇO DOMICILIAR IDOSO E PCD	115	10
CENTRO DIA PCD	10	0,9
MSE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	273	24
ALTA COMPLEXIDADE	500	45
TOTAL	3230	289

Estratégias metodológicas executadas pela dupla:

Atividades	Número total de ações no período de janeiro a novembro de 2016	Média mensal
Atendimentos individuais e/ou grupo familiar	6890	626
Atendimentos em grupo	177	16
Atendimentos a família extensa e/ou ampliada	399	36
Visita domiciliar	4264	387

Acompanhamento da família em outros serviços	1135	103
Elaboração do plano de acompanhamento individual e/ou familiar	3300	300
Reuniões para estudos de situações familiares	1459	132
Reuniões para articulação em rede	1739	158
Associações e registros no SIGM	6552	595
Notificações no SISNOV	361	32
Total	26276	2385

Estratégias metodológicas executadas pelo educador social:

Atividades	Número total de ações no período de janeiro a novembro de 2016	Média mensal
Atendimentos individuais e/ou grupo familiar	808	73
Atendimentos em grupo	808	73
Atendimentos a família extensa e/ou ampliada	68	6
Visita domiciliar	1101	100
Acompanhamento da família em outros serviços	210	19
Reuniões para estudos de situações familiares e articulação em rede	644	58

Participação em conferências	9	0,8
Mobilização junto à população	49	4
Participação em eventos e campanhas externas	96	8
Coletivo de educadores	99	9
Total	4432	350

Em relação ao Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida socioeducativa – LA e PSC, os números abaixo indicam que a **maior demanda é da região sul**, seguida da região sudoeste.

Este Serviço é executado pela OSC COMEC, cuja gestão tem sido feita em conjunto com a Coordenação da Proteção Social de Média Complexidade e Chefias de Setor dos CREAS. O fluxo de informações entre o CREAS e o Serviço de MSE é semanal. Os adolescentes são encaminhados ao Serviço através do CREAS, acompanhados da informação se a família está sendo acompanhada por outro Serviço da Média Complexidade, procedimento que tem facilitado a comunicação e o trabalho entre as equipes.

SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

O Serviço Especializado em Abordagem Social para Crianças e Adolescentes é realizado pela OSC MVM – Movimento Vida Melhor. Durante o ano de 2016, a relação entre o CREAS e este Serviço foi fortalecida a partir da sistematização de reuniões mensais juntamente com a gestão do PETI. A partir das reuniões, foi estabelecido um fluxo de trabalho entre os Serviços que culminou na criação do grupo de acolhimento da demanda do PETI no CREAS, a partir da abordagem realizada. Este trabalho está em fase de implantação e deve ser aprimorado no ano de 2017 com a continuidade das reuniões.

Número de abordagens e de crianças e adolescentes abordados:

Numero de abordagens realizadas pela 1ª vez	322
Número de crianças abordadas pela 3ª vez ou mais	72
Quantidade total de abordagens realizadas	525

Número de pessoas abordadas de acordo com o sexo e faixa etária:

Faixa etária	Sexo masculino	Sexo feminino	total
0 a 12 anos	105	47	152
13 a 17 anos	**227**	**44**	**271**
18 a 59 anos	0	4	4
60 anos ou mais	0	0	0

Número de crianças e adolescentes abordados que estavam no Trabalho Infantil:

Faixa etária	Sexo masculino	Sexo feminino	total
0 a 12 anos	52	18	70
13 a 15 anos	**128**	**18**	**146**

Em relação ao local de moradia das crianças e adolescentes abordadas, observa-se que há um predomínio desta ocorrência na região sul, conforme mostra o quadro abaixo:

Região de moradia	**Número de crianças e adolescentes abordados**
Leste	19
Norte	33
Noroeste	98
Sul	**158**
Sudoeste	69

O mesmo ocorre em relação à região de abordagem, na qual a região sul apresenta o maior número de ocorrências:

Região da abordagem	Número de crianças e adolescentes abordados
Leste	21
Norte	30
Noroeste	21
Sul	**102**
Sudoeste	22

O quadro abaixo foi construído com o objetivo de apresentar as ações realizadas pelo CREAS Sul de forma a facilitar a visualização dos resultados alcançados, bem como os desafios e metas para 2017. Vale ressaltar que este material foi construído em conjunto com toda a equipe do CREAS Sul.

AÇÕES REALIZADAS

- Atendimento às famílias em situação de violações de direitos
- Realização do grupo de convivência e reflexão voltado para mulheres
- Realização de grupo de acolhimento das famílias do PETI
- Acolhimento, atendimento e orientação às famílias da demanda reprimida/ demanda espontânea
- Orientação jurídica às famílias atendidas e profissionais
- Registro das famílias nos sistemas de notificação (SISNOV e SIGM)
- Participação da equipe nas reuniões intersetoriais
- Participação da equipe no GT interproteções e no GT SCFV
- Participação da equipe nas reuniões de discussão de casos com a saúde mental
- Participação da equipe nas reuniões dos Conselhos Municipais e comissões
- Participação da equipe em atividades/eventos no território em parceria com outros serviços
- Participação da equipe em capacitações, palestras e seminários.
- Relação do CREAS Sul com outras Políticas e SGD
- Participação no GT Interproteções

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Vinculação das famílias com o Serviço.
- Ampliação do acesso das famílias aos demais serviços e outras políticas públicas.
- Inclusão de adolescentes em cursos profissionalizantes e no Programa Jovem Aprendiz.
- Fortalecimento de ações integradas com a Proteção Básica, alta complexidade e outras políticas públicas
- Maior Vinculação das mulheres que participam de grupo no CREAS;
- Empoderamento das mulheres, bem como melhora em sua qualidade de vida;
- Identificação da demanda de mulheres vítimas de violência de gênero a partir do fluxo de trabalho firmado entre o programa PETI e o CREAS.

- Legitimação do papel do CREAS como Serviço Especializado no território, atendendo demandas emergenciais e estabelecendo parcerias com outros serviços, sempre que solicitado.
- Ampliação da equipe com psicóloga e 3 estagiários.
- Maior agilidade na Inclusão de famílias que estavam na demanda reprimida.
- Maior aproximação entre os Serviços dos diferentes níveis de proteção, inclusive da rede socioassistencial, possibilitando a articulação de ações integradas.
- Melhoria do entendimento das ações de acordo com o nível de proteção.
- Participação em eventos
- Quatro (4) encontros mensais, divididos por eixos (de acordo com os Centros de Saúde e CAPS), nos quais a equipe se divide para contemplar os diferentes espaços, tendo eles profissionais do CREAS e da Proteção Social Básica como referência para cada eixo.
- Retomada dos encontros da região do Campo Belo (eixo sul 2) após um semestre de interrupção, com mudança da coordenação do grupo.
- Aproximação entre os serviços da Assistência Social e Saúde.
- Melhoria da informação e articulação entre as Políticas Públicas.
- Maior envolvimento dos profissionais do CREAS nas Comissões dos Conselhos
- Municipais, contribuindo com as discussões das Políticas Públicas no município (comissão do idoso, MSE e VDCCA)
- Realização de eventos e seminários com temas de grande relevância para o município.
- Participação no evento do dia “18 de maio” na praça com atividades na barraca e nas atividades descentralizadas realizadas na região do Campo Belo, em parceria com o CRAS da região e demais serviços. (palestra ministrada por profissional do CREAS no CRAS Campo Belo com tema ESCCA; atividade com os adolescentes da região sobre o tema, participação no evento no D. Gilberto com os adolescentes e suas famílias para convidá-los a participar do evento na praça)
- Realização de atividade comemorativa ao dia de combate ao Trabalho Infantil no CREAS, com a participação da gestora do PETI e parceiros do Jovem Aprendiz.
- Participação no evento organizado anualmente pela intersetorial sul (Ipê) “Conversando sobre nossos filhos” realizados na creche irmã Maria Ângela.
- Palestra ministrada sobre Violência Doméstica para os adolescentes e suas famílias nos Patrulheiros.
- Observou-se o aumento da participação do CREAS em atividades e eventos no território e uma maior integração do Serviço com todos os serviços parceiros.
- Houve grande participação de toda a equipe em palestras oferecidas pelo EGDS ou outras instituições, seminários e cursos de capacitação ministrados pela PMC ou não (territorialidade, álcool e drogas, curso para a gestão, formação para educadores – Convivência no SUAS, etc)
- Houve uma maior aproximação do CREAS com outras Políticas e SGD através dos espaços de discussão de casos que ocorreram este ano.
- O Conselho Tutelar participou de 2 reuniões no CREAS com toda a rede e tem participado das discussões de casos sempre que solicitado.
- A Defensoria Pública também tem estado presente nas reuniões de discussão de casos com toda a rede.

DESAFIOS PARA 2017

- Realizar o trabalho social com famílias de acordo com os objetivos específicos do CREAS, considerando o agravamento das questões sociais das famílias atualmente.
- Organizar novas formas de atendimento, considerando o perfil das famílias, demandas apresentadas e objetivos do Serviço.
- Ampliar a parceria entre as diversas políticas públicas para o atendimento integrado das famílias.
- Ampliar a equipe de agente de ação social
- Continuidade da supervisão técnica para toda a equipe

METAS 2017

- Ampliar a aproximação com os serviços da Proteção Básica e demais políticas públicas para planejar estratégias em conjunto para o enfrentamento das demandas das famílias de forma mais coletiva.
- Implementar o PIFA como ferramenta de trabalho

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS - CENTRO-DIA DE REFERÊNCIA

O Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência está sendo executado no Município desde novembro/2013.

O serviço destina-se a pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos.

Com capacidade de atendimento diário para 30 jovens e adultos (18 a 59 anos) oferece atividades de convivência grupal, social e comunitária; cuidados pessoais; fortalecimento de vínculos e ampliação das relações sociais; apoio e orientação aos cuidadores familiares; acesso a outros serviços no território e às tecnologias assistivas de autonomia e convivência.

O quadro de RH é composto por:

QUADRO - RH	
COORDENADOR TÉCNICO	01
ASSISTENTE SOCIAL	01
PSICÓLOGA	01
CUIDADORES	10
NUTRICIONISTA	01
TERAPEUTA OCUPACIONAL	01
OFICINEIROS	03
EDUCADOR FÍSICO	01
AUXILIAR DE LIMPEZA	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01
GERENTE ADMINISTRATIVO	01
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01

COZINHEIRA	01
TOTAL	**24**

Em 2016 o Centro-Dia atendeu 39 usuários com o seguinte perfil:

Origem do Referenciamento

Serviço	%
DAS/CRAS	**36%**
CRPD	23%
CAPS	13%
PAEFI	13%
Rede PCD	8%
Centro de Saúde	7%

Faixa etária:

18 a 24 anos	8%
25 a 39 anos	**54%**
40 a 49 anos	26%
50 a 59 anos	12%

Sexo:

Feminino	**56%**
Masculino	44%

Tipos de deficiência:

Intelectual	**89%**
Múltipla	**11%**

Região de moradia:

Sul	**29%**
Norte	**26%**
Sudoeste	**20%**
Leste	**15%**
Noroeste	**10%**

Tipos de violações vivenciadas pelas famílias:

Desassistência da pessoa com deficiência	**79%**
Não participação em atividades e serviços no território	38%
Isolamento social das pessoas cuidadas e cuidadores	25%
Ausência de cuidadores familiares	30%
Precariedade dos cuidados familiares	43%
Estresse do cuidador familiar	20%
Impedimento de acesso à inclusão produtiva do cuidador familiar	5%

Situações de violência doméstica vivenciadas:

Negligência	**33%**
Violência física	20%
Violência psicológica	23%
Cárcere privado	7%
Violência sexual	5%

Desligamento: 01 usuário com potencialidade para inclusão no mercado de trabalho através da "Lei de Cotas".

Descrição das principais ações realizadas em 2016

- Avaliação dos referenciamentos recebidos no CREAS;
- Gestão da demanda reprimida e definição de prioridades para inclusão;
- Reuniões com a coordenação e/ou equipe técnica para definição do plano de atendimento no momento da inclusão, acompanhamento e desligamento;
- Discussão com coordenação e equipe técnica da metodologia de trabalho com famílias;
- Participação em reuniões para discussões dos casos em acompanhamento para definições de ações, competências e corresponsabilização com outros serviços da assistência social, saúde, habitação, etc.;
- Participação em atendimentos individuais e grupais com famílias;
- Participação em atividades e eventos com os usuários.
- Participação nas ações da CSAC;
- Participação nas reuniões mensais da Rede Executora dos serviços vinculados ao CREAS com a participação da Coordenação da Proteção Especial de Média Complexidade e do DOAS Departamento de Assistência Sociais e coordenadoras das entidades executoras dos serviços CREAS.
- Participações das Capacitações oferecidas pela PSEMC e CMDCA;

Resultados alcançados

- Maior envolvimento dos atores do SGD no plano de atendimento dos usuários;
- Superação de situações de violadoras de direitos;
- Aquisição de habilidades, autonomia e desenvolvimento dos usuários.

Desafios relevantes para gestão e execução das ações

- Definir plano de atendimento com a saúde para os de usuários que apresentam associações de deficiência intelectual e doença mental;
- Garantia de acesso paras as pessoas com deficiência física, com a utilização do transporte ofertado do Centro-Dia;
- O acompanhamento sistemático com as famílias com violações de direitos;

- Realizar a gestão da demanda reprimida.

Metas para 2017

- Avançar na discussão e implantação da metodologia de trabalho com famílias;
- Rever a Ficha Familiar, Plano de Atendimento Individual e Familiar elaborados na implantação do serviço;
- Aprofundar a discussão das atribuições da coordenação e equipe técnica no planejamento das atividades com usuários e acompanhamento das famílias;
- Assegurar a vinculação de todas as famílias atendidas no SIGM;

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS - NO DOMICÍLIO DO USUÁRIO

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – no Domicílio do Usuário é ofertado no Município desde 2009, com o objetivo de promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas e PCD, seus cuidadores e suas famílias.

São objetivos específicos do serviço:

- Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência;
- Prevenir o abrigamento e a segregação dos usuários, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acesso a benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos;
- Promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção;
- Acompanhar o deslocamento, viabilizar o desenvolvimento do usuário e o acesso a serviços básicos, tais como: bancos, mercados, farmácias, passeios, etc., conforme necessidades;
- Prevenir situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação de cuidados permanentes e prolongados.

A partir de 2016 o serviço passou a atender 60 usuários e suas famílias, com uma equipe composta de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO - RH	
COORDENADOR TÉCNICO	01
ASSISTENTE SOCIAL	02
PSICÓLOGA	02
CUIDADORES	28
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01
MOTORISTA	02

TOTAL	**36**

Em 2016 foram atendidos 90 usuários, dos quais destacam-se as seguintes características:

Origem do Referenciamento

Serviço	%
PAEFI	**39%**
DAS/CRAS	16%
Centro de Saúde	13%
CRPD	10%
CRI Saúde	7%
Rede intersetorial	6%
Rede PCD	5%
Centro-Dia PcD	2%

Segmento:

Pessoa com Deficiência	**75%**
Pessoa Idosa	25%

Sexo: PCD

Feminino	**55%**
Masculino	**45%**

Pessoa Idosa

Feminino	**56%**
Masculino	**44%**

Faixa etária:

0 a 10 anos	1%
11 a 20 anos	1%
21 a 40 anos	9%
41 a 60 anos	13%
61 a 70 anos	13%
71 a 80 anos	**39%**
81 a 90 anos	18%
+ 91 anos	6%

Tipos de deficiência:

Física	34%
Intelectual	**33%**
Múltipla	19%

Visual	14%

Região de moradia:

Norte	16%
Sul	**28%**
Leste	25%
Noroeste	08%
Sudoeste	16%

Situações de violência doméstica vivenciadas:

Física	12%
Psicológica	25%
Negligência	**42%**
Violência financeira/patrimonial	15%
Sexual	01%
Abandono	15%

Tempo de permanência no serviço:

Até 6 meses	**38%**

6 meses a 01 ano	16%
01 ano a 02 anos	23%
02 anos a 03 anos	10%
03 anos a 04 anos	10%
04 anos a 05 anos	03%

Motivos dos desligamentos:

Perfil não compatível para o serviço	35%
Óbito	07%
Vinculação em ILPI	10%
Reorganização familiar	16%
Pedido da família	26%
Mudança de município	06%

Descrição das principais ações realizadas em 2016

- Avaliação dos referenciamentos recebidos no CREAS;
- Gestão da demanda reprimida e definição de prioridades para inclusão;
- Reuniões com a coordenação e/ou equipe técnica para definição do plano de atendimento no momento da inclusão, acompanhamento e desligamento;
- Discussão com a coordenação e a equipe técnica da metodologia de trabalho com famílias;
- Participação em reuniões para discussões dos casos em acompanhamento para definições de ações, competências e corresponsabilização com outros serviços da assistência social, saúde, habitação, etc.;
- Participação em atendimentos individuais e grupais com famílias;
- Participação nas reuniões mensais da Rede Executora dos serviços vinculados ao CREAS com a participação da Coordenação da Proteção Especial de Média Complexidade, direção do DOAS e coordenações técnicas das entidades parceiras.
- Participações das Capacitações oferecidas pela PSEMC e CMDCA;
- Participação nas ações de monitoramento da Coordenadoria de Avaliação e Controle;
- Atividades de integração e capacitação com as cuidadoras;

- Supervisão/capacitação, juntamente com a coordenação e a equipe técnica do serviço sobre funcionalidades e dependência da pessoa idosa.

Resultados alcançados

- Contribuição para a superação de situações violação de direitos dos indivíduos e famílias;
- Ampliação das metas de 40 para 60 usuários e suas famílias.

Desafios relevantes para gestão e execução das ações

- Criação de protocolo facilitador da identificação do público elegível para o serviço;
- Acompanhamento das famílias com violações de direitos.

Metas para 2017

- Avançar na discussão e implantação da metodologia de trabalho com famílias;
- Assegurar no SIGM a vinculação das famílias atendidas.

SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL

O Serviço de Abordagem Social para crianças e adolescentes é um serviço ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Para a realização da abordagem e da busca ativa consideram-se praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. A abordagem busca a resolução de necessidades imediatas, promovendo a inclusão na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos de crianças e adolescentes.

O Serviço de Abordagem de Crianças e Adolescentes é executado através da OSC Movimento Vida Melhor.

No ano de 2016 abordou-se um total de 508 crianças e adolescentes.

Descrição das principais ações realizadas em 2016

Em 2016 o Serviço de Abordagem deu continuidade às suas atividades, participando em conjunto com o apoio técnico das seguintes atividades:

- Participação como palestrante no Seminário de Aprendizagem e Trabalho Infantil de junho de 2016.
- Participação como palestrante na Capacitação do EGDS sobre trabalho infantil
- Articulação do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, representando as Organizações da Sociedade Civil
- Articulação das reuniões de fluxo sobre o reordenamento do PETI em conjunto com os CREAS
- Articulação das reuniões do Fórum da Região Metropolitana de Campinas de Erradicação do Trabalho Infantil
- Participação da capacitação sobre Gestão Pública oferecida pelo DOAS
- Participação nas reuniões mensais com a rede executora de serviços de média complexidade.
- Visita à outras entidades para atendimento de casos de rua e ESCCA.
- Visita ao Serviço Circolando.
- Participação no evento de sensibilização do dia 12/06 - Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, realizado pelo CREAS Sul.
- Participação nas reuniões dos CRAS da Região Noroeste para articulação no atendimento de casos de trabalho infantil e situação de rua.

- Articulação com os Conselhos Tutelares para afinamento do fluxo de atendimento dos casos de trabalho infantil e situação de rua.
- Participação no Seminário de Violência Doméstica.
- Participação na Audiência Pública sobre Aprendizagem promovida pelo TRT.
- Participação de reunião do Fórum Paulista de Erradicação do Trabalho Infantil.
- Participação do Projeto MPT na escola.
- Participação do evento do dia 18 de maio.
- Discussão de caso junto à rede AD (álcool e drogas).

Resultados alcançados

- Definição de fluxo de acolhimento e atendimento das famílias identificadas no trabalho infantil
- Capacitação da equipe sobre os temas abordados nas reuniões do Fórum da RMC: uso abusivo de SPA, ESCCA, Trabalho Infantil e tráfico de drogas.
- Capacitação da coordenadora da equipe relacionada ao trabalho de Gestão.
- Alinhamento do trabalho desenvolvido na média complexidade nas reuniões de coordenadores.
- Elaboração de diagnóstico do trabalho infantil por meio de gráficos sobre os dados da Abordagem Social, os quais permitiram mapear tipologias e incidências.

Desafios relevantes para gestão e execução das ações

- Execução das metas contidas no Plano Municipal do PETI.
- Identificação e atendimento de casos de ESCCA no Município.
- Afinamento do fluxo de atendimento dos casos abordados com os CREAS.
- Participação da Comissão de Aprendiz e Trabalho Infantil do CMDCA.

Metas para 2017:

Executar as metas contidas no Plano Municipal do PETI

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI

O Programa PETI tem por objetivo retirar crianças e adolescentes da situação de trabalho até os 16 anos.

Em 18 de abril de 2013 o MDS publicou nova resolução com diretrizes para o Programa, organizando-o nos seguintes eixos:

I – Informação e mobilização nos territórios de incidência do trabalho infantil para propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil;

II – Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;

III – Proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias

IV – Apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização;

V – Monitoramento das ações do PETI.

Em 2016 foi realizado um levantamento de dados do Programa, onde foi possível observar que dentre as crianças e adolescentes acompanhadas pelo PETI:

- 37% estão incluídas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 21% estão sendo acompanhadas pelo PAEFI;
- 46% não estão incluídas no PAIF/PAEFI/SCFV.

Em relação ao local onde as crianças e adolescentes foram abordados, observou-se que:

- 35,03% foram abordados na Região Leste;
- 30,46% na Região Sul;
- 16,24% na Região Sudoeste;
- 10,15% na Região Norte;
- 8,12% na Região Noroeste.

Sobre a região de moradia das famílias observou-se que:

- 35% são moradoras da Região Sul;
- 26% são moradoras da Região Sudoeste;
- 20% são moradoras da Região Noroeste,
- 10% são moradoras da Região Leste;
- 6% são moradoras da Região Norte.

Apenas 3% não tiveram seu endereço localizado.

Em relação à faixa etária predominante, 52% dos adolescentes em situação de trabalho infantil situam-se entre 14 e 15 anos. No serviço de Abordagem Social a maioria era de adolescentes com mais de 12 anos de idade.

Com relação ao gênero, a incidência de trabalho infantil feminino é de 32%, enquanto o masculino é de 68%. Ressalta-se ainda que das crianças acompanhadas, 33% estavam em defasagem escolar.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelas crianças e adolescentes abordados,verificou-se que:

- 29% dos casos estavam relacionados à mendicância;
- 23% dos casos de trabalho infantil em reciclagem;
- 18% dos casos estavam relacionadas à venda de produtos, principalmente de alimentos.

1.2. Descrição das principais ações realizadas em 2016

Dados referentes ao mês de setembro de 2016 apontam que 219 crianças e adolescentes foram atendidos.

Em junho de 2016 foi realizado o Seminário Novas Configurações do Trabalho Infantil e Programas de Aprendizagem. O referido Seminário foi articulado com recursos do FMDCA em conjunto com a Comissão de Aprendiz.

Em maio de 2016 iniciou também a articulação para elaboração do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, sendo publicada no Diário Oficial do Município a constituição da Comissão Interinstitucional para elaboração do referido Plano em 06/05/2016. Tal Comissão é composta por representantes de 8 Secretarias Municipais, CMAS, CMDCA, Conselho Tutelar, Poder Judiciário, NEEP, DRADS e Diretorias Estaduais de Ensino.

Foram realizadas cerca de 10 reuniões para elaboração do Plano, e construídas 44 metas. Destaca-se que além dos integrantes acima mencionados, o Plano recebeu contribuições de representantes da Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica, Gerência Regional do Trabalho, dentre outros.

Para o ano de 2017 programou-se Audiência Pública para finalização dos trabalhos.

Em junho de 2016 foi realizada uma ação em conjunto com o CREAS Sul para sensibilizar o território sobre a questão do trabalho infantil. Participaram do evento entidades que desenvolvem Aprendizagem Profissional e o Serviço de Abordagem. O evento foi direcionado para as famílias que são atendidas no território.

Ações Realizadas

- Como palestrante de evento do EGDS para capacitação de servidores públicos sobre trabalho infantil e o trabalho desenvolvido para atender crianças e adolescentes em situação de rua.
- Participação nas reuniões dos GTs Interproteções e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Participação nas reuniões mensais da rede executora de serviços de Média Complexidade.
- Participação nas reuniões no CREAS Leste dos apoios da Proteção Especial de Média Complexidade e da capacitação promovida pelo DOAS sobre Gestão Pública.

- Participação de reuniões intersetoriais nos CRAS para discussão do fluxo de atendimento do PETI, bem como de capacitação da rede para identificação e referenciamento dos casos de trabalho infantil.
- Participação no evento do Ministério Público do Trabalho: “MPT nas escolas”, onde foram premiados alunos e escolas que desenvolveram trabalhos relacionados ao trabalho infantil.
- Participação no Evento do dia 18 de maio na Praça Rui Barbosa de Combate à ESSCA e abuso sexual.
- Participação no Seminário de Violência Doméstica e do Seminário de Medidas Socioeducativas.
- Participação da organização de reuniões mensais do fluxo de atendimento das famílias do PETI que iniciaram acompanhamento nos CREAS.
- Participação da supervisão com a Prfª Drª Regina Mioto.
- Participação no Seminário da Vigilância Socioassistencial.

Resultados alcançados

- Acolhimento das famílias identificadas no trabalho infantil por equipe de referência dos CREAS.
- Definição de fluxo para as famílias abordadas em conjunto com CREAS e Serviços de Abordagem.
- Elaboração do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.
- Execução do Seminário de Aprendizagem e Trabalho Infantil.

Metas para 2017

- Aumentar a inclusão de famílias do PETI nos serviços socioassistenciais e de crianças nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Executar as metas contidas no Plano Municipal para 2017.

POSTO DESCENTRALIZADO DO CREAS NA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (VIJ)

O posto do CREAS na VIJ tem o objetivo de fazer a gestão das vagas que serão executadas pelas OSCs - COMEC e SETA no atendimento de 440 metas para todo o Município.

Tão logo os adolescentes recebam a Medida Socioeducativa aplicada pelo Juiz da Infância e Juventude, um profissional do CREAS designado para o postinho os acolhe, desenvolvendo ações e procedimentos para o cumprimento da Medida.

Tal procedimento se constitui em importante ação, contribuindo para maior celeridade entre a determinação da Medida Socioeducativa e o acesso ao seu cumprimento, bem como para facilitar a interlocução entre a gestão pública, as entidades executoras e o Poder Judiciário.

Ações Desenvolvidas

- Acolhimento a todos os adolescentes e seus responsáveis de forma individual para orientação e encaminhamento ao cumprimento da Medida Socioeducativa em meio aberto, determinadas judicialmente;
- Orientação e esclarecimentos solicitados pelas executoras de medidas em meio aberto, pelas unidades da Fundação Casa e pelos CREAS de outros Municípios referentes ao encaminhamento de adolescentes que residem ou que vão residir no município de Campinas;
- Orientação e esclarecimentos solicitados pelos integrantes do SGD (Sistema de Garantia de Direitos) – VIJ, MP, Defensoria Pública e Cartório, quanto ao fluxo de inclusão nos serviços socioassistenciais;
- Envio de instrumentais de encaminhamento de cumprimento de MSE em meio aberto à rede socioassistencial e aos CREAS Leste, Norte, Sudoeste, Noroeste e Sul.
- Participação nas reuniões mensais de coordenação do serviço de MSE
- Organização e controle de todos os prontuários do CREAS L, N, Sudoeste,
- Cruzamento das informações enviadas pela rede executora referente aos adolescentes em atendimento, com informações do Portal da Fundação Casa;
- Monitoramento das medidas extintas e em execução.

Resultados Alcançados

- Agilidade no acolhimento de todos os adolescentes e seus responsáveis que compareceram ao Posto após receberem intimação judicial ou liberação de medida de internação ou internação provisória;
- Agilidade no atendimento daqueles que compareceram espontaneamente motivados pela morosidade do Judiciário em convocar os adolescentes para cumprir MSE em meio aberto, especialmente quando o processo não foi julgado na Comarca de Campinas.
- Respeito às dificuldades impostas aos responsáveis com a obrigatoriedade no comparecimento em todos os atos do devido processo legal.
- Reconhecimento da importância do atendimento realizado no Posto pelo Judiciário, SMCAIS, Rede executora de MSE em meio aberto e Fundação Casa.

METAS

- Equipar o Posto CREAS/VIJ com impressora
- Vale-transporte unitário;
- Qualificar os processos de referenciamento;

Medidas Socioeducativas – MSE

O serviço de medidas socioeducativas em meio aberto tem a finalidade de prover o acompanhamento de adolescentes e suas famílias em cumprimento de medidas determinadas judicialmente ao adolescente que praticou o ato infracional.

Este serviço registrou no ano de 2016, 1.077 atendimentos de adolescentes/famílias para PSC e LA, com maior incidência de atos infracionais no tráfico de drogas seguido de roubo. O público prevalente é do sexo masculino e, predominantemente, moradores da região Sudoeste, seguida da região Sul.

Com relação ao Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), os atendimentos realizados contemplam acolhimento inicial, interpretação da medida, atendimento individual para elaboração do Plano individual de Atendimento (PIA), atendimento grupal com os adolescentes e as famílias, acompanhamento multidisciplinar, contatos telefônicos, entrevistas domiciliares, atendimento domiciliar, prestação de serviço no território de origem do adolescente, relatórios técnicos, discussão de casos, referenciamento e contra-referenciamento para a rede de serviços intersetorial.

O ano de 2016 foi bastante fértil no que diz respeito aos processos de gestão e execução dos serviços e principalmente, pelo fortalecimento das relações institucionais com o sistema de garantia de direitos.

Um ano marcado por qualificação nos processos de gestão das medidas de forma regionalizada, envolvendo todos os CREAS, no processo. Avançou-se na qualificação da metodologia de trabalho, por meio da realização de Seminários e Capacitações, Saúde Mental, Educação e Fundação CASA, trazendo impactos significativos para o cotidiano do trabalho. Apesar dos avanços, os desafios são diversos e envolverão diferentes ações de gestão, entre as quais:

Principais ações da Gestão:

- Fortalecer as relações Institucionais;
- Gestão do Fluxo (vagas/Inclusões);
- Alinhamento metodológico;
- Aperfeiçoamento do diagnóstico de demandas e proposição de intervenções;
- Efetivação do Protocolo Intersetorial e do Plano Municipal de atendimento aos adolescentes/famílias em cumprimento de MSE;
- Viabilizar capacitação e Supervisão para as equipes, de forma continuada;

Principais avanços em 2016:

- Construção de fluxos e procedimentos (Executoras / CREAS);
- Qualificação da Metodologia;
- Mapeamento das demandas/necessidades do público atendido;
- Fortalecimento da articulação entre o SGD;
- Implementação do Protocolo Intersetorial de atendimento às famílias e Adolescentes em cumprimento de MSE;
- Participação na implementação das ações contidas nos cinco eixos do Plano Municipal de Atendimento ao Adolescente em Cumprimento de MSE;

Principais desafios para 2017:

- Ampliar parceiros para a execução do PSC;
- Ampliar as ofertas preventivas e inclusivas (cultura, esporte), no município;
- Avançar nas discussões da reincidência do adolescente em cumprimento de MSE;
- Rediscutir o alto índice de BO contra os adolescentes, em especial, nas escolas;
- Fortalecer a permanência e aproveitamento escolar dos adolescentes, no ensino regular e EJA;
- Potencializar a participação da rede de serviços na execução do PIA;
- Diminuir a descontinuidade do acompanhamento nos serviços dos territórios, dos adolescentes após o cumprimento da MSE.

As principais atividades desenvolvidas, bem como, os principais avanços e desafios, estarão descritos mais adiante.

LIBERDADE ASSISTIDA (LA)

No ano de 2016 o serviço de Liberdade Assistida executado pela Organização da Sociedade Civil COMEC atendeu 427 adolescentes e suas familias. O atendimento é realizado através de uma equipe multiprofissional, composta por orientadores de medida, duplas psicossociais com foco na família e coordenação técnica. O primeiro atendimento é realizado através do grupo de acolhimento e posteriormente o adolescente e sua família são encaminhados para a equipe de referência para a construção conjunta do seu plano inicial de atendimento (PIA). As estratégias metodológicas utilizadas para o desenvolvimento do PIA são: atendimentos individuais, atendimentos grupais, oficinas, atividades de esporte, cultura e lazer, entrevistas domiciliares, acompanhamento a outros serviços (saúde, educação, habitação, trabalho, justiça, esporte, lazer e regularização de documentos pessoais) e referenciamento e contrarreferenciamento para a rede de serviços.

Realizou-se, também, o acompanhamento dos adolescentes inseridos no Programa Ação Jovem; atualização de banco de dados de informações e registro de usuários (SIGM, SISNOV, portal da Fundação CASA, Pró – Social, banco de dados e prontuário institucional). As participações da equipe aconteceram através: comissões, seminários e capacitações do CMDCA, reuniões intersetoriais das regiões de abrangência; grupo de trabalho do protocolo intersetorial do atendimento socioeducativo, grupo de trabalho do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo e reuniões de Apoio Técnico do CREAS para o serviço de medida socioeducativa.

As atividades realizadas dependem do processo do grupo ou atendimento individual, as mais desenvolvidas são: atividades de culinária, artísticas, manuais, grafite, fotografia, tie dye. Os temas mais abordados são quanto ao universo infracional, violência doméstica, violência, uso de drogas, relacionamentos afetivos, retorno escolar, profissionalização, entre outros. Os destaques são para o Espaço Meninas (um grupo específico para trabalhar as demandas do gênero feminino) denominado Maria Retalho (economia solidária para famílias) e Atividades de Cultura, Esporte e Lazer (parceria com município e instituições privadas).

Foram **427 atendidos** (adolescentes e seus responsáveis), num total de **6277 atendimentos** (ações individuais, grupo e entrevista domiciliares).

DESAFIOS

- Ampliar comunicação com a rede de ensino para o acompanhamento do adolescente, com o objetivo de garantir sua permanência escolar, principalmente após o cumprimento da medida socioeducativa;
- Investir na parceria com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Região Sul;
- Avaliar e discutir o fluxo de encaminhamento dos adolescentes e familiares para os serviços existentes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Distritos de Assistência Social (DAS);
- Refletir com a rede de proteção social especial de alta complexidade (serviços de acolhimento institucional) nos casos atendidos em comum, a conexão medida de proteção e ato infracional;
- Dialogar com o programa de Erradicação do Trabalho Infantil *(*PETI) sobre o trabalho infantil, em especial sobre o tráfico ilícito de drogas e sobre quais as propostas e critérios de atendimentos para o município.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Aumento da participação dos usuários nas atividades propostas, que fortaleceram a vinculação e adesão aos atendimentos;
- Ampliação de parcerias para execução das atividades de esporte e cultura aos adolescentes, através de campeonatos de futebol (Associação de Educação do Homem de Amanhã e Obra Social São João Bosco), cinema, teatro Iguatemi, visita a exposição fotográfica “Genesis” do Sebastião Salgado no SESC, visita ao Bosque dos Jequitibás, Lagoa do Taquaral e praças de esportes municipais;
- Acesso dos adolescentes e seus familiares a peça de teatro “Broadway Brasil”, realizada no teatro Iguatemi, por meio da parceria com SSP Produções (por intermédio da Lei de incentivo à cultura, a Lei Rouanet);
- Parceria com a organização Centro Social Romília Maria para interlocução da equipe técnica no atendimento aos adolescentes e famílias através das oficinas de estética corporal, manicure e cabeleireiro;
- Utilização da metodologia da campanha “Não hesite, Apite!” - Associação das Advogadas, Estagiárias e Acadêmicas de Direito – SP (ASAS) para trabalharmos com o tema violência de gênero nos grupos de família;
- Realização da “Oficina Bola da Felicidade”, pela voluntária Tereza Barreto - artista plástica - que compõe um grupo de voluntárias ligadas a UNICAMP. Participaram os familiares dos adolescentes, no qual a técnica de bordado foi utilizada como instrumento de sensibilização para registrar histórias de vida;
- Realização da atividade no território da região sudoeste (Praça Municipal Emil Rached), desenvolvida em parceria entre as instituições: COMEC e ANA (Associação Nazarena Assistencial Beneficente), parte do projeto da FEAC/Calendário Cultural 2016. Os adolescentes das medidas socioeducativas de LA e PSC apresentaram a atividade de grafite, que contou com a participação coletiva da comunidade.
- Realização do protocolo de atendimento com famílias em medida socioeducativa na proteção social especial de média complexidade, em conjunto com as gestoras dos serviços do PAEFI e CREAS;
- Participação técnica nas reuniões intersetoriais da região sul;
- Participação da equipe técnica e adolescentes no III Encontro da Juventude – Uma Política em Construção, realizado pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) Juventude na FEAC. Foi lançado o Guia de Políticas Públicas para Juventude de Campinas (www.guiadajuventude.org.br);
- Participação da equipe técnica no Simpósio “Violência como Sintoma Contemporâneo: Impactos e Prevenção”, ministrado pelo Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI);

- Participação da equipe técnica no Seminário Primeira Infância no Estado de SP - O papel do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, ministrado pelo Instituto Alana;
- Participação da equipe técnica na Formação do Programa Mobilização para Autonomia, através das palestras: Sistema de Garantia de Direitos e Fluxo de Notificação no Município de Campinas e Proposições para a Abordagem das Famílias, organizado pela FEAC;
- Participação no programa Assessorias Coletivas cujo enfoque voltou-se para os fundamentos e planos de trabalho voltados às políticas públicas sobre a infância e adolescência. O evento foi promovido, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) com o apoio do Departamento de Assistência Social da FEAC, a palestra foi ministrada pelo teólogo, educador Djalma Costa;
- Participação da equipe técnica e adolescentes no III Seminário de Medidas Socioeducativa, realizado pela Comissão de Medidas Socioeducativas do Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- Participação da equipe técnica no Seminário Família em Situação de Violência: Possibilidade e Estratégias, organizado pela Comissão de Combate à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes do Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- Participação das coordenadoras técnicas de PSC e LA na supervisão Técnica da Equipe da Proteção Social de Média Complexidade de Campinas, através das supervisoras Maria do Rosário Gomes e Vânia Nery, organizado pelo Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS);
- Participação na Comissão de Medidas Socioeducativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) através das reuniões ordinárias e duas capacitações: *"Fenômeno do uso de Álcool e Drogas na Adolescência" e "Territorialidade".*
- Participação no grupo de trabalho do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo (2014-2024), com supervisão técnica da Profa. Dra. Maria de Lourdes Trassi Teixeira, no qual foram realizados investimentos: profissionalização dos adolescentes, enfrentamento à violência institucional, fechamento da unidade de internação CASA Rio Amazonas e aprovação do SIMASE (Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo).

METAS 2017

- Elaborar um projeto que viabilize a comunicação com a rede de ensino formal;
- Realizar visita técnica nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos da região sul para aumento dos encaminhamentos;
- Realizar reuniões de discussões com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Distritos de Assistência Social (DAS) para avaliar e discutir o fluxo de encaminhamento dos adolescentes e familiares para os serviços existentes;
- Discutir a relação medida de proteção e ato infracional nas comissões do CMDCA;
- Participar do fórum do programa de Erradicação do Trabalho Infantil *(*PETI) para dialogar sobre o tráfico ilícito de drogas;
- Monitorar o fluxo de atendimento do protocolo intersetorial das medidas socioeducativo;
- Manter o atendimento socioeducativo por meio de escuta qualificada e intervenções técnicas interdisciplinares no acompanhamento dos casos no COMEC;
- Incentivar a participação da equipe técnica na construção de política pública e execução do plano Decenal de atendimento Socioeducativo;
- Criar indicadores de resultados qualitativos referente às ações desenvolvidas no programa de LA do COMEC.

Em janeiro de 2016 iniciou-se a execução da MSE – L. A. pela Organização da Sociedade Civil – SETA com 156 adolescentes inseridos no serviço, para uma meta total de 160 adolescentes.

No ano de 2016 registrou-se o atendimento de 403 adolescentes e seus grupos familiares.

Com atuação nos territórios da região sudoeste, noroeste e norte, faixa etária entre 13 a 19 anos e maior incidência entre 15 anos (22 adolescentes), 16 anos (28 adolescentes), 17 anos (40 adolescentes) e 18 anos (32 adolescentes), com prevalência do sexo masculino.

O ato infracional de maior incidência foi o de tráfico de drogas (63 adolescentes), seguido de roubo qualificado (38 adolescentes).

Os atendimentos são realizados por uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar, composta por oito orientadores de medidas, duas duplas psicossociais e Coordenação, com estratégias metodológicas que atendam as diversas ações e suas respectivas especificidades.

As estratégias utilizadas são:

- Acolhimento grupal,
- atendimentos individuais e grupais, famílias e adolescentes,
- estudo de casos pela equipe técnica e com a rede de Saúde, Educação, Assistência Socia, Lazer, Justiça, Geração de Renda, Poupa tempo e outros órgãos para retirada de documentos, referenciamentos e contrareferenciamentos para a rede de serviços.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Articulação com a rede socioassistencial com o objetivo de subsidiar a elaboração do PIFA das famílias atendidas por esta rede, e que se encontram temporariamente no serviço de L.A.
- Discussões de casos entre dupla psicossocial e orientador de medida, para fins de elaboração do PIA, e/ou estratégias de vinculação com o adolescente.
- Atendimentos individuais.
- Efetivação da matrícula escolar junto com o/a adolescente.
- Envio de relatórios informativos para VIJ, e do PIA.
- Envio de relatórios informativos para outros Serviços da rede como CREAS – Conselho Tutelar - PAEFI
- Visitas domiciliares para conhecimento e acompanhamento da realidade familiar.
- Para adolescente em descumprimento de medida foram adotadas as seguintes ações:
- Uma ausência injustificada – o orientador de medida entrará em contato.
- Duas ausências injustificadas – realização de visita domiciliar/ busca ativa;
- Três ausências injustificadas – solicitação de intervenção junto ao Defensor Público.
- Por fim, se o/a adolescente não retornar aos atendimentos envia-se relatório para a VIJ informando o descumprimento da medida.
- Encaminhamentos para acesso a documentação civil; inclusão na rede de educação e na rede de saúde mental (CAPS);
- Reunião com gestor público.
- Oficina de Barbearia Tradicional e Moderna: Todas às segundas-feiras em dois períodos – manhã das 8h30 às 11h30.
- Oficina de Arte Urbana: todas às terças-feiras, no período da tarde.
- Oficina de Cidadania: todas as quintas-feiras período da tarde das 13h:30 às 17h00.
- Atividades externas como estratégia de vinculação à MSE, socialização e ressignificação da MSE.
- Participação da equipe técnica e dos adolescentes nas atividades do Dia Internacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Município.
- Formação Continuada da equipe técnica na Capacitação “Álcool e Drogas” que aconteceu no espaço da FEAC.
- Participação na Capacitação “Territórios” com Paulo Malvasi – Academia de Letras
- Participação na Capacitação “Formação para Gestores” com Marô e Vania – Academia de Letras
- Participação no Fórum da Região Metropolitana – PETI – Ato Infracional Tráfico e trabalho Infantil
- Participação Técnica nas reuniões Intersetoriais das regiões de referência de atendimentos: Sudoeste, Noroeste e Norte
- Festa Junina realizada na executora com a participação da equipe Técnica e adolescentes e familiares.
- Ação Feijoada, Samba e Amor, com objetivo de arrecadar verba para compra de computadores para o Serviço de MSE – L. A. que após assalto em maio de 2016, ficamos com apenas 2 computadores
- Supervisão externa quinzenal com a psicanalista Cristiane Nali.
- Participação da equipe técnica e adolescentes nas atividades referente à temática da redução da maioridade penal nos grupos de adolescentes, com participação na manifestação ocorrida na Estação Cultura que se estendeu para o Centro Comercial do município.
- Reuniões de equipe todas as quartas – feiras, com a coordenação para alinhamento do serviço.
- Reunião semanal entre miniequipes.

- Participação Técnica nos conselhos gestores dos Centros de Internação: Casa Jequitibá e Casa Andorinhas. Com o objetivo de garantir a gestão participativa no processo de decisão, planejamento e operacionalização de ações que otimizem o atendimento aos adolescentes inseridos nas unidades de atendimento da Fundação Casa.
- Reunião Comissão de MSE
- Reunião de Coordenadores com Gestor Público
- Supervisão de MSE com a Dra. Maria Lourdes Trassi Teixeira
- III Seminário de MSE
- Formaturas (duas) do curso de Barbearia, realizada no Salão Vermelho da Prefeitura PMC, com o objetivo de valorizar a formação e fortalecer o resgate da alto auto estima dos adolescentes e seus familiares.
- Confraternização de final de ano para os adolescentes, realizada numa chácara no período de cinco horas, com atividades diversas, churrasco e refrigerante e sorvete de sobremesa.
- Cabe ressaltar o Projeto de Pesquisa de Doutorado “Percursos dramatúrgicos nos percalços da Juventude em Liberdade Assistida”. Realizada por Fernanda Lemos. Que contou com atividades de suma importância para a transformação e percepção de visão de mundo com os adolescentes e jovens da MSE.

Desafios avaliados durante a execução das atividades

- Efetivação de matrícula junto às escolas da região.
- Fornecimento de passes para cumprimento da MSE – L. A. (Atendimentos individuais, familiares, oficinas e visitas a espaços públicos e ainda na elaboração de documentos, poupa tempo e outros órgãos)
- Dificuldades no manejo das situações que envolvem violência policial.
- Taxas para a retirada de documentos que não aceitam declaração de vulnerabilidade socioeconômica para isenção das mesmas.

Resultados alcançados com as atividades realizadas

Atendimentos em espaços abertos, com ofertas de integração e interação para o adolescente, que contribuiu para ampliação de percepção de mundo, cultural, esportiva, alta autoestima, fortalecendo - o para uma nova proposta de dinâmica de vida, despertando o desejo de novas conquistas, e com a reflexão da necessidade de disciplina e comprometimento.

Dentro dessa dinâmica de atendimento, contemplou-se também a visitas a lugares e espaços culturais, cinemas e a universidade Unicamp, viabilizando o contato com o campo universitário e cursos disponibilizados e forma de inserção aos mesmos, a dinâmica do passeio possibilitou aos adolescentes participarem de encontros, com estudantes que os aguardavam com dia e horários marcados, com o objetivo de ser realizada uma visita monitorada por vários espaços do complexo, como exemplo laboratórios, o restaurante “Bandejão”, e ainda a visita ao cinema na casa do lago possibilitando aos adolescentes, que na sua maioria era a primeira vez que tinham o prazer de pode conhecer a tela “mágica” do cinema.

Refletir com o Orientador de Medidas e o oficineiro que acompanha essa atividade, o contexto do filme, tudo que envolve para a construção do mesmo, e o número de pessoas envolvidas para a sua realização, e ainda, qual a mensagem absorvida do roteiro do filme. As reuniões de datas comemorativas, ou típicas, foram outros momentos de grandes conquistas, de sentimento de pertencimento dos adolescentes/jovens junto ao espaço da executora, circulavam a vontade, e na companhia de familiares, filhos, responsáveis.

As oficinas realizadas no decorrer do ano de 2016 apresentaram resultados bastante expressivos e significativos, as especificidades de cada uma foram avaliadas no final do ano pela equipe de trabalho, onde se constatou o interesse e adesão por parte dos adolescentes na oficina de Arte Urbana, que tem como objetivo:

- Espaço de reflexão e construção que fomenta o desenvolvimento da autonomia, protagonismo juvenil, potencialidades e habilidades dos adolescentes, contribuindo para o seu pertencimento social e consciência crítica nas temáticas trabalhadas, bem como o papel inclusivo na dinâmica social.

Em cada oficina é abordado um tema a partir do trabalho desenvolvido de acordo com o planejamento do grupo.

Com essa oficina avaliando os resultados alcançados, se constatou a apropriação e conscientização do papel do adolescente na sociedade, utilizando da suas potencialidades e habilidades; o desenvolvimento da consciência crítica que contribuirá nas suas escolhas, bem como na estruturação da organização de sua rotina e convívio social saudável; ampliação do repertório cultural e artístico, além do despertar do desejo de replicar o conhecimento aprendido e continuar a cultivar a participação social em outros espaços;

- Quanto à oficina de Barbearia Tradicional e Moderna:

Espaço de aprendizado, com profissional capacitado em passar o conhecimento teórico e prático no ramo de Barbearia tradicional e Moderna, e ainda visitas externas em espaço comercial em barbearia no município de campinas, proporcionando a vivencia e aprimoramento do que se foi apresentado no espaço da oficina.

Os resultados avaliados junto ao profissional que ministra essa oficina e a equipe de trabalho constataram adolescentes/jovens preparados para o mercado de trabalho, administrando seu salão, desde a parte de estrutura física, higiene, apresentação pessoal, com a logística, o financeiro, trato e eficiência no atendimento ao cliente. Cabe ressaltar que essa também é uma oficina que conta com lista de espera para a realização da mesma. Isso ocorre pela demanda da procura e ainda pela deficiência de espaço físico para a realização da mesma.

- Oficinas socioeducativas em Culinária:

Espaço de reflexão, e construção que fomenta tema relacionado à gastronomia, qualidade de vida, empreendimentos na gastronomia, cursos profissionalizantes da área.

Viabilizando vivência em espaços externos em cozinhas industriais, proporcionando o contato mais próximo com o universo gastronômico.

Avaliamos que a introdução e aproximação do universo gastronômico contribuíram para a compreensão sobre a importância de uma refeição econômica, saudável e de qualidade, os cuidados com os alimentos. A dinâmica e vivência, da aula sendo realizada em cozinhas industriais, em espaços externos, e sendo ministrada por um chefe de cozinha, contribuiu para o contato com o profissional e espaço de trabalho do mesmo, sua organização, ética, respeito no que se produz e para quem se produz.

- Da Oficina de Educação e Orientação para o mercado de trabalho e confecção do currículo.

Constatou-se ter ampliada a capacidade do adolescente de conviver em grupo, de administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de agir e pensar, desenvolvimento da proatividade, senso de equipe e colaboração com vistas ao sucesso do grupo.

- Em todas as oficinas acima citadas, constatamos que a desistência foi menos de 10% ao longo da execução das mesmas. E quando aconteceu a desistência, 6% foram em razão da inserção no mercado de trabalho, o que para a realidade dos nossos adolescentes, é o que priorizam. Ter ampliada a capacidade de escolha, de decisão, de avaliação, de expressão de opiniões e reivindicações dos usuários, foi resultado alcançado. O conhecimento apreendido pode ser usado na elaboração e construção do PIA, instrumental que pode ser revisitado, e a utilização da ampliação do repertório e do conhecimento, efetivando a interrupção da trajetória infracional.
- Cabe ressaltar que as Formações realizadas no ano de 2016 pelo Gestor Público para a equipe técnica de trabalho das executoras de MSE foram muito importantes para ampliar entendimentos, conhecimentos fortalecendo as ações que impactam diretamente no trabalho e nos resultados junto ao público atendido.

Metas para 2017

- Construir parcerias com serviços que promovam capacitação/cursos aos usuários, sem critérios excludentes.
- Fortalecer a intersetorialidade;
- Construir indicadores.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

No ano de 2016 atendemos 247 adolescentes e suas famílias. Os atendimentos realizados seguem o seguinte fluxo:

- acolhimento inicial,
- grupo de integração,
- interpretação da medida,
- atendimento individual para elaboração do Plano individual de Atendimento (PIA), atendimento grupal com os adolescentes e as famílias,
- acompanhamento multidisciplinar,
- contatos telefônicos,
- visitas domiciliares,
- atendimento domiciliar,
- prestação de serviço no território de origem do adolescente,
- relatórios técnicos,
- discussão de casos,
- referenciamento e contrareferenciamento na rede de serviços intersetorial.

Neste ano foram acessados 25 parceiros para a efetivação da prestação de serviços. Do total de atendidos, 214 adolescentes são do sexo masculino e 33 do sexo feminino, com predominância da região Sul, seguida da Sudoeste e Noroeste. A infração de maior incidência na entrada dos casos foi o Tráfico Ilícito de Drogas seguida do Roubo Qualificado. A medida cumulada representou aproximadamente 46,56% (115 casos) do total de adolescentes atendidos.

AÇÕES REALIZADAS:

- Sistematização das atividades realizadas na prestação de serviços através de roteiros de avaliação para os parceiros e de registro diário para a equipe.
- Inclusão na metodologia do programa de um “Grupo de Integração” para os casos novos, após avaliação e indicação da equipe em trabalhar os adolescentes no processo grupal, antes de iniciar a prestação de serviços.
- Ampliação de 20 metas de atendimento e da equipe técnica, após 9 meses de negociação com o gestor público, resultado do aumento da demanda em atendimento apontado pelo programa deste out/15.
- Ampliação das atividades culturais, de esporte e lazer através de contatos com parceiros e espaços públicos como: Parque Portugal/Taquaral, SESC, Pedreira do Chapadão, Museu de Arte Contemporânea, IBAÔ (Instituto Baobá de Cultura e Arte - Ponto de Cultura, Estação Cultura, Oficinas do Cândido Ferreira, Ecobrinquedoteca do Parque Ecológico, Bosque dos Jequitibás (Museu de História Natural, Aquário, Museu de répteis), cinema Movie.com/Unimart, Museu da Cidade, Centro de Convivência Rosa dos Ventos, CIS Guanabara.
- Ampliação de parcerias específicas de serviços que realizam a inserção no Mundo do Trabalho para os adolescentes: Educandário Eurípedes, Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, Ensino Social Profissionalizante - ESPRO, Associação de Educação do Homem de Amanhã - Guardinha e Casa de Santana.
- Ampliação de parcerias para executar prestações de serviços, decorrente da divulgação positiva de outros parceiros.

Desafios

- Articular com os serviços da Proteção Social Básica ações de encaminhamentos dos adolescentes e seus familiares, para a inserção em serviços da comunidade;
- Alinhar o trabalho com a rede intersetorial (saúde, assistência social, educação, cultura/lazer) a partir do Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente.
- Investir na aproximação dos serviços da Proteção Especial de Alta complexidade para alinhar as ações do trabalho socioeducativo.
- Interlocução com o território através dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) descentralizados.

Metas para 2017:

- Investir na articulação com a Proteção Social Básica e com a Proteção Social Especial de Alta Complexidade.
- Investir na continuidade do alinhamento do trabalho com a rede intersetorial;
- Continuidade das ações contra a violência policial sofrida pelos adolescentes;
- Potencializar ações no território em parceria com os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) descentralizados

CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM 2016 PELA PSEMC E PARCEIROS;

- TERRITORIALIDADE – Paulo Malvasi Parceria PSEMC - CMDCA
- TERRITORIALIDADE – Paulo Malvasi Parceria PSEMC - CMDCA
- Capacitação Álcool e Drogas – CAPS – SMS – SMCAIS /CMDCA
- Capacitação Álcool e Drogas – CAPS – SMS – SMCAIS /CMDCA
- Capacitação de Gestão - DOAS
- Capacitação de Gestão - DOAS
- Capacitação EGDS – PSEMC
- III Seminário de Medida Socioeducativa – CMDCA – SMCAIS
- III Seminário de Medida Socioeducativa – CMDCA – SMCAIS
- III Seminário de Medida Socioeducativa – CMDCA – SMCAIS
- III Seminário de Medida Socioeducativa – CMDCA – SMCAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Muitos são os avanços, notoriamente reconhecidos no decorrer do relatório e das ações cotidianas, entre os quais: Maior ressignificação do contexto familiar como motivo prevalente do desligamento das famílias se evidenciando, desta forma, que o trabalho social com famílias na perspectiva metodológica as ações educativas vem se fortalecendo, assim como o atendimento das metas previstas por região; maior integração entre as equipes técnicas /serviços, maior reconhecimento do território e rede de serviços, a partir da territorialização do atendimento, Destaca-se o estreitamento da relação do Apoio Técnico/CREAS com as Organizações executoras, fortalecimento da articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e outras políticas setoriais por meio das reuniões de discussões de situações familiares e de ações intersetoriais.

Muitos e permanentes são os desafios, tais como:

- Diminuir o tempo de espera para inclusão;
- Fortalecer a metodologia do trabalho social com famílias;
- Efetivar o Plano de Atendimento Familiar;
- Avançar na articulação entre as Proteções Básica e Especial;
- Diminuir a judicialização das famílias em acompanhamento;
- Cumprir o atendimento das metas;
- Enfrentar a sobreposição de ações;
- Dar continuar aos processos de educação permanente.
- Implantação de mais uma unidade de CREAS no ano de 2017,
- Qualificação profissional permanente,
- Avançar nas articulações institucionais e intersetoriais no território,
- Ofertar metodologias diversificadas compatíveis às demandas trazidas pelas famílias.
- Avançar na articulação com a Vigilância Socioassistencial
- Fortalecer a articulação e integração com o Sistema de Garantia de Direitos.

4. COORDENADORIA SETORIAL DE ALTA COMPLEXIDADE- CRIANÇA E ADOLESCENTE

Considerando-se as normativas municipais, nacionais e internacionais existentes para crianças e adolescentes afastadas dos cuidados parentais, o Plano Municipal, da Proteção Social Especial de Alta Complexidade visou reordenar as ações para crianças e adolescentes, contemplando as seguintes ações:

- Reordenamento dos serviços de acolhimento já existentes,
- Implantação de novos serviços, como as Casas Lares, para qualificar o acolhimento de crianças e adolescentes destituídos do poder familiar e considerados com pouca ou nenhuma chance de colocação em família substituta/adoção,
- Repúblicas para acolher jovens que completam 18 anos ainda em situação de acolhimento, sem possibilidade de reintegração familiar e que ainda necessitam da proteção do Estado até adquirirem maior autonomia.

O reordenamento dos serviços de acolhimento envolve também a adequação e a qualificação de recursos humanos. Para tanto, toma-se por base as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, de modo a assegurar que toda a rede de serviços de acolhimento tenha como equipe de referência, o que se demonstra no quadro a seguir:

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

QUADRO - RH	
COORDENADOR TÉCNICO	01
ASSISTENTE SOCIAL	01
PSICÓLOGO	01
PEDAGOGO	01*
EDUCADOR	01**
AUXILIAR DE EDUCADOR	01**
COZINHEIRA	01
AUXILIAR DE COZINHA	01
SERVIÇOS GERAIS	01
TOTAL	**09**

* Convênio com SME

**Para até 10 usuários por turno

Os abrigos abaixo relacionados, além dos profissionais que compõem a equipe de referência, ainda dispõem de outros profissionais:

- Centro Corsini – Unidade de Apoio Infantil - 01 Enfermeira e 04 técnicos de enfermagem.
- Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente (CMPCA) - 01 Enfermeira.
- Lar da Criança Feliz - 01 Técnico de enfermagem.

CASA DE PASSAGEM E CASA DE PASSAGEM ESPECIALIZADA - CASA BETEL E CASA VERDE

QUADRO - RH	
COORDENADOR TÉCNICO	01
ASSISTENTE SOCIAL	01
PSICÓLOGO	01
PEDAGOGO	01*
EDUCADOR	01**
AUXILIAR DE EDUCADOR	01**
COZINHEIRA	01
AUXILIAR DE COZINHA	01
SERVIÇOS GERAIS	01
TOTAL	**09**

* Convênio com SME

**Para até 10 usuários por turno

CASAS LARES

- 01 coordenador técnico para até 20 crianças e adolescentes em até 3 casas lares
- 01 dupla psicossocial para até 20 crianças e adolescentes e famílias
- 01 educador/mãe social para até 10 crianças e adolescentes
- 01 auxiliar de educador para até 10 crianças e adolescentes
- 01 Pedagogo (por convênio com a Secretaria Municipal de Educação)

ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

- 01 Coordenador técnico
- 02 duplas psicossociais para 20 crianças e adolescentes e 20 famílias de origem/ famílias acolhedoras
- 01 Pedagogo (por convênio com a Secretaria Municipal de Educação)

REPÚBLICAS PARA JOVENS

- 01 Coordenador para até quatro unidades
- 01 Dupla psicossocial para até 24 jovens em quatro diferentes unidades
- 01 Educador/cuidador para até 12 jovens

ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO[1] COM CAPACIDADE PARA 15 PESSOAS ENTRE MULHERES E FILHOS

QUADRO - RH	
CHEFIA DE SETOR	01
ASSISTENTE SOCIAL	01
PSICÓLOGO	01
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	01
COZINHEIRA	01
MOTORISTA	01
SERVIÇOS GERAIS	01
VIGILÂNCIA	04
TOTAL	**11**

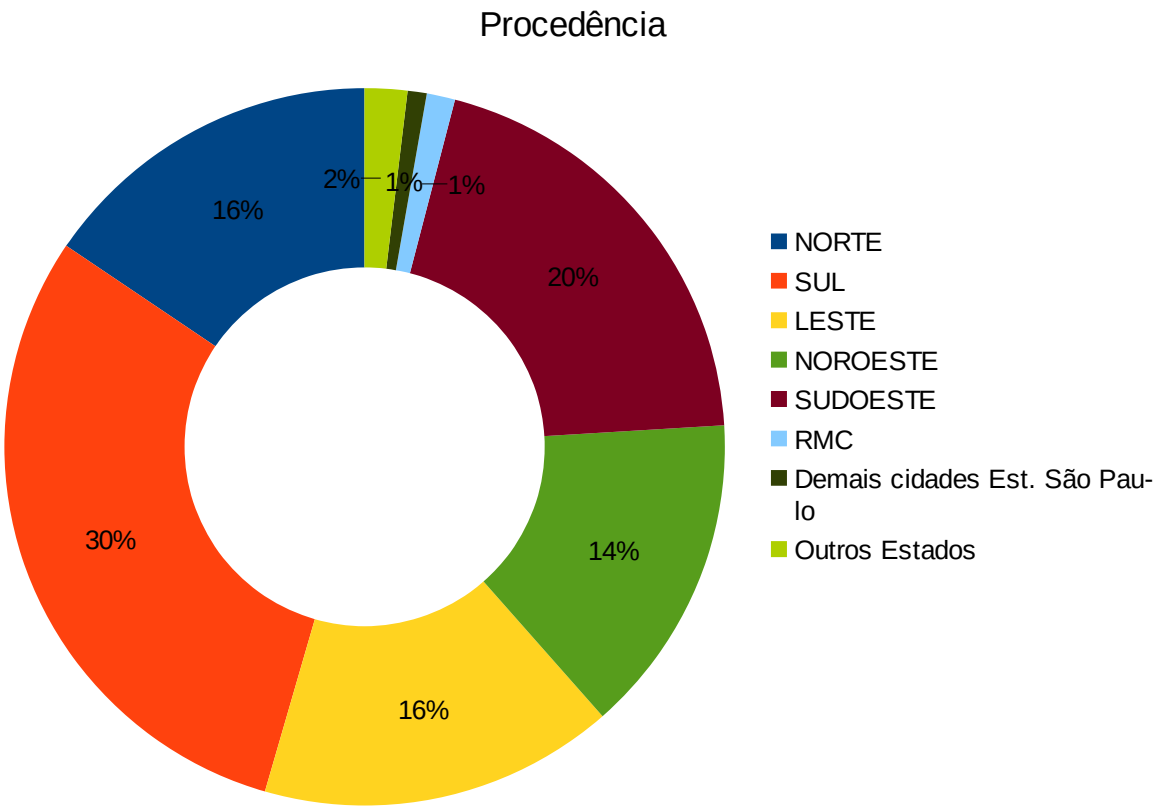
REDE DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS:

SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL	METAS
ABRIGO (07)	225
ABRIGO ESPECIALIZADO (01)	18
CASA DE PASSAGEM (01)	22
CASA DE PASSAGEM ESPECIALIZADA (01)	15
ACOLHIMENTO FAMILIAR (2)	40
CASA LAR (16)	160
CASA LAR (adolescentes grávidas e/ou com filhos)	10
REPÚBLICA FEMININA (01)	06

[1] Casa Abrigo SARA-M

REPÚBLICA MASCULINA (01)	06
TOTAL	**502**

PERFIL DAS INCLUSÕES NO ANO DE 2016 SEGUNDO A REGIÃO/LOCAL DE PROCEDÊNCIA



ORIGEM DA DEMANDA PARA INCLUSÃO

Órgão/Serviço	**Quantidade**	
VIJ	110	
Conselho Tutelar	147	
Transferência de outros serviços de acolhimento	76	
Casa de Passagem Casa Verde	05	

Casa Betel	74	
Outros	16	
TOTAL	**428**	

Motivo do Acolhimento

	Quantidade	
VDCCA Física	36	
VDCCA Psicológica	36	
VDCCA Negligência	**142**	
VDCCA Sexual	05	
Abandono	24	
ESCCA	08	
Trabalho Infantil	01	
Ameaça de morte	22	
Genitores/saúde mental	03	
Situação de rua	09	
Adoção ilegal	03	
Retorno de adoção	03	
Devolução de Guarda	02	
Outros	73	
TOTAL	**367**	

Crianças e adolescentes desligadas segundo o motivo do desligamento

MOTIVO DO DESLIGAMENTO	**QUANTIDADE**
Família de origem nuclear	53
Família de origem extensa	27

Adoção Nacional	34
Adoção Internacional	00
Transferido p/ família acolhedora	14
Evasões	86
Transferido p/ outro serviço acolhimento	170
Recâmbio	34
Transferido p/ o abrigo especializado	02
Maioridade	26
Falecimento	02
TOTAL	**448**

FONTE: CIPS/VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL/CSAC-2016

Os dados apresentados foram coletados a partir de planilhas mensais enviadas pelos serviços de acolhimento à Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle- CSAC.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2016

- Participação dos Apoiadores Técnicos em reuniões da rede de proteção para discussão de casos;
- Reuniões preparatórias para a realização de audiências concentradas;
- Participação nas reuniões do GT de Maternidades, para revisitar e aprimorar os fluxos e procedimentos para o acolhimento de crianças recém nascidas e também, o acolhimento de gestantes em situação de rua;
- Reuniões quinzenais de gestão com os coordenadores e com as equipes técnicas dos serviços de acolhimento;
- Participação em reuniões realizadas pela Secretaria Municipal de Educação, com os pedagogos dos serviços de acolhimento;
- Articulação com a rede de saúde (CAPS Infantis, Hospital Ouro Verde, Centros de Saúde) e com a própria gestão da Saúde na área da criança e do adolescente, para discutir fluxos, procedimentos, referenciamentos e contrarreferenciamentos;
- Reuniões com a Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público e Defensoria Pública;
- Implantação da segunda Casa Lar para acolher crianças e adolescentes transferidos do abrigo Lar Nosso Sonho;
- Visitas técnicas e de monitoramento da gestão em parceria com a CSAC aos serviços da rede;
- Manutenção do programa de Apadrinhamento Afetivo;
- Realização de reuniões mensais entre equipes dos serviços de acolhimento e equipe do CAPSI Carretel, para formação através de diálogos e troca de experiências;
- Realização de 06 (seis) encontros entre a equipe técnica do abrigo Lar da Criança Feliz e profissionais do CAPSI Carretel, para rediscussão do atendimento para adolescentes com sofrimento psíquico grave ou transtornos de comportamento;
- Formação de cuidadores/educadores e técnicos sobre Práticas Restaurativas;
- Participação em diversas reuniões da rede de proteção para discussão de casos, objetivando principalmente evitar que a medida de proteção de acolhimento fosse aplicada.
- Grupo de Trabalho para aprofundar e discutir proposta de implantação do Programa de Guarda Subsidiada;

- Reordenamento das metas dos abrigos Convívio Aparecida I e II, passando cada um a ter 20 metas;
- Participação dos apoios técnicos e chefes de setor dos serviços públicos para crianças, adolescentes e mulher vítima de violência de gênero, em reuniões do grupo de trabalho (GT) Interproteções.

DESAFIOS AVALIADOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Compatibilizar a participação dos profissionais dos serviços de acolhimento com a dinâmica dos mesmos, na perspectiva de ampliar a participação nos encontros de formação;
- Não realização de ações previstas em parceria com o CMDCA, devido a dificuldades para repasse dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Alternância entre Promotores substitutos causando inseguranças nos profissionais quanto aos procedimentos a serem adotados;
- Dificuldades dos serviços de acolhimento e dos demais serviços da rede para trabalhar com crianças e adolescentes que apresentam problemas de saúde mental, problemas de comportamento e uso de substâncias psicoativas.
- Insuficiência de alternativas para encaminhamento do jovem que completa a maioridade nos serviços de acolhimento, mas que ainda necessita continuar sobre a proteção e cuidado do Estado;
- O acolhimento de adolescentes por motivo de conflitos familiares, ou seja, pais que solicitaram acolhimento ou simplesmente abandonaram os filhos, devido a dificuldade em lhes colocar limites;
- Dificuldades na construção de referências para o acompanhamento às famílias que são atendidas na Alta Complexidade, mas que também necessitam do acompanhamento da Proteção Social Básica e/ou da Proteção Especial de Média Complexidade.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Maior participação dos trabalhadores dos serviços de acolhimento nos encontros de formação;
- Articulação da rede de proteção social intersetorial para a realização de audiências concentradas.
- Ampliação do atendimento através da modalidade Casa Lar, a partir da implantação da segunda Casa Lar, em parceria com a Organização da Sociedade Civil- UNIASEC (Lar dos Grandes Amigos) e do aumento das metas da Casa Lar para adolescentes grávidas e/ou com filhos;
- Ampliação da parceria entre esta Coordenadoria e a Vigilância Socioassistencial/CSAC, com boa interlocução entre os profissionais, as visitas técnicas e de monitoramento nos serviços de acolhimento institucional e familiar;
- Formação de 50 pessoas (33 famílias) candidatos a padrinhos e madrinhas, sendo que destes, 22 iniciaram o apadrinhamento;
- Aprimoramento da interlocução e de ações integradas entre as equipes dos serviços de acolhimento e as equipes de Saúde Mental;
- Ampliação da discussão com as equipes de saúde mental e com a gestão da Saúde da Criança, sobre o atendimento/acolhimento de crianças e adolescentes com problemas de comportamento e agravos de saúde mental;
- Qualificação do atendimento nos dois abrigos que tiveram metas reordenadas - Convívio Aparecida I e II;
- Maior aproximação e estreitamento das relações interproteções (GT Interproteções) e do trabalho intersetorial, qualificando o atendimento aos usuários.

AVANÇOS

- Fortalecimento da rede quanto à direção do acolhimento como última medida de proteção a ser aplicada e quando necessária, que seja de fato excepcional e provisória.
- Diminuição do número de acolhimentos, sobretudo, entre os recém – nascidos, o qual passou de 18 acolhimentos em 2014 e 2015 para 06 acolhimentos em 2016.

DESAFIOS PARA O ANO DE 2017

- Maior divulgação do Programa de Apadrinhamento Afetivo;
- Maior divulgação do Acolhimento Familiar, com vistas a que crianças de 0 a 6 anos prioritariamente sejam acolhidas em famílias acolhedoras, conforme normativas nacionais e internacionais;
- Implantação do Programa de Guarda Subsidiada
- Revisão e fortalecimento da metodologia dos Serviços de Acolhimento para o atendimento aos adolescentes;
- Dar continuidade ao GT Maternidades;
- Apresentação do Protocolo com fluxos e procedimentos para o acolhimento de recém-nascidos e do Plano de acompanhamento às famílias;
- Reordenamento do serviço de acolhimento Unidade de Apoio Infantil – Centro Corsini, com a possibiidade de convênio com a Secretaria Municipal de Saúde, para o atendimento a crianças e adolescentes com quadros crônicos de saúde, que demandam 24 horas de cuidados de enfermagem;
- Planejamento de ação integrada para que todos os serviços de acolhimento obtenham alvará de funcionamento e alvará do Corpo de Bombeiros.
- Definição de fluxos de referenciamento e contrarreferenciamento entre os serviços de Alta Complexidade e as Proteções Sociais: Básica e Especial de Média Complexidade;
- Elaboração e publicação de decreto que regulamente a Lei Municipal do Acolhimento em Famílias Acolhedoras;
- Criação de indicadores de avaliação de qualidade em todas as etapas do acolhimento e do acompanhamento pós- acolhimento;
- Formação continuada para os profissionais dos serviços de acolhimento;
- Possibilitar a continuidade do trabalho de supervisão institucional para todas as equipes dos serviços de acolhimento.
- Estreitar o diálogo com os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e o Sistema de Justiça (Vara da Infância e da Juventude);
- Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação definir instrumento legal para manter pedagogos em todos os serviços da rede socioassistencial de acolhimento institucional e familiar;
- Ampliar a parceria com a rede de saúde, principalmente com a saúde mental;
- Retomar as articulações necessárias para as adequações nas instalações físicas dos serviços de acolhimento e revisões das leis municipais que envolvem esse de tema;
- Implantar 01 abrigo para acolhimento de jovens que completam a maioridade e não possuem autonomia para morarem em República sozinhos e que não tenham a possibilidade de reintegração familiar;
- Mudança da Casa Abrigo SARA-M para imóvel adequado às suas necessidades;
- Construção da casa para o Abrigo CMPCA;

Apresentamos a seguir, o relatório do serviço de acolhimento institucional para mulheres vítimas de violência de gênero. Esclarecemos que este serviço, embora tenha como foco a mulher adulta, permanece sob a gestão da alta complexidade criança, adolescente, considerando-se que as mulheres que têm filhos, em geral ao serem acolhidas, os levam consigo.

O fato, portanto, deste abrigo ter um significativo público infantil e adolescente, demanda que sua metodologia e adequações sejam repensadas à luz da lei 8.069/1990 e suas alterações e das Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes.

CASA ABRIGO DA MULHER SARA M

No Ano de 2016, a Casa Abrigo da Mulher SARA-M acolheu 37 mulheres e 51 crianças/adolescentes.

Os registros das atividades realizadas foram aprimorados obtendo-se, aumento dos dados, dentre eles, os atendimentos realizados pela Equipe Técnica psicossocial.

FORAM REALIZADOS:

- 1.500 atendimentos psicossociais às mulheres acolhidas;
- 50 atendimentos à família extensa
- 25 entrevistas domiciliares
- 45 discussões de casos com a Rede;
- 29 assembléias com as usuárias da Casa Abrigo;
- 12 reuniões grupais com as usuárias;
- 08 reuniões administrativas com os funcionários do serviço;

PARTICIPAÇÃO EM:

- 13 reuniões com o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres;
- 08 Reuniões com a Rede da Mulher;
- 16 reuniões com o CEAMO;

Além das reuniões de gestão e do GT Interproteções.

- Conferência Estadual de Políticas Públicas para mulheres em Atibaia-SP;
- Evento do dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher e nos 16 dias de Ativismo;
- Encontro de Formação para os Conselheiros Tutelares de Campinas.
- Ações preventivas da Rede da Mulher em parceria com a revista “Siga Bem Caminhoneiro”.
- Ações preventivas da Rede da Mulher em parceria com a IMA, através da realização de palestra sobre prevenção à violência contra a mulher.

AÇÕES DE REFERENCIAMENTO E CONTRARREFERENCIAMENTO SENDO:

- 180 famílias para atendimento no Centro de Saúde de referência;
- 42 encaminhamentos para outros atendimentos de saúde no Município;
- Todas as crianças/adolescentes em idade escolar foram matriculadas na rede de ensino;
- Realizamos 15 passeios com as moradoras e seus filhos;
- 38 encaminhamentos para a Defensoria/Fórum, bem como para outros Serviços como Poupa - Tempo, Delegacia de Defesa da Mulher - DDM; Bolsa Família; Serviços de beleza; Bancos; Cartórios, Centro de Pronto Atendimento ao Trabalhador – CPAT, dentre outros.
- Supervisão a 2 (duas) estagiárias de Serviço Social

DESAFIOS AVALIADOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Quadro de RH incompleto (devido a afastamentos por Licença Médica)
- Atendimento acima da capacidade em alguns períodos do ano;
- Não identificação de novo imóvel para locação;
- Não contratação de Supervisão Institucional por impedimento da supervisora.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Execução do plano de ação de cada usuária;
- Aumento dos atendimentos prestados, tanto da Equipe Técnica, como dos serviços da rede.

AVANÇO

- Aumento do quadro de funcionários do abrigo, que passou a ter 2 (duas) cozinheiras, qualificando o serviço.
- Elaboração de um formulário de avaliação do serviço, pelas usuárias

METAS PARA 2017

- Locação de imóvel que atenda as demandas das mulheres vítimas de violência de gênero no município de Campinas;
- Supervisão Institucional para atender as demandas de trabalho da Equipe de funcionários;
- Ampliação da equipe de funcionários com mais 1 (uma) Agente de Ação Social.

5. COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE POP RUA/IDOSO E SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGÊNCIAS

A Coordenadoria manteve no ano de 2016 a proposta de alinhamento de metodologias de trabalho para a rede Pop Rua. Para tanto, realizou visitas quinzenais e ou mensais *in loco* aos serviços e algumas visitas em conjunto com a Vigilância Socioassistencial/ Coordenadoria de Avaliação e Controle (CSAC) visando o acompanhamento da efetivação de tais estratégias metodológicas, na perspectiva de se alcançar unidade nas ações desenvolvidas por essa rede de serviços.

Também foram realizadas discussões de casos com a rede de saúde, saúde mental e com a coordenadoria de alta complexidade de crianças e adolescentes visando referenciamentos de usuários às unidades de acolhimento institucional e de saúde.

A rede socioassistencial realizou a contagem anual de pessoas em situação de rua ou em situação emergencial de rua.

As reuniões semanais da rede socioassistencial foram mantidas em conjunto com os serviços da proteção especial de média complexidade, com construção de fluxos de informações e de referenciamentos as unidades de acolhimento institucional.

Tal referenciamento ocorre depois de esgotadas todas as possibilidades de manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

Outra ação importante para o município foi à efetivação do projeto piloto “Parceiros da Cidade- Mão Amiga”,[2] a qual contou com a participação ativa desta Coordenadoria. integração ao mundo do trabalho.Prevê uma bolsa aprendizagem durante um ano. ..Aulas de jardinagem e paisagismo foram dadas para uma turma formada por 15 pessoas, todas moradoras de serviços de acolhimento institucional.

No ano de 2016 o serviço de Residência Inclusiva Renascer vivenciou enormes desafios. A mudança da Chefia de Setor ocorrida no mês de Janeiro do ano de 2016 propiciou a reorganização de processos internos que impactaram diretamente na rotina dos usuários e na própria reorganização da casa.

[2]O projeto Parceiros da Cidade- Mão Amiga, de iniciativa do município,foi aprovado pela Lei nº 15137/17, em parceria com as Secretarias Municipais de Serviços Públicos, Educação, Saúde, Trabalho e Renda e Cultura. O projeto tem por objetivo promover a cidadania e inserção social das pessoas em situação de rua que se encontram nos serviços de acolhimento institucional por meio de formação profissional e da integração ao mundo do trabalho.

Analisando-se as metas construídas no Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017 observa-se que o processo de reordenamento proposto para a Residência Inclusiva ainda não fora concluído. Para finalizar essa etapa faz-se necessário o encaminhamento de dois usuários que se encontram fora do perfil da residência inclusiva para serviços da política de saúde.

Na área do idoso foram realizadas reuniões mensais com a rede socioassistencial para continuidade do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para idosos, ações que serão detalhadas mais adiante.

Essa Coordenadoria ainda participou de reuniões semanais e mensais com a Diretoria do DOAS, nos Grupos de Trabalhos Interproteções e Assistência Social e Saúde.

Com vistas a ampliar a compreensão e estimular o processo contínuo de aprendizagem, foi ofertada formação aos trabalhadores dos serviços de média e alta complexidade. O conteúdo abordado voltou-se para os conceitos de acolhimento, convivência e acompanhamento, revisitando-se estratégias metodológicas aplicadas no desenvolvimento do trabalho social.

Os serviços vinculados a esta Coordenadoria são:

POP RUA	TIPO DE SERVIÇO	METAS
SAMIM	Albergue Municipal	130
Casa Antonio Fernando dos Santos	Acolhimento Institucional	20
Casa Esperança	Acolhimento Institucional	**20**
Casa amigos de São Francisco	Acolhimento Institucional	20
Santa Clara	Acolhimento Institucional	25
Nossa Casa	Casa de Passagem	25
TOTAL		**240**

PCD	TIPO DE SERVIÇO	METAS
Renascer	Residência Inclusiva	**10**

IDOSO	TIPO DE SERVIÇO	METAS
Casa do Idoso e da Idosa	Acolhimento Institucional	12

Lar Beneficente Sã Doutrina Espiritual do Sétimo Dia	Acolhimento Institucional	**15**
Associação Franciscana Coração de Maria- AFASCOM	Acolhimento Institucional	**15**
Lar Evangélico Alice de Oliveira	Acolhimento Institucional	**10**
Assistência Vicentina Federico Ozanan de Campinas	Acolhimento Institucional	**20**
Lar da Amizade Ilce da Cunha Henry	Acolhimento Institucional	**20**
Lar dos Velhinhos de Campinas	Acolhimento Institucional	**20**
TOTAL		**112**

EMERGENCIAL	**TIPO DE SERVIÇO**	**METAS**
Abrigo Estela	Abrigo Emergencial	**30**

TRANSITÓRIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	**TIPO DE SERVIÇO**	**METAS**
Casa de Repouso Bom Pastor	Acolhimento Institucional	60
APACC	Acolhimento Institucional	60
TOTAL		120

DESAFIOS DA COORDENADORIA

- Fortalecimento da Gestão Pública através de supervisões, capacitação e formação
- Alinhamento conceitual da rede de serviços;
- Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional para Idosos
- Conclusão do Reordenamento da Residência Inclusiva Renascer

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Estabelecimento de fluxo de referenciamento para acolhimento institucional;
- Fortalecimento da rede de atendimento através de discussões sobre o perfil atual das pessoas em situação de rua

- Suporte técnico no atendimento;
- Maior aproximação com a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média complexidade por meio do GT Interproteções

METAS PARA 2017

- Dar continuidade na efetivação do fluxo de referenciamento com base nos critérios para acolhimento;
- Aprimorar o desenvolvimento de capacitação e supervisão aos trabalhadores
- Maior aproximação com o Sistema de Garantia de Direitos;

A seguir descrevem-se os serviços vinculados a esta Coordenadoria:

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE, ITINERANTE E MENDICANTE (SAMIM)

No ano de 2016, o Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM) buscou acolher em regime de proteção integral, indivíduos e famílias em situação de rua, com o compromisso de oferecer melhorias nas ofertas socioassistenciais e na qualidade de vida desse segmento da população.

Esta unidade pública trabalha proporcionando acolhida às demandas típicas das pessoas que se encontram em situação de rua, sendo uma referência também para as pessoas em trânsito.

A direção do trabalho que se desenvolve no SAMIM remete aos Planos de Trabalhos e estratégias para redução de riscos e violação de direitos compostos pela equipe descrita abaixo:

QUADRO - RH	
CHEFIA TECNICA (ASSISTENTE SOCIAL)	01
ASSISTENTE SOCIAL	03
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	19
AGENTE ADMINISTRATIVO	02
AGENTE OPERACIONAL	01
CHEFIA ADMINISTRATIVA	01
VIGILANTES	10
PORTEIRO	01
AUXILIARES DE LIMPEZA	04
MOTORISTA	01
TOTAL	**43**

Em 2016 foram contabilizados **36.516** pernoites aos usuários do SAMIM. Neste período foram também realizadas importantes readequações nos espaços físicos, capacitação de seus trabalhadores por meio de oficinas, fóruns, Grupos de Trabalho (GT), Seminários, Palestras e Cursos.

Com o objetivo de fortalecer vínculos com os usuários e os fluxos de atendimento, a equipe técnica, em conjunto com os demais serviços da rede de atenção à população em situação de rua participou de reuniões para discussões de casos, as quais se caracterizam por articulações entre os diferentes serviços e unidades que oferecem proteção a essa população.

Foram atendidos **3.476** indivíduos em situação de rua pela equipe técnica e realizadas articulações com **68** famílias.

Desse universo, **1.558** pessoas foram atendidas individualmente em 2016, o que significa cerca de **130** atendimentos individuais por mês. Esses atendimentos destinam-se aos indivíduos que apresentam demandas ainda mais complexas e que exigem um tempo mais ampliado para garantir a escuta qualificada.

As estratégias metodológicas adotadas buscam abordar as demandas típicas da população atendida pela unidade. Assim, em 2016 foram realizadas**:**

- **3.558** articulações por meio de telefone;
- **375** reuniões coletivas de acolhida aos usuários, realizadas diariamente para orientações e esclarecimentos sobre as normas internas e os serviços disponíveis;
- **341** referenciamentos às outras políticas setoriais e serviços da rede de atenção à população em situação de rua buscando-se, desta forma, a complementaridade necessária para o atendimento das demandas dos usuários.
- 77 recâmbios realizados

ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS - RESGATE DA CIDADANIA	
487	DOCUMENTAÇÃO CIVIL
26	BOLSA FAMÍLIA
ACESSO A PROGRAMAS DE INSERÇÃO, CUIDADO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
38	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)
02	INCLUÍDOS EM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS
AÇÕES SOCIAIS	

25	INSERÇÃO EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO / CASA DE PASSAGEM DA REDE DE POPULAÇÃO DE RUA
460	RETORNO AO CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO
77	RETORNO À CIDADE DE ORIGEM – VIA REDE RECÂMBIO

DESAFIOS

- Fortalecimento/Ampliação de ações intersetoriais;
- Fortalecimento da articulação com a Saúde Mental para inclusão de pessoas com sofrimento psíquico que necessitam de residência terapêutica;
- Ampliação do quadro de Recursos Humanos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Melhoria da infraestrutura física a partir de reformas estruturais realizadas na unidade
- Bom índice de retorno dos indivíduos para as cidades de origem;
- Inclusão em outros serviços socioassistenciais.

METAS PARA 2017

- Reduzir a capacidade do SAMIM para 100 pessoas, com definição do público-alvo;
- Qualificar a metodologia de atendimento;
- Concretizar o Projeto de Paisagismo no SAMIM

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS

A área técnica responsável pela gestão dos serviços de acolhimento institucional para idosos desenvolveu/participou das seguintes atividades no ano de 2015:

- Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal do Idoso;
- Comissão de ILPI do Conselho Municipal do Idoso cujo tema proposto foi a elaboração de um instrumental de avaliação da pessoa idosa;
- Gestão de Vagas dos Serviços de Acolhimento Institucional para idosos;
- Articulação com a Secretaria de Saúde para discussão de casos e procedimentos para Acolhimento Institucional;
- Participação no Programa São Paulo Amigo do Idoso;
- Encontros para discussão da rede e serviços de atendimento ao idoso;
- Reuniões nos DAS, CREAS e GT Interproteções para esclarecimentos e informações sobre o fluxo de Acolhimento Institucional de Idosos;
- Discussões de casos com a rede socioassistencial para Acolhimento Institucional visando fortalecer a rede e buscando alternativas de proteção integral, postergando-se ao máximo o Acolhimento Institucional;
- Participação de Encontros “O Idoso na Cidade”, no CEPAM – Centro de Estudo e Pesquisa de Administração Municipal, na perspectiva do envelhecimento saudável,
- Continuidade do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para idosos.

CASA DO IDOSO E DA IDOSA

A Casa do Idoso e da Idosa é em serviço de acolhimento institucional para idosos com característica domiciliar, composta por 12 idosos (as) com diferentes necessidades e graus de dependência.

A equipe do referido serviço é composta por:

QUADRO - RH	
CHEFIA TECNICA (ASSISTENTE SOCIAL)	01
CUIDADORES	09
AGENTE OPERACIONAL	02
COZINHEIROS	05
MOTORISTA	01
PORTEIRO	02
AUXILIARES DE LIMPEZA	01
TOTAL	21

Atividades desenvolvidas com os usuários:

- Socialização e lazer através de atividades realizadas na Comunidade em eventos: bailes, religiosos, passeios.
- Roda de conversa semanal desenvolvida com o objetivo de fortalecimento de vínculos afetivos e convívio entre os usuários entre si e usuários com a equipe.
- Exibição de filmes educativos e atrativos para a idade com objetivo de reflexão e lazer
- Musicoterapia com intuito de diversão e despertar a memória para fatos passados estimulando-se a memória
- Atividades físicas adequadas para idosos desenvolvidas no Espaço das Vilas com objetivo de tratar o físico, mas também fortalecer o contato com a Comunidade
- Atendimento semanal feito pela médica residente de Geriatria da Unicamp
- 1.670 atendimentos realizados durante o ano de 2016 entre atividades desenvolvidas dentro e fora do equipamento
- 04 eventos realizados durante o ano (festas tradicionais e eventos realizados pela Comunidade: junina e final de ano)
- Consultas médicas realizadas: interna: 300 (realizada pela médica residente de Geriatria; especializada: 18; saúde mental interna: 150.

PERFIL DOS USUÁRIOS

Idosos que já perderam o vínculo familiar, atualmente residem na casa 3 pessoas do sexo feminino e 9 do sexo masculino.

DESAFIOS

- Adesão nas atividades realizadas interna e externamente com equipe tecnica e agentes de ação social, tanto da parte dos usuários bem como da parte dos funcionários.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Melhoria na qualidade de vida dos usuários com as atividades físicas.
- Maior socialização entre os usuários.
- Aumento do vínculo afetivo entre eles
- Melhor interação entre usuários e funcionários
- Melhora da autoestima dos usuários
- Melhoria da qualidade de vida pelo atendimento estreito e sistemático da médica residente de Geriatria

METAS PARA 2017

- Aumento das atividades específicas para serem desenvolvidas respeitando-se os limites apresentados pelos usuários (debilidade física e mental).
- Aquisição de veículo melhor apropriado para locomoção dos usuários.
- Aumento da equipe de apoio.

RESIDENCIA INCLUSIVA RENASCER

A Residência Inclusiva Renascer é um serviço de moradia para jovens e adultos com deficiências que não disponham de condições de autossustentabilidade ou retaguarda familiar, destinada a acolher 10 usuários com o objetivo de reabilitação e reinserção comunitária, bem como resgatar vínculos familiares.

O referido serviço se encontra em processo de reordenamento desde janeiro de 2014, estabelecendo critérios de inclusão conforme Normas Técnicas da Residência Inclusiva.

Durante o ano de 2016 atendeu 13 usuários. No mês de novembro um usuário foi transferido para Residência Terapêutica, serviço do campo da saúde mental.

PERFIL DOS USUÁRIOS, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, ORIGENS E DESTINOS

Tabela 7 - Casos atendidos por origem

Origem do Encaminhamento	Número de usuários acolhidos
Cidades dos Meninos / Casa lar	1
Lar Caminho da Verdade	1
SAMIM	5
Casa Antônio Fernando	1

CAPS / SARES	4
CREAS NOROESTE	1
Total	**13**

Tabela 8 - Número de casos referenciados em 2016

Destino	Número de usuários inseridos
Serviço de Saúde Mental- Residência Terapêutica	1
Total	1

Seguindo as normativas de não manter moradores com total dependência em um mesmo local, os residentes possuem deficiências variadas, facilitando a interação entre os mesmos e a complementaridade das limitações/recursos/habilidades.

Tabela 9 - Tipo de deficiência por número de usuário

Deficiência intelectual	5
Deficiência intelectual e auditiva	1
Deficiência intelectual e física	1
Deficiência visual	1
Deficiência visual e intelectual	1
Doença Mental	3
Autismo e Deficiência Intelectual	1
Total	**13**

Os moradores são inseridos e acompanhados pela rede socioassistencial, de saúde básica e mental. Nesses aspectos, a equipe dá o suporte necessário para que os moradores usufruam dos equipamentos disponíveis na rede, como o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência, Centro de Referencia em Reabilitação, NOT, dentre outros. São desenvolvidas atividades que estimulem a aquisição de autonomia, seja na vida diária ou na convivência comunitária e que tenham como foco cuidados pessoais, alimentação nutricional adequada, locomoção, convivência, lazer e cultura.

Dos usuários que apresentam doença mental, um já foi referenciado para residência terapêutica, outros dois estão aguardando vaga um em ILPI e o outro em residência terapêutica.

Tabela 10 - Número de usuários inseridos por atividades

Natação	Braile	Instituto Evangélico para deficientes auditivos	FUMEC	APAE	CAPS	Escola Tiquira	NOT	Centro de Saúde
3	1	1	1	2	5	1	2	13

Diversas ações fazem parte do processo de acolhimento, manutenção e inclusão na comunidade quando a possibilidade de alta é indicada.

O trabalho técnico contempla ações de atendimentos individuais ou grupais, visitas, reuniões com a equipe interna, bem como, articulação com os serviços que prestam atendimento aos usuários, além de participações em cursos, seminários e capacitações.

Equipe de referência:

QUADRO - RH	
CHEFIA DE SETOR (PSICÓLOGA)	01
ASSISTENTE SOCIAL	01
APOIO ADMINISTRATIVO	01
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	08
AGENTE OPERACIONAL	03
COZINHEIROS	02
MOTORISTA	01
VIGILANTE	02
AUXILIARES DE LIMPEZA	01
TOTAL	20

DESAFIOS

- Ampliação do número de Agentes de Ação Social

METAS PARA 2017

- Locação de casa que atenda às necessidades dos usuários em suas atividades de vida diária, bem como adequação das atividades da equipe técnica e funcionários;
- Ampliar a rede para os moradores com atividades que preencham tanto necessidades de convivência comunitária, como diminuam as vulnerabilidades e aumentem a autonomia;
- Capacitação e Supervisão para a equipe focando o trabalho com a população atendida no reordenamento da Residência Inclusiva;
- Reuniões com os funcionários para avaliação e planejamento, capacitação continuada da equipe, discussão de casos visando à qualificação da equipe e melhoria da qualidade de vida dos moradores.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências é um serviço ofertado dentro da Proteção Social Especial de Alta Complexidade que promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Assegura-se acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, sempre que identificado perdas e danos principalmente em decorrência das chuvas realizando-se o cadastro da população atingida.

Outra ação se refere à articulação da rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para provimento de parte das necessidades detectadas e inserção na rede socioassistencial.

DESAFIOS

- Atuação intersetorial e em rede;
- Abrigo emergencial autogerido,

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Assegurado acolhimento em condições dignas e de segurança;
- Referenciamento de casos das famílias acolhidas e/ou atendidas por este serviço aos seus territórios de origem;
- Atendimentos emergenciais a famílias devido à situação de chuvas intensas e incêndios;
- Disponibilização de cestas básicas/ cartão-alimentação, colchões e cobertores;
- Famílias acolhidas retornaram aos territórios de origem;
- Reunião com a Equipe Técnica de Plantonistas, objetivando a formação e capacitação;
- Participação de encontros e reuniões do Grupo GETAH – Plano Municipal Integrado de Ações Humanitárias para situações de desastres.
- Participação do Serviço no Comitê Cidades Resilientes;
- Criação através da portaria 86505/2016 do Comitê de Proteção Integral às crianças, adolescentes, idosos e pessoa com deficiência em situação de riscos de desastres.

METAS PARA 2017

- Maior participação das demais políticas para atendimento dos usuários nas suas reais necessidades; saúde, educação e habitação.
- Formações para a equipe de plantonistas

- Articulação com os territórios, visando o trabalho articulado e conjunto;
- Consolidar o Comitê de Proteção Integral à crianças, adolescentes, idosos e pessoa com deficiência em situação de riscos de desastres;
- Mudança do local do Abrigo no Jardim Estela para o Abrigo próprio (espaço compartilhado com a sede do CMPCA);
- Reordenamento da Equipe Técnica de Plantonistas, visando o fortalecimento da formação e capacitação de acordo com a necessidade do serviço;
- Participação de formação, treinamento e simulados de situações emergenciais junto à Defesa Civil;

RESUMO DE ATENDIMENTO

2016 - ANUAL

Famílias Notificadas	Ações SMCAIS		Benefícios concedidos		
Região	Nº de famílias	Nº de Famílias acolhidas em Abrigos	Nº de Cestas Básicas Fornecidas	Nº de Colchões Fornecidos	Nº de Cobertores Fornecidos
Norte	06	00	06	27	16
Sul	123	00	49	106	27
Leste	192	25	41	48	02
Sudoeste	16	00	15	18	15
Noroeste	07	00	07	12	05
Total Geral	361	25	112	207	61

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DGDS)

Compete ao DGDS a gestão administrativa, financeira, de pessoas e orçamentária da Secretaria e dos Conselhos ligados à Pasta; bem como disponibilizar transporte e manutenção predial, viabilizando estabelecer as condições para o pleno funcionamento das áreas e serviços que desenvolvem as Políticas Públicas.

Pedro Ângelo Costa

Diretor do Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social

"O DGDS é o departamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar que tem como atribuição realizara gestão de apoio aos departamentos executores das ações finalísticas de Assistência Social e de Segurança Alimentar, bem como garantir registro administrativo, contábil e controle orçamentário e financeiro dos Fundos de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa de Campinas, de Segurança Alimentar e dos recursos do Tesouro Municipal, Federal e Estadual."

O Departamento é dividido em sete áreas de atuação, sendo cinco Coordenadorias e dois Setores, a seguir descritos.

Coordenadorias:

1- Administrativa

2- De Apoio aos Equipamentos Sociais

3- De Fundos e Contábil

4- De Gestão de Pessoas

5- Orçamentária

Setores:

1- De Suporte Administrativo à Casa dos Conselhos

2- De Suporte Administrativo ao Conselho Tutelar

Principais atividades do DGDS:

Promover a interlocução deste com os demais Departamentos e o Gabinete da SMCAIS;Planejar, supervisionar e facilitar as ações das Coordenadorias e Setores do Departamento;

Suprir as necessidades de serviços e produtos de todas as unidades da Secretaria;

Manter alinhamento com as demais áreas administrativas, financeiras, orçamentárias e de Recursos Humanos da Administração Municipal, objetivando viabilizar as ações finalísticas desta Secretaria.

1. COORDENADORIA SETORIAL ADMINISTRATIVA (CSAD)

Compete à CSAD suprir as necessidades de materiais, equipamentos e serviços de forma a garantir o pleno funcionamento das Unidades da SMCAIS.

A Coordenadoria Setorial Administrativa vem conduzindo um Grupo de Trabalho de Compras, desenvolvido em encontros regulares quinzenais, que tem como principal objetivo o planejamento das compras e contratações da SMCAIS. O GT é realizado com um representante de cada Departamento da Secretaria juntamente com os gestores da Coordenadoria. E os resultados já começaram a ser notados, haja vista manifestações dos responsáveis pelos Serviços da SMCAIS de que os pedidos de compras e contratações têm sido atendidos em menor prazo e com os produtos de melhor qualidade. Outro ganho obtido com a implantação do GT foi a melhora nos fluxos relativos ao tema, eliminando as insatisfações decorrentes da falta de informação após a elaboração e o encaminhamento dos pedidos.

A Coordenadoria Administrativa a partir de janeiro de 2016 passou a utilizar o SEI – Sistema Eletrônico de Informações para instrução de todos os processos de compras e contratações da Secretaria Municipal de Assistência e Segurança Alimentar. Esta ferramenta foi implantada para substituir os pedidos físicos. A partir de setembro, após todos os servidores das Unidades Externas receberam o treinamento do SEI, ficou obrigatório todos os pedidos serem efetuados por aquele sistema. Essa mudança para o SEI foi de grande avanço no tocante de agilizar os processos. Após um ano da implantação, conseguimos avaliar que os processos são concluídos com muito mais eficiência e rapidez.

A Coordenadoria possui dois Setores:

1 – Setor de Gestão de Contratos; e

2 – Setor de Suprimentos

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CSAD:

- Assessorar as áreas da SMCAIS para elaboração do planejamento de compras e contratações;
- Assessorar as áreas da SMCAIS para elaboração dos pedidos de compras e contratações de serviços;
- Subsidiar e implantar projetos especiais da SMCAIS (aquisições e contratações novas e extraordinárias);
- Acompanhar a execução dos contratos da SMCAIS;
- Supervisionar os Setores de Suprimentos e Gestão de Contratos.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Gerenciar contratos administrativos de locação de imóveis, serviços contínuos e fornecimentos parcelados, assim como atas de infraestrutura para eventos, realizando:

- Controle da vigência dos contratos;
- Instrução das prorrogações contratuais;
- Fiscalização da prestação de serviço (se estão sendo executadas em conformidade com o contrato).

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO SETOR DE SUPRIMENTOS

- Instruir processos de dispensa de licitação;
- Instruir processos licitatórios;
- Instruir contratações diretas;
- Encaminhar ordens de fornecimento e serviço para fornecedores;
- Recepcionar notas fiscais;
- Monitorar a tramitação dos processos de compras e contratações;
- Liberar materiais armazenados no Almoxarifado Central;

- Dar suporte às Unidades quanto aos processos contínuos de manutenção de equipamentos.

DESAFIOS DA CSAD:

- Aprimorar e sistematizar a interlocução com as demais áreas, objetivando viabilizar o acompanhamento dos trâmites dos pedidos de compras e contratações;
- Implantação da ferramenta LEAN nos processos de compras e contratações da SMCAIS.

2. COORDENADORIA DE APOIO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS (CSAES)

Compete à CSAES acompanhar e dar suporte aos demais setores desta coordenadoria, como fiscalização dos serviços realizados, conferir as planilhas mensais dos motoristas, recebimento de materiais de limpeza (terceirizada), fechamento de ponto e apontamento de horas extras e sobreavisos realizadas.

Além disso, a Coordenadoria faz a triagem das doações recebidas pela Secretaria para distribuição aos serviços da Pasta e aos usuários (através da distribuição a Entidades Assistenciais).

CENTRO DE TRIAGEM

- recebe e confere doações (roupas e agasalhos) provenientes das campanhas de agasalho do município
- armazena e controla o estoque
- libera materiais conforme solicitação dos setores da SMCAIS
- faz a separação das roupas e pesagem, estocagem e encaminhamento das roupas às demais unidades (abrigos e entidades).

Neste sentido, a Coordenadoria é dividida em dois Setores, cujas atribuições estão a seguir descritas.

SETOR DE TRANSPORTES

Tem como finalidade atender as demandas de transportes dos serviços desta pasta como: transporte de técnicos para visitas a entidades, atender plantões emergenciais, em cumprimento aos decretos nº 17.778 de 03/12/12 e 17.851 de 23/01/2013 (operação verão e operação inverno), dando suporte às ações de abrigamento das famílias atingidas.

O Setor também realiza viagens intermunicipais, bem como outros serviços realizados fora do expediente, feriados e finais de semanas, ou seja, mantém plantão 24 horas.

Implanta os postos da campanha do agasalho do município e realiza a coleta de roupas, em consonância com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Gerencia o contrato de manutenção de veículos, vistoria os carros e controla a frequência e a distribuição dos motoristas lotados na Secretaria.

Realiza interface com outras secretarias como: Saúde, Administração, Esportes etc., para as atividades intersetoriais, disponibilizando motoristas para trabalho em campanhas de vacinação, carnaval, eleição entre outras.

SETOR DE MANUTENÇÃO

Realiza e organiza os serviços de manutenção predial dos imóveis onde funcionam os serviços da SMCAIS, como: instalação interna de telefone, reparos de alvenaria, instalações elétricas,

divisórias, limpeza em caixa de gordura e água, auxiliar nas mudanças das unidades, retiradas de bens para o Departamento de Patrimônio, etc...

Gerencia o contrato de manutenção predial.

Vistoria imóveis para locação, analisando as condições de infraestrutura da habitação, viabilidade e funcionalidade das instalações prediais.

Executamos também vistorias, com elaboração de croquis para a elaboração de projetos de construção de novas unidades e ou de paisagismo.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- agendamento de visitas às unidades, a fim de visualizar os problemas a serem sanados, preliminarmente aos chamados para consertos.
- aumento na acessibilidade de pessoas com restrição de 33% em 2015 para 50,05% em 2016
- entrega de materiais e roupas da Campanha do Agasalho em algumas unidades e ONG´S

DESAFIOS:

- Dar continuidade nas adequações de acessibilidade nas unidades;
- Dar continuidade nas entregas de materiais para as unidades;
- Ampliação e reposição de vagas servidores aposentados, na equipe de manutenção;
- Ampliação do quadro de motoristas.

3. COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA E CONTÁBIL (CSFC)

Compete à CSFC gerenciar os recursos financeiros das contas operacionalizadas na SMCAIS, realizando os recebimentos, transferências e pagamentos nos prazos, bem como elaborando e encaminhando os relatórios gerenciais,inclusive aos Conselhos dos Fundos vinculados à Secretaria.

As atividades da CSFC são divididas em dois Setores:

1- Setor Contábil; e

2- Setor de Contas à Pagar.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CSFC

- Acompanhar e gerenciar as movimentações financeiras das contas bancárias dos fundos: FMDCA (06), FMAS (26), FMSA (01) e FMPIC (01);
- Promover a aplicação dos recursos dos Fundos;
- Realizar o provisionamento financeiro para as despesas;
- Gerenciar e aprimorar as páginas de internet e sistemas informatizados dos Fundos da Criança e do Idoso;
- Realizar a interlocução com os Conselhos;
- Encaminhar as informações das destinações à Receita Federal e aos contribuintes.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO SETOR CONTÁBIL

- Lançar no Sistema de Informações Municipais (SIM) toda movimentação ocorrida nas contas bancárias dos fundos (Aplicações financeiras, resgates, pagamentos, receitas entre outros);
- Gerar os Relatórios Contábeis Mensais e Anuais dos fundos para os conselhos e arquivo da Coordenadoria;
- Conciliar os valores do Sistema com os efetivamente realizados (movimentados nos extratos);
- Formular relatórios, por conta bancária, e encaminhar aos Conselhos;
- Organizar e arquivar os documentos contábeis, tais como: processos de pagamentos, conciliação bancária e relatórios contábeis.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTAS A PAGAR

- Encaminhar os capeados para os pagamentos realizados pela SMF;
- Realizar os pagamentos de despesas dos Fundos;
- Gerenciar os contratos das tarifas públicas (CPFL, SANASA e VIVO);
- Realizar as transferências referentes aos cofinanciamentos e subvenções sociais;
- Adiantamento de Numerário à Secretária da SMCAIS, e o posterior controle da prestação de contas do mesmo.

4. COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE PESSOAS (CSGP)

Compete à CSGP a gestão, administração e capacitação de pessoas (Servidores, Estagiários, Cargos em Comissão e Terceirizados) na SMCAIS, com interface com a Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH), possibilitando ao servidor o exercício dos seus direitos e o cumprimento dos seus deveres, dentro dos prazos e normas legalmente estabelecidos, a fim de que as ações, projetos e Políticas Públicas desta Pasta possam ser plenamente desenvolvidos com qualidade e eficácia.

As atividades da CSGP são divididas entre o Setor Administrativo de Recursos Humanos e a Área de Recursos Humanos

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COORDENADORIA:

- Planejar, orientar, monitorar e avaliar as atividades executadas pelas áreas de trabalho da Coordenadoria (Setor Administrativo de Recursos Humanos e Área de Recursos Humanos) buscando a solução efetiva de problemas com otimização dos resultados, bem como propostas de aprimoramento do trabalho da Coordenadoria;
- Potencializar as parcerias estratégicas para o desenvolvimento das atividades de Gestão de Pessoas;
- Emitir pareceres e realizar encaminhamentos a protocolos administrativos na área de Gestão de Pessoas;
- Apoiar os gestores na mediação das relações interpessoais e de conflitos;
- Propiciar o retorno ao trabalho dos servidores com restrições médicas após interlocução com o Departamento de Promoção à Saúde do Servidor- DPSS;
- Alocar os novos comissionados aos serviços conforme perfil, histórico profissional e necessidades da secretaria;
- Articular e subsidiar o planejamento e execução das escalas de trabalho, prioritariamente nos serviços 24 horas;
- Participar da Comissão Organizadora de Concurso Público da SMCAIS;
- Coordenar a Campanha do Agasalho, em conjunto com o Gabinete do Prefeito;
- Realizar a gestão de pessoas referente aos contratos de terceirizados (Vigilantes, Porteiros, Auxiliares de Limpeza e Cozinheiras);

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO DE RECURSOS HUMANOS:

- Acompanhar, orientar e encaminhar as rotinas administrativas de RH, tais como atestados de frequência, horas extras, férias, licenças-prêmio e outros bem como realizar a interlocução com a SMRH na resolução de problemas;
- Planejar, analisar, orientar e acompanhar a execução das horas suplementares planejadas e executadas pelos serviços (horas-extras, sobreaviso e hora escala);
- Controlar as licenças-prêmio de todos os servidores;
- Execução das medições de contratos terceirizados (Vigilância, Porteiros, Auxiliares de Limpeza e Cozinheiras);

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS:

- Monitorar, orientar e acompanhar os processos de estágio probatório e avaliação de desempenho;
- Controlar o cadastro dos servidores e estagiários (Inclusão, Rescisões,transferências/ alterações de Centro de Custo) subsidiando a Secretaria na gestão de Recursos Humanos;
- Acompanhar a coordenadoria nas discussões com o DPSS dos servidores com restrições médicas;
- Planejamento, execução, avaliação e manutenção do SERCAIS.;
- Participar do grupo de trabalho da SMRH na construção do instrumento de remanejamento interno entre as secretarias da PMC, denominado “Banco de Talentos”
- Apoiar, subsidiar e acompanhar as capacitações e eventos da Secretaria.
- Elaborar relatórios quantitativos para subsidiar as atividades de controle da SMCAIS

PRINCIPAIS RESULTADOS:

- Aprimoramento das ações com o Departamento de Promoção da Saúde do Servidor, principalmente com a Coordenadoria de Saúde Ocupacional tornando os resultados mais dinâmicos e assertivos tanto para o servidor quanto para a secretaria;
- Participação na implantação da terceirização de cozinheiros;
- Aprimoramento do planejamento e controle de horas extras por meio de um sistema informatizado, bem como da medição do contrato dos terceirizados (Porteiro e Auxiliar de Limpeza) através do sistema eletrônico de informações (SEI);
- Formação dos conselheiros tutelares, Serviços de Convivência e Cidadania e estagiários, a CSGP, em conjunto com a Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor (EGDS), deu continuidade ao processo de qualificação dos diretores, coordenadores e chefes de setores da SMASSA – Gestão Integrativa – bem como desenvolveu importantes parcerias com o setor privado como o SEBRAE e ASTA CONSULTORIA.
- Visitas monitoradas referentes à Gestão Integrativa possibilitaram que os servidores dos nossos serviços externos conhecessem os espaços, as pessoas e as atividades meio da SMCAIS. De acordo com os próprios participantes, “a compreensão dos departamentos favorece mudanças de posturas frente à burocracia do sistema e diminui a dicotomia existente entre os serviços externos e gestão (12º andar). Foi sugerido também a ampliação dos espaços para trocas entre os próprios serviços externos uma vez que a dinâmica cotidiana leva ao isolamento das pessoas;
- Participação na elaboração do decreto municipal para a criação do “Banco de Talentos”;
- Participação da criação e implantação da Plataforma TRANSFORMA Campinas
- Campanha do agasalho;
- SERCAIS: remanejamento interno dos cargos de agente de ação social e agente administrativo;

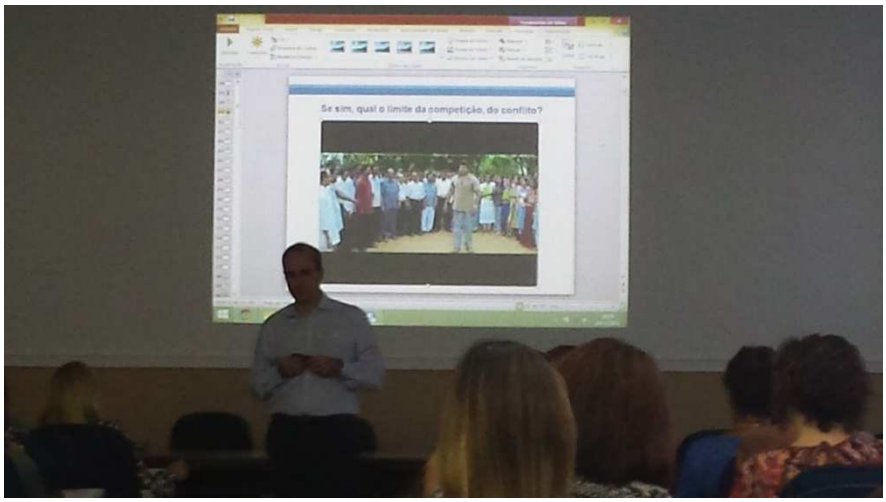


Figura 1 - Gestão Integrativa

Figura 2 - Formação Conselheiros Tutelares

Figura 3 - Formação dos agentes de ação social dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos

DESAFIOS DA CSGP:

- Potencializar a parceria com o Departamento de Saúde do Servidor tornando a atualização sobre Licenças para Tratamento de Saúde (LTS) e restrições médicas dos servidores da SMCAIS mais dinâmica;
- Promover articulação com as demais áreas da Secretaria para o efetivo cumprimento dos prazos das rotinas administrativas;
- Organizar e realizar todas as atividades da SMCAIS ligadas à SMRH em conformidade com as normativas e prazos vigentes
- Potencializar a parceria com a Escola de Governos Municipal e desenvolver novas parcerias com ONGs, instituições e fundações de ensino e aprendizagem e pesquisa, pertinentes à política de assistência social.
- Atualizar e republicar a cartilha “Rotinas de RH”;
- Elaborar relatórios e instrumentos que permitam o registro e quantificação das ações da CSGP;
-
- Planejar com EGDS formação para os nossos servidores ocupantes dos cargos de ensino fundamental e médio focalizando aspectos comportamentais e motivacionais;

QUADRO GERAL DA SMCAIS - REFERENTE A DEZEMBRO DE 2016.

A SMAS, concluiu o ano de 2016 com 555 servidores, sendo: 63,4% - presente nos serviços externos do Departamento de Operações de Assistência Social (CRAS, CREAS e Serviços de Acolhimento) (Gráfico 19).

Desse total de 555 servidores, 78,9% são ocupantes de cargos de ensino superior e médio (Gráfico 20). Dos cargos de ensino superior, 54,4% foram ocupados por assistentes sociais e 24,0% por psicólogos (Gráfico 21). Em relação aos cargos de ensino médio, 47,0% corresponderam aos agentes de ação social e 30,3% aos agentes administrativos (Gráfico 22). Pelo Gráfico 23, observa-se que 70,0% do total de servidores são efetivos, 20,9% terceirizados e 20,4% em estágio probatório.

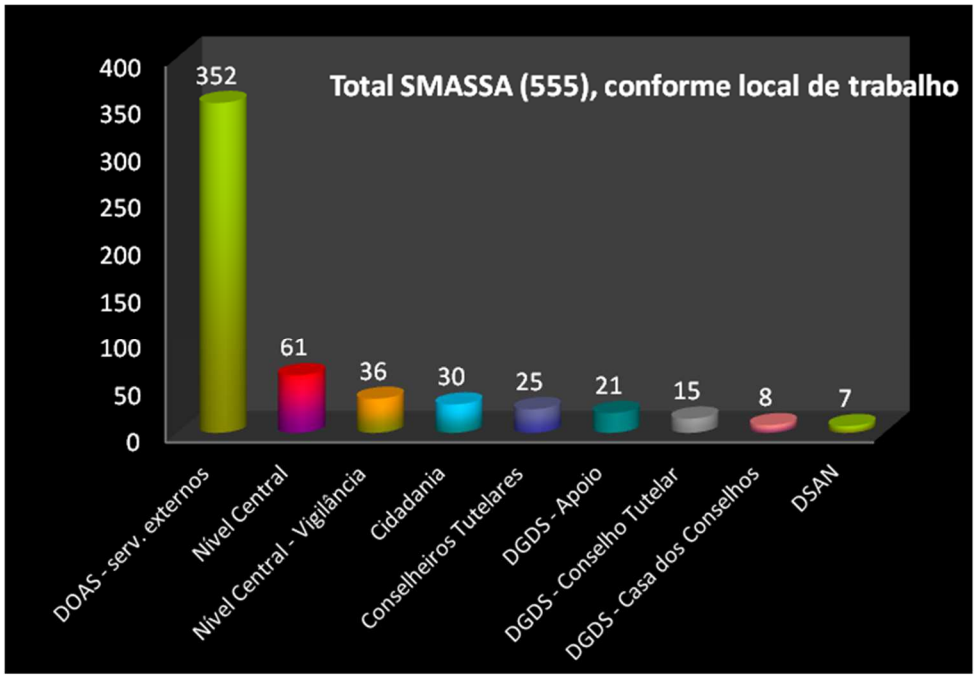


Gráfico 19 - Distribuição dos profissionais da SMCAIS, conforme local de trabalho

DGDS – Apoio: Setores de transportes, manutenção e triagem

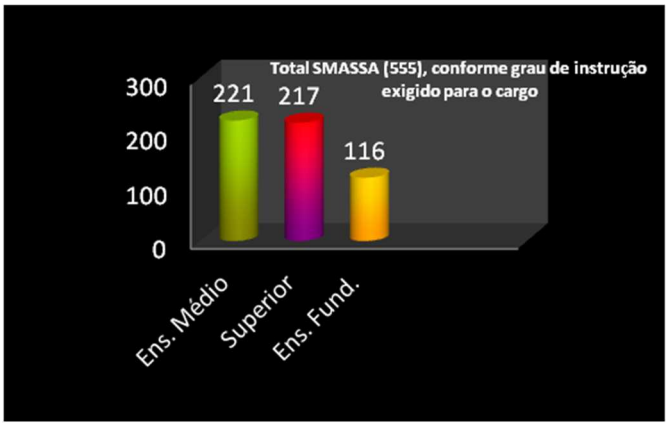


Gráfico 20 - Distribuição dos profissionais da SMCAIS, conforme grau de instrução

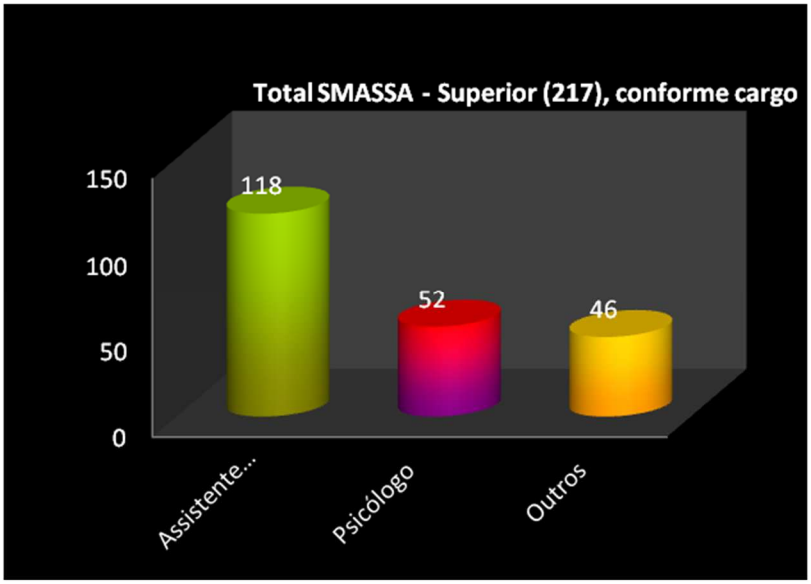


Gráfico 21 - Distribuição dos profissionais da SMCAIS, conforme cargo de nível superior

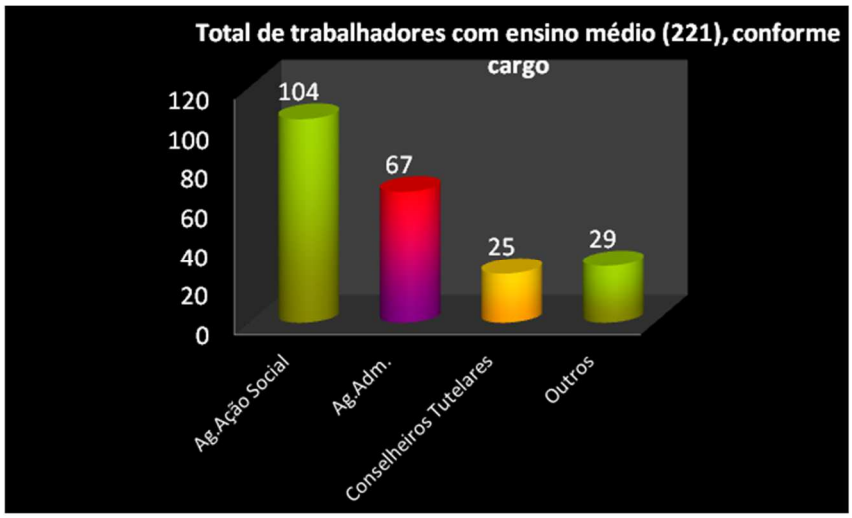


Gráfico 22 - Distribuição dos profissionais da SMCAIS, conforme cargo de nível médio

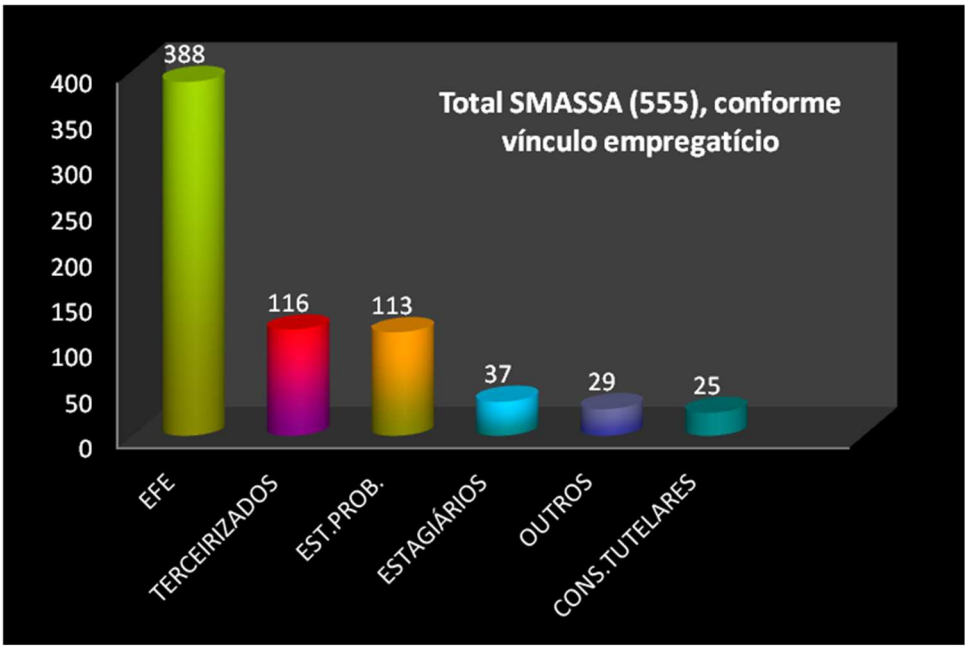


Gráfico 23 - Distribuição dos profissionais da SMCAIS, conforme vínculo empregatício

Terceirizados: Auxiliar de limpeza, vigilantes, porteiros e cozinheiras

5. COORDENADORIA SETORIAL ORÇAMENTÁRIA (CSO)

Compete à CSO realizar a gestão orçamentária da Secretaria, organizando o planejamento para elaboração do PPA, da LDO e da LOA, equacionando as despesas necessárias e os recursos disponíveis.

Há previsão de organização da CSO com um Setor de Apoio à Gestão Orçamentária, para os quais não existe atualmente divisão formal das atividades internas.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

A Coordenadoria Orçamentária é responsável pelo planejamento e elaboração do PPA, LDO, LOA, bem como da execução e controle orçamentário da Secretaria;

PPA - “Plano Plurianual”, um dos principais instrumentos de planejamento. O PPA define os programas, projetos e ações do Poder Executivo por um período de 04 anos.

O PPA é encaminhado ao Legislativo até 31 de agosto do primeiro ano de mandato do Prefeito.

LDO - “Lei de Diretrizes Orçamentárias”, instrumento intermediário entre o PPA e a LOA. O conteúdo da LDO deverá se basear no PPA, nada poderá ser inserido na LDO se não estiver previsto no PPA.

A LDO é uma lei ordinária, válida apenas para um exercício, nela são indicadas as metas e prioridades com a finalidade de orientar a elaboração da LOA.

A LDO é encaminhada ao Legislativo até 15 de abril de cada ano.

LOA - “Lei Orçamentária Anual”, instrumento onde se preveem os valores para as ações de governo. É através da LOA que a administração realiza o que foi planejado, as ações necessárias para atingir os objetivos e metas dentro de um exercício. Nela são disponibilizados recursos orçamentários com suas respectivas fontes, baseada nas receitas previstas.

A LOA é encaminhada ao Legislativo do município de campinas até o ultimo dia útil de Setembro.

ORÇAMENTO AUTORIZADO 2016

Tabela 11 - Orçamento autorizado 2016

MUNICIPAL	PRÓPRIO dos FUNDOS	ESTADUAL	FEDERAL	TOTAL
R$ 136.386.938,42	R$ 21.843.000,00	R$ 3.243.731,00	R$ 18.551.600,00	R$ 180.025.269,42

SMASA	PMC	Impacto
R$ 180.025.269,42	R$ 5.059.554.567,00	3,56%

DESAFIO

Organizar o planejamento das peças orçamentárias em conjunto com as demais áreas da SMCAIS.

6. SETOR ADMINISTRATIVO DA CASA DOS CONSELHOS

Compete ao Setor a disponibilização de infraestrutura para o funcionamento dos Conselhos referentes às Políticas Públicas ligadas a esta Secretaria.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Viabilizar as condições de funcionamento de cada Conselho no que diz respeito a RH, materiais de escritório, informática em geral, telefonia e limpeza;
- Organizar o espaço físico;
- Disponibilizar pessoal para a realização das atividades administrativas dos Conselhos.

DESAFIOS DO SETOR:

- Organizar a Tabela de Temporalidade (em fase de construção) para poder descartar parte do arquivo;
- Viabilizar o início dos processos dos Conselhos via Sistema SEI;
- Adequar o quadro de RH, que hoje se divide entre os vários conselhos

7. SETOR DE APOIO AOS CONSELHOS TUTELARES

Compete ao Município disponibilizar local, recursos humanos e material necessário para o seu funcionamento, haja vista Conselho Tutelar ser um órgão permanente e autônomo, inserido na administração pública municipal.

Assim, a SMCAIS tem organizado um Setor Administrativo, que visa garantir o suporte, de competência do executivo municipal, necessário ao funcionamento dos Conselhos Tutelares.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Recepcionar e encaminhar aos Conselheiros a população que diariamente procura atendimento na sede dos Conselhos Tutelares.
- Cadastrar e arquivar os prontuários da população atendida pelos Conselhos Tutelares.
- Encaminhar as notificações e ofícios expedidos pelos Conselhos Tutelares ao sistema de garantia de direitos e à população.

- Providenciar material necessário ao funcionamento dos Conselhos Tutelares (escritório, limpeza e informática).
- Auxiliar na interlocução entre os Conselhos Tutelares e PMC.

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2016

Figura 4 - Conselho Tutelar Região Norte

- Criação do 5° Conselho Tutelar de Campinas, na região norte, contemplando todas as regiões administrativas do município, conforme orienta a resolução 170 do CONANDA. É também o 1° Conselho Tutelar descentralizado de Campinas.
- Contratação de três funcionárias exclusivas para a recepção dos Conselhos Tutelares.

DESAFIOS

- Término da digitalização do arquivo;
- Construção dos banheiros com acessibilidade no CT Glicério.

ESTATÍSTICAS

Tabela 12 - Estatísticas

Demanda	CT Leste	CT Sul	CT Sudoeste	CT Noroeste	CT Norte	TOTAL	Impacto
Vaga em ensino infantil	257	1213	1002	850	531	3853	41,60%
Vaga em ensino fundamental e médio	71	260	112	151	155	749	8,09%
Notificações para comparecimento no CT	547	687	404	348	216	2202	23,78%
Atendimentos diversos	375	823	441	376	442	2457	26,53%
TOTAL	1250	2983	1959	1725	1344	9261	100,00%
Impacto	13,50%	32,21%	21,15%	18,63%	14,51%	100,00%	

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A Vigilância Social é uma área vinculada à gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo a produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos.

A Norma Operacional Básica do SUAS - NOB 2012 – em seu artigo 1º afirma a Vigilância Socioassistencial como uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos. Essas três funções possuem fortes relações entre si, e em certo sentido, podemos afirmar que cada uma delas só se realiza em sua plenitude por meio da interação e complementariedade com as demais (Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, MDS).

Em 2016, avançamos na continuidade das ações e na estruturação da área de Vigilância Socioassistencial, por meio da consolidação e disponibilização de documentos, com periodicidade definida e informações sistematizadas por território.

Mantivemos as reuniões com os coordenadores que compõem a Vigilância Socioassistencial, buscando a integração entre as ações desenvolvidas e melhorias constantes nos processos de trabalho, para construção conjunta das ações da Vigilância no âmbito da Secretaria. Ressaltamos também a participação em reuniões com o DOAS e DGDS, fortalecendo a articulação e o trabalho desenvolvido entre os departamentos.

Entre os documentos e relatórios que vem sendo produzidos, destacamos:

- RIS – Relatório de Informações Sociais (elaborado em 2014, 2015 e em fase de finalização da versão 2016);
- Perfil das Famílias do Cadastro Único em Campinas, também disponibilizado nos dois últimos anos e em fase de atualização para a terceira versão;
- ID CRAS e ID CREAS, indicadores de acompanhamento da gestão, que são gerados a partir de informações coletadas anualmente no Censo SUAS;
- Guia de Procedimentos do Cadastro Único, para orientação dos entrevistadores, responsáveis pelo cadastramento das famílias e também, para consulta pública sobre os programas, serviços e benefícios que utilizam o Cadastro Único como referência para a coleta de informações.

A disponibilização das informações e documentos por meio do site da Vigilância Socioassistencial, tem facilitado o acesso aos trabalhos desenvolvidos pelas Coordenadorias, estabelecendo canais de comunicação abertos aos serviços, pesquisadores e público em geral, sendo importante na disseminação das informações.

Nesse sentido, outra importante ferramenta disponibilizada durante o ano foi o Mapa de Serviços, que disponibiliza a localização dos serviços de Assistência Social, permitindo a visualização por região de DAS e/ou territórios de CRAS. O mapa está disponível no site da Secretaria, facilitando seu acesso público.

Realizamos também o II Seminário da Vigilância Socioassistencial, mantendo a parceria já estabelecida com a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da PUC Campinas. Em 2016 o tema do Seminário foi: “Desafios para Avaliação de Políticas e Projetos Sociais no Município de Campinas”, e tivemos a participação de aproximadamente 200 pessoas, entre técnicos, docentes e pesquisadores interessados no tema. A parceria com a Universidade tem favorecido o diálogo com outros atores, importantes no processo de construção e debate de temáticas relevantes para a Vigilância Socioassistencial.

Avançamos na identificação das famílias em situação de vulnerabilidade e na inclusão por meio do Cadastro Único, que além de estar presente nos CRAS e DAS, também disponibilizou duas Unidades Móveis de Cadastro, que facilitaram o acesso da população, permitindo a oferta de cadastramento, mesmo em locais mais distantes. Além disso, firmamos parceria para utilização do Portal do Cidadão, que disponibiliza o agendamento prévio para os postos de cadastramento e consulta às informações sobre situação cadastral e benefícios, que podem ser consultadas/solicitadas diretamente pelo cidadão.

Também a intensificação do uso do SIGM – Sistema Integrado de Governança Municipal, como ferramenta de gestão, integrada ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal,

vem apresentando bons resultados no registro dos atendimentos feitos pelos serviços, com a composição de histórico, que permite acompanhar a trajetória familiar na rede socioassistencial do município.

O SIGM vem sendo utilizado para a inclusão no programa Nutrir-Campinas, permitindo a seleção das famílias por meio de critérios identificados a partir das informações do Cadastro Único.

Outro ponto de destaque foi a construção, em conjunto com o DOAS, DGDS, Procuradoria Descentralizada, CSGC e CSAC, do processo de chamamento público dos serviços socioassistenciais, com as adequações necessárias diante da vigência da Lei 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Participamos da elaboração dos editais de chamamento, discussão dos critérios de classificação dos planos de trabalho, análise da documentação, bem como a organização de turmas de "Orientação referente ao conteúdo dos Editais", que aconteceram sistematicamente, após a publicação de cada edital, envolvendo a elaboração de material de apoio e capacitação dos profissionais das áreas envolvidas.

Quanto aos desafios identificados para o próximo ano, destacamos:

- Fortalecimento das ações junto aos demais Departamentos da Secretaria, especialmente o DOAS, participando nos espaços de discussão com as equipes dos territórios;
- Elaboração de estudos e relatórios, com organização das informações e comparativos do Censo SUAS, Cadastro Único e outras bases de dados que subsidiem a construção de indicadores adequados aos serviços;
- Segunda etapa de desenvolvimento do Mapa de Serviços e Vulnerabilidades, permitindo a identificação das situações de vulnerabilidade por território;
- Realização anual do Seminário da Vigilância Socioassistencial em Campinas, dando continuidade à parceria com a PUC Campinas e com os serviços da rede;
- Avanços no estabelecimento de processos de trabalho adequados às exigências do MROSC;
- Atualização constante do site da Vigilância Socioassistencial, incluindo novas publicações, informações sobre as coordenadorias, entre outros documentos que contribuam para o aprimoramento do conhecimento das situações de vulnerabilidade e da oferta de serviços existente no município;
- A reestruturação organizacional da SMCAIS para a constituição, na estrutura formal, da Vigilância Socioassistencial como Departamento.

1. Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC)

A **Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC)** compõe, no organograma da SMCAIS, a área da Vigilância Socioassistencial, e é responsável pelo monitoramento e avaliação da rede de serviços socioassistenciais conveniada a esta SMCAIS.

O monitoramento consiste em um processo permanente e contínuo, de acompanhamento da execução dos serviços em relação a seus objetivos e metas, e à adequação à Política Nacional de Assistência Social e às diretrizes do município. Deve prover informações para a gestão pública, Conselhos Municipais e demais órgãos de controle.

A definição e coleta de indicadores compõe o processo de trabalho, e são produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados.

O monitoramento se dá em processos "à distância" e presenciais, e traz em si uma vertente pedagógica, permitindo e orientando medidas corretivas para melhor qualidade na execução dos serviços.

Processo de trabalho

No ano de 2015 a metodologia utilizada pela CSAC consistiu nas seguintes ações:

- Monitoramentos in loco: reuniões realizadas nos serviços com a presença dos profissionais, tendo como norteador um instrumental de monitoramento, em que são analisadas as ações oferecidas e sua consonância com o Plano de Trabalho apresentado, bem como o número de usuários atendidos e resultados obtidos. Tem como foco as diretrizes da Política Nacional de

Assistência Social, que consiste no trabalho com usuário, família e comunidade, de acordo com a especificidade de cada serviço ofertado, e o Plano de Trabalho apresentado pela entidade para a formalização do convênio;
- Monitoramentos externos: reuniões com os mesmos objetivos acima apontados, porém realizadas fora do espaço físico do serviço;
- Monitoramentos coletivos: reuniões realizadas em rede, composta por uma mesma rede de serviços, onde são compartilhados os dados obtidos no monitoramento de forma geral e discutidas as diretrizes comuns, bem como esclarecimento de dúvidas e orientações necessárias;
- Acompanhamento de instrumental on line (CIPS – Coleta de Informações de Programas Sociais), através de informações fornecidas pelos próprios serviços mensalmente, de acordo com instrumental construído pela CSAC, com a participação dos serviços e outros setores da SMCAIS.
- Acompanhamento de instrumental on line (SIGM – Sistema de Governança Municipal), em que os serviços registram informações de cada usuário atendido.
- Acompanhamento de instrumental on line (PDC – Prestação de Contas).

Os serviços monitorados são divididos entre técnicas de referência, por tipo de Proteção Social (Básica, Especial de Média Complexidade e Especial de Alta Complexidade) e Serviços Complementares. Na Proteção Social Básica a divisão se dá por região/território, conforme diretriz do SUAS.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES - 2016

Em 2016, a CSAC realizou o monitoramento sistemático de toda a rede conveniada, composta por 183 serviços, executados por 95 entidades de Assistência Social.

Outras atividades exercidas por esta Coordenadoria foram:

- Elaboração de **11** Pareceres Técnicos diversos, de entidades não conveniadas, solicitados a esta Secretaria, seja pelos Conselhos Municipais ou quando as entidades solicitam cessão de área pública;
- Apoio técnico ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), na análise de Planos de Trabalho para obtenção de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMDCA);
- Monitoramento das entidades executoras de serviços socioassistenciais que receberam recurso do FMDCA;
- Respostas a **11** denúncias referentes a entidades conveniadas, através do Disque Denúncia e 156;
- Participação em reuniões de rede, gestão operacional, Grupos de Trabalho, Conselhos Municipais (CMAS, CMDCA e CMPD), e outras;
- Participação em capacitações oferecidas para a rede de serviços;
- Elaboração de Relatórios e apresentações com os dados de monitoramento para esta SMCAIS, Conselhos Municipais e outros órgãos de controle;
- Acompanhamento do instrumentais on line (CIPS e SIGM) dos serviços, tabulação e divulgação dos dados para a rede de serviços;
- Execução do processo de parcerias entre o poder público de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para 2017 nas seguintes etapas: provimento de informações e participação nas reuniões para definição dos serviços e metas a serem parceirizados; participação em grupos de trabalho para elaboração dos Editais de Chamamento, participação nas reuniões de orientações em relação aos Editais de Chamamento, organização e participação das Comissões de Análise; devolutiva às OSC que não foram habilitadas;
- Apoio na operacionalização do banco de dados do Prato Cheio e CENSO SUAS;
- Elaboração dos Pareceres de Cumprimento do Objeto para entrega ao Tribunal de Contas;.
- Continuidade do projeto de avaliação dos serviços com os usuários, na rede de Alta Complexidade – População Adulta em Situação de Rua – modalidade Abrigo, através de devolutivas dos resultados para a equipe técnica e para os usuários, de cada unidade executora.

Total de serviços: 4

Total de devolutivas: 8, sendo 4 para equipe técnica e 4 para usuários.

- Continuidade do projeto de avaliação dos serviços com os usuários, na rede de Alta Complexidade – População Adulta em Situação de Rua – modalidade Casa de Passagem, tendo participado 14 usuários no total de 16 acolhidos (realizado em setembro/2016). A devolutiva está prevista para fevereiro de 2017.
- Participação no II Seminário da Vigilância Socioassistencial do município, compondo na organização das informações e na condução do Seminário;
- Reuniões de equipe semanais, e reuniões de Planejamento;
- Supervisão institucional para a equipe e supervisão sobre o processo de trabalho do monitoramento.

ESTRUTURA DA CSAC

Equipe composta por 13 profissionais, sendo:

- 1 coordenação
- 1 assistente social – apoio interno
- 1 assistente administrativo
- 1 analista de TI
- 9 técnicas de monitoramento.

Em relação à referência de monitoramento, a divisão se deu da seguinte forma:

Proteção Social Básica:

- Região Norte: 1 especialista em relações sociais
- Região Leste: 1 assistente social
- Região Sul: 1 assistente social
- Região Noroeste: 1 especialista em relações sociais
- Região Sudoeste: 1 assistente social

Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- PAEFI e serviços para crianças e adolescentes: 1 assistente social
- Serviços para adultos: 1 especialista em relações sociais

Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- Crianças e adolescentes: 1 assistente social
- Adultos e idosos: 1 assistente social

Serviços Complementares:

- PCD: 1 especialista em relações sociais
- Abrigos para Pessoas em Trânsito: 1 assistente social

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES – 2016

- Definição e construção de indicadores de avaliação dos serviços
- Maior utilização do SIGM como ferramenta de monitoramento, além do CIPS
- Implantação de nova funcionalidade no Sistema de Prestação de Contas – PDC para análise das solicitações de remanejamento dos Planos de Aplicação das entidades.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Ampliação de 1 técnica (assistente social) na equipe, além do retorno de 1 técnica (assistente social) de licença maternidade, o que efetivamente significou um aumento de 2 técnicas na equipe;
- Monitoramento de 100% da rede de serviços conveniada;
- Qualificação na composição da equipe, com a chegada de 3 profissionais especialistas em relações sociais, com formação em áreas diversas (Sociologia, Antropologia e Direito);
- Elaboração de Relatório de Monitoramento Físico Quadrimestral, preenchido pelas técnicas por cada serviço executado, para análise da Coordenação da CSAC e Diretoria da Vigilância Socioassistencial, e posterior juntada ao processo administrativo do convênio;
- Aprimoramento do processo de trabalho e parceria com o DOAS – Proteção Social Básica, através de uma maior proximidade entre as técnicas da CSAC, coordenações dos DAS e chefias de setor dos CRAS, além de reuniões sistemáticas com a Coordenadoria da Proteção Social Básica;
- Continuidade e aprimoramento no fluxo de informações com a Coordenadoria de Prestação de Contas;
- Continuidade da qualificação no fluxo com outros setores da SMCAIS, na composição com a área da Vigilância Socioassistencial.

DESAFIOS E METAS PARA 2017

- Composição com a equipe técnica da Área de Vigilância Socioassistencial, integrando as informações de demanda dos territórios X oferta de serviços, na devolutiva desses dados à rede socioassistencial;;
- Continuidade e aprimoramento do projeto de participação dos usuários no monitoramento;
- Continuidade e aprimoramento de fluxo contínuo de troca de informações com a Coordenadoria de Prestação de Contas e com o DOAS – Departamento de Operações da Assistência Social;
- Continuidade no processo de supervisão / capacitação continuada.
- Definição e construção de indicadores de avaliação dos serviços

2. COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS

Está organizada nos setores de Convênios, Prestação de Contas e Repasses do Terceiro Setor com as seguintes funções:

- Orientar e capacitar às entidades da rede socioassistencial do Município para a utilização dos recursos públicos recebidos, bem como na elaboração da prestação de contas;
- Receber, analisar e dar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados às entidades socioassistenciais, por meio do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas (FMPIC);
- Fazer a gestão e arquivo dos processos administrativos referentes aos repasses de recursos públicos as entidades socioassistenciais;
- Elaborar, encaminhar e atender eventuais requisições referentes à prestação de contas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar, junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- Instruir e acompanhar os processos de convênios pleiteados e formalizados junto ao Governo Federal, bem como junto a outros órgãos públicos que repassam recursos por meio do FMDCA;
- Alimentar os sistemas, providenciar e enviar os documentos preparatórios e de prestação de contas, referentes aos recursos repassados Fundo a Fundo, pelo Governo Estadual e Federal;
- Acompanhar a execução financeira e elaborar a prestação de contas dos recursos provenientes de convênios;
- Prestar esclarecimentos aos Conselhos Municipais, quando solicitado.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2016

- A Coordenadoria recebeu 02 (dois) Agentes Administrativos concursados, recompondo a equipe com 12 (doze) técnicos, os quais atuaram na análise de 117 entidades (conveniadas e subvencionadas).
- Em 15/06/2016 realizamos Capacitação da Prestação de Contas Mensal para 15 representantes de 11 entidades, visando atender as que tinham funcionários novos como responsáveis na Prestação Contas. As entidades receberam as mesmas orientações das capacitações realizadas anteriormente como elaboração de plano de aplicação, provisão, alteração de plano de aplicação, documentos complementares da prestação de contas, regularidade no pagamento dos encargos trabalhistas, movimentação bancária, utilização do sistema de prestação de contas PDC, prazos de prestação de contas mensal e anual, medidas a serem aplicadas em casos de inadimplência, elaboração de Anexos e outros documentos e exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- Dentre as novas funcionalidades implantadas pela IMA no sistema PDC podemos destacar a solicitação de alteração de despesas no sistema com posterior análise da CSAC, não sendo mais necessária a solicitação através de Ofício. Isso trouxe um impacto direto na Prestação de Contas, uma vez que as solicitações aprovadas são atualizadas automaticamente no sistema.
- Também foi implantado no sistema PDC uma nova funcionalidade para inserção de todo processo de Edital de Chamamento, desde o início do lançamento do Edital, classificação e pontuação das entidades proponentes;
- As reuniões semanais com a equipe, foram mantidas, com esclarecimentos de dúvidas, discussões de casos e acompanhamento de prestação de contas por meio de relatório de Prestação de Contas por status.
- Foram realizadas visitas *in loco* às entidades conveniadas pelos respectivos técnicos de referência, bem como a conferência dos documentos apresentados no sistema com os documentos originais;
- A SMCAIS editou orientações complementares, através da Edição de um novo Guia de Prestação de Contas e revogou a Resolução nº 02/2013 com base nas novas Instruções do TCE-SP e também foi elaborado Procedimentos de Análise de Prestação de Contas;
- Foram oferecidas Orientações às Organizações da Sociedade Civil que pretendiam apresentar propostas, a fim de sanar dúvidas dos Editais de Chamamento, também com participação da Prestação de Contas;
- Visando atender as entidades novas da rede realizamos orientações com relação a Prestação de Contas Anual;
- Foi realizada Auditoria Interna pela Secretaria Municipal de Gestão e Controle – SMGC, e recebemos a recomendação de elaborar o Relatório Quadrimestral visando instruir os processos ao longo das execuções dos convênios a fim de informar as alterações nos planos de Trabalho, possíveis apontamentos nas análises pelos técnicos, bem como acompanhar o cumprimento dos prazos para prestações de contas mensais.

Demonstramos abaixo dados quantitativos da evolução da análise realizada no primeiro semestre de 2016:

MÊS DE REFERÊNCIA	TOTAL DE PDC DE MARÇO A JULHO/16
PENDENTES	**0**
PENDENTE AGUARDANDO CORREÇÃO DA ENTIDADE	**2**
EM ANÁLISE – AGUARDANDO REANÁLISE DO TÉCNICO	**11**
NÃO ANALISADO	**7**
FINALIZADAS	**673**

TOTAL DE LANÇAMENTOS DO SISTEMA	693

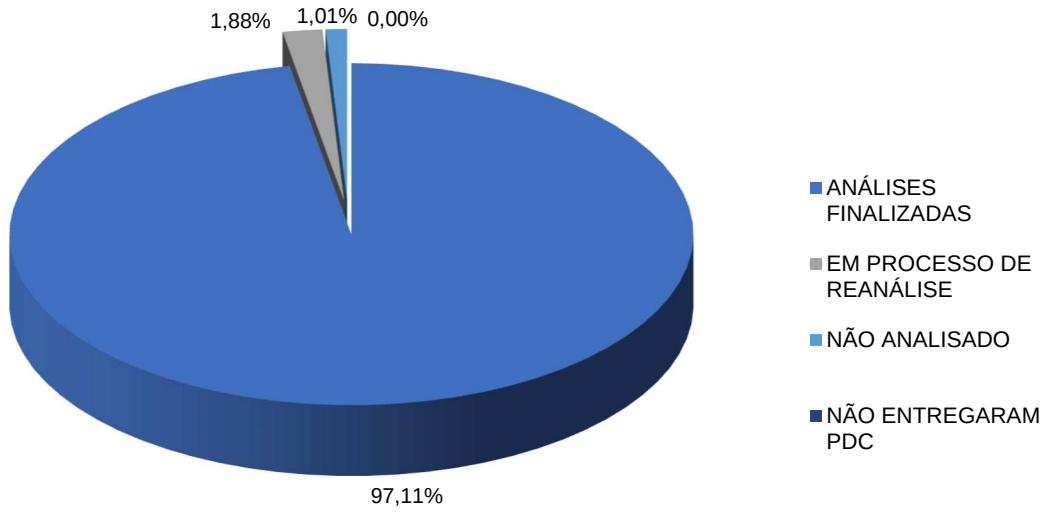


Gráfico 24 - ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016 – SMCAIS. Fonte: Sistema PDC/IMA, 18/02/2016

Em comparação com ao ano anterior Ref. 2015, nesse mesmo período, o percentual de prestação de contas finalizado era de 66,70%.

Entendemos que o aumento no percentual da conclusão nas análises se deve a chegada de mais 02 (dois) Agentes Administrativos concursados, com isso houve uma melhor redistribuição das entidades por porte e complexidade, em média 10 (dez) entidades para cada técnico, possibilitando assim a realização do trabalho de forma muito próxima às entidades com orientação e acompanhamento das prestações de contas sistematicamente, com retorno das análises em tempo considerado satisfatório.

Demonstramos abaixo dados quantitativos da análise realizada em 2016:

MÊS DE REFERÊNCIA	TOTAL DE PDC DE MARÇO A DEZ/16
PENDENTES	**0**
PENDENTE AGUARDANDO CORREÇÃO DA ENTIDADE	**29**
EM ANÁLISE – AGUARDANDO REANÁLISE DO TÉCNICO	**28**
NÃO ANALISADO	**19**
FINALIZADAS	**1368**
TOTAL DE LANÇAMENTOS DO SISTEMA	**1444**

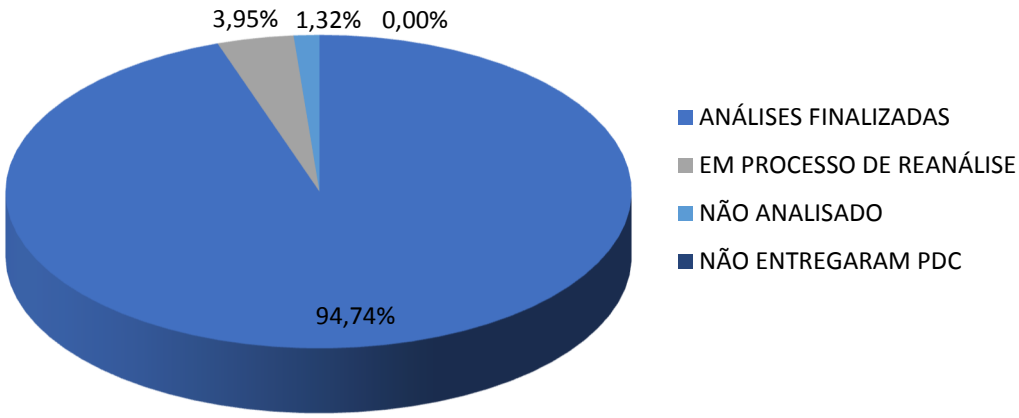


Gráfico 25 - ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016 – SMCAIS. Fonte: Sistema PDC/IMA, 18/02/2016

Em comparação com ao ano anterior Ref. 2015, nesse mesmo período, o percentual de prestação de contas finalizado era de 94,77%.

CONVÊNIOS

Realizamos todo o acompanhamento e instruções dos processos, desde o início do lançamento de propostas, dos prazos de vigência e finalização de prestações de contas junto ao Governo Federal, através do Sistema SICONV, referente a verbas de Emendas Parlamentares e Editais de Chamada Pública, conforme descrito abaixo:

Emendas Parlamentares: (Áreas de Igualdade Racial, Juventude e Políticas para mulheres)

1 – Convênio 804900/2014: Capacitação de Profissionais Violência contra a Mulher (Recurso repassado: R$ 202.100,00) – Prazo de Vigência prorrogado para Novembro/17 está em fase de execução.

2 – Convênio 805129/2014: Equipar o Centro de Referência e Apoio a Mulher - CEAMO

(Recurso repassado: R$ 404.081,43) - Prazo de Vigência prorrogado para Junho/17 está em fase de execução, vários itens adquiridos e outros em fase final de licitação.

3 – Convênio 802010/2014 – Implantação de 04 Núcleos de Estação da Juventude (Valor: R$ 1.042.424,24) – Aguardando repasse, convênio será prorrogado de Ofício.

4 – Convênio 802467/2014 - Capacitação para Profissionais da Rede Pública e de Jovens e Negros (recurso repassado: R$ 168.640,00) - Convênio não executado devido à dificuldade na contratação de pessoa jurídica para realização de curso de formação, estamos em fase de prestação de contas.

5 - Contrato de Repasse nº 398219-34/2012 - Construção do Banco de Alimentos de Campinas no valor de R$ 1.650.000,00 - Em fase de elaboração do projeto de obra.

Foram iniciados 02 (dois) novos convênios:

1- Convênio 827031/2016 – Construção CRAS (Valor R$ 442.526,53) – Aguardando repasses para iniciarmos o projeto da obra.

2 – Convênio 837679/2016 - Capacitação profissional de 200 jovens negros e jovens negros com deficiência com ênfase na economia solidária e empreendedorismo juvenil (Valor R$ 157.770,55) – Aguardando repasses.

02 Convênios, também oriundos de Emenda Parlamentar, tiveram suas prestações de contas aprovadas em 2016 pelo Ministério de Desenvolvimentos Social e Agrário – MDSA, conforme listados abaixo:

- Emenda Objeto: Reordenamento dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, com a aquisição de 2 (dois) veículos.
- Emenda Objeto: Equipar CRAS Satélite Iris, com a aquisição de material permanente e 1 (um) veículo.

Com relação às Transferências Fundo a Fundo foram repassados ao município os valores referentes aos Pisos conforme abaixo, e referente à Gestão:

GOVERNO FEDERAL:

- Piso Básico Fixo;
- Piso Básico Variável – SCFV;
- BPC Escola;
- Piso Fixo de Média Complexidade;
- Piso de Transição de Média Complexidade;
- Piso de Alta Complexidade I e II;
- IGD - Bolsa Família e IGD - SUAS;

Os prazos para entrega do Plano de Ação e Demonstrativo Sintético do Governo Federal foram atendidos conforme previsto.

GOVERNO ESTADUAL:

- Proteção Social Básica (6 a 14 anos e SCFV)
- Proteção Social Especial Média (Abordagem Social, Liberdade Assistida e Centro Dia)
- Proteção Social Especial Alta (Casa de Passagem Serviço Domiciliar e Abrigo)

Existe também o acompanhamento de convênios celebrados com o Estado através da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEDS:

1 – Convênio nº 2412/2013 – Potencialização do SUAS no município de Campinas (Valor R$ 110.000,00) – Em fase de licitação para aquisição dos itens aprovados do Plano de Trabalho.

2 – Convênio 786/2016 – Construção Centro dia do Idoso (Valor R$ 500.000,00) – Projeto da Obra concluído, aguardando análise dos documentos para assinatura do Convênio para início do processo licitatório.

Pela primeira vez o Estado autorizou a reprogramação dos recursos não utilizados do exercício anterior de acordo com o saldo em conta de 31/01/2016 através da Resolução SEDS nº 15/2015. Foi elaborado um Plano de Trabalho onde foram apontados os valores a serem reprogramados.

Dentre esses valores estão o pagamento da última parcela às entidades conveniadas que tiveram a vigência encerrada em 02/03/2016, os valores de PCD (Egressos da Educação), uma vez que o município realiza Chamamento Público e a forma de repasse desses recursos é incompatível com este procedimento, os valores da Residência Inclusiva que devido à demora nos valores repassados não houve tempo hábil para utilização e os rendimentos financeiros.

Todas as ações listadas acima, do Governo Federal e Estadual, as quais sejam as Transferências Fundo a Fundo, as Adesões, envio de projetos, elaboração de planos e prestação de contas, foram realizadas com apreciação e emissão de parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de publicação de Resolução daquele órgão.

REPASSES AO TERCEIRO SETOR:

No ano de 2016 foram repassados recursos a 117 entidades, em um montante de R$ **63.929.471,11** através do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, por meio dos Convênios e R$ **8.012.372,33** através do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, por meio das Subvenções e Auxílios.

PONTOS FRÁGEIS AVALIADOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Na área de Convênios ainda não possuímos a estrutura necessária para maior captação de recursos, pesquisa de editais, elaboração de projetos e acompanhamento de todas as fases de execução dos convênios apesar do estreitamento na relação com a Diretoria de Convênios.

Ainda encontramos dificuldades na organização do arquivo das áreas de convênios e prestação de contas, uma vez que dependemos da disponibilidade de outras áreas na organização do almoxarifado.

Os protocolos e confirmação da carga por meio do Sistema PMC, uma vez que o volume é muito grande (de 2003 a 2012), gera dificuldades na organização do espaço físico para zelarmos pelas condições adequadas de guarda dos processos.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Foram intensificadas as reuniões com a Vigilância possibilitando assim um melhor integração com as demais coordenadorias.
- Reuniões com a IMA para especificações do sistema PDC visando melhorias e novas funcionalidades também possibilitaram melhor controle e agilidade no trabalho de acompanhamento de prestação de contas.
- Recebemos a visita dos Auditores do Tribunal de Contas de Araras UR-10 e acompanhamos nas visitas *in loco* mantendo ainda mais próximo o contato com a Diretoria do TCE-SP Unidade Araras e todas as inconsistências apontadas foram sanadas.
- Com relação às prestações de contas mensais, até o mês de dezembro/2016 as análises encontravam-se 94,77% concluídas.
- Os documentos referentes a prestação de contas do exercício de 2015 foram enviados no prazo de acordo com as exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

DESAFIOS E METAS PARA 2017

Prestação de Contas

Visando melhorar os nossos processos, identificamos a necessidade de algumas ações de melhorias e de mudanças de fluxos de trabalhos, conforme listadas abaixo:

- Continuidade e aprimoramento das novas funcionalidades do Sistema PDC junto à IMA;
- Definição e sistematização da Prestação de Contas, visando atender aos requisitos da Lei 13.019/14;
- Continuidade e aprimoramento na Capacitação/Orientação sistemática e periódica às entidades;
- Procedimento Operacional Padrão – POP de análise de prestação de contas.

Convênios:

Estruturar o setor de convênios o setor de convênios, visando maior captação de recursos, pesquisa sistemática de editais das diversas áreas, elaboração de projetos e acompanhamento de todas as fases de execução dos convênios.

FOTOS, PUBLICAÇÕES E OUTRAS MÍDIAS SOBRE O TRABALHO REALIZADO.

Capacitação para Prestação de Contas Mensais realizada em 15/06/2016

Figura 5 - Capacitação Prestação de Contas

3. SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E APOIO ÀS COORDENADORIAS

3.1. Apresentação breve e sucinta

Área responsável pela organização, sistematização de dados socioterritoriais e subsídios para construção de indicadores. Estudo e elaboração de fluxos nas redefinições dos processos de trabalho.

3.2. Descrição das principais ações realizadas em 2016

- Elaboração da 2ª versão do Relatório de Informações Sociais (RIS), versão 2015, com dados atualizados; novos dados implementados conforme ideias e sugestões dadas pelas equipes dos DAS e CRAS; e informações adicionais de outras secretarias municipais. Após elaboração e revisão do RIS, este foi disponibilizado por meio do site da SMCAIS e site da Vigilância Socioassistencial.
- Alimentação da matriz criada com os dados para o acompanhamento das metas instituídas no Pacto de Aprimoramento do SUAS 2014-2017.
- Lançamento dos dados no sistema e elaboração do diagnóstico socioterritorial, conforme orientações recebidas no curso da DRADS, para o PMAS/Estado 2017.
- Lançamento dos dados do censo SUAS 2016 (questionários dos CRAS, CREAS, Centro POP, Unidades de Acolhimento, Centros de Convivência e Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias). No ano de 2016 foram feitas algumas ações de divulgação do período de preenchimento do censo para entidades não cofinanciadas e a maioria delas respondeu os questionários, por isso tivemos um número maior de questionários respondidos em comparação ao ano anterior, segue tabela:

Tabela 13 - Quantidade de unidades que responderam o Censo SUAS 2015 e 2016. Fonte: Censo SUAS, 2015, 2016

UNIDADE	2015	2016
CRAS	12	12
CREAS	3	3
Centro POP	2	2
Centros de Convivência	72	86
Unidades de Acolhimento	40	48
Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	17	17

- Elaboração da tabela com as unidades públicas da assistência social e a localização atualizada de cada uma delas para confecção do Mapa de Serviços disponível no site da prefeitura. Foi incluído no mapa a delimitação do contorno da área de abrangência de cada CRAS do município, sendo possível visualizar todos os equipamentos públicos georreferenciados presentes no território.

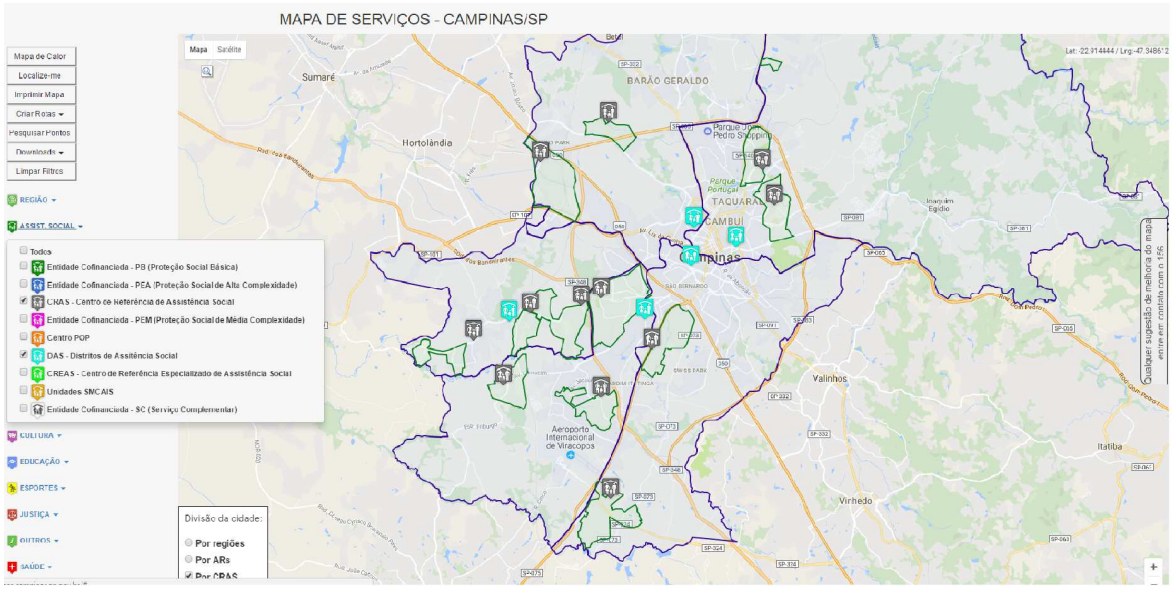


Figura 6 - Mapa de Serviços

- Participação nas reuniões juntamente com professores extensionistas da PUCC para organização e realização do II Seminário da Vigilância Socioassistencial e organização do material a ser apresentado no evento.

Figura 7 - II Seminário da Vigilância Socioassistencial

3.3. Resultados alcançados

- O Relatório de Informações Sociais (RIS) agregou dados a fim de complementar a versão anterior e dar mais sentido as informações quantitativas de acordo com a realidade em cada território, além de permitir a análise de dados territorializados tanto da política de assistência social, quanto das demais políticas públicas presentes no município de forma mais completa de acordo com o interesse de cada região.
- O censo SUAS possibilitou obter um retrato dos CRAS, CREAS, Centro POP, Unidades de Acolhimento, Centros de Convivência e Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas

e suas famílias do município no ano de 2016, disponibilizando informações sobre a identificação, estrutura, atendimento, serviço realizado, território, articulação com demais órgãos ou políticas públicas e recursos humanos de cada unidade. O censo SUAS também permite um maior conhecimento acerca da rede socioassistencial composta por unidades públicas e privadas, tanto aquelas que são cofinanciadas quanto aquelas que não são, mas que também responderam ao censo por terem, no momento da coleta, inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Campinas.

- O Mapa de Serviços contribui para a localização e identificação de unidades que ofertam serviços de assistência social no município, bem como de outras políticas públicas, e possíveis áreas de ausência ou maior concentração dessas unidades. É possível optar por ver o mapa dividido por regiões, ARs ou territórios de CRAS e ele favorece também a visualização espacial de determinados pontos, pois permite que sejam feitas buscas por endereço ou nome de equipamentos das diversas secretarias da prefeitura, desde que este esteja cadastrado no mapa.
- O II Seminário da Vigilância Socioassistencial possibilitou a divulgação das informações produzidas e organizadas na área da vigilância socioassistencial em consonância com os projetos de extensão coordenados por professores da PUCC e executados pelos alunos da universidade na comunidade e também somou dados de diferentes coordenadorias (Coordenadoria setorial da Mulher; da Juventude; de Promoção da Igualdade Racial e do Centro de Apoio à Mulher Operosa - CEAMO) do Departamento de Cidadania da prefeitura. O evento trabalhou e suscitou debates sobre os temas: desafios para avaliação de programas e projetos sociais; métodos para conhecimento do território; mulheres e políticas públicas; juventude e mobilização social; patrimônios culturais nas vivências do território, contribuindo para a aproximação entre a prefeitura, a rede socioassistencial e a comunidade acadêmica.

3.4. Desafios relevantes para gestão e execução das ações

- Para elaboração do Relatório de Informações Sociais (RIS) houve dificuldade em dividir os dados por região pois algumas listagens apresentam nomes de bairros desconhecidos ou incompletos e as vezes a informação vem em branco, com isso o número de dados sem identificação da região aumenta, o que pode refletir em um dado que não condiz com a realidade de fato. Outro ponto que dificulta é a questão da atualização dos dados nas fontes oficiais, porque muitos dados não encontram-se atualizados, assim torna-se necessário fazer contato para saber a última data de atualização ou se existem dados mais atualizados e que, possivelmente, ainda não foram disponibilizados ou atualizados na fonte.
- O censo SUAS 2016 melhorou em relação a vários aspectos em comparação com o ano anterior, entretanto, alguns sistemas utilizados para coleta apresentaram falhas, sendo necessárias readequações no processo.
- No sistema do PMAS/Estado há dificuldade para o lançamento de alguns dados, porque o prazo para preenchimento do sistema não coincide com os prazos do município para obtenção dos dados.
- O Mapa de Serviços incluiu a divisão do mapa por área de abrangência de cada CRAS, conforme citado anteriormente, essa inclusão foi feita a partir da listagem dos bairros, mas foi solicitado que as equipes de cada CRAS conferissem o traçado do limite de sua área de abrangência, assim diversas alterações foram pedidas para adequação do traçado. Também houve dificuldade na localização de alguns pontos, pois o endereço oficial não foi localizado no mapa.
- A organização do seminário ocorreu de maneira mais integrada com os professores da PUCC e com as diferentes áreas da SMCAIS do que no primeiro seminário, aspecto que facilitou no momento do debate das temáticas no período da tarde, pois foi possível relacionar os temas apresentados. Houve o desafio da elaboração de um relato sobre todo o evento e os principais debates que surgiram, mas em conjunto com os professores da PUCC foi possível elaborar o documento e assim ter um registro sobre o seminário.

3.5. Metas para 2017

- Alterar a forma de apresentação do Relatório de Informações Sociais (RIS), a fim de lançar a terceira versão (referente ao ano de 2016) com uma nova cara, um novo formato, e trabalhar alguns dados mostrando a evolução entre 2014 e 2016. Agregar, se possível, mais informações ao relatório e qualificar a análise dos dados.
- Sistematizar e divulgar os dados referentes ao censo SUAS 2016. Organizar e planejar a melhor forma de coleta dos dados do censo SUAS 2017, considerando os prazos, o formato de documentos e as limitações dos sistemas utilizados.
- Planejar e organizar a coleta de dados para o PMAS/Estado 2018.
- Atualizar listagem das unidades de assistência social que devem constar no Mapa de Serviços e trabalhar na elaboração do Mapa de Calor, utilizando o mesmo mapa faremos a tentativa de criar um mapa com dados da oferta e da demanda existente no município na área de assistência social, tendo como base os dados das famílias e pessoas inseridas no cadastro único (CadÚnico).
- Atualizar e finalizar a matriz com dados e indicadores para acompanhamento das metas instituídas no Pacto de Aprimoramento do SUAS.
- Planejar, organizar e realizar o III Seminário da Vigilância Socioassistencial mantendo a parceria com a PUCC e dialogando com os professores extensionistas e seus projetos.

4. COORDENADORIA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CADASTRO SOCIAL

A Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro realiza a gestão do Cadastro Único Federal e dos Programas de Transferência de Renda Bolsa Família, Ação Jovem e Renda Cidadã.

A Coordenadoria é responsável pelo cadastro de beneficiários, atualização dos bancos de dados, gestão das equipes descentralizadas, interfaces com saúde e educação nas ações das condicionalidades do PBF. Cadastra e gerencia, no âmbito municipal, o Sistema Integrado de Governança Municipal – SIGM, para integração das informações sociais as quais se materializam em ferramentas para execução e gestão dos serviços e programas da rede socioassistencial pública e privada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

FAMÍLIAS NA BASE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO DE CAMPINAS

Em 2016, o Cadastro Único manteve em sua base de dados, uma média de 70.000 famílias e apresentou acréscimo mensal de, aproximadamente, 1000 cadastros novos. Essa média de cadastros permanece com crescimento semelhante, se comparado aos anos anteriores.

De acordo com procedimentos instituídos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) nos meses de janeiro e dezembro é realizado o que se denomina de "exclusão lógica", que consiste na exclusão das famílias que não tem nenhum benefício vinculado e que não atualizam o cadastro há mais de 48 meses. Essa exclusão lógica contribui para qualidade das informações do cadastro.

Sendo assim, em decorrência desse procedimento houve a diminuição de aproximadamente 6 mil famílias na base de cadastro.

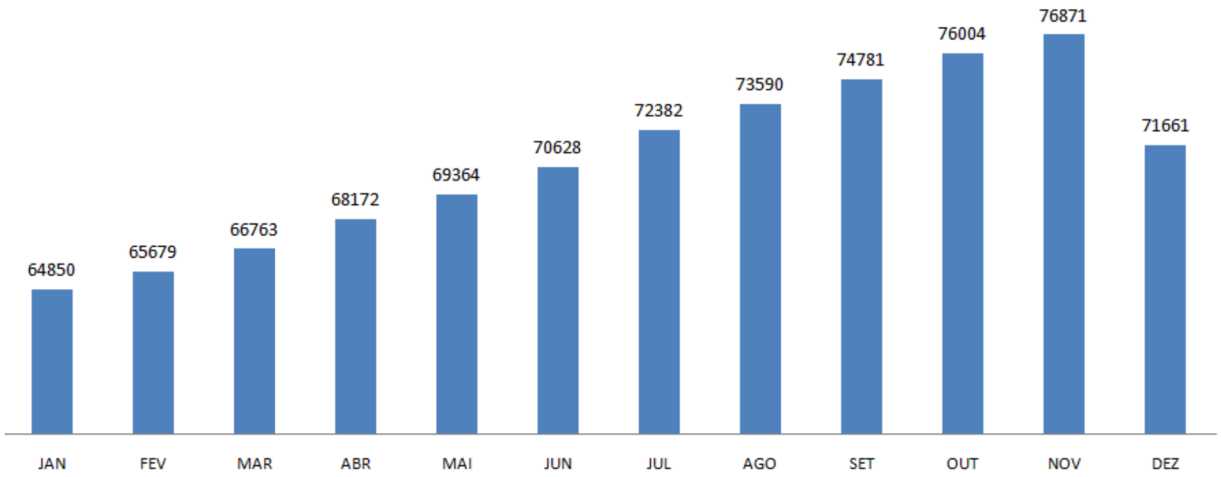


Gráfico 26 - Evolução Cadastro Único 2016

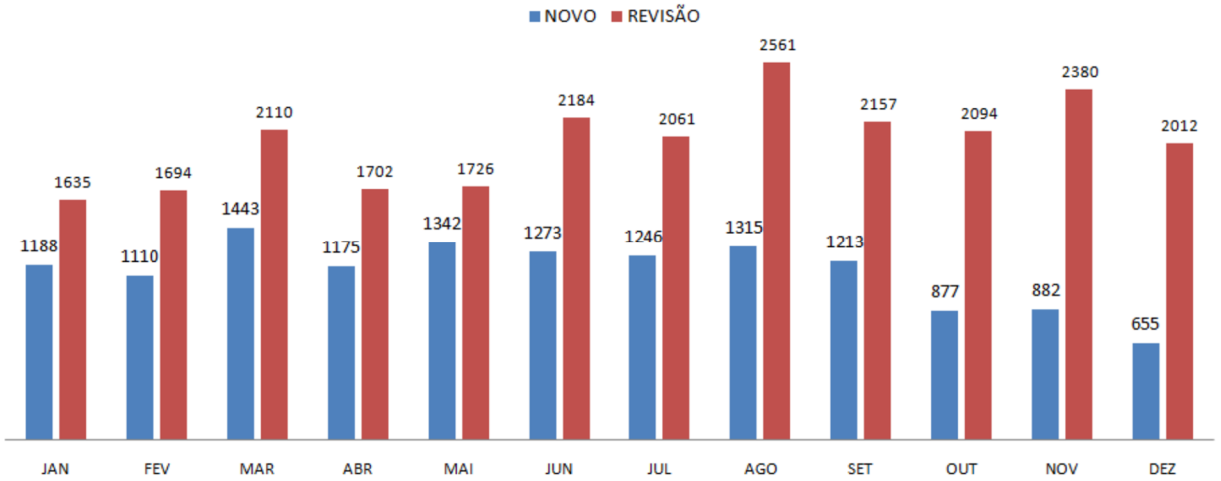


Gráfico 27 - Movimentação Cadastro Único 2016

A ampliação da revisão cadastral justifica-se em virtude das ações advindas do MDSA e MPF, dentre outras referentes aos cruzamentos das bases de informações das famílias. De outro modo, houve uma queda nos cadastros novos em decorrência das ações acima referidas.

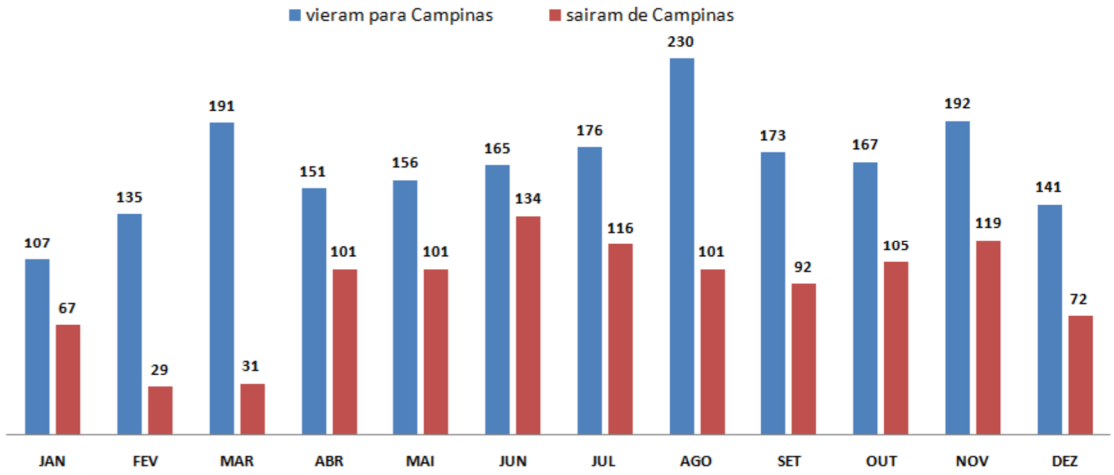


Gráfico 28 - Transferências Famílias do Cadastro Único

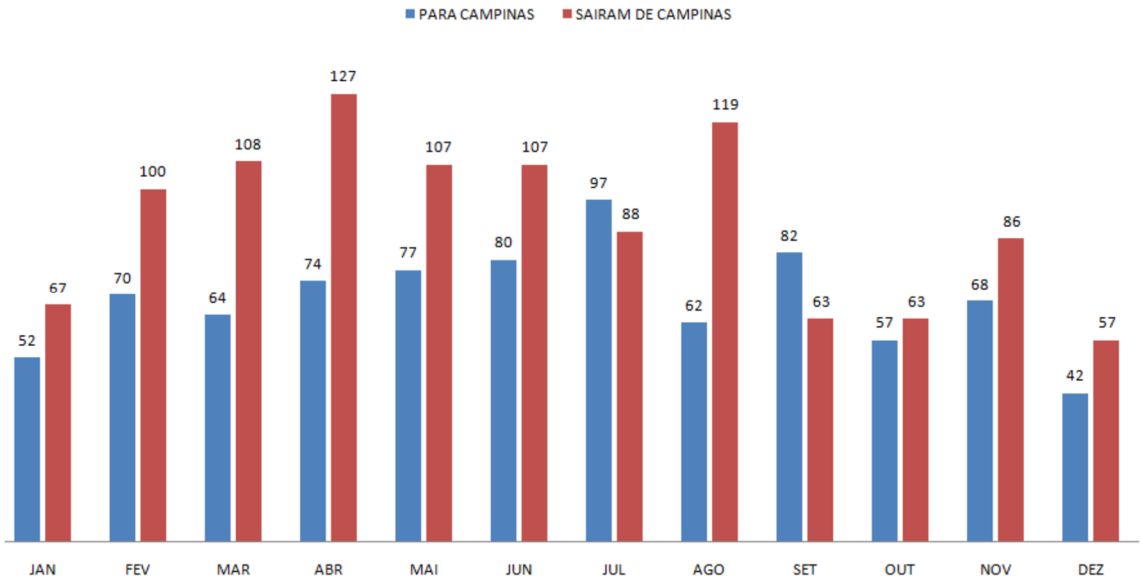


Gráfico 29 - Migração - Pessoas para outros Cadastros

Constatamos um número significativo nos dados de famílias que migraram para Campinas, todavia, esse dado se altera para menos, se comparado com membros de pessoas das famílias que deixaram o cadastro de Campinas, migrando para outros estados ou municípios. Desse modo, inferimos que esses dados migratórios compõem elementos para vindouras análises da Vigilância Socioassistencial.

O Cadastro Único Federal é realizado de forma descentralizada em 18 postos de cadastramento instalados nas 5 regiões administrativas de Campinas.

Reitera-se sua utilização como banco de dados para 09 Programas Federais, 2 Municipais e 1 Estadual:

1. Programa Bolsa Família;
2. Benefício de Prestação Continuada - BPC;
3. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI;
4. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- Pronatec;
5. Alíquota reduzida INSS aos empreendedores individuais e às “donas de casa” com

baixa renda para fins de aposentadoria;

6. Tarifa Social de Energia Elétrica - realiza-se o cadastro com emissão de declaração, conforme modelo e tratativas com a concessionária Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e a Gestão do Cadastro Único;

7. Tarifa Social de Água - família beneficiada do PBF com acesso ao desconto concedido pela Sanasa;

8. Carteira do Idoso - após validação dos dados no Sistema SUASWeb, realiza-se a emissão da carteira, que é válida por 2 anos;

9. Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV – realiza-se o cadastro das famílias referenciadas pela Secretaria Municipal de Habitação, Companhia de Habitação Popular de Campinas e PMCMV Entidades, com emissão de relatórios à Caixa Econômica Federal - CEF.

10. Id Jovem - Identidade Jovem

11. NUTRIR Campinas

12. Programa Estadual Viva Leite

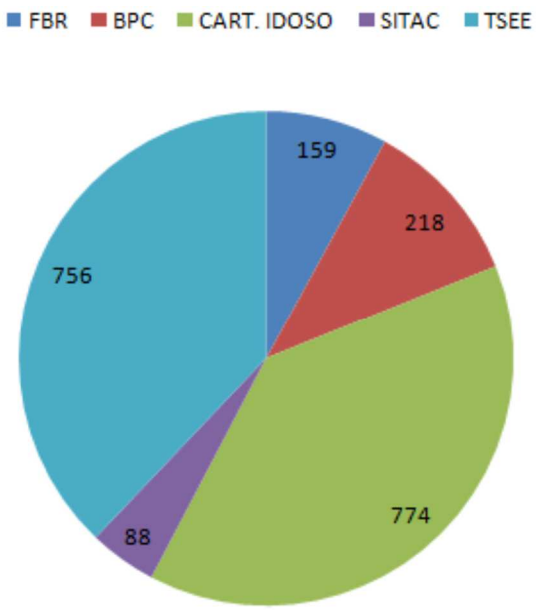


Gráfico 30 - Cadastro novo para alguns Programas Usuários

No processo de cadastramento a Coordenadoria dispõe de 43 entrevistadores e 3 supervisoras, descentralizados em 18 postos de atendimento, instalados nos Distritos de Assistência Social - DAS, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro Pop.

Para atendimento às pessoas e famílias com dificuldades de acesso aos postos,

Disponibilizamos de duas unidades de atendimento móvel que também realizam cadastro das famílias atendidas por entidade que compõem a rede socioassistencial privada de Campinas, de acordo com a demanda identificada, e também auxiliam na realização de cadastros em domicilio de acordo com listagem da SENRC.

A equipe conta também com 4 teleoperadores, os quais realizam o serviço ativo de confirmação de agenda, retorno de demandas acerca do cadastro e concessão de benefícios.

Há ainda o serviço receptivo, que atende às solicitações de consultas a benefícios, esclarecimentos de dúvidas e efetivação dos agendamentos, através de e-mails.

Em 2016 firmamos uma parceria com a Secretaria de Gestão e Controle para criarmos no portal do cidadão um canal de atendimento com a população interessada em realizar agendamento para o cadastro ou tirar dúvidas sobre cadastro ou algum programa usuário.

Também participamos de quatro Encontros dos Gestores do Cadastro Único nas Metrópoles, uma iniciativa dos municípios, com apoio do MDS/SENARC, que tem como proposta discutir e propor melhorias para o enfrentamento das situações relacionadas à operacionalização do Cadastro Único nas metrópoles, que teve como pauta discussão dos processos de averiguação além da demanda oriunda da revisão cadastral do BPC via Cadastro Único que acontecerá em 2017, além de recebermos, informações antecipadas sobre demandas que surgirão, etc.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - PBF

O Programa Bolsa Família - PBF, é um programa de transferência de renda, com condicionalidades, para atendimento às famílias em situação de pobreza[1] e extrema pobreza.

Os procedimentos de identificação das famílias ocorrem através do Sistema de Benefícios ao Cidadão - SIBEC, da Caixa Econômica Federal e do envio nominal aos serviços DAS/CRAS, agentes de cadastramento, teleoperadores e Sistema Municipal 156, para a devida informação aos requerentes sobre a liberação ou não do benefício.

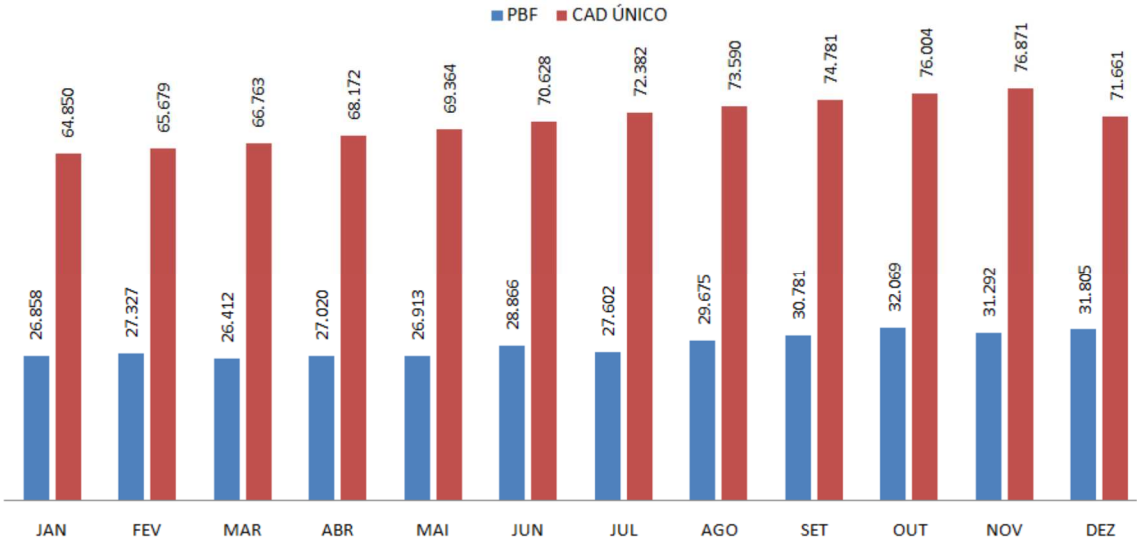


Gráfico 31 - Cadastro Único X Programa Bolsa Família

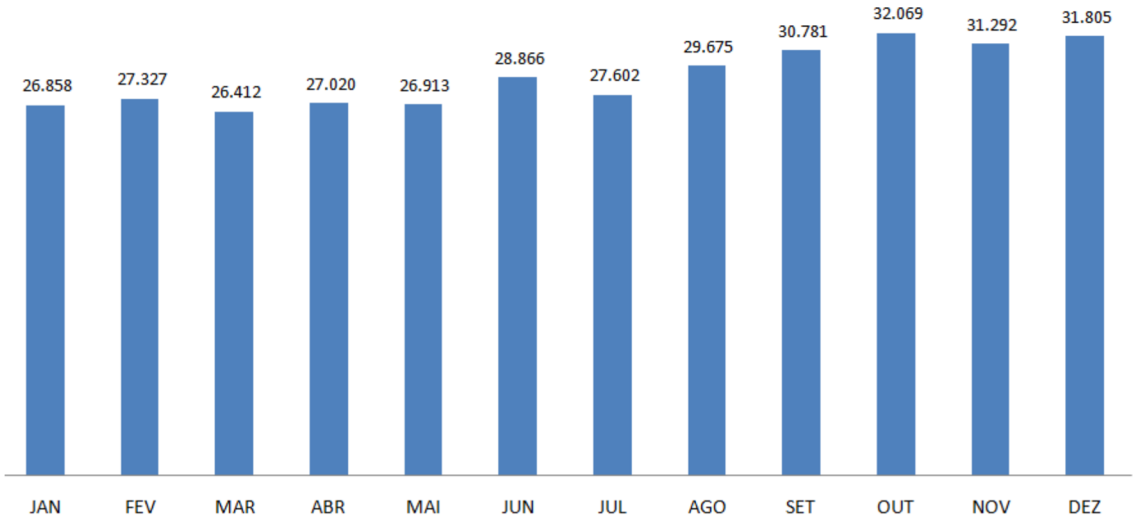


Gráfico 32 - Evolução Programa Bolsa Família 2016

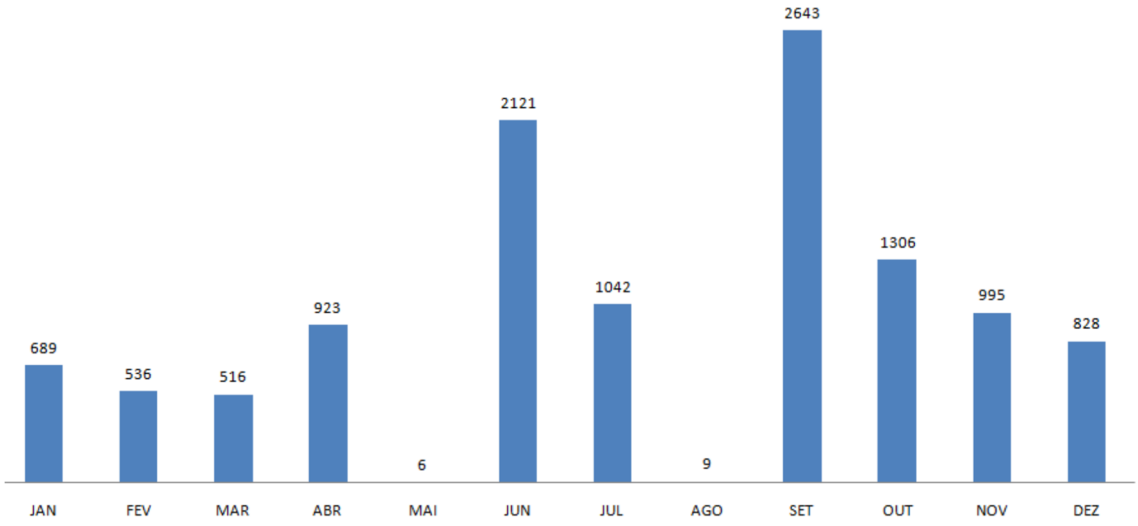


Gráfico 33 - Novas Famílias

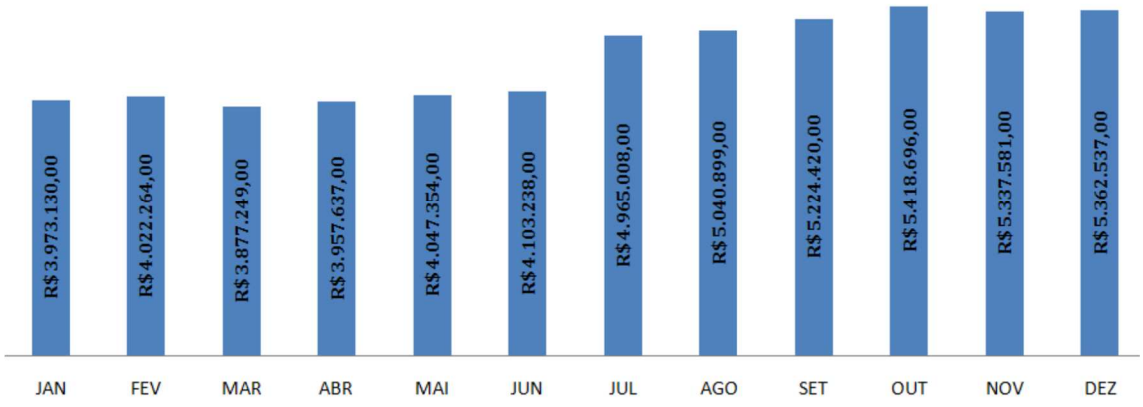


Gráfico 34 - Renda Mensal Programa Bolsa Família

Famílias com renda per capita entre R$ 85,01 e R$ 170,00, nesse caso, a família tem direito aos benefícios variáveis de acordo com o número de crianças, jovens, gestantes ou nutrizes residentes no domicilio, limitado a cinco variáveis e dois benefícios variável jovem por família.

Famílias com renda per capita inferior a R$ 85,00, nesse caso, além dos benefícios variáveis acessam ao benefício básico e quando não alcançam a per capita de R$ 85,00 recebem um complemento denominado benefício de superação da extrema pobreza.

As condicionalidades dispostas no programa estão vinculadas a saúde e educação, seu descumprimento gera sanções como advertência, bloqueio ou suspensão, informado por meio de relatórios extraídos do Sistema de Condicionalidades - SICON. Essa ação nos mobiliza para a permanente interface com os representantes das citadas políticas sociais, a fim de efetivar o acompanhamento às famílias e prevenir situações de risco social. Segue gráfico dos descumprimentos, lembrando que os da educação são bimestrais e os da saúde semestrais.

Para intervir em registros de bloqueios do benefício referentes à condicionalidade de educação, esta coordenação está classificando os motivos com características mais graves e estabelecendo diálogos com as escolas, serviços da rede socioassistencial e da saúde, na perspectiva de ampliar as articulações institucionais minimizando o número de recursos[3] e bloqueios.

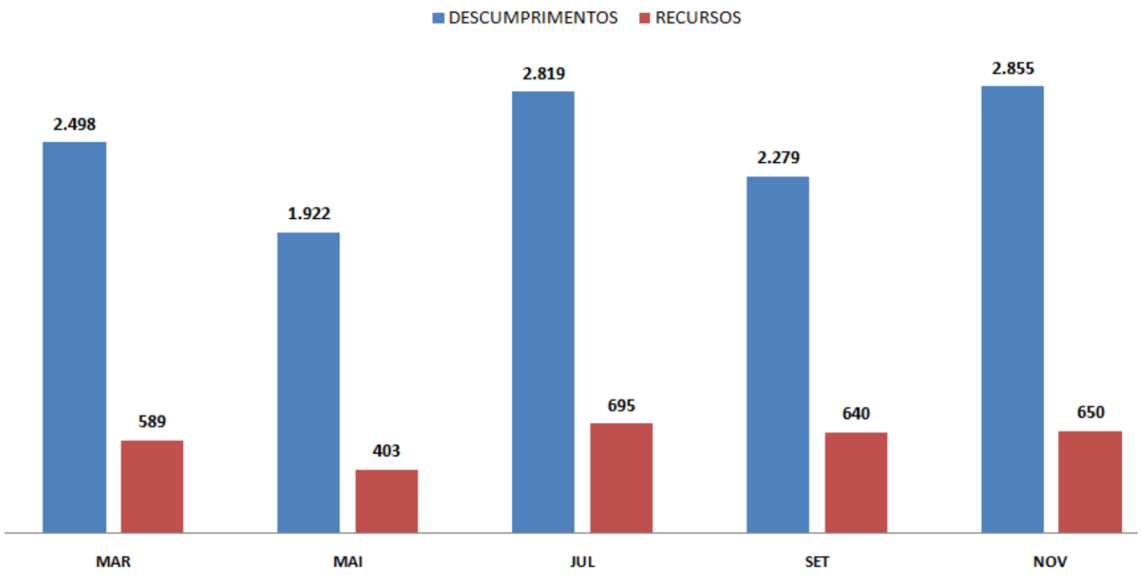


Gráfico 35 - Condicionalidades PBF

Considerando a necessidade abrir um maior diálogo com educação realizamos em parceria com as Secretarias de Saúde e Educação reunião com representantes das Naeds.

Ademais, aproveitou-se a oportunidade para retomada da proposta de reuniões periódicas, visando fortalecer a integração entre a Saúde, Educação e Assistência Social na condução do Programa.

Em cumprimento a Norma Operacional do MDS que dispõe sobre a certificação dos entrevistadores do cadastro, referenciamos dezesseis agentes de cadastramento para o curso de Gestão do Cadastro Único e dois servidores municipais para a Gestão de Benefícios.

Ainda em observância as Normativas Federais, foi publicada a Instrução Operacional nº 76/2015 - SENARC/MDS que determina os procedimentos, prazos e repercussões para a atualização cadastral das famílias incluídas nos processos de Averiguação e Revisão Cadastral de 2015. Esses processos articulados nos permitiram um conhecimento ampliado acerca da demanda prioritária para atualização dos cadastros, contribuindo com o Plano de Ação da Coordenadoria.

Assim, a Revisão Cadastral e a Averiguação Cadastral são dois processos distintos, mas que visam atingir objetivos comuns, quais sejam garantir a veracidade e a atualidade dos dados declarados no Cadastro Único por meio da atualização cadastral.

No âmbito da Averiguação Cadastral realizaram-se dois tipos de procedimentos:

1. Atualização cadastral com visita domiciliar obrigatória

2. Atualização cadastral no posto de cadastramento. Para o primeiro procedimento e com apoio de transporte dos Distritos de Assistência Social - DAS, alcançamos 827 famílias, as quais detalhamos abaixo:

- 397 foram localizadas e feita a atualização cadastral no domicílio;
- 14 não residem mais no município:
- 416 com endereços incorretos e/ou não encontrados nos domicílios; desse universo,
- 95 procuraram, posteriormente, pelo posto de cadastramento para a atualização cadastral;

Em relação aos benefícios, tivemos:

- 177 benefícios liberados em consonância com os critérios do programa, sendo que
- 6 estão em processo de liberação;
- 214 benefícios cancelados por descumprimento do critério de renda.

Destacamos que, em demandas pontuais, foram realizadas visitas domiciliares, pela assistente social da área de Vigilância Socioassistencial, permitindo esclarecimentos às famílias acerca dos critérios do programa e, sobretudo, referenciamentos para a rede socioassistencial.

Com o propósito de integrar as ações do Cadastro com os Serviços, Programas de Transferência de Renda e Benefícios do SUAS realizou-se o Projeto “Rodas de Diálogos” visando criar espaços de formação em serviço que se constituam em respostas satisfatórias a serem enfrentadas nos cotidianos de trabalho.

Implantamos mais 2 postos de cadastramento - CRAS Bandeiras e CRAS Campos Elíseos;

Implantamos as Unidades Móveis, duas vans adaptadas facilitando o acesso das famílias ao Cadastro Único. As unidades móveis (furgões) são adaptadas para o atendimento, com rampa para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, sinal de Internet, toldo para espera externa e capacidade para atender até 3 pessoas por vez. Em junho foi realizada a entrega oficial da mesma que desde então tem realizado o cadastro Único em todo o território de Campinas e principalmente nos locais de difícil acesso e nas entidades cofinanciadas, além de servirem de suporte para a realização das demandas de visitas para averiguação cadastral.

Figura 8 - Unidade Móvel Cadastro Único (1)

Figura 9 - Unidade Móvel Cadastro Único (2)

Figura 10 - Unidade Móvel Cadastro Único (3)

Figura 11 - Unidade Móvel Cadastro Único (4)

Execução do projeto *Cadastros, Serviços , Programas e Gestão Institucional* *: uma relação necessária* o qual desenvolveu intervenções sistemáticas, no período de janeiro a dezembro de 2016. Seu objetivo principal foi criar espaço de conhecimento e diálogo entre as equipes do cadastro e dos serviços para construção coletiva de respostas satisfatórias às dificuldades enfrentadas nos cotidianos de trabalho. Para o alcance do objetivo foram realizados encontros denominados: *rodas de diálogos, formação em serviço, gestão no cotidiano de trabalho, postos de cadastro em movimento*.

As *rodas de diálogos* priorizaram o conhecimento e debate acerca dos processos de trabalho da área de transferência de renda e cadastro conectados com a realidade dos serviços em que estão instalados os postos de atendimento. Abordou-se, fundamentalmente, a 'integração" do cadastro com os serviços e programas do SUAS, compreendendo-os em sua totalidade.

Os encontros realizados - DAS/CRAS/Cadastro, contabilizou a presença de 160 participantes: entrevistadores, supervisoras do cadastro único e equipes dos serviços DAS/CRAS, estes últimos com participação dos trabalhadores das áreas técnica, administrativa, agente ação social , apoio operacional, motorista e segurança. Os temas geradores de diálogos, invariavelmente, se deram em torno das requisições administrativas do cadastro e suas repercussões no atendimento aos direitos sociais da família. As mediações necessárias para que a família tenha acesso aos benefícios do cadastro, atentando-se para afastar entraves burocráticos que corroborem para violação de direitos. As ações de enfrentamento aos descumprimentos de condicionalidades, foram tratadas na dimensão do trabalho com famílias, especialmente nos CRAS. Todavia, requisições de natureza técnica - administrativa que envolvem outras políticas (saúde e educação) e que impactam diretamente às famílias na exigência de condicionalidades, permanecem como desafiadoras nas relações institucionais.

As rodas foram conduzidas por meio de estratégias e dinâmicas que facilitaram a participação das equipes, procurando dialogar com as expressões concretas da realidade de trabalho. Aquecimentos pré-pauta com técnicas grupais, possibilitaram a introdução dos temas propostos e outros advindos dos participantes.

De um modo geral, constatou-se que informações acerca de fluxos, procedimentos e sistemas informacionais da transferência de renda e cadastro, embora documentados, ainda carecem de debates que os tornem exequíveis no vivido do cotidiano.

O enfoque foi para além do cadastro como registro administrativo, pautando suas funcionalidades que permitem acesso aos direitos sociais. Nesse sentido, os programas usuários foram parte integrante dos esclarecimentos.

Procedimentos para agendamentos, demanda espontânea, fluxos estabelecidos com as equipes de atendimento dos serviços, visitas domiciliares, foram pautas debatidas, na perspectiva

da desconstrução de paradigmas, preconceitos presentes no senso comum, quando se refere a concessão de benefícios no concepção dos direitos sociais. Procedimentos que interpelavam por alterações, foram alvo de avaliação com implementação de mudanças nos fluxos operacionais provocando melhorias na qualidade do atendimento.

A compreensão das dinâmicas instituídas para os atendimentos cadastrais e para os serviços - DAS/CRAS, acolhimento e acompanhamento às famílias, evidenciou resultados satisfatórios que, seguramente, virão em benefício dos "usuários".

Os encontros denominados *formação em serviço* foram realizados de forma descentralizada, aproximando as equipes do cadastro (entrevistadores socais e supervisoras), por região - Norte/Leste/Noroeste; Sudoeste/Sul. A condução das atividades contou com a parceria da Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor - EGDS, a qual trabalhou temas direcionados para o atendimento ao público. Com a mediação de filmes, foram provocados debates que dialogaram com a realidade dos atendimentos. Ultrapassando a abordagem comportamental foi possível contextualizar as adversidades das demandas que chegam aos postos de atendimento e sua relação com as expressões da "questão social".

Para adensar a proposta de intervenções com o conjunto dos entrevistadores, foram realizados encontros semestrais, planejados com a EGDS e mediados com técnicas grupais. Os entrevistadores se viram no coletivo e puderam conhecer as "boas práticas" de cada posto com apontamentos dos desafios que consideram relevantes no atendimento ao cadastro.

Figura 12 - Postos em movimento (1)

Figura 13 - TREINAMENTO PARA REALIZAÇÃO DA AÇÃO DE CADASTRAMENTO DOS IMIGRANTES (1)

Figura 14 - Postos em movimento (2)

Ademais, como parte integrante do projeto foram realizadas vivências de gestão com as supervisoras que, igualmente contou com a parceria da EGDS, por meio de uma enfermeira-formadora/facilitadora do HMMG. As vivências, denominadas "construindo a gestão integrada e participativa" foram constituídas em espaços em que a supervisão (IMA) e a coordenação (SMCAIS/PMC) puderam por em debate métodos e procedimentos de gestão que impõem diálogos permanentes com a realidade de trabalho e suas múltipas demandas. O conteúdo programático abordou temas como: democracia institucional, gestão participativa, co-gestão, comunicação, gestão de conflitos e trabalho em equipe. Com o uso de ferramentas participativas o grupo produziu problematizações e soluções que, contribuíram para adequar os processos de trabalho e as relações interprofissionais. Ações encaminhadas nas vivências, serão materializadas como estratégias no projeto de 2017. Registro fotográfico:

IMIGRANTES HAITIANOS - CADASTRO ÚNICO

O cadastramento dos imigrantes haitianos ocorreu de acordo com as premissas que priorizam a relação orgânica entre os departamentos da SMCAIS. Nesse caso, o Departamento de Cidadania com a área de Vigilância Socioassistencial, por meio da Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro planejou e realizou ações conjuntas. Fundamental destacar o papel do Departamento de Operações da Assistência Social, por meio dos Distritos Norte e Noroeste e CRAS/CEU Florence.

Os haitianos alcançados pelo cadastro concentram moradia na Região Norte, especificamente nas proximidades de Barão Geraldo e na Região Noroeste, nos territórios de abrangência do CRAS Florence. O cadastro envolveu um conjunto de ações com diferentes atores institucionais e de outras políticas sociais. Os finais de semana destinados ao cadastramento contaram com a presença da Universidade - PUCCampinas, alunos dos cursos da área de ciências humanas para tradução e professores na etapa de planejamento. As políticas sociais que dialogam com a ofertas de serviços como saúde e educação, igualmente, compuseram a operacionalização do cadastramento.

A ação ocorreu de forma a ampliar o ato do cadastro para além do registro administrativo, enfatizando seu significado no campo dos direitos sociais, acesso aos serviços, programas e benefícios e subsídios na formulação de política públicas. Foi realizada uma exposição dialogada com os grupos de haitianos para esclarecimentos acerca dos objetivos do cadastro e sua função social.

Ademais, surgiram demandas relacionadas aos vistos humanitários, os quais foram encaminhados pelo Departamento de Cidadania.

O planejamento do cadastro pautou aspectos presentes na realidade dos imigrantes haitianos, tais como conceito de família, moradias coletivas, rede de solidariedade, escolaridade e a comunicação, considerando as línguas Crioulo, Frances e Espanhol. A tradução se configurou como elemento crucial para qualidade do cadastramento.

Desse modo, efetivamos um cadastramento de 82 haitianos, sendo que deste universo, 28 foram beneficiados com o Programa Bolsa Família.

Figura 15 - TREINAMENTO PARA REALIZAÇÃO DA AÇÃO DE CADASTRAMENTO DOS IMIGRANTES (2)

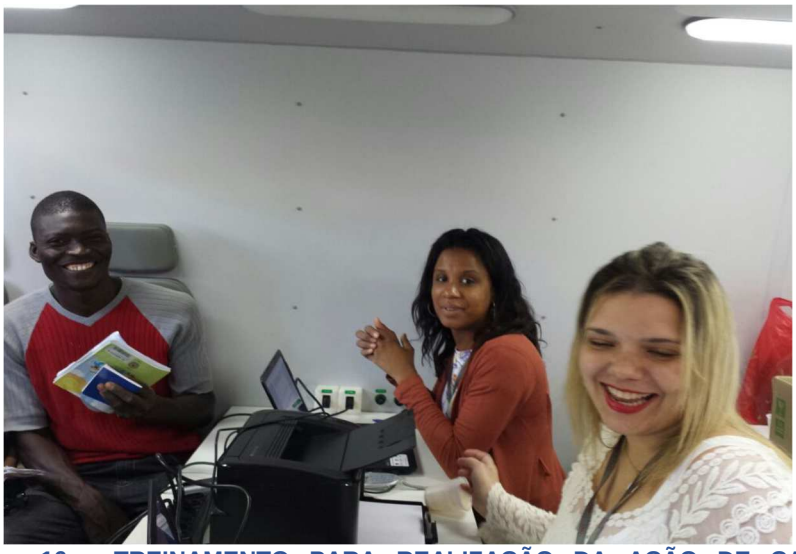


Figura 16 - TREINAMENTO PARA REALIZAÇÃO DA AÇÃO DE CADASTRAMENTO DOS IMIGRANTES (3)

Figura 17 - Van do Cadastro Único

Figura 18 - Cadastro

Figura 19 - Cadastro (2)

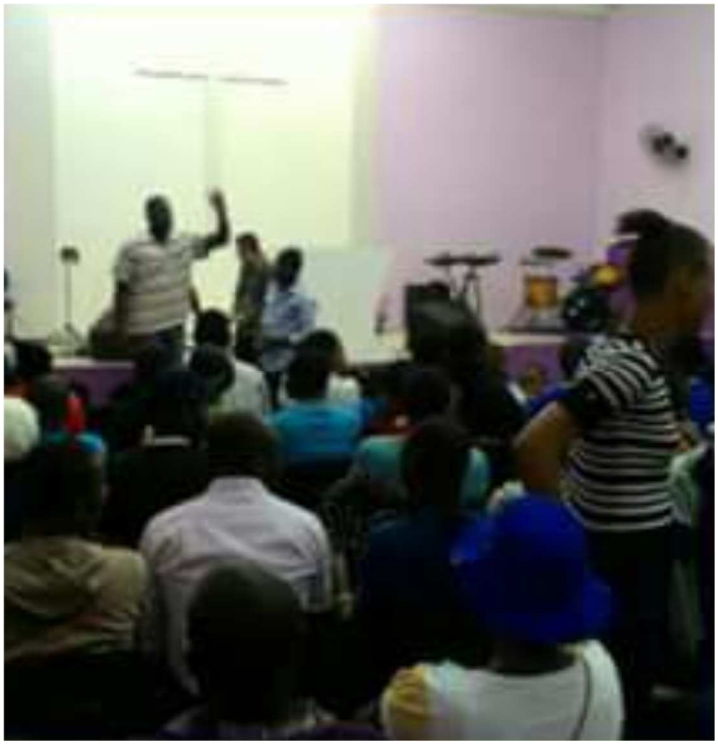


Figura 20 - Cadastro (3)

.GESTÃO DE BENEFÍCIOS - PROGRAMAS AÇÃO JOVEM E RENDA CIDADÃ

De acordo com Comunicado da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS Campinas, o Sistema Pró Social e os Programas Estaduais de Transferência de Renda -

Ação Jovem e Renda Cidadã, estão em fase de revisão, motivo pelo qual foram suspensas novas inclusões de beneficiários, desde o mês de maio/2015.

Os gráficos a seguir apontam a diminuição do número de famílias, considerando não haver inclusões no período.

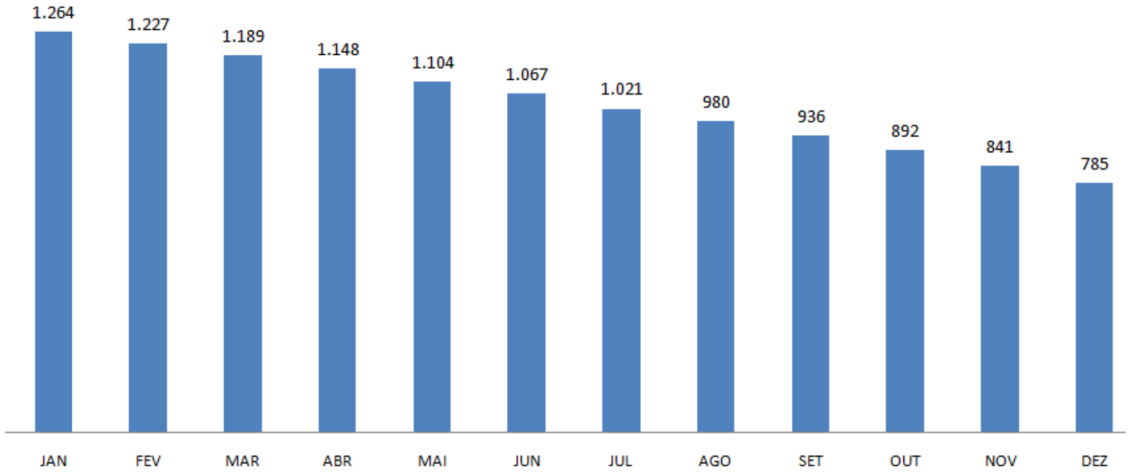


Gráfico 36 - Renda Cidadã

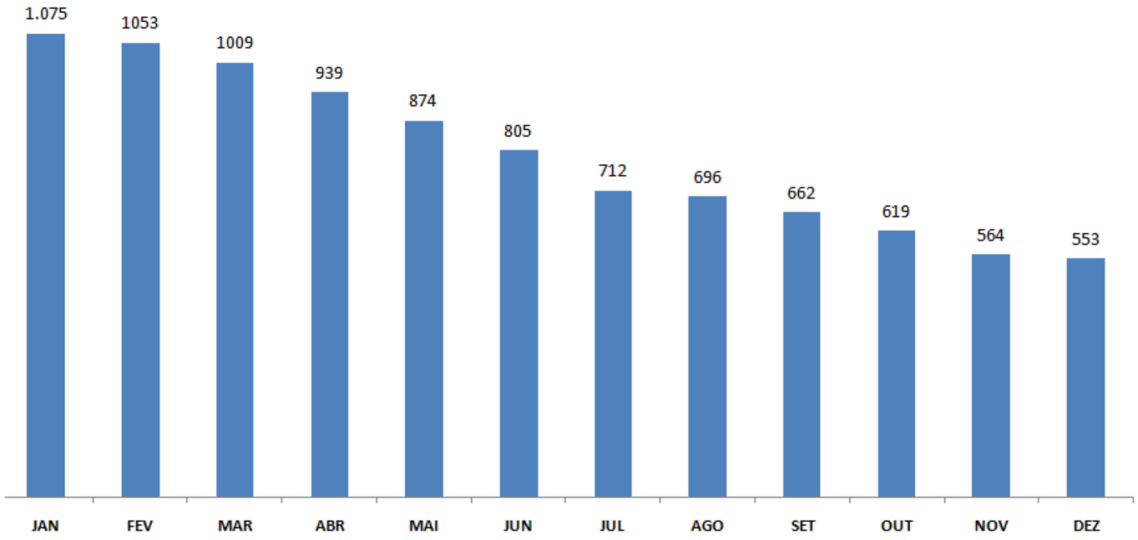


Gráfico 37 - Ação Jovem

Dentre as ações permanentes da Coordenadoria realizamos, durante o ano, as agendas bimestrais com o Grupo Gestor de Transferência de Renda, que conta com a participação de representantes dos DAS, CRAS e Coordenadoria de Proteção Social Básica, ocasião em que os serviços acompanham e validam as ações de gestão e execução dos programas de transferência de renda do município.

SISTEMA INTEGRADO DE GOVERNANÇA MUNICIPAL – SIGM

O SIGM constitui-se num sistema municipal de informações para o cadastro de pessoas e famílias, com vinculação aos diferentes programas sociais, permitindo o registro de atendimento e prontuário.

O sistema conta com aproximadamente 96.877 famílias, entre cadastros que estão ativos e inativos. E o número de pessoas e/ou famílias vinculadas a algum serviço, programa ou benefício ultrapassa 82.519.

Vale destacar que estamos com mais de 2.0420 usuários do sistema, incluindo os entrevistadores, técnicos, gestores e administrativos que compõe a rede socioassistencial do município.

Durante o ano de 2016, o SIGM contou com implementações e desenvolvimento de novas funcionalidades, tornando sua utilização mais adequada à realidade dos seus usuários.

Para dar seguimento as ações de aprimoramento foram realizadas reuniões sistemáticas com os técnicos responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema, detalhando e testando cada funcionalidade a ser alterada.

Concomitante às alterações do desenvolvimento, deu-se continuidade às agendas de treinamentos aos novos usuários para as concessões de logins e senhas. A estratégia metodológica empregada nos treinamentos prioriza um diálogo inicial acerca da utilização do SIGM na qualidade de ferramenta técnica para gestão e execução das ações dos serviços, ampliando suas potencialidades para além de um banco de dados e cadastro. Em seguida, de forma didática, é realizado o passo a passo em cada funcionalidade do sistema, com demonstrações essenciais para o seu uso.

O gráfico abaixo demonstra o alcance dos treinamentos realizados em 2016:

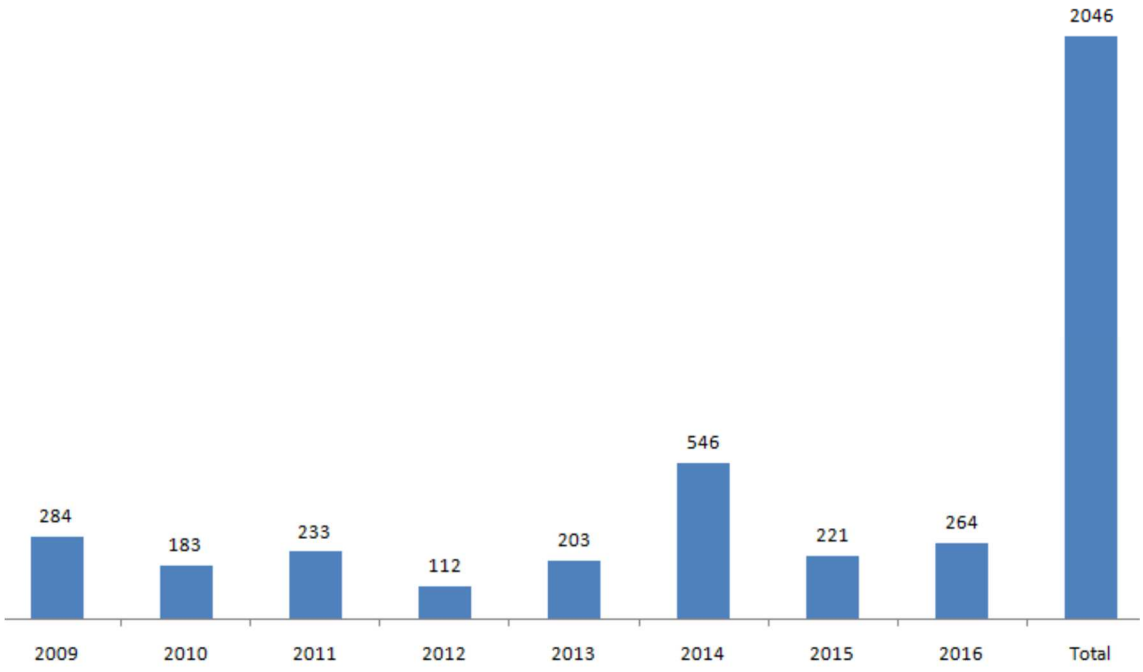


Gráfico 38 - Total de pessoas que passaram por treinamento

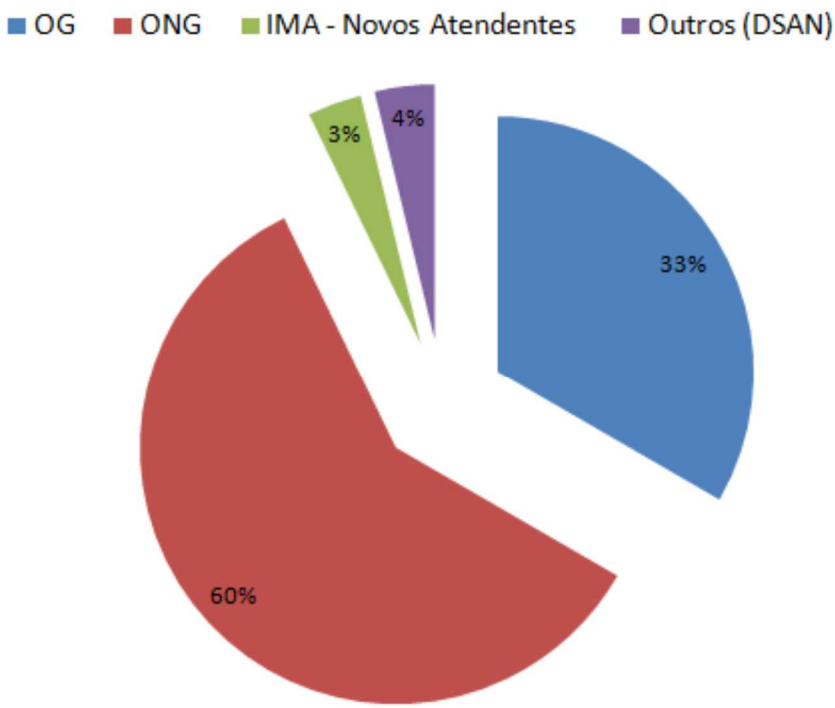


Gráfico 39 - Treinamento SIGM - Tipo de Serviço

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

O processo de revisão e atualização cadastral constitui-se numa ação importante da Coordenadoria ao longo do ano, garantindo assim a manutenção e qualidade das informações cadastrais das famílias.

No entanto, o número de famílias não localizadas no domicilio, os endereços errados, bem como a infraestrutura necessária para o processo de atualização cadastral, representaram desafios constantes para alcançarmos os resultados dessa ação.

As mudanças de endereço são bastante significativas, gerando por si só uma desatualização do cadastro e refletindo na localização das famílias.

Além disso esse ano a listagem de atualização cadastral teve um número bem maior do que dos anos anteriores pois foi incluída a atualização dos cadastros dos programas BPC e TSSE.

Dentre as famílias que foram contatadas, por meio de agendamento por telefone ou contato dos serviços, também encontramos situações de desistência ou não comparecimento para a atualização cadastral. Observamos que, por vezes, o não comparecimento está relacionado à mudança nas condições atuais da família, que podem resultar no cancelamento de benefícios em função da alteração do perfil de renda.

No mês de outubro recebemos um protocolo do Ministério Público Federal Também o atraso no início das atividades do Atendimento Móvel, em função de situações inerentes ao processo de licitação, compra e adaptação dos veículos, resultou em reorganização do processo de atualização cadastral, uma vez que em algumas regiões, com dificuldade em acessar as famílias e a Unidade Móvel será um avanço, permitindo organizarmos ações pontuais e mobilização das famílias para o cadastramento.

Com relação ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família pela Secretaria Municipal de Saúde, também destacamos como dificuldades apontadas pelos Apoiadores das Unidades de Saúde, questões conceituais e de entendimento das equipes quanto ao Programa e a responsabilidade de cada área no acompanhamento às famílias.

METAS/2017

Cadastros, Programas e Benefícios

- Definir um fluxo permanente de cadastros realizados em domicílio, conforme preconiza a legislação do Cadastro Único Federal e de acordo com as demandas de averiguação.
- Realizar um projeto de divulgação do Cadastro Único e programas Usuários para toda rede socioassistencial.
- Referenciar servidores para a realização do curso de instrutores de entrevistadores do Cadastro Único e de gestores do cadastro único e programa bolsa família oferecido pela SENARC/MDS, por meio da DRADS, para que Campinas possa fazer a capacitação de seus próprios servidores;
- Realizar o Projeto Cadastros, Serviços, Programas e Gestão Institucional: uma relação necessária, o qual subdivide-se nos módulos:
    - Realizar segunda fase do projeto Roda de diálogos em todos os postos de cadastro/serviços - Formação em serviço;
    - encontros regionalizados com os agentes de cadastramento, supervisão e coordenadoria PTR/Cadastro, Postos de cadastros em movimento, dois encontros anuais com o coletivo dos agentes de cadastramento, abordando dinâmicas para trocas de experiências com vistas a compreensão ampliada das diferentes realidades de trabalho;
    - Instruções, fluxos e sistemas, reuniões descentralizadas com agentes de cadastramento para atualização, fluxos e novas instruções dos sistemas (V7, SIBEC, SIGM, SICON, GABS).
    - Reorganizar as agendas e o fluxo de atendimentos dos postos do Cadastro Único, priorizando o cadastro imediato das famílias já em atendimento e a organização das demandas de acordo com as prioridades identificadas pelos serviços;
    - Realizar capacitação para o registro de acompanhamento familiar do SICON – Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família, para as equipes técnicas dos CRAS;
    - Dar continuidade aos encontros/treinamentos com os gestores e demais atores das Secretarias de Saúde e Educação para o aprimoramento da gestão e acompanhamento do programa Bolsa Família.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Departamento de Segurança alimentar e Nutricional (DSAN) tem a missão de “promover o direito humano a alimentação de qualidade de forma permanente e articulada às demais políticas públicas no Município de Campinas” com o intuito de gerenciar as ações de SAN da SMCAIS, bem como acompanhar as ações de SAN desenvolvidas pelas demais secretarias e autarquias da PMC e iniciativas da sociedade civil.

Sendo atribuído ao DSAN o Programa VIVA-LEITE; o Programa NUTRIRCAMPINAS, a gestão dos serviços de alimentação e nutrição dos abrigos permanentes e emergencial; e a coo gestão com a CEASA/Campinas do equipamento de SAN Banco de Alimentos.

Sendo de a nossa responsabilidade fazer a aproximação dos setores e secretarias da Prefeitura Municipal que são praticante da SAN em suas atividades, com a criação da CAISAN câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar, principalmente com a publicação e do decreto 19.357 de 20 de Dezembro de 2016 e com a estruturação da Secretaria passando a ser denominada SMCAIS – Secretaria Municipal de Assistência e Segurança Alimentar, com isso entendemos que houve um aumento significativo de nossas responsabilidades.

Na missão de fazer valer o direito humano a alimentação, trabalhamos incansavelmente no ano de 2016 para terminar a implantação do Programa Nutrir Campinas, dando mais dignidade aos usuários e autonomia para a realização de suas compras, adquirindo o alimento que deseja na hora que melhor lhes convir, e a oportunidade de adquirir produtos saudáveis e com boa qualidade

Acabamos com as filas, com a espera, com a exposição as intempéries do tempo, tanto para os usuários do Programa quanto para os servidores que trabalhavam com agenda rigorosa e apertada para o atendimento se tornar mais humano.

O Programa atende de forma mais abrangente na cidade, anteriormente à sua total implantação o atendimento era em bolsões específicos e nem sempre atingia os usuários mais vulneráveis.

Trabalhamos para manter as atividades do Programa Viva leite que está em atividade em todas as regiões da cidade, buscando novos parceiros e dando qualidade de vida para às famílias usuárias do Programa, bem como buscando a cada dia melhorar a qualidade do alcance de mais famílias ao programa, atentos sempre na redução do desperdícios e fazendo o produto do Programa chegar às famílias com o maior risco de insegurança Alimentar, sempre reunindo com os gestores no sentido de atingir os objetivos do Programa com melhor qualidade.

Foram realizados acompanhamento dos serviços prestados nos abrigos em relação a nutrição, com elaboração dos cardápios, orientação de boas práticas no manuseios dos alimentos, contratação de empresa para o fornecimento de cozinheiros(as) melhorando os serviços prestados em geral, acompanhamento do serviço de alimentação do SAMIM e Centro Pop com comida transportada e com serviços terceirizados.

Equipamento operacionalizado através de convênio com a Central de Abastecimento Sociedade Anônima CEASA CAMPINAS, uma coo gestão com SMCAIS /DSAN equipamento que será necessário esforço conjunto no sentido de melhorar os seus resultados na busca de mais parceiros e atualizar a sua legislação para uma melhor prestação de serviços à população usuária dos Programas de Segurança Alimentar no Município de Campinas

RH Recursos Humanos:

Em relação aos servidores, foi possibilitada a condição para aprimoramento de conhecimentos através dos cursos oferecidos pela escola de Governo durante o ano de 2016 propiciando aos mesmos condição para a prestação dos serviços inerentes as suas áreas de atuação

INTEGRAÇÃO:

A equipe trabalhou de forma integrada, sempre se ajudando nas rotinas do Departamento, principalmente nos momentos em que foram necessário implementar esforços concentrados em busca dos objetivos comuns, quer nas ações dos Programas como no andamento dos serviços internos do DSAN.

Domis Vieira Lopes

Diretor DSAN/ SMCAIS

AÇÕES REALIZADAS EM 2016

- Construção da ferramenta de trabalho para inclusão no Sistema Integrado de Governança Municipal – SIGM a classificação, convocação e manutenção dos beneficiários do Programa Nutrir Campinas junto a empresa Mundo do Saber e o Setor de Vigilância Social Assistencial.
- Reunião com a CONAB pedindo o aumento de doação do Programa PAA.
- Apresentação para os secretariados e gabinete do prefeito sobre o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN
- Participação na Rede de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas.
- Renovação do convênio do Banco de Alimentos
- Interface entre o DOAS e DSAN para gestão compartilhada dos cartões emergenciais.
- Analise e discussão da lei do COMSEA e encaminhado ao presidente do COMSEA.
- Participação do Departamento na Comissão de Temporalidade e eliminação de documentos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- A ferramenta desenvolvida para o gerenciamento das famílias junto ao SIGm contribuiu para agilizar o trabalho administrativo em relação a classificação das famílias do Nutrir Campinas, que antes era realizada em formulas de Excel e arquivos gigantesco oriundos do CADunico, bem como o processo de convocação e manutenção das famílias no programa.
- Implantação do Cartão emergencial em conjunto com a DOAS, agilizando e facilitando o tramite do beneficio junto aos serviços, bem como a prestação de contas.
- Regulamentação do CAISAN – Decreto “ “
- Aumento na arrecadação de alimentos junto aos parceiros e eventos elaborados pelas secretarias de esporte e cultura.

DESAFIOS ENCONTRADOS

- Reunião de implantação do CAISAN
- Diminuição da doação do programa PAA
- Licitação e a construção do Banco de Alimentos
- Estreitamento com a SMS para aprimoramento no atendimento para pessoas em insegurança Alimentar identificadas pela Saúde.
- Dificuldade de discussão e implantação do Programa de leite para crianças menores de 6 meses que não podem ser amamentadas.
- Readequação da lei do COMSEA conforme preconiza a LOSAN.
- Retomar os trabalhos referentes a implantação do projeto de aproveitamento de sobras de alimentos prontos em atenção à Lei Municipal, não houve avanço na proposta, devido ao tema ser muito complexo. Dependem de negociação com parceiros privados e devido a falta de uma legislação mais flexível dificultou andamento.

METAS 2017

- Provocar o pleno funcionamento da CAISAN
- Estabelecer fluxos de comunicação entre as equipes do DSAN e a SMCAIS
- Construir Plano de Educação Alimentar e Nutricional – EAN
- Trabalhar em equipes multidisciplinares com clareza das suas funções e autonomia profissional
- Tornar pública as ações de segurança alimentar
- Reformular legislação BAC e incorporar suas atividades no DSAN

1. NUTRIRCAMPINAS

O NUTRIRCAMPINAS é um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional instituído pela Lei nº 15.017 de 26 de maio de 2015 que visa assegurar o Direito Humano à Alimentação

Adequada através de fornecimento de vale alimentação na forma de cartão magnético às famílias em vulnerabilidade nutricional.

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Regulamentação da Lei nº 15.017 de 26 de maio de 2015
- Conclusão do processo licitatório da empresa fornecedora do vale alimentação.
- Transpor as famílias do Programa Prato Cheio Campinas, que nele permaneceram após recadastramento dentro dos critérios da Ordem de Serviço 01/2015, para o NUTRIRCAMPINAS.
- Distribuir os cartões magnéticos às famílias que foram localizadas pelo CAD-ÚNICO com auxílio da ferramenta SIG-M dentro dos critérios previstos na regulamentação

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Regulamentação do NUTRIRCAMPINAS DECRETO Nº 18.973 DE 11 DE JANEIRO DE 2016 publicado no Diário Oficial do Município em 12 de janeiro de 2016.
- A empresa VEROCARD foi vencedora do certame licitatório para fornecimento do vale alimentação na forma de cartão magnético.

Figura 21 - Vale alimentação

- A Complementação os beneficiários do NUTRIRCAMPINAS com alimentos do INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE DE ALIMENTOS (ISA), sobra da comercialização dos permissionários da CEASA/ Campinas, não foi implementada pois em reunião com os permissionários em 08 de março de 2016 a diretoria do ISA não aceitou destinar seus produtos para esse fim.
- As atividades a serem desenvolvidas com os beneficiários serão propostas a partir do Piloto que estão ainda sendo realizadas junto ao CRAS e Centro de Saúde do bairro Vida Nova.
- A Comissão gestora do NUTRIRCAMPINAS foi nomeada em 15 de junho de 2016. (DOM 15/06/2016)

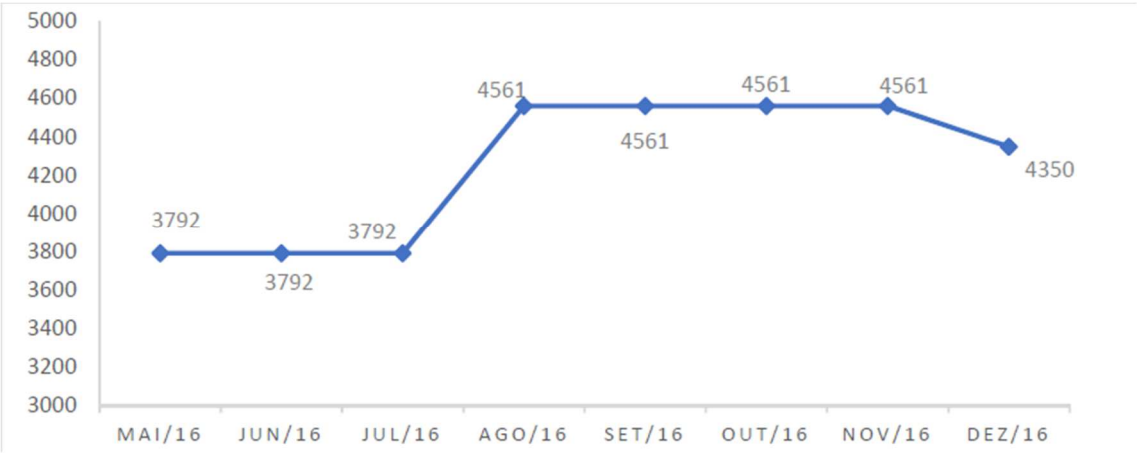


Gráfico 40 - Distribuição da programação de atendimento de vale alimentação do programa NUTRIRCAMPINAS, 2016

3792 famílias iniciaram o Programa NUTRIRCAMPINAS que vieram transpostas do PPCC na lógica do NUTRIRCAMPINAS

Julho- agosto: 1137 Famílias inclusas a partir da convocação de 2500 famílias em maio de 2016

Novembro- dezembro: 211 Famílias excluídas por não mais atenderem os critérios do Programa mas que ficaram prejudicadas pelo desabastecimento de cestas básicas do Programa Prato Cheio campinas nos meses de março e abril de 2016.

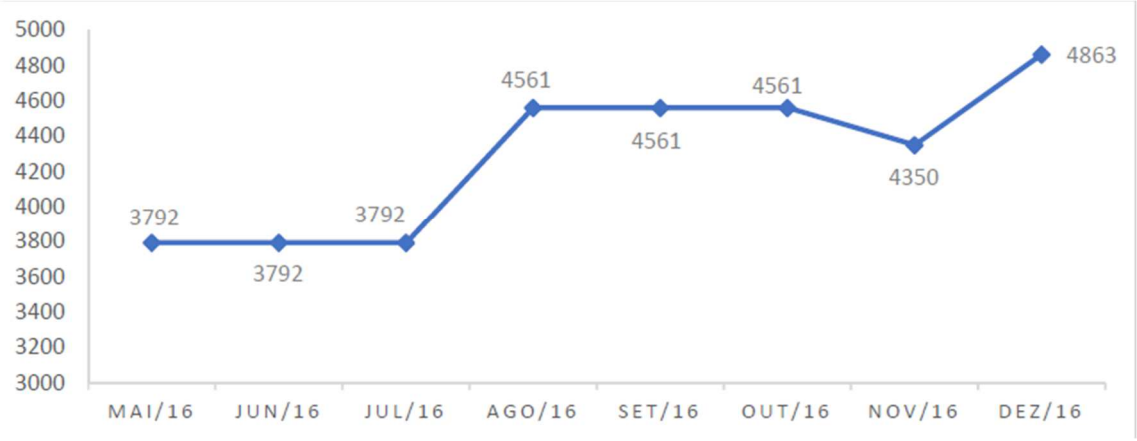


Gráfico 41 - Distribuição dos vales alimentação às famílias do NUTRIRCAMPINAS Maio-Dezembro de 2016

Novembro-dezembro: 28 famílias excluídas por não atenderem ao critério

Novembro-dezembro: 541 famílias incluídas a partir da convocação de 1194 em novembro de 2016.

Tabela 14 - Quadro das entregas oficiais do cartão NUTRIRCAMPINAS com a presença do Prefeito Jonas Donizette, Junho 2016

Data	Região de moradia das famílias	Local	Horário	Quantidade de Famílias convidadas
07/06/2016	Região Norte	SEST/SENAT	9-11 h	454
09/06/2016	Região Sudoeste	DIC VI	9-11 h	501
13/06/2016	Região Noroeste	CEU Florence	9-11 h	534
15/06/2016	Região Noroeste	Ginásio de Esportes do Parque Floresta	9-11 h	635
17/06/2016	Região Sul	CRAS Campo Belo	9-11 h	555
20/06/2016	Região Sul	Abrigo Emergencial Jd. Estela	9-10 h	372
20/06/2016	Região Sudoeste/ Noroeste	AR 7	14-15 h	323
22/06/2016	Região Sul/ Leste/ Norte	Estação Cultura	9-10 h	418

O Prefeito Jonas Donizette convida para a [redacted] Cerimônia de Lançamento do Cartão Alimentação NUTRIRCAMPINAS, destinado a famílias em vulnerabilidade nutricional.

Dia: [redacted]

Local: [redacted]

Figura 22 - Modelo do convite ás famílias do NUTRIRCAMPINAS para o lançamento oficial

Figura 23 - Prefeito Jonas Donizette e demais autoridades na entrega oficial do cartão

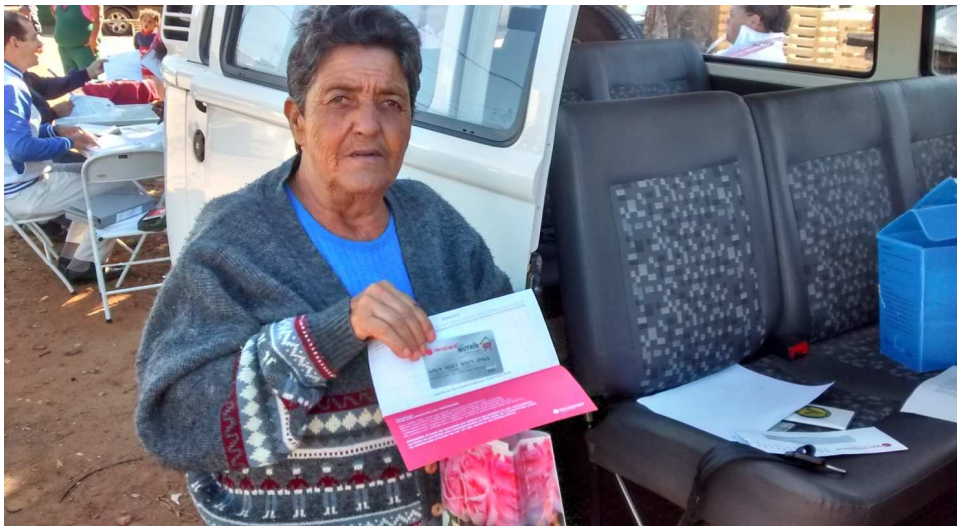


Figura 24 - Usuária de posse do cartão NUTRIRCAMPINAS

METAS PARA 2017

- Retirar 3191 famílias do NUTRIRCAMPINAS que são remanescentes do PPCC que receberam o benefício de auxílio alimentação (cesta básica/ vale alimentação) por 24 meses, atendendo os critérios do Programa e considerando toda a rede de proteção social. Para tanto precisamos de aproximação com o DEVISA e DOAS.
- Em junho devem ser desligadas 1131 famílias que entraram no Programa NUTRIRCAMPINAS, não eram do PPCC, e receberam o benefício por apenas 1 ano.
- Em dezembro de 2017 devem ser retiradas 541 famílias que aportaram o Programa em dezembro de 2016 por 12 meses.
- Para a inclusão das famílias abril/junho/dezembro necessitamos que seja providenciada, pela SMCAIS, uma estrutura adequada para realização desta atividade. A sugestão é que a Estação Cultura seja o ponto de referência para esse trabalho tendo em vista a facilidade de acesso do público alvo (região central). Quanto às pessoas (funcionários) para realização dessa tarefa estamos no aguardo da reposição dos funcionários desligados e também considerando ajuda externa.
- Interligação do público alvo NUTRIRCAMPINAS, VIVA-LEITE E PBF no território a partir do modelo que está sendo desenvolvido no bairro VIDA NOVA para atividades de sócio-educativas.

2. PROJETO VIVA-LEITE

O VIVA-LEITE é um projeto social de distribuição gratuita de leite fluído, pasteurizado, com teor de gordura mínimo de 3%, enriquecido com ferro (aminoácido quelato) e Vitaminas A e D do governo do estado de São Paulo. Os beneficiados são crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses de idade pertencentes a famílias com renda mensal per capita de até ¼ do Salário Mínimo.

Governo do Estado de São Paulo	• Aquisição de leite junto aos produtores • Licitação da usina beneficiadora que enriquece o leite com Vit. A, Vit. D e Ferro. • Licitação da transportadora que distribui o leite no município • Estabelece convênio com o município.
Prefeitura de Campinas	• A partir do estabelecimento do convênio cadastra as crianças dentro dos critérios do programa (6meses- 5 anos e 11 meses; RPCF < ¼ SM)no Sistema PAN • Recebe e encaminha nota fiscal para pagamento • Faz parceria e capacita as entidades que distribuem o leite • Alimenta o Sistema PAN com informações do estado nutricional e relatórios de compilação da distribuição do leite • Realiza a prestação de contas quadrimestralmente sob a olhar da Comissão gestora
Entidades Sócio-assitenciais	• Estabelecem parceria com a PMC • Distribuem o leite às mães das crianças cadastradas • Sistematizam os dados da quantidade distribuída • Encaminham às mães ao C.S. parta coleta de peso e altura.

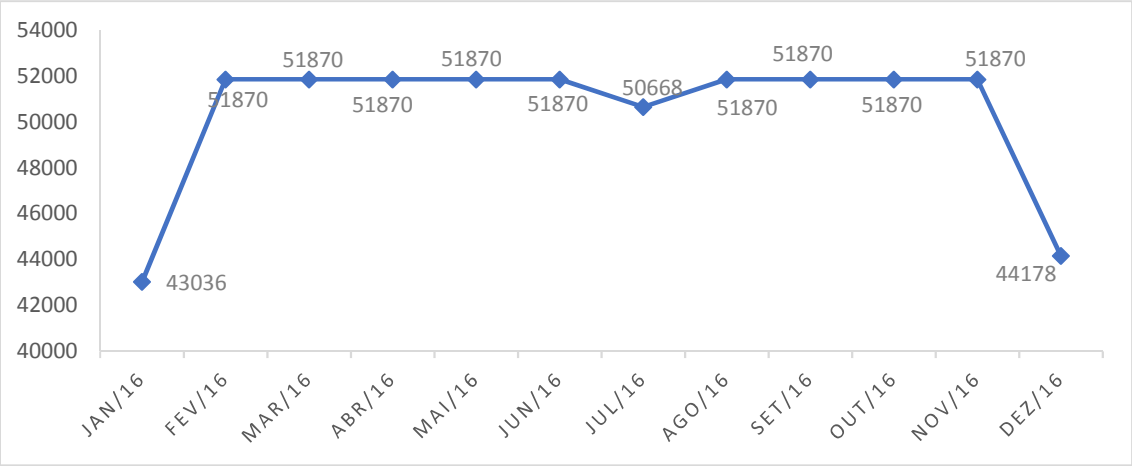


Gráfico 42 - Distribuição da quantidade de litros de leite entregues às crianças Programa Viva-leite, Campinas 2016

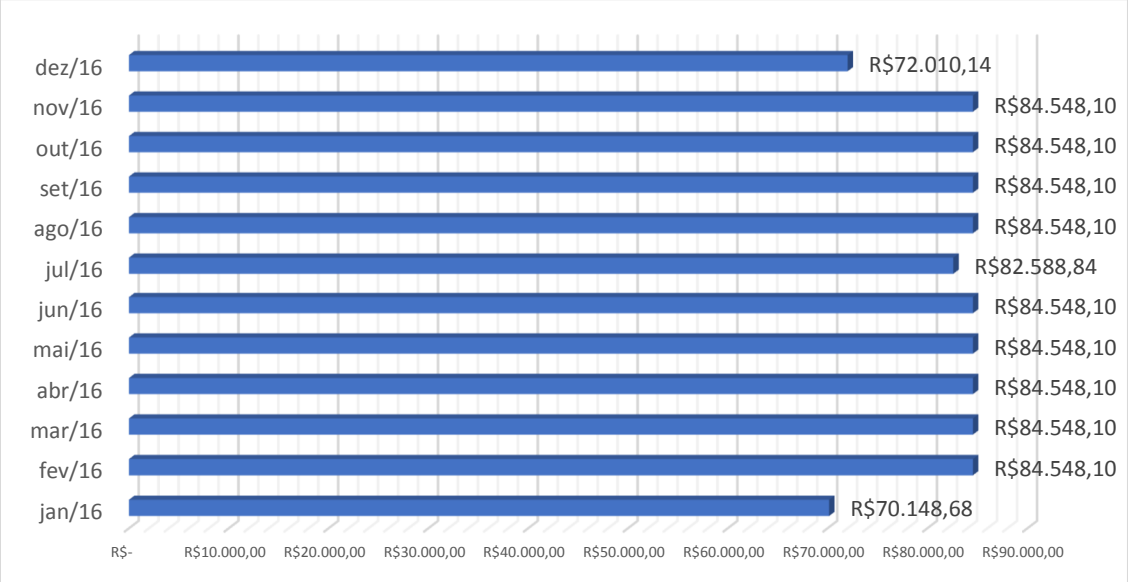


Gráfico 43 - Distribuição dos valores da litragem de leite do Programa Viva-leite, Campinas, 2016.

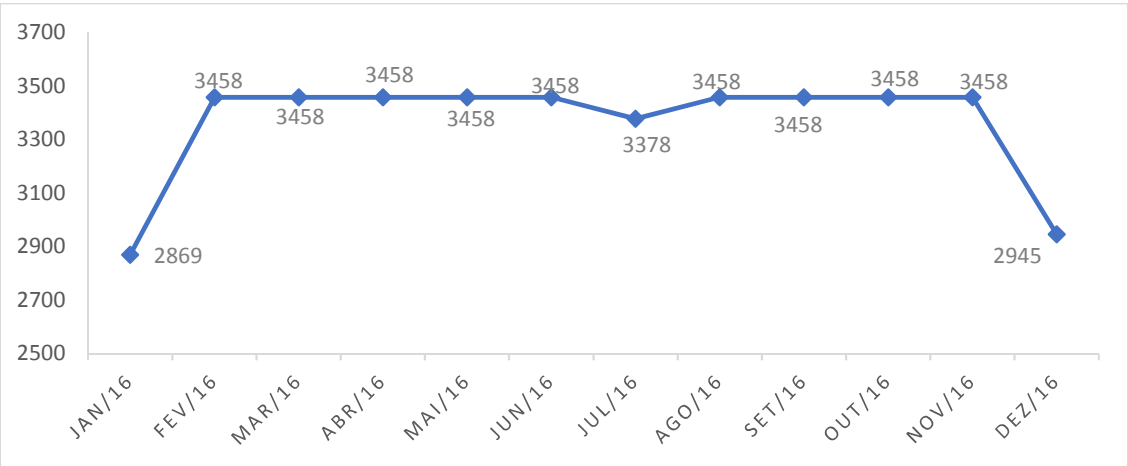


Gráfico 44 - Distribuição da quantidade de crianças beneficiadas pelo Programa Viva-leite, Campinas 2016.

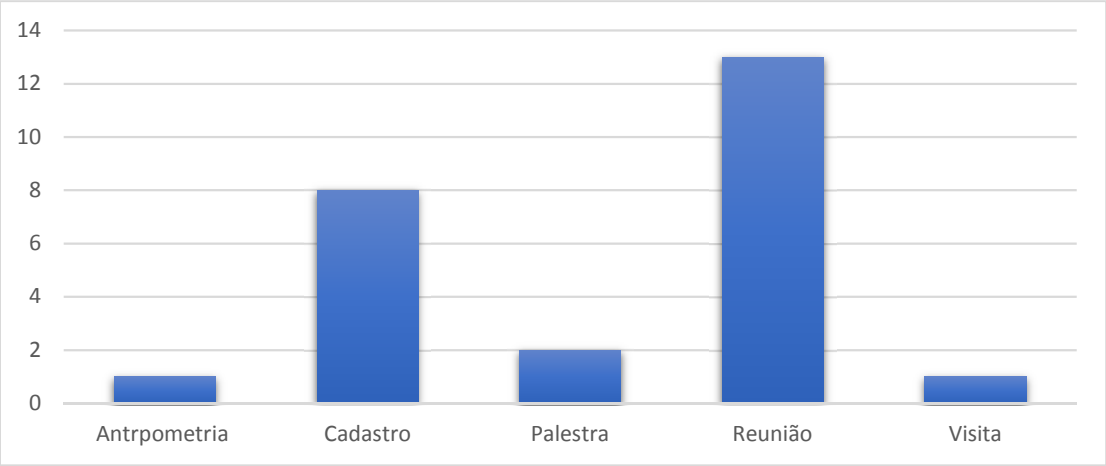


Gráfico 45 - Distribuição das atividades desenvolvidas pelo DSAN junto ao programa Viva-leite, Campinas, 2016.

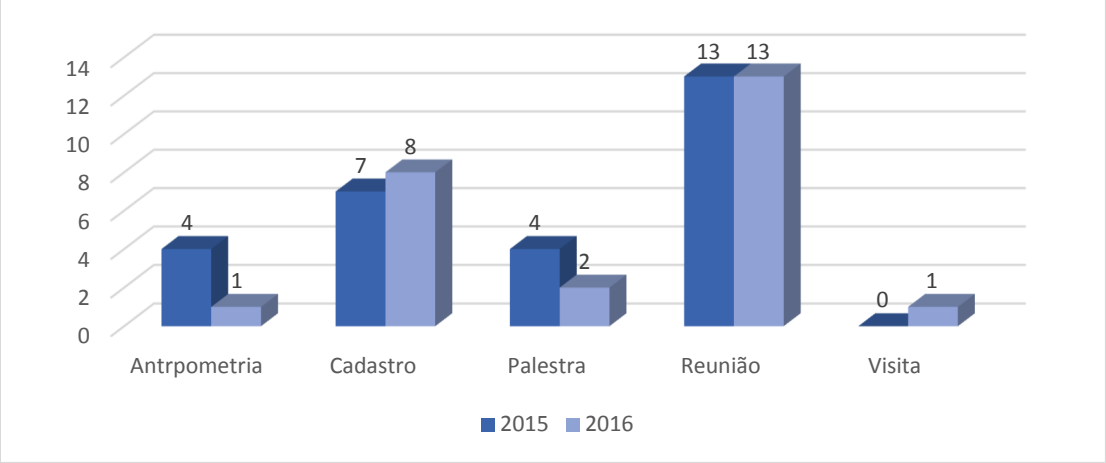


Gráfico 46 - Distribuição das atividades desenvolvidas pelo DSAN junto ao programa Viva-leite comparativo 2015-2016, Campinas, 2015.

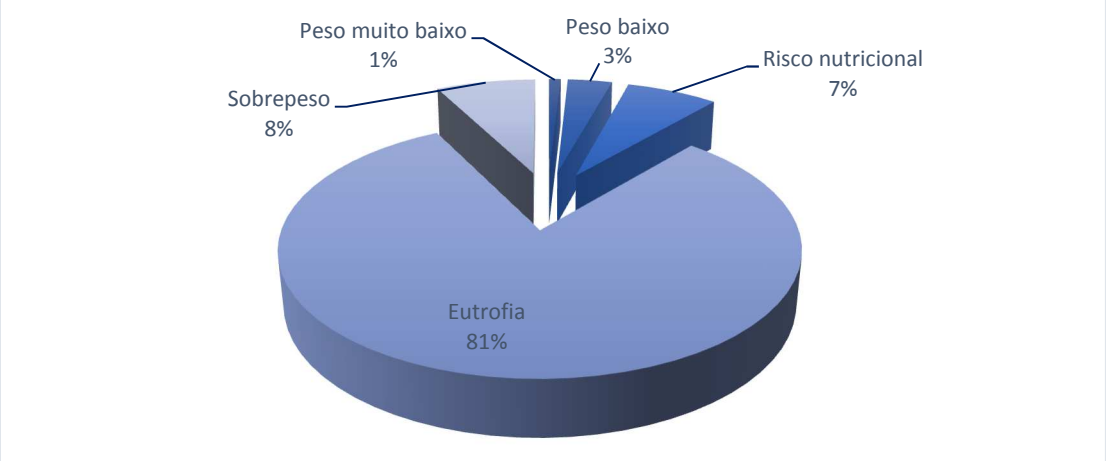


Gráfico 47 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE

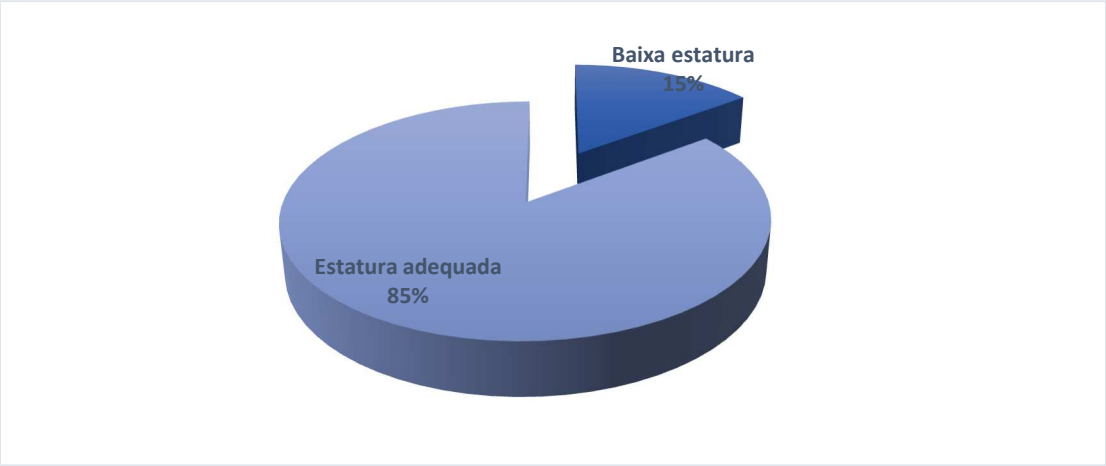


Gráfico 48 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE segundo estado nutricional (A/I), Março de 2016

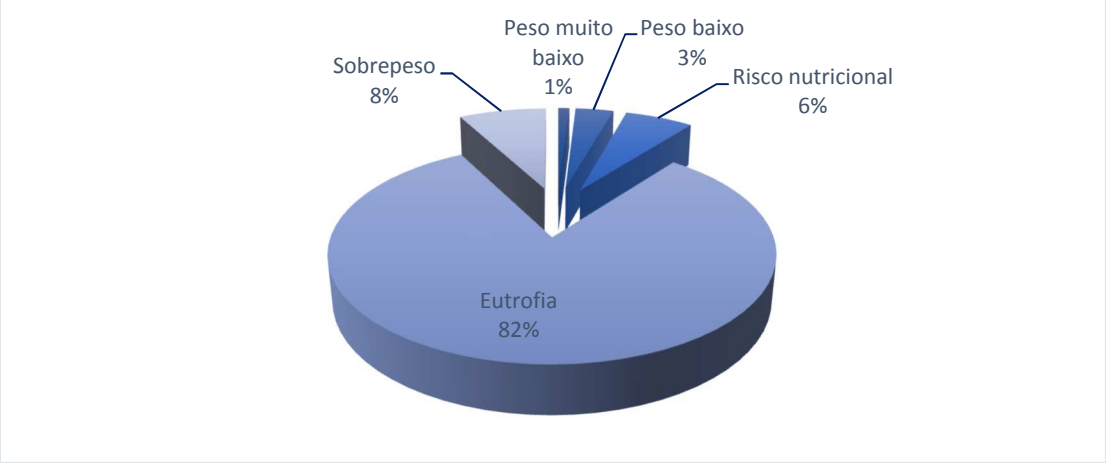


Gráfico 49 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE

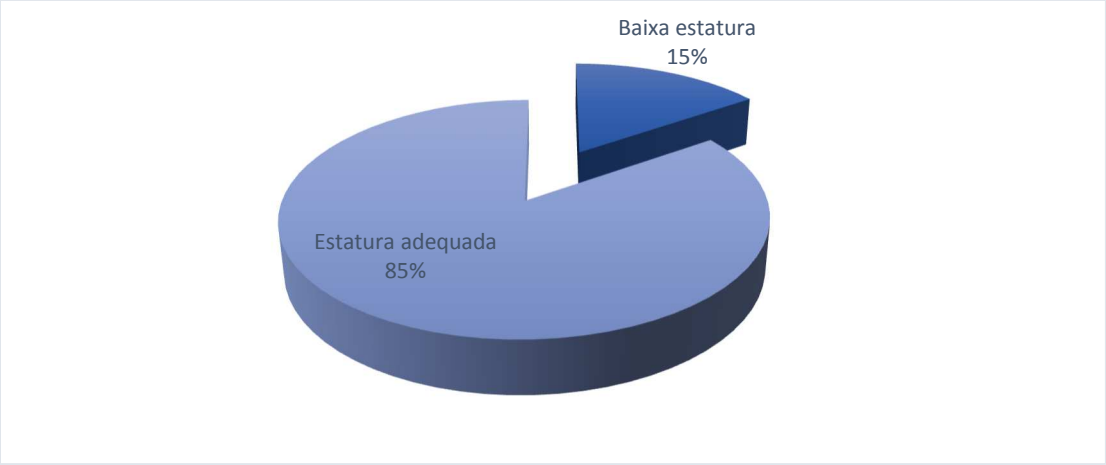


Gráfico 50 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE segundo estado nutricional (A/I), Julho de 2016

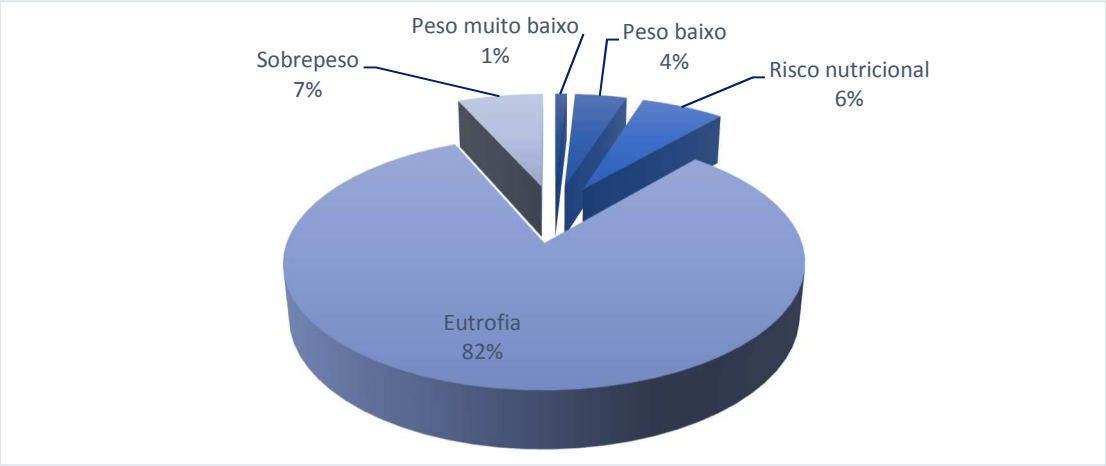


Gráfico 51 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE segundo estado nutricional (P/I), novembro de 2016

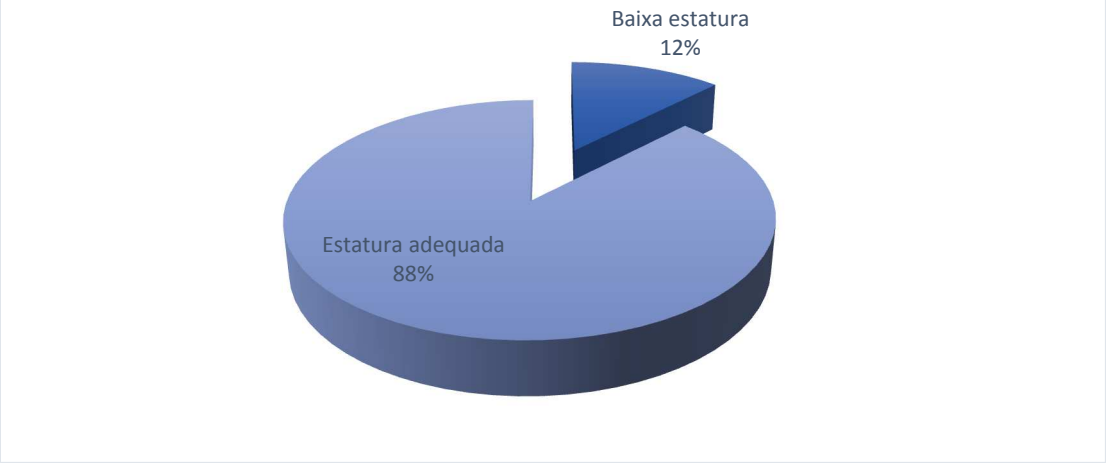


Gráfico 52 - Distribuição das crianças do projeto VIVA-LEITE segundo estado nutricional (A/I), novembro de 2016

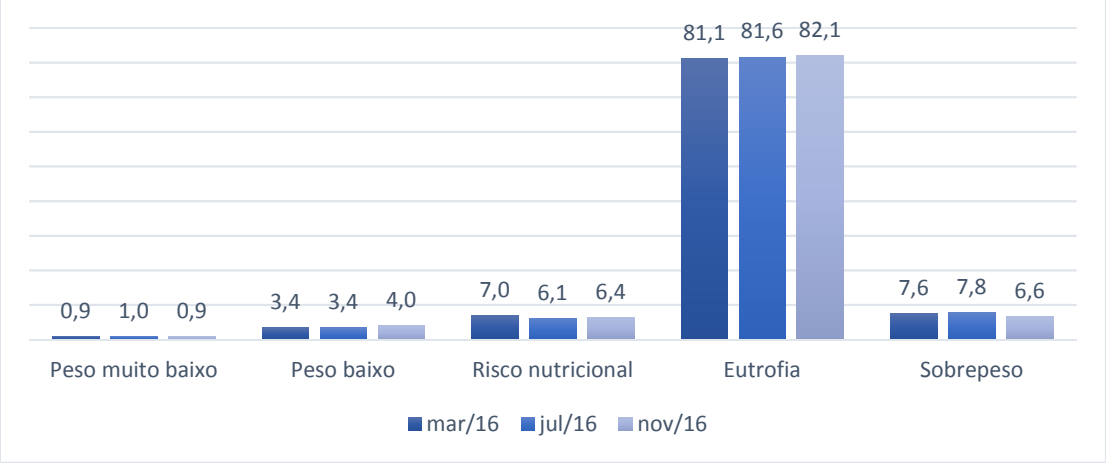


Gráfico 53 - Distribuição do acompanhamento nutricional das crianças VIVA-LEITE segundo relação Peso/Idade, Campinas 2016

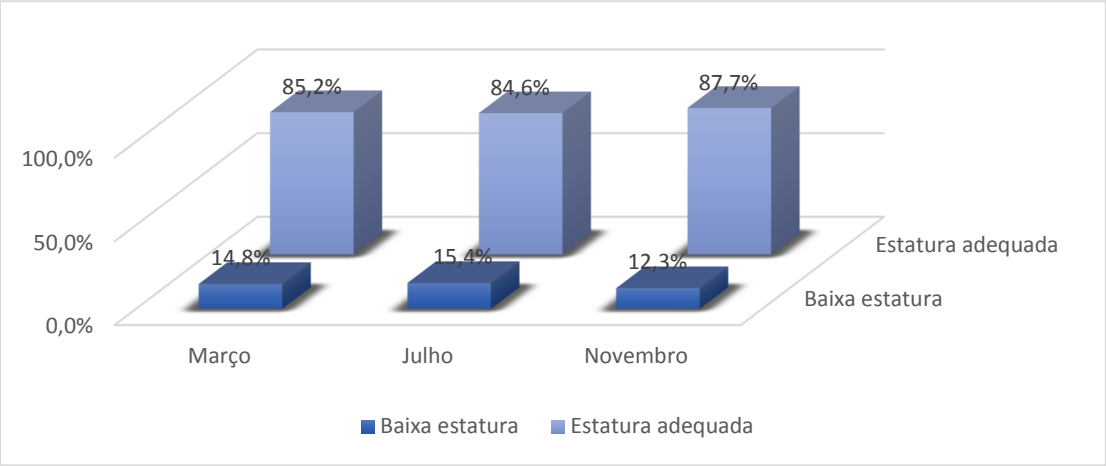


Gráfico 54 - Distribuição do acompanhamento nutricional das crianças do VIVA-LEITE segundo relação Altura/Idade, Campinas 2016

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Não houve ampliação do número de crianças a serem atendidas como pretendíamos. Este fato teve a contribuição da mudança na faixa etária do Programa (6m-6anos e 11 meses para 6m-5 anos e 11 meses) e a dificuldade de buscar novos beneficiários já inscritos no CAD-único pela falta de padronização da coleta de dados sistema e desinteresse das entidades e poder público ou ausência delas para abertura de novos pontos.

- Incluir as famílias no cadastro único social – Cadúnico.
- Entidades interessadas em parceria para entrega do leite
- Famílias, responsáveis pelos pontos de distribuição e centros de saúde pouco comprometidas com a avaliação antropométrica.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Melhoramos os resultados das avaliações antropométicas; em 2015 foram 1029 crianças avaliadas e em 2016 foram 1632. Isso significa um aumento de 58%.
- Ainda não foi possível estabelecer um fluxo de informações entre o DSAN e os Centros de Saúde para que a avaliação antropométrica registrada no Sistema PAN do Viva-leite seja útil para que seja feito o acompanhamento das crianças apontadas com distúrbios nutricionais. Mas entendemos que cabe ao DSAN a “costura” dessa articulação. Por isso a necessidade de oferecermos a devolutiva aos Centros de Saúde para que desempenhem seu papel.
- A exigência do Governo do Estado de São Paulo de que mães e crianças passassem a apresentar o NIS significou uma maior identificação no Cad-único permitindo o referencia mento dessas famílias para outros programas sociais.-No final de 2015 faltavam 536 mães se registrarem no Cad-único. Ao término de 2016 apenas 136. Em relação às crianças em 2015 tínhamos 315 crianças sem NIS, para 2016 ainda faltam 232.
- Abertura de 02 novos pontos em parceria com a Chance, entidade responsável por 10 NAVES Mães e de 02 pontos com a parceria do CRAS Satélite Íris e Florence.
- Não termos recebidos reclamações sobre o abastecimento do leite. Atribui-se imensa colaboração da mudança da usina/transportadora através do processo licitatório do Governo do estado de São Paulo
- Observando os dados relativos à antropometria verifica-se que relação estatura para idade (retardo de crescimento) a média das três coletas (março. Julho e novembro) aponta para 14,1 % das crianças do Viva-leite em Campinas com déficit estatural. A PNAD, 2006 verificou esse mesmo indicador em 13,4% das crianças, ou seja, o déficit estatural das crianças do Viva-leite Campinas são atualmente superiores aos verificados há 10 anos atrás na pesquisa nacional. Em relação ao déficit de peso (P/I) a média das três coletas (março. Julho e novembro) aponta para 1% de crianças com peso muito baixo enquanto a média nacional verificada na PNAD, 2006 é na ordem de 1,5%.

METAS PARA 2017

- Ampliar pontos de atendimento com auxílio da parceria com as Naves Mães (7 pontos)
- Consolidar a entidade sócio-assistencial Vovô Nestor para atendimento Gleba B
- Estabelecer fluxo de informações referente às avaliações nutricionais entre a SMCAIS e SMS.
- Realizar oficinas de treinamentos, em relação às atividades administrativas e operacionais da entrega do Leite, juntamente com as unidades de saúde dos territórios onde existe a distribuição do leite.
- Realizar um Seminário com os pontos de distribuição sobre a Política de Segurança Alimentar com a participação da Secretaria do Desenvolvimento Social.
- Regularizar o vínculo dos pontos de distribuição do leite com a Prefeitura/ SMCAIS.
- É urgente localizar crianças no perfil VIVA-LEITE no CAD único.
- Apontamento no SIG-M do Programa VIVA-LEITE.

3. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

O setor de alimentação e nutrição é responsável pelo gerenciamento e operacionalização das áreas de produção de alimentos dos serviços socioassistenciais da alta complexidade de responsabilidade do município:

- Fornecer alimentação completa aos usuários dos abrigos permanentes;
- Gerencia o contrato de fornecimentos de refeições transportadas ao SAMIM, CENTRO POP e em situações de emergências e calamidade;
- Controla as áreas de produção, no aspecto técnico, quanto à qualidade do atendimento (qualidade dos gêneros, condições sanitárias das cozinhas e acompanhamento da capacitação de pessoal operacional) e, no aspecto administrativo, a manutenção da estrutura física e de equipamentos e utensílios das cozinhas;
- Gerenciar os processos licitatórios de alimentos, equipamentos e utensílios de cozinha;
- Avaliar as metas nutricionais dos cardápios das diversas categorias atendidas;
- Elabora as atividades de educação e orientação alimentar para os usuários dos serviços.

Durante o ano de 2016 o setor de alimentação e nutrição realizou as seguintes atividades:

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL

Para a avaliação nutricional foi feita a avaliação antropométrica utilizando a balança (LIDER ATÉ 200 KG) e o estadiômetro portátil para mensurar o peso e a altura dos usuários, respectivamente. As crianças e adolescente foram classificadas através dos gráficos referência WHO (2007) e CDC (2000) para IMC/IDADE, os adultos através da classificação do IMC da OMS (1997), e os idosos a classificação do LIPSCHITZ (1994), conforme Tabela 15 e

Tabela 16:

Tabela 15 - Classificação IMC Adulto. Fonte: OMS, 1997.

CLASSIFICAÇÃO	IMC (kg/m2)	Risco de comorbidades
Baixo peso	< 18,5	Baixo
Peso normal	18,5-24,9	Médio
Sobrepeso	25,0 a 29,9	Aumentado
Obesidade Grau I	30,0 a 34,9	Moderado
Obesidade Grau II	35,0 a 39,9	Grave
Obesidade Grau III	≥ 40,0	Muito Grave

Tabela 16 - Classificação IMC Idoso. Fonte: LIPSCHITZ, 1994.

CLASSIFICAÇÃO	IMC (kg/m2)
Baixo peso	< 22,0

Peso normal	22,0 a 27,0
Excesso de peso	>27,0

Para as crianças e adolescentes foram utilizados os pontos de corte segundo a Tabela 17 e Tabela 18:

Tabela 17 - Pontos de corte de IMC por idade para crianças. Fonte: WHO (2007) e CDC (2000)

VALOR PERCENTIL	CLASSIFICAÇÃO
< Percentil 3	Baixo IMC para idade
≥ Percentil 3 e < Percentil 85	IMC adequado ou Eutrófico
≥ Percentil 85 e < Percentil 97	Sobrepeso
≥ Percentil 97	Obeso

Tabela 18 - Pontos de corte de IMC por idade para adolescentes. Fonte: WHO (2007) e CDC (2000)

VALOR PERCENTIL	CLASSIFICAÇÃO
< Percentil 3	Baixo IMC para idade
≥ Percentil 3 e < Percentil 85	IMC adequado ou Eutrófico
≥ Percentil 85 e < Percentil 97	Sobrepeso
≥ Percentil 97	Obeso

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DA ATIVIDADE:

- As avaliações só foram realizadas no Renascer e CMPCA, nos demais abrigos e no segundo semestre, houve problemas com o conserto e manutenção das balanças.
- Viu-se que no Renascer a presença do peso aumentado é um problema real e grave, tendo muito risco para a saúde dos mesmos.
- No CMPCA existem muitas crianças também com sobrepeso, o que implica em ações imediatas para melhorar esse quadro.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM A ATIVIDADE REALIZADA:

Renascer: 9 adultos e 1 idoso avaliados.

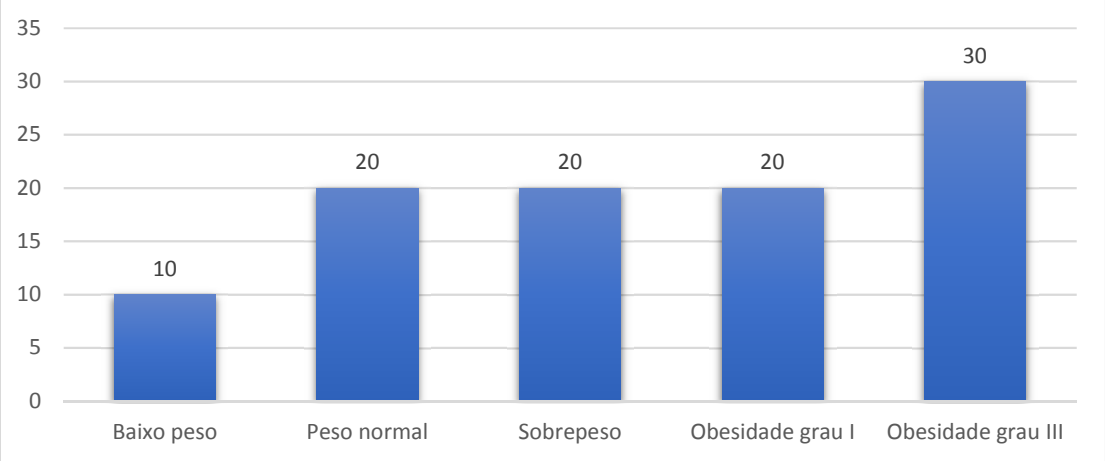


Gráfico 55 - Distribuição da porcentagem dos usuários da Residência Inclusiva Renascer segundo o estado nutricional 1º semestre Campinas 2016

CMPCA: 17 crianças avaliadas.

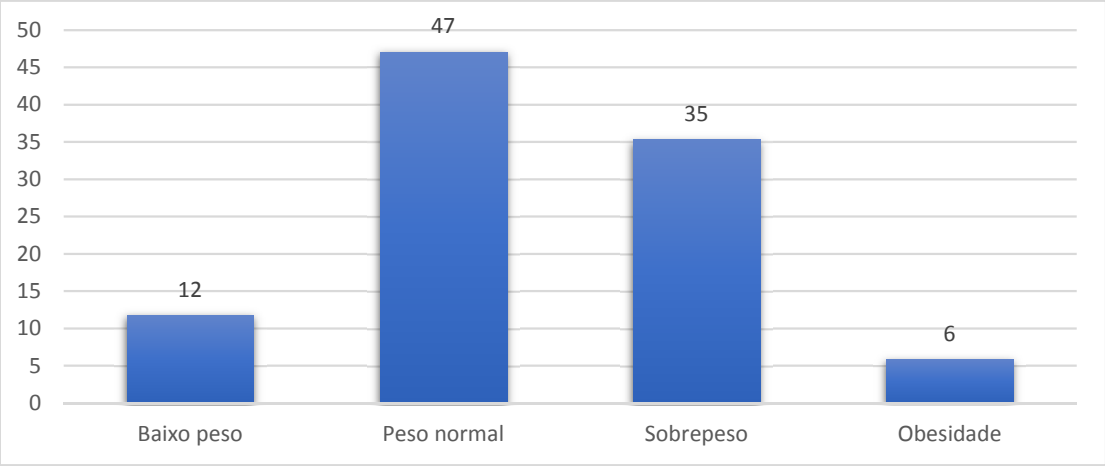


Gráfico 56 - Distribuição da porcentagem dos usuários do Abrigo CMPCA segundo o estado nutricional 1º semestre Campinas 2016

Planos de ação:

Renascer:

- Realizou educação nutricional com cozinheira e moradores sobre perigos do açúcar, alimentos industrializados;
- Realizou reunião com as novas coordenadoras do local e determinados os seguintes pontos:
  - Realizou reunião com cozinheiros para reduzirem sal, açúcar, gorduras, aumentar frutas e verduras, alimentos integrais, seguir os cardápios, diminuir quantidades de alimentos nos pratos, inserir os alimentos saudáveis de formas diferentes na preparação;
  - Orientar monitores em relação ao consumo inadequado nutricionalmente dos usuários;
  - Quadro com co-morbidades dos usuários e quais as ações NUTRICIONAIS necessárias para melhorar a saúde dos mesmos;
  - Envio de mais frutas e verduras;
  - Manter aumento de arroz, pães e biscoito integrais.

CMPCA: foi feita pesagem dos pratos dos usuários e funcionários por 3 dias aleatórios e verificado a grande quantidade de alimentos consumidos, assim as ações necessárias:

- Reunião com monitores, coordenadores e demais funcionários para falar sobre educação nutricional no momento da refeição, para que os mesmos expandam até os usuários;
- Realizar educação nutricional com os usuários como malefícios de alimentos ultraprocessados, montagem de um prato saudável, como se portar de forma adequada nutricionalmente no momento da refeição, aumento do consumo de água, oficinas culinárias de alimentos mais saudáveis;

Casa do idoso:

- Realizou educação nutricional com cozinheiras e monitores sobre consumo de sal, e aproveitamento integral de alimentos;
- Planejamento de novas educações nutricionais sobre montagem de um prato saudável, consumo de aveia, malefícios da gordura, aumento de consumo de fibras.

SaraM:

- Realizou educação nutricional com cozinheira e moradores sobre perigos do açúcar, alimentos industrializados;
- Planejamento de novas educações nutricionais sobre malefícios da gordura, aproveitamento integral de alimentos, montagem de um prato saudável, alimentos ultraprocessados.

Metas para 2017

- Parceria para ter um profissional de educação física ou fisioterapia para que façam mais exercícios.
- Realizar semestralmente em todos os abrigos a avaliação nutricional dos usuários.

CARDÁPIOS

Cada abrigo recebeu cardápios semanalmente, elaborados de acordo com as necessidade nutricionais das faixas etárias, proporcionando variedade de gêneros, repeitando a sazonalidade e os processos de compras de alimentos, a fim de fornecer nutrientes de acordo com as etapas da vida para o desenvolvimento e crescimento, objetivando o estado nutricional de eutrofia e combatendo os agravos nutricionais.

Totalizaram "50" cardápios, por abrigos por ano, e totalizando "200" cardápios em 2016.

Desafios durante a execução da atividade

Seguimento dos cardápios elaborados.

Metas para 2017

Participar os usuários e os cozinheiros na elaboração dos cardápios;

GERENCIAMENTO DE COMPRAS

O departamento protocolou 18 processos relacionados à alimentação.

Além dos gêneros alimentícios normalmente solicitados (em andamento desde 2015), foram protocolados pedidos de eletrodomésticos (geladeiras, freezer, fogão, balcão térmico, liquidificador), utensílios de cozinha, panela de pressão, fórmulas infantis, alimentos para festa junina.

Foram protocoladas solicitações de reforma e manutenção das cozinhas em 2014 e 2015 (esse ano protocolamos a cobrança novamente), dedetização e desratização.

Foram aprovadas as amostras de utensílios de cozinha. Aguardando os fornecedores para entregar no almoxarifado. A compra de panela de pressão foi finalizada e aqueles que a necessitam são contemplados.

A compra de itens de festa junina foi realizada e enviada aos abrigos. Os novos contratos de gêneros alimentícios não perecíveis foram iniciados.

Desafios durante a execução da atividade

1 – Demora do inicio de contratos de fornecimento e compra de utensílios;

2 – Licitações desertas e fracassadas de alimentos;

3 – Atrasos nas entregas pelos fornecedores, ocasionando desabastecimentos de alguns gêneros.

4 – Gerenciar processos, parte financeira e administrativa dos mesmos, além do trabalho nutricional, sem ter servidor da área administrativa para auxílio.

Metas para 2017

1 – Contratar estagiário de administração até que o setor receba um funcionário efetivo de administrativo para o controle financeiro dos processos.

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

Foram realizadas 14 educações nutricionais, sendo uma delas uma repescagem de treinamento de todo o Manual de Boas práticas no Renascer, Casa do Idoso e SaraM e CMPCA. 13 oficinas culinárias e 09 sobre assuntos de nutrição.

O treinamento abordou os seguintes tópicos: Boas práticas de higiene, Higiene das mãos, Coleta de amostras, Recepção de gêneros, Recomendações de temperatura, Pesagem dos alimentos, Organização almoxarifado, Etiquetagem, Congelamento e descongelamento, Preparo dos alimentos, Transporte de alimento.

Desafios durante a execução da atividade

1 – Adesão de todos os usuários nas oficinas culinárias e de nutrição;

2 – Dificuldade na sensibilização quanto ao uso de uniformes e EPI’s, nos controles de higiene, temperaturas, recebimento de gêneros, respeitando normas da legislação sanitária por parte dos cozinheiros.

Metas para 2017

1 – Capacitar e estimular educação nutricional, diariamente, através dos educadores.

2 - Realizar ações de educação nutricional com os moradores e todos os profissionais envolvidos com o ato de se alimentar.

3 – Realizar capacitação aos manipuladores de alimentos sobre: Boas práticas de higiene, Higiene das mãos, Coleta de amostras, Recepção de gêneros, Recomendações de temperatura, Pesagem dos alimentos, Organização almoxarifado, Etiquetagem, Congelamento e descongelamento, Preparo dos alimentos, Transporte de alimento

UNIFORMES e EPIS

No início de 2015 todos as cozinheiras dos 4 abrigos receberam kit com uniformes e EPIs. No segundo semestre de 2015 o mesmo Kit foi enviado à cozinheira do centro Pop.

Desafios durante a execução da atividade

É cobrado que as mesmas utilizem, porém ainda existe uma resistência das mesmas, quase sempre falta alguma parte do uniforme (sapatos, calças) (verificado em visitas e colocado no protocolo semanal de visita aos abrigos e livro de visita). Cozinheira alega que as roupas são muito quentes e na cozinha não tem ventilação, outras cozinheiras reclamam que a roupa é muito fria e o uniforme deveria ser mais grosso, geralmente há presença de adornos nos braços e orelhas de algumas funcionárias, foi feito treinamento em alguns abrigos e mesmo assim alguns funcionários continuam sem usar o uniforme completo, o uso de Epi's para evitar queimadura também é muito raro nos abrigos.

A entrada de pessoas não cozinheiras e sem uniformes ocorre em todos os abrigos de forma livre. Assim, falta controle sobre a higiene dos alimentos, pois pode por exemplo cair cabelo de outra pessoa que não a cozinheira.

Metas para 2017

Realizar capacitação aos manipuladores de alimentos sobre a obrigatoriedade e importância na utilização dos uniformes e EPIS.

REFORMAS e MANUTENÇÃO

No segundo semestre de 2015 os outros abrigos renascer, SaraM e Idoso receberam telas milimétricas nas janelas e portas com telas. Porém as mesmas não foram instaladas corretamente e ficaram faltando diversos itens da solicitação de reforma.

No mês de abril a Nutricionista Gabriela e o engenheiro Edson realizaram visita nos locais e foi passado ponto a ponto que deve ser melhorado.

CONTROLE HIGIÊNICO-SANITÁRIO

O MANUAL DE BOAS PRÁTICAS foi atualizado por duas vezes em 2015 e consta nos locais.

Como relatado acima, os locais receberam treinamento em relação à CVS 5 da Anvisa em agosto de 2015, e agora em abril foi iniciada repescagem desse treinamento.

Foi orientado coleta de amostras das refeições, controle de temperatura dos equipamentos e dos alimentos na distribuição (e inserido em planilha).

Treinamento de como higienizar e colocar em planilhas a periodicidade de limpeza dos locais relacionados à alimentação e seus equipamentos, com nome de quem fez e produto utilizado. Etiquetagem dos alimentos, uso de hipoclorito de sódio nos alimentos consumidos crus (hortifrútis).

Desafios durante a execução da atividade

Nesse período, foi verificado que alguns locais fazem parte do que foi orientado. Todos os abrigos continuam a receber planilhas de controle de temperatura, higiene de local e equipamentos, sacos para amostras, porém em nenhum dos abrigos esse seguimento é feito corretamente (relatório em livro de visita), não são todas as cozinheiras que recolhem amostra nos abrigos, as amostras ficam muito tempo armazenadas no congelador, é possível observar uma grande quantidade de sacos de amostras amontoados nos refrigeradores.

Em 3 dos 4 abrigos não está sendo aferida temperatura dos alimentos, as planilhas de controle de temperatura estão desatualizadas, em alguns abrigos não é feita a limpeza dos hortifrútis em solução clorada.

A higiene do local cozinha e refeitório e de equipamentos não está sendo realizada periodicidade correta e não colocam na planilha de controle, em nenhum dos 4 abrigos.

Metas para 2017

- Realizar capacitação aos manipuladores de alimentos sobre: Boas práticas de higiene, Higiene das mãos, Coleta de amostras, Recepção de gêneros, Recomendações de temperatura, Pesagem dos alimentos, Organização almoxarifado, Etiquetagem, Congelamento e descongelamento, Preparo dos alimentos, Transporte de alimento

REFEIÇÕES TRANSPORTADAS

O setor de nutrição segue fazendo o controle e administração do contrato das refeições transportadas.

Mensalmente recebe as notas fiscais, avalia o cardápio e faz o controle do cumprimento do contrato com a empresa.

Nesse início de 2016 iniciou uma coleta de amostras aleatórias das marmitas oferecidas no SAMIM (Serviço de Atendimento ao Migrante, itinerante e Mendicante), coletou as informações passadas pelos albergues e abrigos e fez comunicados à empresa.

O controle das marmitas, fazendo pesagem de todos os itens constantes em cada, mostrou que a empresa precisa melhorar muito em relação ao que está proposto em contrato. Toda a avaliação tem sido reportada e consta em relatório para a empresa.

Em abril foi realizada uma reunião com a equipe de nutrição do DSAN, os coordenadores dos locais que recebem as refeições transportadas e a nutricionista da empresa contratada para que as sugestões e reclamações fossem passadas a essa e para melhorar cada vez mais o serviço.

Todo os acordos feitos em reunião estão sendo cobrados e compartilhado entre os locais.

É solicitado que os locais reportem qualquer ocorrido por e-mail, se possível com fotos, para que possamos embasar sugestões e reclamações que serão enviadas à empresa.

SAMIM E CENTRO POP

No início de 2016 esse Departamento solicitou que fossem feitas dedetização e desratização nos serviços, semestralmente.

Também foi solicitado que os locais marcassem limpeza de caixa d'água.

Esses itens constam em orientação da vigilância Sanitária sobre locais que possuam distribuição ou produção de alimentos.

Itens para lanches extraordinários, como aqueles para os usuários que vão viajar, também são liberados pelo DSAN.

No ano de 2015, foi relatado que as condições da cozinha do SAMIM deveriam ser melhoradas e, junto a isso, houve visita da Vigilância Sanitária solicitando a reforma da mesma, para ficar adequada para a distribuição das marmitas, porém até a presente data a reforma não ocorreu. Assim, é necessário que ambos os deptos (DSAN e DOAS) fiquem atentos e cobrem que a reforma aconteça.